

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
POLÍTICA**

Silvana Maria Bitencourt

**CANDIDATAS À CIÊNCIA: A COMPREENSÃO DA
MATERNIDADE NA FASE DO DOUTORADO**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutorem Sociologia Política.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elizabeth Farias da Silva

Florianópolis
2011

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

B624c Bitencourt, Silvana Maria

Candidatas à ciência [tese] : a compreensão da maternidade na fase do doutorado / Silvana Maria Bitencourt ; orientadora, Elizabeth Farias da Silva. - Florianópolis, SC, 2011.

344 p.: grafs.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Universidade Federal de Santa Catarina - Pós-graduação.
2. Sociologia política - Estudo e ensino (Pós-graduação).
3. Maternidade. 4. Mulheres. 5. Universidades e faculdades - Florianópolis (SC). I. Silva, Elizabeth Farias da. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.

CDU 316

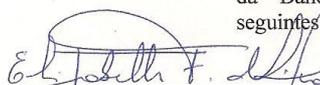


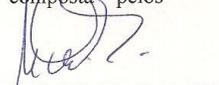
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: ppgsp@cfh.ufsc.br

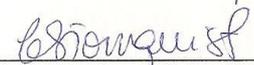
**“Candidatas à Ciência: a compreensão da
maternidade na fase de doutorado.”**

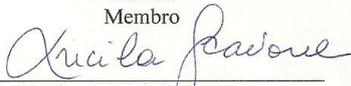
Silvana Maria Bitencourt

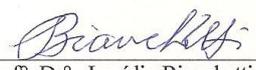
Esta tese foi julgada e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pelos demais membros da Banca Examinadora, composta pelos seguintes professores:

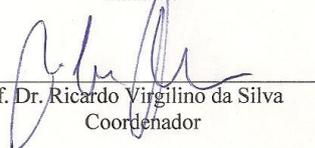

Prof.^a Dr.^a Elizabeth Farias da Silva
Orientadora


Prof.^a Dr.^a Maria Soledad Etcheverry
Orchard
Membro


Prof.^a Dr.^a Carmen Susana Tornquist
Membro


Prof.^a Dr.^a Lucila Scavone
Membro


Prof.^a Dr.^o Lucidio Bianchetti
Membro


Prof. Dr. Ricardo Virgílio da Silva
Coordenador

FLORIANÓPOLIS (SANTA CATARINA), MARÇO DE 2011.

Fone (48) 3721-9253 Fax: (48) 3721-9098

<http://www.sociologia.ufsc.br/>

Dedico este trabalho à minha mãe

AGRADECIMENTOS

À minha querida orientadora professora Dra. Elizabeth Farias da Silva por sua dedicação, respeito e cuidado durante o processo deste Doutorado.

À professora Dra. Virgínia do Carmo Ferreira por sua orientação durante o estágio doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, por ter sido tão dedicada, objetiva e cuidadosa, respeitando as minhas inseguranças e dando-me abertura para contatar outras especialistas do tema que envolveu esta pesquisa.

Às professoras Dra. Emília Rodrigues Araújo e Dra. Maria Johanna Schouten, do Departamento de Sociologia da Universidade do Minho (UM), pela disposição de tempo para discutir o meu trabalho, especialmente a professora Emília, pelas referências sobre a fase do Doutorado em Portugal, compartilhando comigo sobre suas principais inquietações sobre a formação de pessoal pós-graduado na atualidade.

À professora Dra. Gina Gaio dos Santos da Universidade do Minho, pela atenção e abertura para o diálogo sobre a proximidade temática que temos sobre nossos trabalhos de pesquisa.

Às professoras e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC.

À secretaria do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política: a carinhosa secretária Albertina, ao prestativo Otto e a divertida Fátima, por sempre estarem dispostas/os a atender-me da melhor forma possível.

Às professoras Dra. Joana Maria Pedro e à professora Dra. Maria Ignez Paulilo, pelas coerentes críticas e pelas sugestões importantíssimas que fizeram na qualificação do projeto desta pesquisa.

Às doutorandas e aos outros informantes desta pesquisa, pela disponibilidade, interesse e respeito que apresentaram diante desta pesquisa.

À minha mãe Margarida Gomes, por sua generosidade e dedicação, por ter compreendido e respeitado a minha ausência para a escrita deste trabalho.

À minha irmã Vanessa Gomes Bitencourt pelo diálogo terapêutico em momentos que eu insistia em olhar para trás, por medo das consequências das minhas escolhas.

Ao meu irmão Ricardo Bitencourt, que por meio da arte, sempre me mostrou formas menos áridas de perceber a vida e as pessoas.

À minha amiga, Elyane Rangel, por sua amizade dedicada, por nossas conversas sobre sua experiência em trazer tantos bebês ao mundo como obstetra proporcionando-me um entendimento preliminar sobre a maternidade. Com sua experiência com mães, provou-me que diferentes gerações podem, sim, trocar experiências e ter um diálogo respeitando e, muitas vezes, aprendendo com as particularidades de cada área de conhecimento.

À minha amigona Ana Emília Cardoso por ter revisado este trabalho, no período de férias no insuportável calor de Porto Alegre, com sua pequena Anita às voltas, faço um agradecimento especial pela generosidade nestes anos de amizade.

À minha querida amiga Valdete Boni por nossa amizade madura, nossos diálogos feministas fervorosos sobre carreira e maternidade e por ter me recebido de forma tão acolhedora durante meu estágio doutoral em um fim de semana na sua casa na Espanha.

Ao meu divertido amigo Fernando José Taques por nossos ricos diálogos às margens do Mondego em Coimbra, regados muitas vezes pelos chás de tílias e por grande variedade de doces portugueses, que estimularam a produção de serotonina, tão abalada pela vivência da fase do Doutorado.

À amiga Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa por sua sincera amizade, solidariedade e principalmente sua objetividade de mestra ao dispor de seu tempo para ler este trabalho com todo seu cuidado e sua pontualidade de virginiana.

À minha querida irmãzinha de alma, Luciana Butzke, por ser sempre tão solidária comigo e cuidadosa com nossa amizade, dispondo de seu tempo para escutar sobre este trabalho de pesquisa.

À Cláudia Pozzi, pela super atenção auxiliando-me sobre os trâmites para estudar em Coimbra e sua atenção a todas as minhas solicitações via e-mails, que não foram poucas.

À amiga Renata Orlandi, a Renatinha, por nossos diálogos sobre as eventualidades da vida no doutorado.

À divertida Tais Evangelho, a Tatá, pelo início de uma amizade no espaço da BU escrevendo a tese.

À minha querida amiga Sandra Mara Merisio pela amizade acolhedora, sincera e compreensiva, durante o doutorado.

Ao amigo Rodrigo Lucas Dutra, especialmente ao auxílio com as tabelas dos requerimentos de postergação.

Aos meus amigos e amigas da turma de doutorado: Giane, Melissa, Carmem, Eduardo, Tiago, Waldenésio, Marilise, Zilas, Elflay, Nivaldo, pela convivência no primeiro ano do Doutorado.

Aos acolhedores, amigos e amigas do Centro dos Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em especial Beatriz Caitana, Carlos Nolasco e Maria Malcher.

Ao CNPq, pelo auxílio financeiro, por meio da bolsa de estudos por dois anos.

À CAPES, pelo auxílio financeiro, por meio da bolsa de estudos, para o estágio doutoral no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.

Para Sempre

Por que Deus permite
que as mães vão-se embora?

Mãe não tem limite,
é tempo sem hora,
luz que não apaga
quando sopra o vento
e chuva desaba,
veludo escondido
na pele enrugada,
água pura, ar puro,
puro pensamento.

Morrer acontece
com o que é breve e passa
sem deixar vestígio.

Mãe, na sua graça,
é eternidade.

Por que Deus se lembra
- mistério profundo -
de tirá-la um dia?

Fosse eu Rei do Mundo,
baixava uma lei:

Mãe não morre nunca,
mãe ficará sempre
junto de seu filho
e ele, velho embora,
será pequenino
feito grão de milho.

Carlos Drummond de Andrade (1985)

RESUMO

Historicamente, “ser mulher” esteve vinculado à maternidade. Ser mulher era ser mãe. E não havia espaço para mães na construção do conhecimento científico. Considerando a dimensão simbólica referente a subjetividade feminina, revolvi pesquisar as candidatas à Ciência a fim de compreender como as doutorandas percebem o significado da maternidade na fase do Doutorado. Especificamente: 1) Identificar a compreensão das doutorandas sobre a fase do Doutorado em relação à política da produtividade e 2) Identificar os significados da maternidade construídos na fase do Doutorado. A pesquisa foi qualitativa, com princípios da análise de conteúdo. O estudo foi do tipo multi-casos, com a técnica de coleta de dados e a entrevista semi-estruturada em profundidade. Foram objeto deste estudo 15 doutorandas da Universidade Federal de Santa Catarina nas áreas de Ciências Exatas, Ciências Biológicas, Ciências Humanas e Engenharias. Ainda para servir de apoio para este estudo, realizei observação participante nestas referidas áreas e análise documental de 152 requerimentos de prorrogação de tese. A fase do doutorado compreende diversas particularidades que dificultam a maternidade como: a pressão por produtividade que permeia o cotidiano destas acadêmicas, as complicadas conciliações entre doutorado/trabalho/família e a ausência de tempo para o lazer. Por isso, a maternidade é uma escolha “estranha”, pois o que vigora é um ideal de acadêmica solteira e sem filhos. Assim as acadêmicas sentem inseguranças/insatisfações por “viver de bolsa” e incertezas em relação ao futuro profissional, pois no exercício de auto-exigência, sentem-se que não estão atingindo o ideal de produtividade. Isto contribui para o surgimento de sofrimentos psíquicos e, conseqüentemente, o uso de psicotrópicos. A compreensão da maternidade é elaborada conforme a relação que a acadêmica vivencia com este estado. Para as acadêmicas sem filhos os significados da maternidade foram elaborados a partir de seus custos emocionais e

materiais, da impossibilidade de conciliar maternidade e tese; por um ideal de família nuclear, a idade ideal para se ter filhos e a experiência negativa das “outras” mulheres que são mães. Entre as acadêmicas grávidas, os significados foram elaborados a partir dos sentimentos de ter levado um “choque” com a presença da maternidade em suas vidas, o sentimento de medo e culpa de não conseguir estudar. No estado gestacional, as doutorandas começaram a questionar as desigualdades de gênero na universidade, logo o feminismo liberal. Entre as doutorandas mães, os significados da maternidade foram elaborados a partir de um novo uso do tempo, do sentimento de responsabilidade total pelo filho, não negociação da presença do pai e a culpa em relação ao não corresponder ao ideal imposto socialmente para a mulher acadêmica.

Palavras-chave: maternidade, fase de Doutorado, carreira acadêmica, mulheres, UFSC.

ABSTRACT

"Womanhood" has historically been associated with motherhood. And there was no space for them in the effective construction of scientific knowledge. Considering the symbolic dimension of female subjectivity, this work proposes to analyse women doctoral students to understand how these candidates for Science perceive motherhood during doctoral research. The work's specific goals were: 1) to identify the students' view of the doctoral period as regards the policy of productivity and 2) to identify the meanings ascribed to motherhood during the doctorate. The research conducted was qualitative and used the principles of content analysis. The multiple-case study used the techniques of data collection and in depth semi-structured interview. Fifteen doctoral students of the Federal University of Santa Catarina in the areas of Exact, Biological and Human Sciences and Engineering were the object of this analysis. To provide extra support for this study, I conducted participant observation in the above mentioned areas and a documental analysis of 152 applications for extension of the thesis' submission deadline. The doctoral period includes several aspects that make mothering very difficult. For example, the pressure for productivity permeates daily life, and to reconcile motherhood with the doctorate, the doctorate with work, and work time with leisure time becomes impossible. The imperative of "being productive" speaks loudest. Motherhood is therefore an odd choice against the ideal of the single, childless academic. Women academic researchers feel insecure/dissatisfied at depending on a research grant to live and about their professional future in general. In their demanding self-analysis they feel they are not reaching optimal productivity, which contributes to the emergence of psychological distress and consequent use of psychotropic drugs. Motherhood is conceived by each academic woman according to how they experience this stressful condition. For childless academics, the meanings of motherhood are elaborated from the notions of emotional and material cost, of the impossibility of reconciling

motherhood with a thesis for an ideal of nuclear family, of the limited age span for childbearing and the negative experience of "other" women (mothers). Among pregnant academics, the meanings of motherhood are drawn from the feeling of "shock" at finding themselves pregnant and the fear and guilt about not being able to study. During pregnancy, these doctoral students begin to question the gender inequalities that exist within the university, and liberal feminism itself. For the doctoral students who are mothers, the meanings of motherhood are drawn from a new use of time, of the sense of full responsibility for the child, of the non-negotiation of the father's presence, and of the guilt about not living up to the ideal that is socially imposed for women academics

Keywords: motherhood, doctoral phase, academic career, women, UFSC

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 A fase de doutorado.....	300
Figura 2 Os significados da maternidade no doutorado.....	301

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Relação dos cursos de doutorados oferecidos pela UFSC em 2008, segundo o ano de início avaliado pela CAPES com notas de 5 a 7 em 2007.....	50
Quadro 2 Relação dos cursos de doutorados oferecidos pela UFSC, por sexo dos/as docentes, no ano de 2008 e avaliados pela CAPES com notas de 5 a 7 em 2007.....	52
Quadro 3 A distribuição dos cursos de doutorado e percentil por sexo masculino e feminino entre doutoras/es tituladas/os pela UFSC (período de fev/1995 a fev/2008).....	54
Quadro 4 Relação dos cursos de Doutorado e percentil por sexo entre discentes regularmente matriculadas/os da UFSC (2009).....	56
Quadro 5 Informações referentes às doutorandas e construção da entrevista.....	71
Quadro 6 Informações sobre a função e a construção da entrevista referentes aos informantes coadjuvantes da pesquisa.....	73
Quadro 7 Os momentos da maternidade.....	113
Quadro 8 Relação ano de ingresso por área de conhecimento.....	151
Quadro 9 Relação entre ser bolsista por área de conhecimento	153
Quadro 10a Estado emocional e as dificuldades sentidas por doutorandas na área de conhecimento-Ciências Humanas.....	194

Quadro 10b Estado emocional e as dificuldades sentidas por doutorandas na área de conhecimento-Ciências Exatas.....	196
Quadro 10c Estado emocional e as dificuldades sentidas por doutorandas na área de conhecimento-Ciências Biológicas.....	196
Quadro 10d Estado emocional e as dificuldades sentidas por doutorandas na área de conhecimento-Engenharias.....	197
Quadro 11 Relação dos motivos para cursar por doutorandas na área de conhecimento.....	199
Quadro 12 Motivos de prorrogação de ordem objetiva na área das Ciências Exatas (período 2003-2009) por sexo.....	218
Quadro 13 Motivos de prorrogação de ordem subjetiva na área das Ciências Exatas (período 2003-2009) por sexo.....	219
Quadro 14 Motivos de prorrogação de ordem objetiva na área das Ciências Humanas (período 2003-2009) por sexo.....	220
Quadro 15 Motivos de prorrogação de ordem subjetiva na área das Ciências Humanas (período 2003-2009) por sexo.....	221
Quadro 16 Motivos de prorrogação de ordem objetiva no campo das Ciências Biológicas (período 2003-2009) por sexo.....	222
Quadro 17 Motivos de prorrogação de ordem subjetiva no campo das Ciências Biológicas (período 2003-2009) por sexo.....	223
Quadro 18 Faixa etária e sexo dos filhos das doutorandas.....	273
Quadro 19 Relação entre a profissão dos companheiros das doutorandas mães e a participação destes nas tarefas domésticas e no cuidado dos filhos.....	291

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC - Academia Brasileira de Ciência

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CFH - Centro de Filosofia e Ciências Humanas

CED - Centro de Ciências da Educação

CCB - Centro de Ciências Biológicas

CSE - Centro Sócio-Econômico

CCE - Centro de Comunicação e Expressão

CEFET-PR - Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná

CES - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CTC - Centro Tecnológico

DAE - Departamento de Administração Escolar

FEUC- Faculdade de Economia

FCT - Fundação de Ciência e Tecnologia

HU - Hospital Universitário

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFES - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MS- Ministério da Saúde

NPD - Núcleo de Processamentos de Dados da UFSC

NDI - Núcleo de Desenvolvimento Infantil

ONU- Organizações das Nações Unidas

PRPG - Pró-Reitoria de Pós-Graduação

PROEX - Programa de Excelência da CAPES

PROF - Programa de Fomento à Pós-Graduação

PGSP - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação

RICYT - Rede Iberoamericana de indicadores de Ciência e Tecnologia

SEAD - Secretaria de Educação a distância

SEPM - Secretaria Especial de Políticas para Mulheres

UC - Universidade de Coimbra

UM - Universidade do Minho

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

USP - Universidade de São Paulo

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

UTI - Unidade de Terapia Intensiva

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	28
PRIMEIRA PARTE: O DIÁLOGO PRODUZIDO NO CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.....	46
CAPÍTULO 1- OS CRITÉRIOS METODOLÓGICOS PROPÍCIOS PARA A CONDIÇÃO DE UMA PESQUISADORA: IMPLICAÇÕES INSTITUCIONAIS E SUBJETIVAS NA ELABORAÇÃO DA TESE	46
1.1. A ORGANIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO DA UFSC: SITUANDO O CONTEXTO DA PESQUISA	48
1.2. DE CANDIDATA À CIÊNCIA A “DOUTOR”.....	59
1.3. A PRIMEIRA “PEDRA” ENCONTRADA: O ACESSO AOS DADOS REFERENTES AOS CURSOS DE DOUTORADO	61
1.4. A SEGUNDA “PEDRA”: O ACESSO AOS REQUERIMENTOS DE PRORROGAÇÃO DE TESE.....	63
1.5. A TERCEIRA “PEDRA”: O LADO ESTRANHO DO “FAMILIAR”	68
1.6. O ESTÁGIO DOUTORAL NO CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS (CES) DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – (UC).....	76
SEGUNDA PARTE - A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MATERNIDADE E O HABITUS CIENTÍFICO SOCIALMENTE REPRODUZIDO.....	80
CAPÍTULO 2 - O VALOR SOCIAL ATRIBUÍDO À MATERNIDADE PARA DEFINIR O “SER MULHER”	80
2.1. A FORÇA DO DISCURSO MODERNO PARA DEFINIR O “SER MULHER”	83

2.2. A MATERNIDADE COMO UM DESTINO SOCIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO	93
2.3 AS FASES FEMINISTAS EM RELAÇÃO À DEFINIÇÃO DO “SER MULHER”	96
2.2.1. A PRIMEIRA FASE FEMINISTA	97
2.2.2. A SEGUNDA FASE FEMINISTA	103
2.2.3. A TERCEIRA FASE FEMINISTA	106
2.3. O FEMINISMO E A QUESTÃO DA MATERNIDADE	113
CAPÍTULO 3 – A RELAÇÃO ENTRE O HABITUS ACADÊMICO E O GÊNERO NA FASE DO DOUTORADO	121
3.1. UMA BREVE DESCRIÇÃO SOBRE A CONFIGURAÇÃO DO CAMPO CIENTÍFICO/ ACADÊMICO	121
3.2. A PRESENÇA FEMININA NO CAMPO CIENTÍFICO/ACADÊMICO	137
3.3. A RELAÇÃO ENTRE PRODUTIVIDADE CIENTÍFICA E GÊNERO.....	144
TERCEIRA PARTE: OS SIGNIFICADOS CONSTRUÍDOS POR DOUTORANDAS DA UFSC EM RELAÇÃO À MATERNIDADE NA FASE DO DOUTORADO	150
CAPÍTULO 4. AS COMPREENSÕES DAS DOUTORANDAS SOBRE A FASE DE DOUTORADO	150
4.1. ALGUNS FATORES QUE PODEM INFLUENCIAR A COMPREENSÃO DA FASE DO DOUTORADO ENTRE AS DOUTORANDAS.	152
4.2. AS ESPECIFICIDADES DE CADA ÁREA DE CONHECIMENTO.....	169
4.3. O ESTADO EMOCIONAL DAS DOUTORANDAS E SUAS TÁTICAS PARA LIDAR COM A PRESSÃO DO DOUTORADO.....	178
4.3.1. O RE/CONHECIMENTO DA DEPRESSÃO NO CAMPO ACADÊMICO PELAS DOUTORANDAS	179
4.3.1.1. O CASO INÊS.....	179
4.3.1.2. A CONSULTA DE INÊS NO PSIQUIATRA.....	182
4.3.2. OS MOTIVOS PARA ESTAR NO CAMPO, APESAR DAS DIFICULDADE.	200
4.4. A PERCEPÇÃO SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO PARA AS DOUTORANDAS	204
4.4. A LEITURA DOS REQUERIMENTOS DE PRORROGAÇÃO DE TESE...	211
4.4.1. OS MOTIVOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS PARA PRORROGAR A TESE	218

CAPÍTULO 5 – A COMPREENSÃO DA MATERNIDADE NA FASE DO DOUTORADO	230
5.1. QUANDO NÃO SE É MÃE NO DOUTORADO.....	234
5.1.1. A TESE É UM FILHO: RENÚNCIAS FEITAS A PARTIR DE VIVÊNCIAS COM AS EXPERIÊNCIAS “DA OUTRA”: A MÃE	238
5.1.2. PROJETO DE CASAMENTO E MATERNIDADE: A QUESTÃO DO TEMPO E DOS MODELOS IDEAIS PARA CONCEBER.....	252
5.2. QUANDO SE FICA GRÁVIDA: ENTRE MEDOS E ALEGRIAS DE “SER MÃE” NA FASE DO DOUTORADO	258
5.3. QUANDO SE É MÃE NO DOUTORADO	265
5.3.1. COMO AS DOUTORANDAS CUIDAM DE SEUS FILHOS.....	273
5.3.2. QUEM COLABORA CUIDANDO DOS FILHOS DAS DOUTORANDAS.....	289
5.3.4. A EXPERIÊNCIA DA MATERNIDADE COMO UMA NOVA VISÃO DE MUNDO PARA AS DOUTORANDAS	295
5.4. DIALOGANDO SOBRE OS SIGNIFICADOS DA MATERNIDADE NA FASE DO DOUTORADO	298
6. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DAS DOUTORANDAS COM A MATERNIDADE	302
-REFERÊNCIAS-	307
SITES CONSULTADOS	325
APÊNDICE 1	328
ANEXO 1	332

INTRODUÇÃO

O presente estudo abordará a compreensão de doutorandas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) sobre a maternidade durante a fase do Doutorado, procurando identificar como elas lidam com a questão no curso. Os efeitos da política da produtividade nas escolhas destas acadêmicas foram a base de partida deste trabalho. A pesquisa de campo foi realizada com três coletivos compostos de: mulheres sem filhos; mulheres gestantes e mulheres mães. Nestes grupos descrevemos as referências de maternidade compartilhadas para compor o presente estudo.

A discussão sobre as desigualdades de gênero relativas ao campo¹ científico/acadêmico² tornou-se bastante visível no contexto brasileiro, quando, em 2005, a Secretaria de Políticas para Mulheres (SEPM)³ em parceria com Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), lançou o edital: Construindo a Igualdade de Gênero. O objetivo era premiar monografias que desenvolvessem o tema “Gênero e Ciências” nos diferentes níveis de ensino.

Além deste estímulo dado às pesquisadoras preocupadas com a temática de gênero - por meio do Programa Mulher e Ciência⁴ -, a SEPM

¹ No sentido bourdieusiano, como um sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em batalhas anteriores), o campo científico é o locus de uma competição, no qual está em jogo, especificamente, o monopólio da autoridade científica, definida, de modo inseparável, como a capacidade técnica e o poder social, ou, de outra maneira, o monopólio da competência científica, no sentido da capacidade reconhecida socialmente de um agente falar e agir legitimamente em assuntos científicos (BOURDIEU, 1975).

² Os termos acadêmico e científico nesta pesquisa possuirão o mesmo sentido, pelo fato da atividade científica no Brasil ser na grande maioria realizada dentro da universidade pública, portanto, o cientista deve ser compreendido como acadêmico com o título de “Doutor”, que é docente e faz investigações em uma instituição contribuindo assim para o desenvolvimento científico e tecnológico da sociedade por meio de seus resultados. No entanto, vale ressaltar que, ser acadêmico não necessariamente implica ser cientista, mas para ser cientista conseqüentemente o acadêmico terá que participar do campo com o objetivo de construir uma carreira na ciência para ser reconhecido futuramente pelos agentes que compõem a sua área específica dentro do campo.

³ Para mais informações ver: Programa Mulher e Ciência. Disponível em: http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/spm_cnpq.htm. Acesso em: 03-11-2010.

⁴ O programa Mulher e Ciência faz parte de um dos programas desenvolvidos pela SEPM, que, atualmente desenvolve seis programas sobre mulher/gênero. São eles: o programa de enfrentamento à feminização da DST e AIDS; o Programa Pró-equidade de Gênero; o Programa Gênero e Diversidade na Escola; o Programa Mulheres Construindo Autonomia na Construção Civil e o Programa Trabalho, Artesanato, Turismo e Autonomia das mulheres. Para mais informações ver Programas. Disponível em:

também realizou encontros nacionais de núcleos e grupos de pesquisa chamados “Pensando Gênero e Ciências”, na cidade de Brasília em 2006 e 2009. Estes encontros nacionais têm produzido diálogos com o fim de lançar propostas para corrigir as desigualdades de gênero ainda presentes no campo científico brasileiro.

O primeiro Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa aconteceu em 2006. Ao seu final, foi elaborado um relatório⁵ composto de uma série de recomendações para as instituições direcionadas à produção científica. Dentre as quais destacaram-se: a elaboração de indicadores de gênero/etnia; a educação científica livre de estereótipos de gênero; a representação igualitária de gênero nos comitês científicos, agências e sociedades científicas; a atenção às publicações científicas e tecnológicas com o enfoque de gênero; financiamentos que prezem a problemática de gênero nos editais das agências de fomento; ações afirmativas em Ciência e Tecnologia, a institucionalização e o fortalecimento de núcleos e grupos de pesquisa e a promoção e carreira.

Em relação a esta última recomendação, que compreende a igualdade de gênero na promoção e carreira, solicitou-se às agências de fomento que tratem a acadêmica no período da licença-maternidade como um caso particular, como uma exceção entre os homens e as outras mulheres sem filhos recém-nascidos (incluindo os filhos adotados). Conforme o relatório redigido e publicado no site da SEPM, recomendou-se que:

As mestrandas e doutorandas tenham direito à ‘licença-maternidade’ (gestante e adoção), ampliando assim o tempo para conclusão do curso de pós-graduação assegurando-se o recebimento da bolsa respectiva nesse período. (SEPM, Brasília, 31 de março 2006)

Em meados de 2009, a SEPM promoveu o segundo Encontro de Núcleos e Grupos de Pesquisa, que salientou às agências de fomento CNPq e à coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior

http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm/acoes_prog_proj/. Acesso em 03-11-2010

⁵ Em anexo nº1 as recomendações elaboradas pelas/os participantes do Encontro nacional dos núcleos e grupos de pesquisa “Pensando Gênero e Ciência” (encontros referentes aos anos de 2006 e 2009).

(CAPES) que incorporassem em suas políticas a perspectiva de gênero para compensar as desigualdades históricas vivenciadas pelas mulheres no campo científico/acadêmico brasileiro.

Entre as diversas reivindicações encaminhadas às agências de fomento, a questão da licença-maternidade no campo acadêmico ainda prevaleceu no item direitos e representações, pois não se assegurou o recebimento da bolsa neste período. Assim sendo, o período da licença-maternidade permaneceu como sendo um período incluso no tempo de titulação da estudante.

Desta forma, o prazo para a defesa da tese ou da dissertação, independentemente da mestranda ou doutoranda estar ou não em licença-maternidade, continuou sendo 24 meses para a defesa de dissertação de mestrado e 48 meses para defesa de tese de doutorado. Segundo o relatório do encontro de 2009, foi sugerido às agências de fomento:

Reconhecer o direito às licenças-maternidade e paternidade, com concessão pela CAPES de bolsas de mestrado e doutorado, com ampliação da bolsa do CNPq para 120 dias e a não inclusão do período de licença no tempo de titulação da aluna. (SEPM, Brasília, 24 a 26 de agosto de 2009).

Partindo desta solicitação, verifica-se que além das recomendações ao CNPq para ampliação da bolsa para mais quatro meses e não contagem do período de licença no tempo de titulação da aluna, enfatizou-se também a licença-paternidade, reconhecendo, portanto, a participação e a importância do papel do pai na criação do recém-nascido.

Com relação ao número de dias concedidos para as mães, fica subentendido que o cuidado do recém-nascido compete em grande parte à mulher, pois enquanto os homens⁶ permanecem cinco dias ao lado do recém-nascido⁷, as mulheres ficam 120 dias em licença. No contexto

⁶ Nos termos do art. 7º, inciso XIX da CF/88 c/c art. 10, § 1º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF/88, o prazo de licença – paternidade é de cinco dias. A licença - paternidade possibilita ao trabalhador ausentar-se do serviço, para auxiliar a mãe de seu filho, que não precisa ser necessariamente sua esposa, no período de puerpério (período que se segue ao parto até que os órgãos genitais e o estado geral da mulher retornem à normalidade) e também registrar seu filho. Para mais informações ver Guia Trabalhistas. Disponível em: http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/ferias_licenca_paternidade.htm Acesso em : 01-11-2010.

⁷ Segundo as Políticas Públicas Brasileiras, a saúde do recém-nato encontra-se diretamente relacionada ao aleitamento materno. A importância do aleitamento materno entre o nascimento

brasileiro, a explicação sobre a diferença entre os dias de licença para um pai e uma mãe é dada por meio das campanhas feitas pelo Ministério da Saúde (MS), que enfatizam a importância da amamentação.

Estas campanhas têm destacado que todas as mulheres devem amamentar sua criança até pelo menos seis meses para não comprometer posteriormente o processo de desenvolvimento mental e físico da criança. Podemos verificar esta responsabilidade em alguns *slogans*⁸ feito pelo MS e também em materiais que envolvem a participação de atrizes e cantoras brasileiras⁹.

Outra recomendação deste encontro de 2009 esteve relacionada ao estabelecimento de um distintivo no Currículo Lattes sobre o período em que a acadêmica encontra-se em licença-maternidade, evidenciando a preocupação das pesquisadoras com a produção científica da mulher com filho recém-nascido. No relatório constou a seguinte recomendação: “rever o Currículo Lattes, com vistas à incorporação de novas categorias e seções (licença-maternidade)”. (SEPM, Brasília, 24 a 26 de agosto de 2009).

Conforme discorrido, a questão da maternidade ao ser discutida pela SEPM, sugeriu mudanças em uma perspectiva de gênero, visando alterar as normas estabelecidas pelas agências de fomento, especialmente em relação ao prazo referente às defesas e ao recebimento da bolsa de estudos. Portanto, salientou-se diretamente a possibilidade da mestranda ou doutoranda ter filhos neste período.

Partindo desta perspectiva, podemos pressupor que as mulheres podem ter uma condição diferente, em função da gestação ocorrida em

e até seis meses de vida da criança relaciona-se aos nutrientes disponíveis neste tipo de secreção exclusivamente, a saber anticorpos, que são elementos produzidos pelo corpo da mãe que suprem a necessidade do bebê até o sexto mês, haja vista que neste período de vida a maturidade do sistema imunológico encontra-se ainda em desenvolvimento. Outra função muito importante é a hidratação do recém-nascido, pois é por este mecanismo de alimentação que a criança pode obter a suas necessidades diárias de água. Para mais informações consultar: Saúde da mulher e da criança. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br>. Acesso 03-11-2010

⁸ Dentre estes *Slogans* podemos destacar em 2008: “Nada mais natural que amamentar. Nada mais importante que apoiar”; em 2009: “Amamentação em todos os momentos. Mais saúde, carinho e proteção” e, em 2010: “Para você é leite. Para a criança é vida”. Podemos verificar o alto teor de responsabilidade para a mulher com o recém-nascido inclusive com a participação de mulheres artistas brasileiras, nacionalmente reconhecidas. Disponível em: [:http://portal.saude.gov.br](http://portal.saude.gov.br). Acesso em 03-11-2010

⁹ Entre as atrizes e cantoras das últimas campanhas do MS estiveram fazendo propagandas para o MS as cantoras Ivete Sangalo e Cláudia Leitte e a atriz Nívea Stelman, todas demonstrando um corpo saudável segundo padrões estéticos de saúde contemporâneos e exibindo um estado de felicidade e realização pelo fato de estarem amamentando seus filhos.

período determinado, o que não significa que haja redução da capacidade intelectual da mulher. Esta diferença, por sua vez, poderá alterar as normas estabelecidas pelas agências de fomento. Neste sentido, a decisão pela maternidade no período do Mestrado e Doutorado é percebida como complexa, pois cria complicações para atender a política de produtividade exigida pelas agências de fomento (BIANCHETTI; MACHADO, 2009; BIANCHETTI, 2006; FIDALGO, 2009; FERREIRA *et alii*, 2008; AQUINO, 2009).

Ainda assim, a decisão de ser mãe durante a pós-graduação é considerada um direito da mulher. A diferença de gênero foi avaliada como algo que a instituição científica precisa programar-se, portanto adequar-se para receber a acadêmica mãe. Isto deve se dar com os órgãos de financiamento da atividade científica mudando as regras institucionais pelo reconhecimento da diferença da mulher gestante no meio acadêmico, ou seja, tratando a maternidade como uma diferença socialmente reconhecida.

No entanto, sabemos que a maternidade ainda é tratada como um problema exclusivo das mulheres, pelo fato de que ainda são elas “as capazes de gestar”. Na sociedade brasileira, o papel social da maternidade tem um peso específico para a mulher (TAVARES, 2008). Entre as mulheres que objetivam construir uma carreira profissional, muitas, ao considerar o tempo e a dedicação que a construção de uma carreira exige, adiam ou abandonam definitivamente o projeto de casamento e maternidade (AQUINO, 2009; HEWLETT, 2008). Na pós-graduação, esta escolha pela não-maternidade entre alguns grupos de mulheres é justificada pelo tempo utilizado para se cuidar de uma criança.

A conciliação entre carreira e maternidade é vivenciada como um período bastante trabalhoso por grande parte das mães que participam ativamente do mercado de trabalho. Segundo Estela Maria Aquino (2009), mesmo que estas mulheres tenham companheiros que participem na divisão das tarefas domésticas e no cuidado com os filhos pequenos, o papel da maternidade ainda pesa sobre as mulheres, especialmente durante o período de gestação e amamentação.

As acadêmicas que se casam com outros acadêmicos encontram rivalidade e que não solidariedade em seus parceiros. Existe, no campo acadêmico, competitividade declarada, mesmo entre marido e mulher. Os acadêmicos não ficam com os filhos para que a esposa possa fazer viagens, cumprir os rigorosos prazos acadêmicos e entregar seus trabalhos (AQUINO, 2009).

Neste contexto, a pressão da política da produtividade caracteriza a escolha pela maternidade no doutorado como uma decisão que poderá ocasionar um “abrandamento maléfico” para uma carreira que exige dedicação, inclusive nos fins de semana (VELHO; PROCHASKA, 2002). O retorno ao cotidiano após a licença-maternidade é visto como algo bastante dificultoso, uma vez que a vida acadêmica é repleta de exigências.

Assim sendo, para as mulheres altamente qualificadas, o problema parece ser ainda mais delicado. As acadêmicas, por estarem em campos de acirrada competição, necessitam de tempo disponível para construir suas carreiras. A idade reprodutiva de uma mulher acadêmica entra neste contexto questionando, logo desafiando as normas estabelecidas e tecendo a trama de conflitos entre a diversidade feminina presente atualmente no campo científico.

Recentes estudos de gênero (FERREIRA *et alii*, 2008; AQUINO, 2009) e outros relacionados à cultura acadêmica (BIANCHETTI, 2006; LUZ, 2008; MORAES, 2006; FREITAS, 2006; EVANGELISTA, 2006; WATERS, 2006 e BIANCHETTI; MACHADO, 2009) em âmbito de pós-graduação têm, como princípio norteador, a crítica à produtividade, vista como conturbadora do cotidiano acadêmico. A exigência de produtividade é representada pelo ato desenfreado de mensurar o conhecimento científico a partir do número de publicações e citações que autores/as produzem.

Esta exigência de produzir, ou seja, publicar, tem sido uma matriz orientadora para a construção/manutenção de uma carreira. Mas, também uma forma de limitar as/os agentes no campo acadêmico em suas escolhas de vida além da academia. Madel T. Luz (2008) fala da obsessão pela produtividade entre profissionais altamente qualificados incluindo especialmente as/os acadêmicas/os. Refletindo sobre esta tendência a autora constata que:

O trabalhador é reduzido à condição de indivíduo. As tarefas, individualizadas e muitas vezes isoladamente cumpridas, no que concerne aos técnicos qualificados de todos os ramos (o que inclui certamente os pesquisadores), devem ser executadas em silêncio, no ritmo rápido e preciso das máquinas, virtuais ou não, em busca de uma produtividade otimizada. Esta busca de otimização de produtividade, aliás, tornou-se o objetivo que dá sentido às atividades da vida

social da maior parte dos técnicos e pesquisadores. Para uma parte crescente dos mesmos tornou-se verdadeira obsessão. (p. 209).

Lucídio Bianchetti propõe pensarmos em outra cultura que promova uma reflexão, ou seja um “processo reeducativo”, que venha a ser o objetivo do ensino e da pesquisa na pós-graduação. Em relação a esta política da produtividade Bianchetti (2006) salienta que:

[...] a imposição rigorosa da avaliação privilegiando o fator tempo e daí decorrendo punições irreversíveis pode se constituir numa boa fórmula para melhorar estatísticas, mas certamente atenta contra o que caracteriza um processo educacional. Também não estamos querendo afirmar que não devam existir prazos ou que estes não devam ser cumpridos. A questão central refere-se à necessidade de tempo para criar outra cultura, um processo reeducativo dos envolvidos na pós-graduação. (p.167-168).

É devido à atual política de produtividade no campo acadêmico que muitas mulheres sofrem discriminações quando decidem pela maternidade. Na análise do autor Luiz Otávio Ferreira et alii, (2008) centrada na questão da produtividade entre homens e mulheres, a conciliação entre carreira e maternidade é o foco central para verificar a diferença entre homens e mulheres na produção acadêmica. Alguns estudos (COLE; ZUCKERMAN, 1987) postulam que a maternidade não influencia na produtividade feminina, pois a responsabilidade estaria centrada predominantemente no indivíduo.

No entanto, o outro trabalho do autor Scott Long, (1992) argumenta, contrariamente, que a maternidade influencia, sim, no desempenho da profissão, uma vez que exige dedicação da mulher aos filhos pequenos, incluindo também uma boa dose de afazeres domésticos. Logo, as mães têm um tempo menor para se dedicarem à carreira acadêmica.

Neste sentido, a escolha pela maternidade pode ser reconhecida como uma escolha negativa para a construção da carreira acadêmica. Esta evidência sobre a negatividade da maternidade na carreira acadêmica em 2005 esteve em pauta na mídia internacional quando o

reitor Laurence Summer¹⁰, em exercício na época, da Universidade de Havard, pronunciou um discurso que obteve enorme repercussão. Laurence Summer afirmou que as mulheres “naturalmente” não tinham aptidão para ciências exatas, e que a grande vilã para tal incapacidade seria a maternidade, pois as cientistas mães estariam limitadas a participarem de reuniões nos fins de semana devido aos filhos pequenos.

As mulheres acadêmicas, no entanto, mostram que uma situação não está diretamente vinculado à outra, ou seja, não há uma distinção entre ser mãe e ser acadêmica. Podemos constatar no cotidiano do campo acadêmico que geralmente a cientista não irá declarar que é mãe por não ter participado de uma reunião mesmo que o filho esteja doente ou quando participou de um processo seletivo e precisou dividir estrategicamente o tempo para estudos e para o cuidado dos filhos. Ainda assim, não há qualquer vantagem em anunciar a maternidade no campo acadêmico, pois esta não é reconhecida pela instituição, ou seja, esta condição ainda não tem reconhecimento efetivo neste espaço.

No campo acadêmico não há esta distinção declarada, pois a política é centrada na lógica igualitária, ou seja, oportunidades iguais para todas/os. Neste sentido, sair desta lógica repercutirá na opinião pública desencadeando conflitos entre opiniões, portanto resistências sobre a implementação de novas políticas corretoras de desigualdades sociais.

Para exemplificar melhor este conflito sobre a forma que são tratadas as diferenças podemos destacar a polêmica declarada sobre o estabelecimento de cotas para “negros/as” nas universidades federais. Tal medida repercutiu na opinião de intelectuais, alguns se posicionaram contra¹¹ e outros a favor¹² das cotas, sendo que cada grupo construía sua linha argumentativa para assim sustentar tal reivindicação de cotas para negras/os ou desconsiderá-la.

Este debate tornou-se uma guerra discursiva na opinião pública nacional. Como seria se em vez de cotas para negros fosse estabelecida

¹⁰ Para mais informações ver: O Reitor de Harvard diz que as mulheres têm menor aptidão para a Ciência. A DISCRIMINAÇÃO. Disponível em: <http://www.apagina.pt/arquivo>. Acesso em 02/10/2005. <http://sistemas.aids.gov.br/imprensa/Noticias.asp?NOTCod=62431>. Acesso em 02/07/2007.

¹¹ Para mais informações ver: Intelectuais lançam manifesto contra as cotas.. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/sitesimon/?p=83&lang=pt-br> . Acesso em 23/09/2010.

¹² Para mais informações ver: O congresso recebe agora pró-cotas, Disponível em http://www.universia.com.br/noticia/materia_clipping.jsp?not=31939. Acesso em 23/09/2010.

uma medida que contemplasse prioritariamente acadêmicas mães com vagas ou bolsas de estudos durante o Mestrado e Doutorado?

Partindo desta perspectiva, a reivindicação de um tratamento diferenciado para as acadêmicas mães ainda se apresenta como uma reivindicação com baixa visibilidade no campo acadêmico, sendo pouco apoiada por seus membros institucionais.

Na prática, a grande maioria das acadêmicas não tem discutido a maternidade no campo acadêmico, e quando o faz, suas medidas são inexpressivas devido ao pouco interesse que as próprias mulheres têm pela maternidade por razões já citadas anteriormente, como a falta de tempo e o receio de que a maternidade possa atrapalhar suas carreiras.

Neste sentido, pressupõe-se que falar da maternidade no campo acadêmico é discutir a própria constituição estrutural deste espaço, portanto questionar a própria história da instituição científica.

A relação entre mulheres e ciência foi marcada historicamente por discursos que afirmavam a impossibilidade da mulher participar do campo científico¹³, contrapondo sua característica essencialmente reprodutora à cultura organizacional das instituições científicas.

A história da ciência, datada institucionalmente no século XVII, foi marcada pela descorporificação do sujeito. A objetividade que construiu o campo científico reflete um tipo de subjetividade particular, simbolicamente forjado na masculinidade cultuada no Ocidente (KELLER, 1996). Valores como competição, individualismo e neutralidade moldaram a representação do cientista do século XIX (SCHIENBINGER, 2001).

Esta representação, conjugada às normas e às práticas dos cientistas, constituem o campo científico como um espaço ocupado por sujeitos dispostos a acumular capital científico¹⁴ para concorrer com seus pares. Este capital pode servir como um distintivo necessário para saber/poder ser conhecido/reconhecido neste campo (BOURDIEU, 2004), logo se fazer convencer, dando legitimidade a sua prática (LATOUR, 2000).

As mulheres cientistas não participaram do processo que envolveu a institucionalização da Ciência e, conseqüentemente, sofreram sérios prejuízos relativos à forma como foi estruturada a instituição científica. Assim, é necessário explorar novos olhares, para

¹³ Estes discursos serão discutidos na terceira parte deste texto.

¹⁴“O capital científico é uma espécie particular de capital simbólico (o qual, sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares concorrentes no interior do campo científico”. (BOURDIEU, 2004, p. 26).

discutir como esta invisibilidade das mulheres na história das Ciências pode ser discutida, contribuindo com uma análise de gênero na instituição universitária e focando especialmente a complexidade presente na relação entre carreira e maternidade para as doutorandas em idade reprodutiva¹⁵ durante a fase do Doutorado.

As mudanças sociais ocorridas na situação econômica e social das mulheres têm proporcionado experiências menos desiguais para as novas gerações, pois são inegáveis as transformações na vida das mulheres ocidentais nas últimas décadas, bem representadas pela entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, pela crescente escolarização feminina, pelo uso de contraceptivos e pela denúncia de violências (BADINTER, 2005).

Contudo, esta autonomia feminina tão reivindicada pelos movimentos feministas, tem implicado em diversas contradições (BOZON, 1995). Entre as acadêmicas entrevistadas neste estudo, as contradições são sentidas dentro de um contexto marcado pela cultura que preza a produtividade e pela masculinidade hegemônica¹⁶. Os conflitos vivenciados pelas mulheres em idade reprodutiva no espaço acadêmico confirmam uma cultura que não diferencia as condições particulares de seus participantes (TAVARES, 2008) e o ato de ignorar estas diferentes condições acaba pesando sobre as mulheres que decidem ser mães.

Os discursos essencialistas¹⁷, emergentes do século XIX, que utilizaram a maternidade como uma âncora conceitual na definição da feminilidade, ainda tendem a influenciar a escolha feminina, especialmente na instituição universitária (TAVARES, 2008).

De acordo com Londa Schienbinger (2001) a constituição da identidade feminina, por meio de atributos associados à esfera das emoções, excluiu simbolicamente as mulheres do trabalho científico.

¹⁵A idade reprodutiva inicia com a primeira menstruação e se encerrará quando a mulher parar totalmente de menstruar. A menstruação é um sangramento resultante da queda do endométrio secretor que é eliminado pela vagina seguido de sangramento, pois ao descamar os vasos sanguíneos que nutrem o endométrio ficam expostos e abertos (REZENDE; MONTENEGRO, 1988).

¹⁶ O autor Robert Connel definiu a masculinidade hegemônica como uma forma de capacidade de impor uma definição normativa exclusiva do que seja ser “homem”. Segundo o autor, este modelo comportamental exaltado compreende a agressividade, a competitividade, ou seja, a procura pelo sucesso e poder, além da aversão a tudo que se relacione ao socialmente representado como feminino. Para mais informações ver: CONNELL, Robert. Políticas de masculinidade. In: Educação e Realidade, 20 (2), jul/dez, 1995. p.185-206.

¹⁷ Lembrando que as feministas não criaram estes discursos, mas utilizaram logo se apropriaram deste discurso como tática política (SOIHET, 2006).

Deste modo, a representação da identidade feminina na figura da mãe e do cientista em um corpo masculino ainda tende a influenciar as representações sociais.

Segundo a física Elisa Baggio Saitovitch, “a imagem de cientista que predomina na sociedade é de um homem de meia-idade e de comportamento anti-social, atuando em um meio de trabalho científico essencialmente masculino” (2006, p. 54).

Podemos observar que a mulher dedicada à Ciência irá confrontar subjetivamente a relação entre ser mãe e ser profissional. Os homens que são pais não entendem esta situação, pois nunca vivenciam o lado propriamente biológico da maternidade (SCAVONE, 2004) constituído de fenômenos como a gestação, o parto e a amamentação.

Desta forma, o presente estudo, centrado na compreensão das acadêmicas mães e sem filhos sobre a maternidade durante a fase do Doutorado, contribuirá com uma discussão sobre a maternidade e como esta tem sido compreendida no campo acadêmico. Aborda também as mudanças necessárias para que a questão/situação da maternidade possa tornar-se uma não-questão para as estudosas sensibilizadas com esta problemática e para a mulher que vive esta situação.

Assim sendo, a participação da comunidade acadêmica composta de discentes, docentes e técnicas/os administrativas/os neste debate tornou-se fundamental para compreendermos toda a dinâmica que envolve a questão da maternidade na fase do Doutorado (Araújo, 2006), sendo que esta fase é compreendida como um tempo que exige muita dedicação, no qual podem ocorrer imprevistos que ameaçam a lógica pautada na produtividade. A socióloga Emília Rodrigues Araújo (2006), que tem investigado particularmente a fase do Doutorado, destaca que esta fase:

[] pode coincidir com outros tipos de fase que exigem investimento emocional e temporal por parte dos indivíduos. Pode, por exemplo, justapor-se a experiências, como a do casamento, do divórcio, da gravidez (não planejada), da doença e/ou da morte de familiares. Dada a importância socialmente atribuída ao doutoramento, e em virtude do valor simbólico e material que este recolhe no seio do campo acadêmico, é de considerar que qualquer uma das experiências entendidas como “faseáticas” por parte dos indivíduos possa vir a afetar, na maior

parte das vezes negativamente, a experiência do tempo para doutoramento (ARAÚJO, 2006, p.17).

Partindo desta constatação da autora Emília Araújo, elegemos na construção desta tese, um dos problemas que podem afetar negativamente a fase do Doutorado, neste caso a gravidez e, conseqüentemente, a maternidade.

Diante da gravidez programada ou não, podemos perceber que a acadêmica mãe nota "um buraco no seu currículo" ou então "um período de inércia que não pode ser justificado pelo motivo de ter filhos que dependem delas para sobreviver". Esta conciliação é percebida por algumas cientistas como um quesito negativo para se manter no campo acadêmico.

A pesquisadora Mayara Zatz da Universidade de São Paulo (USP) compartilhando desta evidência que a maternidade é um quesito negativo para a dinâmica vivenciada na construção da carreira acadêmica, compreende que: "quando a mulher tem filho, obviamente fica com menos tempo para a pesquisa e acaba perdendo competitividade em relação aos homens de carreira" (ZATZ, 2007).

Léa Velho da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) comenta que: "pesquisa é quase um sacerdócio, com jornadas de 12 a 14 horas de trabalho, sem sábado, nem domingo, depois da maternidade poucas manterão esse ritmo. E se mantiverem, pagarão um preço alto, a culpa" (VELHO, 2007).

Outro problema que a incidência da maternidade na carreira acadêmica pode acarretar está relacionado à distribuição de postos de chefia. Segundo Maria Estela Aquino (2009), a baixa produtividade das mulheres acadêmicas está vinculada ao aumento do número de filhos. Por isto, as mulheres com mais filhos tendem a participar menos de congressos e publicações científicas. Este fato faz com que tenham dificuldade em construir e manter uma rede de relacionamentos no campo científico e, portanto, tendem a sofrer impactos negativos na sua produtividade e no estabelecimento de contatos por meio de redes formadas em viagens de médio e longo prazo para o exterior.

No momento da chegada dos filhos, as dificuldades na carreira acadêmica tendem a aumentar. Muitas acadêmicas mães são obrigadas a fazer escolhas como o adiamento da ocupação de cargos e a menor disponibilidade para viagens de estudos por causa dos filhos.

Na produção científica no Brasil também pode-se verificar um declínio significativo da participação das mulheres entre 35 a 39 anos.

Somente entre 40-50 anos o número de mulheres com maior produtividade acadêmica começa a crescer¹⁸. Partindo de explicações do campo da Medicina, esta escolha pontual pela maternidade nesta idade, até os 39 anos, pode estar relacionada à influência do discurso médico, que salienta a probabilidade de uma mulher com mais de 40 anos ter o primeiro filho com síndrome de Down¹⁹. Quanto mais velha, maior a chance de ter um bebê com doenças sindrômicas.

Portanto é consenso médico que as mulheres devem ter o primeiro filho, no máximo, até 40 anos. Podemos verificar como este discurso é compartilhado e tem servido como uma justificativa para as mulheres não desejarem filhos biológicos durante a vida acadêmica.

A enunciação da doutoranda Carina²⁰ mostrou-se significativa nesta constatação. “Estava ontem vendo um programa de TV sobre idade reprodutiva e creio que não terei mais filhos biológicos, acho que adotarei, já tenho 34 anos e isso aumenta a probabilidade de ter filhos com síndrome de Down” (Carina, 34 anos, doutoranda, diário de campo, 25/02/2010).

Por isto, o papel social da maternidade necessita ser reconhecido no campo acadêmico (TAVARES, 2008). O período da gestação causa mudanças no corpo das mulheres. No ambiente acadêmico, esse estado contrapõe-se ao corpo biológico socialmente representado pelo típico cientista.

Em 2008 Isabel Tavares, que discute a conciliação entre maternidade e carreira acadêmica, salientou implicações pontuais que já foram incorporadas às recomendações feitas às agências de fomento nos encontros promovidos pela SEPM. Segundo a autora:

No exercício da atividade acadêmica, a exigência de produtividade científica é constante, sendo o principal elemento na avaliação profissional. É

¹⁸TAVARES, Isabel. 2005. Mulheres na Ciência. Disponível em: <http://mulheres.softwarelivre.org/news/4876>. Acesso em 24/08/2007.

¹⁹ Conforme o discurso médico atual uma mulher com 40 anos já é considerada “idosa” para ter o primeiro filho. O alerta da medicina ginecológica está relacionado ao risco com a saúde da mulher e a incidência de bebês com problemas. Um exemplo, é a síndrome de Down (Trissomia do cromossomo 21). O risco da criança nascer com a síndrome de Down é de 1 em cada 940 gestações para mães com até 30 anos de idade. Esse risco sobe de 1 para cada 85 gestações, quando a grávida já tem 40 anos. Para mais informações ver: Síndrome de Down (Trissomia do cromossomo 21) <http://www.abcdasaude.com.br/artigo.php?393>. Acesso em 25/11/2009.

²⁰ Carina, não fez parte do quadro de informantes deste estudo, pois seu comentário somente me instigou ainda mais a pesquisar sobre o tema. Todos os nomes utilizados neste estudo são fictícios a fim de preservar a identidade das/os informantes.

muito provável que a produção científica da pesquisa, seja menor nos momentos em que foi mãe e está amamentando. Porém, não há qualquer menção em seu curriculum vitae [da mulher mãe] sobre esse momento, que possa justificar ou explicar a queda na produtividade em um determinado período da vida. (p. 53).

Em novembro de 2010 as pós-graduandas²¹ conquistaram o direito de licença-maternidade de quatro meses. Esta conquista deve-se às reivindicações da SEPM, feitas desde 2006. Sobre esta conquista, a economista Hildete Pereira de Melo, coordenadora do Programa Mulher e Ciência na SEPM, ressalta que “a decisão permite que as futuras cientistas brasileiras possam exercer a maternidade, sem que esta seja um fator que as coloque em situação de desvantagem em suas carreiras e sim uma opção a que todas as mulheres têm direito”. (Brasília, 18-11-2010).

No entanto, o recebimento da bolsa durante quatro meses da licença-maternidade não significa que a questão da maternidade está resolvida. Principalmente se considerarmos a responsabilidade assumida pela maioria das mulheres em relação aos seres concebidos.

O período de licença-maternidade assumirá impactos nos indicadores dos programas, resultando assim em mecanismos de pressão variados sobre as mulheres que têm filhos na fase do Doutorado. Nas análises da autora Londa Schienbinger (2001) o feminismo encontra-se em um “beco sem saída”. O feminismo liberal, centrado na igualdade de oportunidade entre homens e mulheres, focou seu modelo no pressuposto da assimilação e uniformidade, pois prevê que tendo oportunidades iguais, homens e mulheres poderiam exercer atividades científicas.

Seguindo esta linha de raciocínio, a maternidade foi ignorada no contexto da Ciência, pois este discurso, de cunho liberal, pressupõe que as mulheres cientistas devam decidir pela não-maternidade. Portanto, assimilar as regras de uma instituição historicamente androcêntrica²².

²¹Para mais informações ver: Mães pós - graduandas conquistam o direito à licença maternidade. Disponível em: http://www.sepm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2010/11/maes-pos-graduandas-conquistam-o-direito-a-licenca-maternidade. Acesso 18-11-2010.

²² Estou compreendendo o androcentrismo por meio de estudos feministas e de gênero (SCHIENBINGER, 2001; RUIZ, 2001, SMITH, 2003; ADOVASIO *et alii*, 2009) que constataram como os atributos de masculinidade socialmente valorizados em oposição aos de feminilidade estiveram presente na estruturação da ciência moderna, em suas metodologias, nos seus conteúdos e em termos numéricos na quantidade majoritária de homens

Segundo Londa Schienbinger, os liberais geralmente vêm as mulheres, a princípio, como iguais aos homens e, portanto lutam para dotar as mulheres das habilidades e oportunidades para vencer em um mundo masculino (2001, p.23).

Desta forma, este “beco sem saída” que esta fase do feminismo contempla promoveu o total apagamento das diferenças entre os sexos, pois as negou completamente. Criticando o feminino liberal, a autora destaca:

Apenas as mulheres têm bebês, mas espera-se que o parto ocorra exclusivamente aos fins de semana. As feministas liberais tendem a ver uniformidade e assimilação como os únicos terrenos para igualdade, e isto frequentemente requer que as mulheres sejam como os homens (2001, p. 23).

A perspectiva do feminismo da diferença centrado na afirmação das diferenças entre homens e mulheres contribuiu no sentido de trazer à tona as particularidades no fazer científico vinculado à representação cultural do masculino/razão e feminino/emoção (KELLER, 1996). Desta forma, a mudança deveria ocorrer não apenas na socialização das mulheres, mas na cultura científica reconhecendo a diferença nas aulas de Ciência, no conteúdo da Ciência, nos laboratórios. (SCHIENBINGER, 2001).

Para Londa Schienbinger (2001), embora o discurso diferencialista tenha chegado também a “um beco sem saída”, ao diferenciar o feminino, vinculando-o à subjetividade, à cooperação, ao sentimento, à empatia, portanto, essencializando-o ele, no sentido de significativamente valorizá-lo, acabou ignorando as formas de dominação masculina presentes na sociedade moderna ocidental. Logo, limitou tentativas de lutas para sua superação.

Deste modo, com a noção do “beco sem saída” que ambas perspectivas feministas, tanto a liberal quanto a diferencialista, encontram-se, podemos verificar a complexidade que envolve a relação entre maternidade e vida acadêmica. A partir do exposto, tecemos a seguinte pergunta: como as mulheres acadêmicas, na fase do Doutorado, têm lidado com a situação/sentido da maternidade em suas vidas?

O objetivo geral deste estudo foi compreender como as doutorandas percebem o significado da maternidade na fase do Doutorado. Especificamente: 1) Identificar a compreensão das doutorandas sobre a fase do Doutorado em relação à política da produtividade e 2) Identificar os significados da maternidade construídos no campo acadêmico na fase do Doutorado. Este estudo parte do pressuposto que as doutorandas ao incorporarem o *habitus científico*²³ constroem discursos argumentando a negatividade da maternidade para suas vidas. Assim, para evitar o conflito entre carreira e maternidade, as mulheres optam por não ter filhos. Nota-se que há uma significativa valorização entre as acadêmicas por esta escolha. Por isto, os modelos de relações de gênero contemplados e solicitados pelas acadêmicas prezam a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e não requerem tratamentos diferenciados, prevalecendo um feminismo de cunho liberal entre elas.

O presente texto foi organizado em três partes que compreendem os cinco capítulos que constituíram este estudo.

A primeira parte foi composta do capítulo inicial, que consiste no caminho metodológico: o diálogo sobre o contexto e os/as participantes que envolveram a construção da tese. Neste capítulo procuramos descrever a organização dos cursos de Doutorado da UFSC; também definimos a candidata à Ciência. Foram analisadas desde as “pedras” evidenciadas até o “caminho livre” para as entrevistas. Ao final, refletimos, de forma breve, sobre a experiência do estágio doutoral.

A segunda parte compreendeu a construção social da maternidade e o *habitus científico* socialmente reproduzido, sendo composta de dois capítulos: o segundo e o terceiro. No segundo capítulo tratamos da construção social da maternidade no Ocidente, a fim de refletir, por meio dos estudos feministas e de gênero, as violências sofridas pelas mulheres na história da institucionalização da Ciência moderna, pelo fato de apresentarem uma natureza vista como socialmente inadequada para a prática científica.

²³ “Sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera a estrutura as práticas as representações que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ e ‘reguladas’ sem que por isso seja o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim ou do domínio se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro” (BOURDIEU, 1999, p.15).

O terceiro capítulo compreendeu uma breve descrição sobre a configuração do campo científico/acadêmico. Tomando como base o conceito de campo de Pierre Bourdieu, (1975; 1989; 2001; 2002) procuramos descrever a forma que as práticas acadêmicas têm sido compreendidas por meio da existência de um habitus acadêmico e os conflitos vivenciados pelas novas gerações que “vivem de bolsa”. Também enfatizamos a participação das mulheres no campo científico/acadêmico e a relação entre produtividade e gênero no campo acadêmico e as análises feitas sobre esta relação.

A terceira parte, os capítulos quatro e cinco, aborda os significados construídos por doutorandas da UFSC em relação à maternidade na fase do Doutorado. O capítulo quatro consiste na compreensão das doutorandas sobre a fase do Doutorado, a partir de seus enunciados sobre o Doutorado com bolsa e sem bolsa, o significado da fase do Doutorado construído em diferentes áreas de conhecimento: Ciências Exatas, Ciências Biológicas, Ciências Humanas e Engenharias, a pressão imposta pela política da produtividade e os problemas inerentes a esta questão e, por fim, analisamos os requerimentos de prorrogação de tese (período 2003-2009) de três áreas de conhecimento: Ciências Exatas, Humanas e Biológicas a fim de verificar se a diferença de gênero centrada na maternidade apresenta-se como um dos motivos para a doutoranda postergar a defesa da tese.

O capítulo cinco aborda os significados da maternidade construídos no campo acadêmico na fase do Doutorado, a partir de três tipos de situações vivenciadas pelas doutorandas: quando não se é mãe, quando se está grávida e quando se é mãe no Doutorado, identificamos a compreensão da maternidade durante a fase do Doutorado.

Entre as doutorandas sem filhos identificamos que a compreensão da maternidade é elaborada a partir das experiências negativas “das outras” mulheres mães e pelo tempo e os modelos ideais de família e maternidade para conceber; as doutorandas gestantes demonstraram sentimentos como culpa e medo em relação a conciliar o Doutorado com a tese; já as doutorandas mães compreendem a maternidade a partir de táticas para lidar com o uso do tempo equilibrando maternidade e Doutorado. Ainda neste capítulo dialogamos com estes três coletivos de doutorandas, mostrando que as escolhas destas mulheres orientam-se por dois tipos de enunciações. Mulheres que negam a maternidade assumindo a impossibilidade de conciliar carreira e maternidade, pois seus projetos estão destinados à profissão e, conseqüentemente, ao mercado de trabalho. Deste modo, percebem as mães no campo acadêmico como seres “anormais”

desvalorizando a maternidade no campo acadêmico. E mulheres que escolheram conciliar maternidade e carreira justificando que existe uma separação em suas vidas entre vida pessoal e profissional, apesar de todas as dificuldades, valorizam o “ser mãe” assumindo a maternidade como a escolha mais importante e que exige mais responsabilidade em suas vidas.

Prosseguindo, finalizamos com considerações sobre a experiência da maternidade no campo acadêmico, salientando os limites para a realização da pesquisa e a proposta de um diálogo futuro com outras áreas de conhecimento.

PRIMEIRA PARTE: O diálogo produzido no contexto da construção da pesquisa.

Capítulo 1- Os critérios metodológicos propícios para a condição de uma pesquisadora: implicações institucionais e subjetivas na elaboração da tese

No meio do caminho
 No meio do caminho tinha uma pedra
 Tinha uma pedra no meio do caminho
 Tinha uma pedra
 No meio do caminho tinha uma pedra.
 Nunca me esquecerei desse acontecimento
 Na vida de minhas retinas tão fatigada.
 Nunca me esquecerei que no meio do caminho
 Tinha uma pedra
 Tinha uma pedra no meio do caminho
 No meio do caminho tinha uma pedra.

Carlos Drummond de Andrade, (1985).

Este capítulo compreende uma breve descrição da organização dos cursos de Doutorado da UFSC; uma definição da candidata à Ciência, o acesso às entrevistas - desde as “pedras” visibilizadas até o “caminho livre” e, por fim, uma breve reflexão sobre a experiência do estágio doutoral.

“No meio do caminho” deste estudo não evidenciei apenas uma “pedra”²⁴, mas muitas, principalmente durante o trabalho de campo. A simples existência destas “pedras” nos estágios²⁵ da pesquisa é um

²⁴ A expressão das “pedras no caminho” extraída do poema de Carlos Drummond de Andrade (1985)) corresponde as impossibilidades vivenciadas neste contexto que envolveu a elaboração da tese.

²⁵ O sociólogo Howard Becker (1999) compreende que para a pesquisadora chegar a uma análise abrangente final sobre os dados coletados durante a sua observação participante na organização, esta apresentação final dos dados será alcançada após quatro estágios distintos de análise conduzidos no próprio trabalho de campo pela pesquisadora. Conforme o autor, o primeiro estágio consiste na seleção e definição de problemas, conceitos e índices; o segundo estágio compreende o controle da frequência e da distribuição de fenômenos; o terceiro trata da construção de modelo de sistemas sociais e o quarto e último estágio chamado por Becker de “análise final e apresentação dos resultados” ocorre após a pesquisadora terminar o campo da pesquisa. Para mais informações sobre os estágios que envolvem a análise dos dados de campo ver: BECKER (1999).

reflexo das relações que vigoram na universidade. Por isso, as experiências²⁶ de campo estão relatadas aqui a fim de reiterar e complementar a pesquisa em si.

O fato de ser eu também uma doutoranda da instituição, obrigou-me a procurar formas de criar um distanciamento entre eu - pesquisadora e o Doutorado. Os primeiros impasses subjetivos foram gradativamente amenizados quando atingi o mínimo distanciamento necessário para começar o trabalho de campo.

Investigando a maternidade e não ser mãe foi percebido como um distintivo, que me definiu como uma “estranha” entre as doutorandas que eram mães. Algumas enunciações das informantes foram ilustrativas no que toca a questão da maternidade. Segundo elas haviam adquirido uma “visão mais ampla” e mais “realista” sobre a maternidade ao se tornarem mães. Logo, esta “visão” estava fora do meu alcance.

“Ah, mas você não é mãe, né? Interessante seu tema. Como sou mãe, gostaria de escrever sobre a hostilidade que acadêmicas sofrem ao ficarem grávidas na organização” (Laís, diário de campo, 23-02-2010).

“Então, Silvana, você está em algum movimento para mulheres mães agora (risos)?” (Maria, 26-11-2010, diário de campo).

As diferenças entre ser mãe e não ser mãe ao pesquisar a maternidade, segundo a informante Helena (que é mãe):

Eu não acho que para falar da maternidade, seja necessário ser mãe, mas eu acho que a gente tem uma visão mais ampla da coisa, uma visão mais realista. Eu acho sim, eu acho que só sendo mãe para saber os sentimentos sabe as emoções, as dificuldades. De repente você pode falar sobre a pressão que eu sofro e o Alexandre que é meu hiper, mega amigo meu, ele pode falar da pressão que a Sara (filha) faz sobre mim, mas ele não pode sentir, então ele não sabe como que é. Então, eu acho que eu posso falar com mais sentimento de causa, não é preciso ser mãe. Mas o ser mãe é

²⁶ O autor Boaventura de Souza Santos faz uma crítica em relação à “razão indolente”, esta que desperdiça as experiências, pois somos herdeiros do positivismo, portanto só conseguimos trabalhar com objetos presentes. É preciso “transformar os objetos ausentes em objetos presentes” (p.32). Para mais informações ver: SANTOS (2007a).

que te traz para a realidade, sem dúvida (Helena, doutoranda nas Ciências Exatas, data da entrevista, 03-03-2010).

Deste modo, “ser mãe” ou “não ser mãe” foi um diferencial entre as doutorandas analisadas nesta pesquisa.

Para compreender as especificidades, precisei, durante o trabalho de campo, aproximar-me do universo simbólico compartilhado pelas informantes. Quando se pertence a um determinado grupo, tendemos a compartilhar um universo simbólico específico. É lá que algumas incidências cotidianas, às vezes “estranhas” à pesquisadora, são vivenciadas pelo grupo como algo “natural”. Partindo deste pressuposto, passei a frequentar os espaços da universidade onde não me re/conheciam como doutoranda para me familiarizar gradativamente com a lógica dos locais.

O campo acadêmico é marcado por diferentes posições. Como doutoranda sem filhos, precisei mergulhar na realidade de algumas doutorandas para compreender como a maternidade é na fase do Doutorado. Foi nesse processo que encontrei minhas primeiras “pedras”.

1.1. A organização da pós-graduação da UFSC: situando o contexto da pesquisa

A construção de uma compreensão sobre o contexto desta pesquisa deu-se de forma gradativa. A cada passo, busquei pelo menos caminhar em uma direção “certa”. Com o tempo fui percebendo que a procura deste caminho “certo” envolvia escolhas, portanto, limitações teóricas, metodológicas e empíricas.

Alguns passos foram assertivos, especialmente quando comecei a ter acesso a documentos institucionais e obtive - a duras penas - consentimento da participação das informantes. Nestas situações, sentia que estava avançando efetivamente no trabalho de campo.

Entre os passos não tão bem sucedidos, a que chamo “pedras”, figurara o acesso aos dados sobre os cursos de doutorado pertencentes aos 24²⁷ programas com nota de 5 a 7 do triênio CAPES²⁸ 2007-2010 e

²⁷ Por motivos de tempo disponível para a investigação, entrevistei somente as/os participantes dos cursos de doutorado e conseqüentemente as doutorandas destes programas que receberam notas de 5 a 7 em 2007 pela CAPES, com exceção da doutoranda Virgínia que se encontrava

aos requerimentos de prorrogação de tempo para concluir o Doutorado que me propus a analisar.

Após a coleta dos dados referentes aos quadros (1, 2, 3 e 4; p-26-28) pude evidenciar que a compreensão sobre este contexto foi feita a partir de longas negociações com as/os funcionárias/os da universidade durante o campo.

De início, deparei-me com a incidência de um domínio burocrático compreendendo uma grande quantidade de papéis e documentos, que me exigia inúmeras formalizações. Meu próprio vínculo com a universidade, em alguns momentos, parecia até dificultar, pois meu problema de pesquisa era compreendido por muitas/os funcionárias/os da universidade como algo já conhecido.

Houve momentos durante o trabalho de campo de desmotivação tão acentuada, que eu mesma estava convencida que era uma “perda de tempo” investigar a maternidade na fase do Doutorado. Ao analisar o que me influenciou para sentir esta “desmotivação“, cheguei à conclusão que havia um movimento das/os funcionárias/os em tentar me convencer negativamente da validade do tema da pesquisa. As seguintes enunciações destas/es sustentam a forma hostil com que fui recebida/compreendida na tentativa de solicitar dados e contatar informantes para falar da maternidade na fase do Doutorado.

Ah, não me envolvo na vida pessoal dos nossos meninos, eles sempre vão bem, não tem o que pesquisar, se eles não terminam no prazo é por que aconteceu algo na pesquisa, não têm motivos fúteis para eles prorrogar a tese. (Daniela, Ciências Biológicas, diário de campo, 05-10-2009).

Não precisa nem ler estes requerimentos de prorrogação de tese. Não tem motivos, não

grávida, esta que solicitou à participação na entrevista, pois afirmava estar insatisfeita com o tratamento que a universidade tinha em relação às gestantes. O seu descontentamento e demais informantes serão abordados no capítulo quatro e cinco desta tese.

²⁸Avaliação dos Programas de pós-graduação pela CAPES compreende a realização do acompanhamento anual e da avaliação trienal do desempenho de todos os programas e cursos que integram o sistema nacional de pós-graduação, SNPG. Os resultados desse processo, expressos pela atribuição de uma nota na escala de "1" a "7" fundamentam a deliberação CNE/CTC/MEC sobre quais cursos obterão a renovação de "reconhecimento" e assim vigorar no triênio subsequente. Para mais informações ver: Avaliação da Pós-Graduação. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/avaliacao-da-pos-graduacao>. Acesso dia 03-03-2010.

acabam [a tese] você sabe o grande motivo? Por que são tudo uns vadios. (Ciências Humanas, diário de campo, 02/10/2009).

Partindo dessas enunciações, percebi que, para as funcionárias e funcionários da universidade, minhas questões já tinham respostas, portanto não encontraria algo novo para uma pesquisa de Doutorado. Durante a pesquisa de Mestrado²⁹ passei exatamente pela mesma situação. Ciente da dificuldade em pesquisar a UFSC, ainda assim a escolhi pois a instituição possui³⁰ trinta e quatro programas de pós-graduação, logo configura-se um cenário propício para o campo de trabalho.

Todos os assuntos vinculados à pós-graduação (portanto esta pesquisa) são administrados pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG)³¹. Deste modo, é a Pró-Reitoria da UFSC quem coordena as atividades da PRPG por meio da assessoria de uma coordenadoria de apoio administrativo e outra de apoio financeiro. A PRPG compreende o departamento de acompanhamento de programas de pós-graduação em nível *lato sensu* (especialização) e a pós-graduação em nível *stricto sensu* (Mestrado, Mestrado profissionalizante e Doutorado).

Os cursos de Doutorado da UFSC estão distribuídos em oito áreas de conhecimento que compreendem: Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências Exatas, Ciências Humanas, Letras, Ciências da Saúde e Ciências Sociais Aplicadas. A escolha em investigar doutorandas vinculadas a diferentes áreas de conhecimento foi relevante no sentido de cotejar áreas que trabalham com objetos de pesquisas distintos. Esta opção também me possibilitou verificar se a valorização do *habitus* acadêmico ocorre de forma diferenciada nas diferentes áreas.

Nos quadros (1, 2, 3 e 4; p-26-28).), visualizamos as datas de fundação dos 24 cursos de Doutorado e suas divisões por sexo entre as docentes, tituladas/os e discentes.

²⁹Para mais informações ver: BITENCOURT, Silvana Maria. Existe um outro lado do rio? Um diálogo entre a cultura da engenharia e relações de gênero no Centro Tecnológico da UFSC. 141f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Curso de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

³⁰ Os 24 cursos de doutorado da UFSC foram escolhidos conforme a avaliação do triênio da CAPES de 2007-2010. Desta forma, a criação de novos cursos pós esta avaliação não constam nesta tese.

³¹ A Pró-reitoria de pós-graduação foi criada em 2004, por meio do desdobramento da antiga Pró-Reitoria de pesquisa e pós-graduação. Para mais informações ver: Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Disponível em: <http://www.prpg.ufsc.br>. Acesso em 23/09/2010.

Conforme dados fornecidos pela PRPG e o Núcleo de processamentos de dados (NPD) podemos verificar no quadro 1 os 24 cursos avaliados em 2007 com notas de 5 a 7 e seus respectivos anos de implantação.

Quadro 1 Relação dos cursos de Doutorado oferecidos pela UFSC em 2008, segundo o ano de início avaliados pela CAPES com notas de 5 a 7 em 2007

Cursos de Doutorado avaliados pela CAPES	Início do curso de Doutorado	Nota de 2007 ou da implantação do curso
1- Ciências Agrárias		
Aquicultura	2005	5
Recursos Genéticos Vegetais	2003	5
2-Ciências Biológicas		
Farmacologia *	1996	6
3- Engenharias		
Ciência e Engenharia de Materiais	1994	5
Engenharia de Alimentos	2005	5
Engenharia Ambiental	2001	5
Engenharia Civil	1999	5
Engenharia Elétrica*	1987	6
Engenharia Mecânica*	1981	6
Engenharia Química	1998	5
Engenharia de Automação e Sistemas	2007	5
4- Ciências Exatas		
Física	1996	5
Química*	1991	7
5- Ciências Humanas		
Antropologia Social	1999	5

Interdisciplinar em Ciências Humanas	1995	5
Educação	1994	5
Educação Científica e Tecnológica	2002	5
Psicologia	2004	5
Sociologia Política	1999	5
6- Letras		
Letras (Inglês e literatura contemporânea)	1987	5
Linguística	1988	5
Literatura	1997	5
7- Ciências da Saúde		
Educação Física	2005	5
8- Ciências Sociais Aplicadas		
Direito*	1984	6

Fonte – dados obtidos na PRPG – Pró-Reitoria de Pós- Graduação e NPD – Núcleo de processamentos de dados da UFSC, em 2008. *cursos do PROEX avaliados pela CAPES com notas 6 e 7.

Analisando o quadro 1 podemos constatar que três dos cinco cursos implantados em meados dos anos 80 pertencem ao programa de excelência da CAPES (PROEX)³². Também podemos notar que a grande maioria dos cursos foi implantada no final da década de 1990 e os cursos referentes à área das Ciências Humanas estão mais de uma década atrasados em relação às Engenharias (Mecânica e Elétrica) e ao Direito. Ainda no quadro 1, podemos observar que os cursos de Letras Inglês, Literatura Contemporânea e Linguística também foram criados na década de 1980. Contudo, estes não pertencem atualmente aos cursos

³² O PROEX tem como objetivo principal manter o padrão de qualidade dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, avaliados pela CAPES com notas 6 e 7. Nesta modalidade de convênio, estes programas recebem incentivos financeiros extras, logo assumem algumas responsabilidades de gastos e gerenciam diretamente todos os recursos financeiros e a distribuição e o pagamento das bolsas, sem a participação da PRPG. Para mais informações ver: Programa de Pós-graduação. Disponível em: <http://www.prg.ufsc.br>. Acesso dia 03-11-2010.

avaliados como de excelência, apesar de seus períodos de fundação serem próximos aos cursos de Engenharias (Mecânica e Elétrica) e Direito.

No quadro 2 visualizamos a relação por sexo entre as/os docentes permanentes nos cursos de doutorado.

Quadro 2 Relação dos cursos de doutorados oferecidos pela UFSC, por sexo dos/as docentes, no ano de 2008 e avaliados pela CAPES com notas de 5 a 7 em 2007.

Cursos de Doutorado avaliados pela CAPES	Masculino	Feminino	Total de professores (as) permanentes
Aqüicultura	10	6	16
Recursos Genéticos Vegetais	10	1	11
Farmacologia	11	3	14
Ciência e Engenharia de Materiais	19	1	20
Engenharia de Alimentos	7	4	11
Engenharia Ambiental	14	1	15
Engenharia Civil	33	13	46
Engenharia Elétrica	57	3	60
Engenharia Mecânica	52	1	53
Engenharia Química	14	4	18
Engenharia de Automação e Sistemas	24	0	24
Física	26	2	28
Química	27	6	33
Antropologia Social	5	9	14
Interdisciplinar em Ciências Humanas	5	11	16
Educação	11	41	52
Educação Científica e Tecnológica	13	8	21

Psicologia	10	14	24
Sociologia Política	10	12	22
Letras (Inglês e Literatura correspondente)	5	12	17
Linguística	10	15	25
Literatura	15	18	33
Educação Física	6	1	7
Direito	22	6	28
Total	406	177	583

Fonte – dados obtidos na PRPG – Pró- Reitoria de Pós- Graduação e NPD – Núcleo de processamentos de dados da UFSC, em 2008.

Com base no quadro acima, percebemos que há diferenças expressivas em relação ao sexo do corpo docente. Ele evidencia a inexpressiva participação feminina nas Engenharias, excetuando a Engenharia Civil, que tem 13 professoras compondo seu corpo docente. A diferença não ocorre somente nas áreas simbolizadas como “ciências duras”, mas também em cursos como Direito, com apenas seis mulheres entre as docentes permanentes. Estes dados comprovam que as áreas de prestígio social³³, como é o curso de Direito, ainda são ocupadas majoritariamente por professores homens.

Há, no entanto, cursos onde o corpo docente apresenta maior número de mulheres, como os doutorados de Educação e o Interdisciplinar em Ciências Humanas, que ultrapassam os 50%. Entre os cursos que têm apresentado uma distribuição equilibrada entre os sexos estão a Antropologia Social, Sociologia Política, Psicologia e Literatura, vinculados às Ciências Humanas e Letras. O quadro 3 mostra a divisão por sexo entre as/os tituladas/os pela UFSC.

³³ Os cursos de Medicina, Direito e Engenharias são compreendidos como cursos que refletem carreiras profissionais de prestígio, portanto as mulheres que escolhem estes cursos são vistas como mulheres que romperam barreira no mercado de trabalho culturalmente masculino, logo muitas passaram a ser objetos de investigação em pesquisas sobre a política do mercado de trabalho em uma perspectiva de gênero. Para mais informações ver: BRUSCHINI, Cristina LOMBARDI; Maria Rosa (1999).

Quadro 3 A distribuição dos cursos de doutorado e percentil por sexo masculino e feminino entre doutoras/es tituladas/os pela UFSC (período de fev/1995 a fev/2008).

Curso de Doutorado	Masculino	Feminino	Total de titulados (as) por cursos
Aquicultura	1 (50%)	1 (50%)	2
Recursos Genéticos Vegetais	1 (100%)	-----	1
Farmacologia	19 (39,6%)	29 (60,4%)	48
Ciência e Engenharia de Materiais	29 (87,8%)	4 (12,2%)	33
Engenharia de Alimentos	-----	-----	
Engenharia Ambiental	15 (40,6%)	22 (59,4%)	37
Engenharia Civil	34 (62%)	21 (32%)	55
Engenharia Elétrica	191 (82%)	41 (18%)	232
Engenharia Mecânica	175 (88%)	21 (12%)	196
Engenharia Química	23 (45%)	28 (55%)	51
Engenharia de Automação e Sistemas	----- -----	----- -----	
Física	21 (91%)	2 (9%)	23
Química	77 (46,4%)	89 (53,6%)	166
Antropologia Social	7 (32%)	15 (68%)	22

Interdisciplinar em Ciências Humanas	28 (42%)	39 (58%)	67
Educação	27 (41%)	39 (59%)	66
Educação Científica e Tecnológica	5 (33%)	10 (67%)	15
Psicologia	1 (9%)	10 (91%)	11
Sociologia Política	25 (67,5%)	12 (32,5%)	37
Letras (Inglês e Literatura correspondente)	11 (36,7%)	19 (63,3%)	30
Linguística	12 (21,5%)	44 (78,5%)	56
Literatura	29 (37%)	49 (63%)	78
Educação Física	-----	-----	
Direito	70 (65%)	38 (45%)	108
Total geral de titulados (as)	799 (60%)	532 (40%)	1331

Fonte – dados obtidos na PRPG – Pró- Reitoria de pós- graduação e NPD – Núcleo de processamentos de dados da UFSC, em 2008.

No quadro 3 encontramos a distribuição por sexo nos respectivos 24 cursos de Doutorado. Alguns cursos de Doutorado são tão recentes que ainda não possuem doutoras formadas, como é o caso dos cursos de Educação Física e Engenharia de Alimentos, ambos criados em 2005, sendo que Engenharia de Automação e Sistemas também não possuem doutoras. Há também os cursos de Aquicultura (1 titulada) e Recursos Genéticos e Vegetais (2 tituladas) que apresentaram neste período estudado o número de tituladas bem inexpressivos.

De acordo com o NPD da UFSC, de 1995 a 2008³⁴, formaram-se 1559 doutores e 1247 doutoras nos 34 programas de doutorado

³⁴ Os dados fornecidos são relativos aos computados desde 1995, antes de 1995 não foi possível conseguir por meio do NPD, pois não havia o sistema informatizado para cadastrar estes dados. Uma ressalva importante é que os dados fornecidos pelo PRPG foram atualizados em 2007, assim como muitos programas de pós-graduação não tem atualizado dados discentes

oferecidos pela UFSC. No entanto, como já foi enfatizado os dados fornecidos pelo NPD, tratam-se de programas que foram criados em datas distintas, por isto é coerente ser numericamente desigual.

A seguir, analisaremos o quadro 4 que consta a divisão por sexo entre as /os discentes regularmente matriculadas/os.

Quadro 4 Relação dos cursos de Doutorado e percentil por sexo entre discentes regularmente matriculadas/os da UFSC (2009).

Curso de Doutorado	Masculino	Feminino	Total de alunos (as) por cursos de Doutorado
Aquicultura	15 (62,5%)	9 (37,5)	24
Recursos Genéticos Vegetais	12 (60%)	8 (40%)	20
Farmacologia	24 (61,5%)	15 (38,5%)	39
Ciência e Engenharia de Materiais	30 (60%)	20 (40%)	50
Engenharia de Alimentos	8 (28%)	21 (72%)	29
Engenharia Ambiental	11 (36,6%)	19 (63,4)	30
Engenharia Civil	42 (67,7%)	20 (32,3%)	62
Engenharia Elétrica	82 (84,5%)	15 (15,5%)	97
Engenharia Mecânica	96 (90,5%)	10 (9,5%)	106
Engenharia Química	36 (43,3%)	47 (56,7%)	83
Engenharia de Automação e Sistemas	17 (94,4%)	1 (5,6%)	18

e docentes em seus sites, por isso os números aqui apresentados devem ser lidos levando em consideração que são dados próximos, portanto não são totalmente precisos.

Física	23 (92%)	2 (8%)	25
Química	30 (48,4%)	32 (51,6%)	62
Antropologia Social	14 (38,9%)	22 (61,1%)	36
Interdisciplinar em Ciências Humanas	20 (44,5%)	25 (55,5%)	45
Educação	11 (44%)	14 (56%)	25
Educação Científica e Tecnológica	15 (40,6%)	22 (59,4%)	37
Psicologia	10 (21,7%)	36 (78,3%)	46
Sociologia Política	23 (57,5%)	17 (42,5%)	40
Letras (Inglês e Literatura correspondente)	4 (23%)	27 (87%)	31
Linguística	10 (33,4%)	20 (66,6%)	30
Literatura	31 (38,3%)	50 (61,3%)	81
Educação Física	6 (54,5%)	5 (45,5%)	11
Direito	22 (63%)	13 (37%)	35
Total geral de discentes	615 (58%)	447 (42%)	1062

Fonte – dados obtidos na PRPG – Pró-Reitoria de Pós-Graduação durante a pesquisa de campo, em 2008.

Com relação à divisão por sexo das/os discentes regularmente matriculadas/os, podemos comprovar no quadro 4 que o sexo masculino tem liderado em grande parte. Nos cursos de Engenharia Mecânica, Elétrica e de Sistemas e Controle de Automação a presença feminina é inexpressiva.

Na Engenharia Elétrica encontram-se matriculados e ativos 82 homens e 15 mulheres; na Engenharia Mecânica, 96 homens e 10

mulheres e na Engenharia de Automação e Sistemas, 17 homens e uma mulher.

Este dado confirma que nas Engenharias mais antigas e tradicionais da UFSC (Elétrica e Mecânica), a participação feminina é muito inferior. Conforme pesquisa sobre estudantes de engenharia da UFSC (BITENCOURT, 2006), um dos motivos para esta inexpressividade numérica feminina pode estar relacionada a esta área ser um espaço mais masculino, portanto pouco atrativo para a sociabilidade feminina.

No entanto, nos cursos de Engenharia Ambiental e de Alimentos, a presença feminina apresentou-se numericamente mais expressiva. A Engenharia Ambiental conta com 11 homens matriculados e ativos e 19 mulheres; e a Engenharia de Alimentos, oito homens e 21 mulheres. Este dado mostra que já ocorre em algumas especificidades da Engenharia, a presença maior de mulheres, mostrando futura distribuição mais igual por sexo. Isto acontece nas Engenharia Mecânica e Elétrica da UFSC. A Física também mostra pouca participação feminina, são apenas 2 mulheres para 23 homens.

Contudo, a área de Letras apresentou uma expressividade numérica feminina (27 mulheres para quatro homens). É importante salientar que esta área tem sido desvalorizada socialmente se comparada a carreiras profissionais de prestígio.

Os dados sobre os/as discentes da UFSC convergem com os dados sobre a representação feminina publicada pelo CNPq (no período de 2000 a 2008). Conforme José Roberto Drugowich de Felício, Diretor de Programas Horizontais e Instrumentais do CNPq, a Engenharia é uma área com menos de 30% de representação feminina, na Física as mulheres representam menos de 20%. Linguística, no entanto, é uma das áreas com mais expressividade feminina, ultrapassando os 70%. (2010).

Conforme dados do CNPq, a representação feminina tende a diminuir a partir das modalidades de bolsa, pois as mulheres ainda são apenas 34% entre o número total de bolsistas de produtividade.

1.2. De candidata à Ciência a “Doutor”.

Na presente pesquisa as candidatas à Ciência foram definidas, como mulheres que objetivam obter a titulação de “Doutor”. A aquisição deste título dará mais oportunidades para a candidata concorrer em processos seletivos para professoras e, conseqüentemente,

pesquisadoras. Neste sentido, o título de “Doutor” pode ser considerado o atributo inicial para construção da carreira de cientista no Brasil.

O título de “Doutor” não apresenta distinção de sexo na nomeação do diploma impresso, pois tanto faz se “fulano” que se titulou era uma mulher, no diploma será “Doutor”. Esta conveniência está, muitas vezes, naturalizada nas enunciações das agentes da organização.

Isto foi constatado no campo. Durante uma visita feita ao Departamento de Administração Escolar (DAE), a funcionária do DAE mostrou-se impressionada com a pergunta sobre o sexo da titulada. Conforme a funcionária,

[] não, não tem diferença, tem o nome ali do ‘Doutor’, mas são todos iguais sem diferença, sabe que deve ser um homem ou mulher, mas no diploma é tudo igual, ser ‘Doutor’ é ser ‘Doutor’. (Claudete, Secretária do DAE da UFSC, 06/02/2010, diário de campo).

A partir de uma análise de gênero sobre esta legitimidade acadêmica documentada (SCOTT, 1990), observei que o tratamento “neutro” destinado ao sexo da doutoranda não ocultou a preferência ao simbólico “masculino” na universidade.

Ser “Doutor” soma-se a um dos passos necessários para se candidatar à ciência. No Brasil, 80% da sua produção científica é produzida dentro da universidade pública³⁵ (LETA; MARTINS, 2008), portanto o estabelecimento de vínculo com a universidade pública tem sido o objetivo da grande maioria das candidatas à ciência.

O vínculo dá-se através de processos seletivos, que tendem a abranger uma série de etapas. Normalmente avalia-se o desempenho docente em provas escritas e didáticas, a análise do currículo, e a sua produção científica publicada. Logo, este investimento na qualificação - o título de “Doutor” - não necessariamente garantirá um emprego na

³⁵A universidade pública é mantida pelo governo de um país, estado, província, município ou departamento; ou seja, são instituições de ensino superior mantidas pelo poder público. No Brasil, as universidades públicas podem ser federais, estaduais ou municipais, de acordo com a origem da verba destinada a mantê-las. Em sua maioria, as universidades públicas no Brasil são federais, enquadradas como autarquia segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tendo em vista que é de responsabilidade do governo federal a educação em nível superior[1]. Porém há um grande número de universidades estaduais e, em alguns Estados, tais universidades são tão ou mais importantes que as federais, como é o caso do Estado de São Paulo e do Paraná, em que o orçamento e o número de estudantes das estaduais superam os das federais. Para mais informações ver: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm. Acesso em 02/11/2010.

universidade pública. De acordo com a CAPES, em 2006 titularam-se nove mil doutoras/es, ou seja, um número muito maior do que as vagas oferecidas nas universidades públicas.³⁶

As candidatas à Ciência, além de terem como objetivo ser “Doutor”, são definidas como mulheres herdeiras das conquistas feministas como: o direito à educação superior, a prática da sexualidade desvinculada da reprodução, a inserção em carreiras prestigiadas e historicamente masculinas. Contudo, convivem com conflitos cotidianos entre carreira e maternidade, ou seja, estão na idade reprodutiva, mas também em idade produtiva para atuarem no mercado de trabalho.

1.3. A primeira “pedra” encontrada: o acesso aos dados referentes aos cursos de Doutorado

No início procurei investigar os sites referentes aos cursos de Doutorado escolhidos. Quando constatei que alguns destes sites encontravam-se desatualizados, optei por enviar e-mails aos programas de pós-graduação.

O conteúdo destes e-mails destacava o objetivo da pesquisa, solicitando os dados atualizados. Contudo, o envio destes e-mails não resultou em nada, pois obtive apenas um retorno. Assim sendo, comecei a fazer visitas frequentes à PRPG a fim de pedir auxílio para as/os funcionárias/os da PRGP. Para isto, a coordenadora do programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) em exercício na época fez uma carta de apresentação solicitando o acesso a estes dados. Nestas idas à PRPG nunca me informavam diretamente a quem eu poderia solicitar estes dados.

Depois de muitas visitas à PRPG me dei conta que não evoluía simplesmente porque os/as funcionários/as não sabiam quem poderia me ajudar. Era sempre assim: a solicitação era passada de um funcionário/a para outro/a. Após muita insistência, por meio de telefonemas e visitas à PRPG, a secretária recomendou-me que procurasse o professor Bruno. Segundo ela, ele poderia me informar sobre os dados que necessitava.

Encontrar este professor foi outro problema, pois geralmente ele estava fora de seu local de trabalho, já que participava de muitas reuniões. No dia que fui tentar encontrá-lo na PRPG, conversei com

³⁶ Para mais informações ver : <http://www.capes.gov.br/>. Acesso em 03/05/2010.

Giraldo, um funcionário da pró-reitoria. Giraldo avisou-me que eu não conseguiria o acesso aos dados na PRGP, que só os encontraria no NPD. Assim, Giraldo recomendou-me que procurasse Elias, no NPD. Atendendo a esta recomendação de Giraldo fui ao NPD, onde não encontrei Elias, mas, conheci Larissa, jovem, formada em Ciências da Computação que era funcionária do NPD. Esta funcionária prometeu me ajudar com os dados referentes as/os tituladas/os pela UFSC desde 1981³⁷ e disse-me que os dados discentes estariam na PRPG.

Com os dados sobre as/os tituladas/os em mãos, sai em busca dos dados referentes às/aos discentes regularmente matriculadas/os. Primeiro, procurei o professor Bruno, que me questionou se meu projeto já havia passado pelo comitê de ética da universidade. Respondi que a pesquisa tratava de assuntos vinculados diretamente à PRPG e que, como a própria PRPG não tinha este levantamento de dados, isto seria um dado para minha pesquisa. Ele assentiu e disse que me ajudaria.

Depois de uma semana o professor Bruno mandou-me, pelo Giraldo, a listagem das/os discentes regularmente matriculadas/os nos cursos de doutorado da UFSC, mas sem divisão por sexo. Segundo o professor, eu mesma deveria diferenciar o sexo das/os discentes ao ler seus nomes nas listagens. Como havia nomes muito ambíguos, precisei entrar em contato com alguns programas para perguntar sobre alguns nomes entendidos socialmente como nomes “unissex”, ou seja, que são usados tanto para homens como para mulheres.

Nestes telefonemas, as/os funcionárias/os e as/os bolsistas atendiam-me receptivamente com o seguinte comentário “ahh, é mesmo, não dá de se saber qual o sexo”, mas pode ter certeza que fulano é homem”. Contudo, quando o nome era de uma mulher geralmente não era visível para a/o funcionária/o.

Foram alguns meses mandando e-mails, telefonando e caminhando pelo campus da UFSC até conseguir ter acesso aos dados que constam nos quadros (1, 2, 3 e 4). O acesso a estas informações demandou tanto tempo que passei a criar táticas para descobrir qual era a forma de negociação mais convincente para eu me relacionar com as/os participantes da universidade.

Hoje me recordo que, andei muito pelo campus, falei com pessoas que se recusavam a dialogar comigo, demonstrando resistências em suas enunciações. Fui percebendo que eu estava interessada em algo

³⁷ Em relação aos dados sobre tituladas/os no NPD me informaram que os anos anteriores a 1981, não tinham sido inseridos no novo programa de cadastramento do NPD, portanto não estavam informatizados.

pouco relevante para a dinâmica no cotidiano da universidade. Para piorar, este cotidiano sofre muitas alterações em função da demanda de trabalho das as/os agentes. Por exemplo, na semana referente à visita de avaliação da CAPES em seus programas de pós-graduação houve um aumento significativo no comportamento ansioso e estressado das/os funcionárias/os da universidade.

Esta fase do trabalho de campo exigiu-me construir uma “brandura comportamental” a fim de atingir um “silêncio mágico” para me relacionar com as/os funcionárias/os, em momentos que eu gostaria de “soltar o verbo” para ser tratada como uma estudante de pós-graduação, alguém que realmente necessitava da contribuição delas/es para desenvolver a pesquisa.

A publicização destas “pedras” nesta pesquisa corresponde à própria desmistificação do conhecimento científico como acabado. Parto do pressuposto que precisamos compreender a atividade de pesquisa como continua, portanto, compartilho com Max Weber (1982) que definiu o trabalho científico/acadêmico como uma prática que exige, na maioria das vezes, 99% de trabalho árduo e 1% de inspiração.

1.4. A segunda “pedra”: o acesso aos requerimentos de prorrogação de tese

O acesso aos requerimentos de prorrogação de tese foi complexo. A iniciativa de analisar estes documentos surgiu durante uma reunião realizada por um programa de pós-graduação na área das Ciências Humanas, uma semana antes da visita de avaliação da CAPES. Nesta ocasião, foram discutidos quais fatores estariam influenciando as/os estudantes em não defender a tese e a dissertação no prazo previsto. Segundo a coordenadora na época, deste referido programa, ser bolsista não era um indicativo para a/o estudante defender em tempo hábil.

Nota-se que as/os estudantes deste programa estavam utilizando todas as formas legais³⁸ para prorrogar a defesa contando com o apoio das/os orientadoras/es. No entanto, os motivos destes frequentes adiamentos não estavam explícitos nos requerimentos para coordenação. Segundo as professoras/os e demais funcionárias/os, os documentos não

³⁸A estratégia das/os estudantes era utilizar os 12 meses legais para prorrogar, caso não conseguisse defender neste período as/os estudantes pediam trancamento do curso de mais 12 meses para planejar defender. Neste caso, o Doutorado que compreende 48 meses se estenderia para mais 24 meses, ou seja, em vez de ser quatro anos o Doutorado estava sendo terminado em seis anos.

compreendiam um conteúdo que esclarecesse a não-defesa da tese ou dissertação.

Esta reunião encerrou-se com a necessidade de se pensar novas táticas para que todas/os defendessem no prazo. Fiquei muito curiosa a respeito dos conteúdos dos requerimentos de prorrogação. Minha inquietação era saber como as dificuldades em atender os prazos eram justificadas e se a maternidade/gestação estava entre os motivos das doutorandas postergarem a defesa da tese. Portanto, comecei logo a “mexer meus pauzinhos” para ter acesso a estes requerimentos de prorrogação. Como não teria tempo hábil para investigar os 24 cursos de Doutorado, minha orientadora aconselhou que escolhesse os requerimentos em quatro cursos de Doutorado pertencentes à quatro áreas distintas: Ciências Humanas, Ciências Biológicas, Ciências Exatas e Engenharias.

Durante o trabalho de campo percebi, por meio dos comentários das/os agentes, que estas/es conheciam muito sobre a vida das/os estudantes. Por isto, o acesso a estes requerimentos de prorrogação foi importante também para contactar informantes.

Eu sabia que não seria fácil. O acesso aos requerimentos fez parte de uma negociação constante com as/os funcionárias/os que trabalhavam há mais de 10 anos, portanto desde o início da institucionalização do programa de pós-graduação. Assim, estas/es secretárias/os mostram um tipo de poder que permeia as suas atitudes comportamentais no campo.

Ao abordar as/os funcionárias/os sobre os requerimentos, verifiquei este “micro - poder” em suas enunciações, “não tem problemas, nossos meninos, são muito responsáveis, não me envolvo na vida pessoal deles, gosto muito dos meninos, sempre estão muito bem” (Daniela, diário de campo, 05/10/2009); “não posso te ajudar esse mês. Ah, o que você quer você vai me quebrar as pernas, pois estou muito ocupado com o processo seletivo Mestrado/Doutorado e também o que você me pede compromete minhas férias. Volte ano que vem” (Marcelo, secretário de um programa de Pós-Graduação da UFSC, diário de campo, 10/11/2009).

A leitura dos requerimentos de prorrogação foi realizada durante três meses de investigação de campo. Depois de semanas de negociação e contatos, tive o acesso aos dados de três³⁹ cursos de doutorado

³⁹ Nesta leitura destes pedidos para me referir aos diferentes cursos de Doutorado analisados utilizei o campo de conhecimento que o curso estava inserido, assim não publicizando o curso

referente às Ciências Exatas, Biológicas e Humanas. Contudo, nas Engenharias, não conseguia, pois o secretário vivenciava uma fase de muitas tarefas institucionais.

Segundo verbalizações deste funcionário, pude verificar que o acesso aos requerimentos seria uma tarefa muito “trabalhosa” para ele. Além disto, ficava explícito que não havia a necessidade de ler o conteúdo de cada requerimento, na compreensão do secretário. Conforme ele, era desnecessário eu ver os requerimentos, pois ele mesmo poderia me relevar o que continha nestes.

Não vai adiantar você falar com coordenador, quem manda aqui sou eu, preciso marcar é uma reunião contigo, te conto tudo, você grava ai. Sinto que você esta muito ansiosa por dados, eu sou formado em... [nas Ciências Humanas] entendo vocês do outro ‘lado do rio’ sim. Mas, você deve saber que tem problemas sérios aqui, até suicídio teve aqui, doenças graves, tem muita gente chorando, mulheres choram, homens também choram. O que eu vejo é uma trava, sabe, na hora de escrever, o orientador também ajuda, né, o aluno a ficar pirado, mas você vê o cara ali na trave, quase fazendo o gol para defender e não defende. Podes me procurar, mas manda e-mail para nosso coordenador, pois ele manda também e precisa autorizar. (Marcelo, Secretário de um programa de Pós-Graduação da UFSC, diário de campo, data- 07-11-2009).

Durante meses tentei entrar em contato por e-mail com o coordenador deste programa, que nunca me deu retorno. Por isto, resolvi entrar pessoalmente em contato com ele.

Num dia de reunião do Colegiado, fui ao programa para conversar com o coordenador. Cheguei à secretaria do curso. O secretário ignorou minha presença. Em seguida, solicitei à sua bolsista uma informação sobre o local da reunião do Colegiado. Expliquei-lhe que precisava falar com o coordenador da pós-graduação sobre minha pesquisa a fim de lhe pedir a sua autorização para ter acesso aos requerimentos de prorrogação daquele programa. O secretário Marcelo que estava escutando minha

de pós-graduação analisado, que contam com agentes com mais de 10 anos de trabalho exercido na organização.

conversa com a bolsista, entrou no diálogo com um modo de falar “agressivo”, a situação pode ser verificada conforme notas do meu diário de campo.

Ao dar boa tarde e apresentar-me, o secretário disse que não se lembrava de mim. Notei que a minha presença não era bem-vinda. Então, perguntei para ele onde seria a reunião do Colegiado, ele falou que sim que era longe, muito longe. Em seguida, me perguntou ‘então o que você quer?’ então expliquei que desejava falar com o coordenador, disse que necessitava apresentar-me naquele dia e falar sobre a minha pesquisa de tese. Ele perguntou-me: falar o que com o coordenador? Deixou transparecer que eu estava sendo inconveniente, então fiquei quieta eu já estava sentindo que o clima estava ficando tenso. Minutos depois ele disse que era para eu esperar para ir junto com ele na reunião e depois me revelou que a sala de reuniões é ali do lado. No entanto, só falou que era ali do lado, depois que eu disse que o professor Dário⁴⁰ iria me apresentar para o coordenador do curso. Ao falar sobre o professor Dário, ele pareceu-me muito impressionado. Morri de medo, foi uma tarde de terror. (22/02/2010, diário de campo).

Neste mesmo dia consegui falar antes da reunião do Colegiado com o coordenador daquela pós-graduação da área da Engenharia. No entanto, mesmo assim, não consegui o acesso aos requerimentos. Assim sendo a impossibilidade de acesso a estes requerimentos na Engenharia, não deve ser compreendida como falta de tentativa de dialogar com aquele “lado do rio”.

As diversas relações de poder construídas no espaço da universidade foram se mostrando cada dia mais evidentes, na medida que eu necessitava entrar em contato com as/os funcionárias/os da universidade. As resistências destes profissionais diante da minha pesquisa, foram apresentando-se a partir de outras evidências.

⁴⁰ Professor Dário foi um profissional que sabendo de como eu estava vivenciando esta impossibilidade sobre os dados de seu programa resolveu me apresentar para o coordenador. No entanto, a ansiedade em falar com o coordenador neste dia foi tão grande, que acabei me desencontrando com o mesmo.

A tensão na Engenharia é evidenciada por uma cultura que preza a produtividade, aquele comportamento estressado do funcionário e do coordenador foi na semana da avaliação da CAPES. Deste modo, isto evidenciou as suas prioridades, ou seja, o valor inquestionável do capital científico específico, expresso no número de publicações, no trabalho quantitativo que os agentes da organização precisam se envolver para comprovar a sua produtividade à agência de fomento. (diário de campo, 22/02/2010).

Nos demais programas de pós-graduação, estabeleci contato por meio de telefonemas e e-mails. Primeiramente as/os funcionárias/os pediam-me que entrasse em contato com a coordenadoria do programa, a fim de conseguir a sua autorização para ter acesso aos requerimentos.

A receptividade das/os secretárias/os variava de acordo com as áreas de conhecimento. A idade das doutorandas também, enquanto no campo das Exatas e Biológicas encontrei faixas etárias precoces, vi nas Humanas um indicativo de mais elevadas faixas etárias entre as doutorandas.

A diferença entre os sexos não foi evidenciado pelas/os secretárias/os como uma desvantagem para as doutorandas. No entanto, a maternidade foi espontaneamente informada pelas/os secretárias/os do programa como uma “diferença” sentida entre as doutorandas e doutorandos, na fase do Doutorado. Esta evidência contribuiu para solicitar e obter os e-mails das doutorandas para futuras entrevistas.

No trabalho de campo percebi que as/os secretárias/os demonstravam um tipo de preocupação sobre o que eu estava anotando sobre as doutorandas. Além deste cuidado também estas/es procuravam contribuir de alguma forma para esta pesquisa, construindo suas compreensões sobre os motivos que as/os doutorandas/os tiveram para prorrogar a tese.

Para as/os secretárias/os a incidência da maternidade na fase do Doutorado não era avaliada como um ato de irresponsabilidade da doutoranda. Contudo, Marcelo, o secretário de um programa de Pós-Graduação em mostrotrevistado mostrou uma visão hostil sobre as alunas que engravidavam nesta fase. Após o término do trabalho de campo, pude relativizar a minha insatisfação em relação ao secretário Marcelo, que negou ajudar-me, por motivos que aos poucos foram tornando-se evidentes.

A demanda de trabalho parecia ser incompatível com sua disponibilidade, pois ele, diferentemente dos outros funcionários, trabalhava sozinho. Os eventos especiais que ocorriam no programa durante o campo, entre estes podemos compreender: os processos seletivos de Mestrado e Doutorado, o fim de seu ano letivo, o início de férias e semana dos relatórios para a CAPES foi uma fase que realmente impossibilitava o funcionário de parar de fazer suas tarefas prioritárias do programa para me atender.

A negação que aparentemente demonstrei sobre o seu conhecimento tácito sobre as/os doutorandos do seu programa e sobre sua formação na área das ciências humanas, talvez possa ter contribuído para a “barreira” que manteve, evitando um relacionamento entre eu/investigadora e ele/investigado. Esta barreira mostrou uma noção de diferentes temporalidades⁴¹ na organização, que deveria contemplar um trabalho de campo e demandas que precisam de atenção das/os funcionárias/os sem tantos contratempos.

1.5. A terceira “pedra”: o lado estranho do “familiar”

Após as “pedras” evidenciadas no trabalho de campo, o “caminho livre” possibilitou-me a construção de um quadro de informantes para a pesquisa. A primeira tentativa de contato com as doutorandas foi por meio dos dados discentes e pesquisa via currículo Lattes. Eu enviava o e-mail e esperava o retorno. No entanto, obtive poucas respostas e, conseqüentemente, minhas tentativas de realização de entrevistas não ocorriam. Mesmo a partir do contato pessoal, a informante não aparecia no dia e no local da entrevista marcado.

Por tratar de estudantes de diferentes áreas de conhecimento, parti do pressuposto que teria mais facilidade com doutorandas do Centro de Educação (CED) e do CFH. Para minha surpresa, nas entrevistas com as doutorandas das Ciências Humanas identifiquei uma das limitações do campo desta pesquisa. Segundo as doutorandas, a impossibilidade delas em participar da pesquisa estava atrelada à falta de tempo disponível.

A experiência que tive com a doutoranda Sinara é ilustrativa para mostrar a falta de disponibilidade das doutorandas deste “lado do rio”. Sinara, ao fornecer seus números de telefone e seus e-mails, dias após

⁴¹ A abordagem do sociólogo Howard Becker foi útil para relativizar e admitir as minhas pistas falhas durante o campo. A credibilidade, portanto a importância que as/os agentes tinham sobre a minha condição de pesquisadora na situação de ser uma doutoranda da universidade. Para mais informações ver: BECKER, Howard (1999).

eu ter lhe enviado um e-mail, comunicou-me pessoalmente no CFH que não poderia mais dar a entrevista naquela fase, pois estava terminando a tese; estava, portanto, muito ocupada, sem tempo disponível para se ocupar com outra coisa.

Meses após sua defesa de tese, encontrei-a no CFH e, ao parabenizá-la, ela comentou - em seguida - com uma expressão eufórica que “não mudou nada, apenas isso [ser doutora] deixa a gente mais nervosa” (Sinara, Ciências Humanas, 05/04/2010, diário de campo). Pareceu-me que seu comentário foi um modo de se proteger para eu não ousar perguntar assuntos sobre o Doutorado.

A postura das mulheres deste “lado do rio” de não darem entrevistas apareceu em suas enunciações como um tipo de resistência em revelar algo para eu-pesquisadora, sendo minha presença muito próxima, ou seja, familiar de sua realidade. Esta resistência foi sendo confirmada no processo de negociação das entrevistas.

Neste caso, eu era uma “igual” entre elas, esta minha identidade entre as informantes, em ser do mesmo centro, parece ter ocasionado efeitos para um movimento de se reservarem em suas enunciações. O marcar e desmarcar entrevistas e a insistência em querer responder por e-mails o roteiro das entrevistas, foram interpretados por mim como uma atitude de restrições sobre “o que se comentaria nesta pesquisa” com a pesquisadora do CFH.

Com as informantes de fora das Humanidades as negociações tiveram efeitos mais positivos.

O processo de entrevistas deu-se em três momentos: o primeiro momento compreendeu o contato por e-mail ou telefone a fim de marcar o primeiro encontro com a informante no local escolhido por esta; no segundo momento ocorreu a entrevista com a informante, gravadas com seu consentimento; o terceiro, compreendeu o retorno por e-mail a fim de tirar dúvidas, que apareceram na leitura das entrevistas já transcritas.

No início realizava as entrevistas com um aparelho de MP3. Por não ter conseguido gravar uma entrevista, ou melhor, achar que tinha gravado, resolvi comprar um gravador digital. Esse gravador melhorou a minha relação com as informantes, parece que ao possuir um aparelho de melhor qualidade, mais moderno tecnologicamente, eu sentia mais segurança durante a entrevista.

Como já foi dito, nas Ciências Humanas tive problemas em relação à realização das entrevistas, que pediam para responder por e-mail alegando que não tinham tempo na universidade para participar da entrevista, portanto preferiam responder o roteiro em casa por e-mail.

Em relação às informantes “do outro lado do rio”, que compreendem as Engenharistas, foi mais tranquilo entrevistá-las. Durante as entrevistas, elas demonstraram interesse em participar e a minha relação com elas, minha posição de pesquisadora e meu interesse em escutá-las pareceu criar um tipo de “empatia”, que contribuiu para uma melhor coleta dos dados fora do CFH e CED.

Nesta fase, constatei que as informantes não mostravam uma preocupação com uma alimentação regrada, a partir de horários fixos convencionais, pois o horário do almoço era sempre o melhor horário para fazer a entrevista.

As doutorandas da Engenharia deram as entrevistas no laboratório, por isso, ao mesmo tempo em que eram entrevistadas, atendiam telefonemas, liam e-mails, conversavam com quem chegava, entravam e saíam do laboratório. Durante as entrevistas, ocorriam muitas interrupções, quase todas relativas ao trabalho da pesquisa⁴². Este diálogo entre uma cientista e seu bolsista ocorreu no meio de uma entrevista feita nas Ciências Biológicas.

Cientista - Eu gostaria de falar contigo, tem várias coisas que eu quero ver contigo, o negócio da ração, porque veio um rapaz agora que vai trocar a ração. Nós tínhamos pedido 10 sacos e eu fui lá vê tem só um saco, eu acho que não é nosso, porque ele veio trocado e ele veio para trocar, daí eu fui ali olhar, daí ele olhou a nossa ração não é auto-clavável,

Bolsista – Não, a nossa não é auto-clavável, até foi isso que eu falei com a Jô para ver os camundongos. Sim, eu pensei também se a gente auto-clavando está perdendo nutrientes, daí eu falei com a Jô assim que provavelmente é falta de vitamina mesmo, por que esses animais são mais sensíveis e daí eu fiz isso,

Cientista: Não tem como trocar essa ração???

Bolsista – Sim aquela vez eu falei com Jô, não tem problema porque quem faz é o departamento

⁴²Os estudos de Bruno Latour refletem esta relação entre sujeito e objeto, esta rede que é construída durante a prática científica no laboratório, que segundo o autor não é típico dos sociólogos ter interesses em pesquisar. Para mais informações ver: LATOUR et al. (1997).

o pedido da ração, daí ela falou que tem um saco de auto-clavável lavado, daí ela falou que na próxima vez não pesam isso aí.

Cientista– Tá, então esse aí a gente faz como, só se não auto-clavar ? É um risco também né, eu não sei até que ponto. É o controle de qualidade dos caras. Ou a gente conseguir um pouco com André essa auto-clavável só para o GFT.

Bolsista – Não, mas a Jô falou que não tem problema pode pedir que tem bastante, daí o que vou ter que fazer que já tem um saco esterilizado, mas a perda de vitaminas é por causa do calor mesmo, então eu vou falar com ela.

Cientista – Sim, pede para o GFT, acho que a gente tem que trocar já.

Bolsista – Então, eu tenho para ver então, eu vou ter que ligar lá e pedir mais um saco de ração.

Cientista – Não tem como trocar essa?

Bolsista – Dá para trocar, eu falo com ela, depois eu levo lá e troco, dá sim.

Cientista – Sim, porque como eles [camundongos] estão perdendo peso, se continuar eu acho que vou usar vitamina, eu já peguei o nome da vitamina Vitagold tem que dá uma olhada, só que o problema dessa Vitagold é o seguinte tem que ser trocado todo o dia que tem um cheiro bem ruim. Daí tem que colocar pouca água, pois a água tem que ser trocada diariamente, deixar um pouco de água para final de semana não precisar vir aqui.

(Entrevista, Ciências Biológicas, 14/07/2008).

Além dos camundongos que participam dos experimentos das biólogas, durante o trabalho de campo senti muitos cheiros: de reagentes químicos no prédio das Ciências Exatas e de concreto nas visitas ao bloco da Engenharia Civil. No entanto, neste trabalho de campo não senti cheiro de bebês. A discussão sobre a maternidade no campo

acadêmico tem sido algo invisível no cotidiano que envolve a universidade, pois, no ambiente de trabalho tudo parece organizado de forma muito pessoal. Os laboratórios das Engenharias são mais escuros e possuem um investimento tecnológico mais novo, em relação às Humanidades.

Nas secretarias dos programas de pós-graduação e nas salas das/os professoras/es pude constatar a existência de objetos pessoais das/os funcionárias/os como porta-retratos com fotos de familiares.

O quadro 5 foi construído por meio da lista de discentes obtida via PRPG e pelos motivos descritos nos requerimentos de prorrogação. Desta forma, durante a leitura destes requerimentos, a colaboração das/os funcionárias/os da organização foi muito importante para chegar ao quadro 5.

Quadro 5 Informações referentes às doutorandas e construção da entrevista

Nome	Idade	Área	Número de Filhos	Estado Civil	Bolsa	Ano de Ingresso	Local da entrevista
1. Maria Flor	31	Ciências Humanas	Um filho gestante durante o Doutorado	Casada	Sem bolsa	2005	Blumenau
2. Luiza	34	Ciências Humanas	Duas filhas e gestante	Casada	Bolsa capes (1 ano)	2007	Florianópolis casa da informante
3. Rúbia	29	Ciências Exatas	Uma filha e um filho (Gestante no doutorado)	Casada	CNPq integral	2007	Laboratório UFSC
4. Hortênciana	31	Engenharia	Sem filhos	Casada	Sem bolsa	2009	No hall da Engenharia Civil
5. Teresa	51	Engenharia	Dois filhos	Casada	CNPq (2 anos)	2006	Laboratório da Civil
6. Helena	27	Ciências Exatas	Um filha	Divorciada	CNPq integral	2009	Lanchonete do Centro Sócio – Econômico (CSE)

7. Júlia	31	Engenharia	Sem filhos	Casada	Capes Integral	2006	Laboratório da Engenharia Civil
8. Maria Cecília	34	Engenharia	Sem filhos	Solteira	Capes Integral	2007	Trento
9. Virgínia	31	Ciências Humanas	Gestante	Casada	CNPq integral	2009	Florianópolis minha casa
10. Elisa	41	Engenharia	Dois filhos (Gestante no doutorado)	Casada	CNPq (1 ano)	2002 (primeiro ingresso) 2007 novo ingresso processo seletivo	Lanchonete do CTC
11. Joana	27	Engenharia	Sem filhos	Solteira – sem namorado	CNPq (3 anos de bolsa)	2007	Lanchonete do CCE
12. Inês	34	Engenharia	Sem filhos	Solteira – noiva	CNPq integral	2006	Nos bancos em frente a reitoria da UFSC
13. Cristina	33	Ciências Biológicas	1 filho	Casada	CNPq	2008	SEAD
14. Perla	26	Engenharia	Sem filhos	Solteira	Sem bolsa	2008	SEAD
15. Cibele	41	Ciências Biológicas	1 filha e gestante	casada	Sem bolsa	2004	SEAD

Fonte: entrevistas semi-estruturadas realizadas com doutorandas UFSC no período de 2008 a 2009.

No quadro 5 podemos observar que foram entrevistadas 15 informantes nesta segunda fase da pesquisa. Estas 15 informantes possuem entre 26 e 51 anos de idade. Com relação ao estado civil destas 15 informantes: 10 eram casadas, quatro eram solteiras e uma divorciada. Das solteiras, uma apenas comentou ser noiva, pois as demais não comentaram sobre seus relacionamentos afetivos.

Em relação à concessão da bolsa CAPES ou CNPq, somou-se seis estudantes com bolsa integral, ou seja, obtiveram 4 anos de bolsa relativo ao tempo de doutorado, quatro estudantes com bolsa de período

inferior há 48 meses e cinco estudantes sem bolsa. O “não ter bolsa” esteve relacionado aos seguintes motivos: estarem trabalhando em empresa privada recebendo um salário maior que o valor da bolsa, por ocuparem cargos em instituições públicas, ou por não terem sido contempladas pela bolsa da CAPES ou CNPq.

Quanto ao número de filhos, a grande maioria que é mãe tem de um a dois filhos. No entanto, uma informante que já tinha duas filhas está esperando a terceira filha, sendo que seis das 15 foram gestantes durante o período do doutorado. Cinco não têm filhos, destas, duas eram casadas há mais de cinco anos. Em relação à área de conhecimento: oito de programas de Doutorado das Engenharias, duas de Doutorados das Ciências Exatas, duas de Doutorados das Ciências Biológicas e três de doutorados das Ciências Humanas.

O local das entrevistas variou a partir da preferência da informante. Nos laboratórios, tive mais dificuldade de gravar o conteúdo da entrevista sem interrupções, pois geralmente outros/as estudantes permaneciam perto da informante ou interrompiam fazendo perguntas sobre os experimentos. Quando era fora do ambiente de trabalho, geralmente as informantes demonstravam uma expressão mais “tranquila” e abriam-se melhor sobre a situação da mulher na instituição enfatizando algumas evidências de relações de poder na universidade.

Alguns estudiosos (BECKER, 2007; FERREIRA; AMADO, 1998), refletindo sobre processo de entrevista, já constataram a diferença dos dados das entrevistas conforme o local da entrevista, pois ele pode influenciar a desenvoltura da informante, portanto o conteúdo enunciado.

Além das informantes principais desta pesquisa também foram colhidos depoimentos e entrevistas dos demais participantes da universidade compreendendo coordenadoras/es dos programas, professoras/es, técnicas/os administrativas/os dos programas das quatro áreas de conhecimento. Desta forma, traçou-se também um quadro de informantes coadjuvantes. No quadro 6 podemos verificar as/os informantes coadjuvantes desta pesquisa.

Quadro 6 Informações sobre a função e a construção da entrevista referentes aos informantes coadjuvantes da pesquisa

Nome do/a Informante	Função na instituição
1. Alice	Professora
2. Daniela	Secretária

3.	Rafael	Secretário
4.	Eliane	Secretária
5.	Marcelo	Secretário
6.	Bruno	Professor
7.	Lauro	Professor -Coordenador
8.	Luiz	Professor-Coordenador
9.	André	Professor -Coordenador
10.	Elias	Técnico Administrativo
11.	Larissa	Técnica Administrativa
12.	Mateus	Doutorando
13.	Carina	Doutoranda
14.	Claudete	Técnica Administrativa
15.	Lais	Técnica Administrativa
16.	Sinara	Doutoranda sanduíche
17.	Marion	Doutoranda sanduíche
18.	Fernanda	Doutoranda Sanduíche
19.	Camila	Doutoranda Sanduíche
20.	Karina	Doutoranda Sanduíche
21.	Giraldo	Técnico Administrativo

Fonte: Dados do trabalho de campo realizado nos programas de doutorados UFSC do período de 2008 a 2010.

O material coletado a partir do campo foi posteriormente analisado a partir do método de análise de conteúdo de Bardin⁴³ (2002).

⁴³Este método qualitativo compreende o desvendamento de significações de diferentes tipos de discursos, baseando-se na inferência ou dedução, mas que, simultaneamente, respeita critérios

Deste modo, procuramos criar uma interpretação organizada a partir do contato com o material coletado e seu amadurecimento gradativo. A leitura atenciosa das entrevistas foi primordial para configurar o universo simbólico compartilhado entre as doutorandas presente no capítulo 4 e 5 desta pesquisa.

1.6. O estágio doutoral no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra – (UC)

O estágio doutoral possibilitou-me aprofundar a investigação por meio do acesso a novas literaturas, trabalhos de campo e contatos com pesquisadoras sensibilizadas com a temática da tese. Também neste estágio tive como objetivo entrevistar doutorandas do CES da UC a fim de cotejar suas enunciações com os dados de doutorandas da UFSC. Esta oportunidade contribuiu, sobremaneira, para um refinamento teórico-analítico do estudo.

Na sua grande maioria, os estágios doutorais envolvem determinados trâmites administrativos que refletem a política interna de diferentes instituições. Dentre estas instituições destacam-se: a agência de fomento que financiará o estágio da doutoranda, o programa de pós-graduação que a candidata está vinculada e a universidade que acolherá a candidata durante a sua fase de estágio. Além desta relação institucional, também podemos acrescentar o diálogo estabelecido entre a orientadora da tese no Brasil e co-orientadora na fase do estágio. No caso do estágio de ser feito no exterior a doutoranda necessita de visto de estudante, sendo que os consulados e a CAPES⁴⁴ não têm estabelecido uma parceria sobre este processo.

Após ter a bolsa deferida, a doutoranda precisa dar abertura ao processo de visto, que dependendo do consulado, poderá se estender para mais de 30 dias. Após a aprovação do visto, a CAPES paga os auxílios para a doutoranda se instalar no exterior, seguro médico e passagem de ida. É importante salientar que as regras de pagamento destas despesas são frequentemente renovadas, pois anteriormente era a CAPES que marcava a passagem, atualmente a doutoranda é a responsável pela reserva e compra das passagens de ida-volta e do seguro médico.

específicos propiciadores de dados em frequência, em estruturas temáticas, entre outros. Para mais informações ver: BARDIN (2002).

⁴⁴Agência de fomento que investiguei, pois fui bolsista desta no período de maio a agosto de 2010.

Estes trâmites administrativos tendem a deixar as doutorandas “estressadas”, afetando negativamente o desenvolvimento de sua tese. Entre os cinco depoimentos de doutorandas em estágio doutoral que colhi, todas elas afirmaram que o primeiro mês de estágio, por exemplo, restringiu-se a resolver problemas vinculados a contas bancárias, contatos com as agências de fomento e apresentações na universidade.

Além destes problemas de ordem administrativa, notei que a construção de novas relações e adaptação com o novo lar, o clima, o espaço, os serviços de transportes, supermercados e alimentação acabavam tomando uma grande parte do tempo destas estudantes.

Deste modo, a doutoranda que deseja fazer uma parte de seu Doutorado no exterior, deve ter um cronograma que se adeque com as suas possibilidades. No meu caso, que realizei o estágio no último ano do Doutorado, pude verificar que minha administração do tempo era “mais severa” do que as doutorandas que estavam no segundo ou terceiro ano do doutorado. O uso do tempo no Doutorado está sensivelmente relacionado às particularidades que abrangem o estilo de vida de cada doutoranda, como já constatou Emília Rodrigues Araújo (2006) estudiosa da carreira acadêmica em Portugal, especialmente a fase do doutorado.

Durante a experiência pude verificar que, no imaginário acadêmico, permeiam diferentes compreensões sobre o estágio no exterior. Conforme as enunciações das acadêmicas, esta experiência pode tanto ser percebida pelos “outros”, que as conhecem como uma experiência positiva por ter sido aceita em uma universidade no exterior, pois isto é visto como uma forma de receber reconhecimento internacional, como negativa quando os “outros” criticam seu deslocamento como uma possibilidade de “fazer turismo” no exterior, portanto com o dinheiro público, às custas de quem paga os impostos.

Analisando os comentários de quem não experienciou sair de seu país para estudar, verifiquei, a partir de enunciações dos “outros”, como este “sair para fora” do Brasil é reconhecido como algo significativamente valorizado, prevalecendo assim um certo eurocentrismo e a conseqüente desvalorização das universidades e das pesquisas feitas no Brasil.

No entanto, além deste reconhecimento sentido pelas informantes em estágio sanduíche também pude verificar que este “fazer turismo”, que ocorre durante o estágio é também compreendido como uma oportunidade que a estudante tem em fazer seu primeiro turismo internacional.

Este ocorre devido à facilidade de deslocamento e o baixo valor das passagens aéreas em vôos denominados de “*low cost*”. Desta forma, os/as estudantes nomeadas no Brasil de recursos humanos altamente qualificados transformam-se nas chamadas “mochileiras” na Europa.

Assim sendo, o processo de estágio doutoral deve ser compreendido como uma fase do Doutorado que exigirá da candidata à Ciência a compreensão sobre as normas institucionais das agências de fomento e do regimento interno do centro que a acolherá no exterior. Esta compreensão não necessariamente contribuirá diretamente na elaboração da tese de Doutorado, muitas vezes até podem desfocar os objetivos da pesquisa de Doutorado. Estes estágios doutorais podem ser uma das incidências para postergar a defesa da tese⁴⁵.

O título de doutor em Portugal funciona como um distintivo de prestígio social para estabelecer hierarquias entre as participantes do campo. Em relação ao Doutoramento, o ritual de defesa, é moldado por uma hierarquia que se assemelha a um julgamento composto de candidata (ré), orientadora que pode assumir o papel de advogado de defesa e banca que pode ser percebida como um jurado altamente qualificado. A candidata tem 15 minutos para expor sua tese afastada dos demais membros (orientadora e banca) sentado em uma mesa sozinha com pouca luz e deverá, obrigatoriamente, estar trajada de traje preto e toga.

O ritual de defesa ocorre na UC simultaneamente com a presença das/os turistas no andar de cima. Uma vez que a sala de exames de teses da UC é um patrimônio histórico visitado dentro da universidade⁴⁶. Neste sentido, o contexto da UC expressa ambiguidades. Sua história, que marca um contexto que, mesmo sofrendo fortes mudanças e reconstruções sua existência, remete à sua origem, o século XIII.

Durante o estágio doutoral coletei quatro depoimentos com as estudantes brasileiras em estágio doutoral na área de Sociologia e Direito. Por falta de tempo hábil para contactar informantes, pois estive no CES nos meses que compreendiam o intervalo entre o fim do semestre e início das férias, escolhi as estudantes que estagiavam no CES e, portanto, estavam sempre lá.

O presente capítulo consistiu em expor os critérios metodológicos escolhidos para o desenvolvimento desta pesquisa. A escrita deste

⁴⁵ Esta afirmação será analisada no capítulo 4 intitulado “A compreensão das doutorandas sobre a fase do Doutorado”, no item 4.5. A leitura dos requerimentos de prorrogação de tese.

⁴⁶ Esta sala é chamada sala dos capelos para mais informações ver: <http://www.regiaoocentro.net/lugares/coimbra/universidade/salacapelos.html>. Acesso em 23/09/2010.

capítulo buscou explicar os processos vividos durante o estudo, como a construção do meu distanciamento por ser doutoranda. Do mesmo modo este texto abordou as minhas dificuldades, limitações, emoções e a tentativa de alcançar a objetividade.

No próximo capítulo, abordaremos as contradições sentidas entre carreira e maternidade pelas mulheres no mundo da Ciência, a partir de fontes principais que compõe a literatura de gênero conhecida e reconhecida e as demais fontes de apoio que me interessaram para a análise dos dados nos capítulos subsequentes.

Segunda Parte - A construção social da maternidade e o habitus científico socialmente reproduzido.

Capítulo 2 - O valor social atribuído à maternidade para definir o “ser mulher”

Neste capítulo trataremos da construção social da maternidade no Ocidente, a fim de refletir, por meio dos estudos feministas e de gênero, as violências que excluíram as mulheres da história da institucionalização da Ciência moderna, por estas apresentarem uma “natureza” socialmente inadequada para a prática científica.

Nos últimos tempos ocorreram diversas transformações positivas na vida das mulheres, como o acesso à educação e ao mercado de trabalho, a construção de uma sexualidade desvinculada da reprodução por meio do uso de métodos contraceptivos, a criação de delegacias especiais para as mulheres e muitos programas governamentais que colaboraram para extinguir as desigualdades de gênero em diversos espaços sociais. No entanto, a maternidade ainda permanece como uma questão que os estudos de gênero e feministas continuam a problematizar.

Diversos são os posicionamentos que os estudos feministas têm feito em relação à especificidade do corpo feminino, que envolve o trabalho reprodutivo a partir da gestação, do parto e da amamentação e da experiência da maternidade.

Falar em trabalho reprodutivo das mulheres tem implicado em pensar como os corpos têm sido historicamente compreendidos pela Sociologia e os estudos feministas. De modo geral podemos perceber que o corpo foi visto, primeiramente, como um objeto de estudo pouco atraente para o campo da Sociologia, pois seus estudos adotavam uma perspectiva generalista para explicar os fenômenos da sociedade moderna. O recente interesse que sociólogas e sociólogos têm demonstrado em relação às práticas e representações sociais pautadas no corpo advém ao fato de elas estarem influenciado a produção de diversas formas de subjetividades (FERREIRA, 2003).

De acordo com algumas autoras Perrot, (2005; 1998); Smith, (2003); Schienbinger, (2001; 2008) e Badinter, (1985; 2005) o discurso moderno negou estrategicamente a participação das mulheres no mundo público, contribuindo assim para reiterar que a prática científica era uma

atividade mais adequável aos homens. De acordo com o pressuposto da reprodução humana, os homens seriam mais “adequáveis” à atividade científica, por não possuírem corpos propensos a engravidar e, conseqüentemente, não produzirem leite para amamentar crianças recém-nascidas.

Deste modo, a diferença estava marcada no corpo da mulher, reiterando a dicotomia mente/corpo correlacionando-se ao par binário masculino/feminino (LENNON, 2010). Do mesmo modo, o discurso que destinava às mulheres ao casamento e à maternidade tornou-se o principal aliado do contexto moderno. Neste contexto, não se considerou à contribuição das mulheres na história da Ciência, negando a participação destas para o processo que envolveu a sua institucionalização.

No entanto, é sabido que a contribuição das mulheres para o desenvolvimento da sociedade é marcada de longa data, pois se não fosse a forma especial que as mulheres conseguiram lidar com as relações sociais, não haveria o nível de sociabilidade que garantiu a sobrevivência humana⁴⁷. As mulheres não estiveram e não estão reduzidas aos seus corpos biológicos, dotados da condição especial de terem bebês para povoar o mundo; sua contribuição para sociedade foi além desta “natureza” reprodutora.

A perspectiva reducionista da Ciência moderna tem sofrido críticas dos estudos feministas e de gênero em relação aos valores que permearam as suas premissas, que davam a ideia desta Ciência ser um tipo de conhecimento neutro em relação aos valores, que permeavam as outras formas de saberes. No entanto, investigações em seus conteúdos, metodologias e culturas organizacionais têm revelado valores androcêntricos (SCHIENBINGER, 2001). Para os estudos feministas, estes valores podem ser desconstruídos por meio de uma análise de gênero.

Este paradigma androcêntrico fez-se dominante na história da Ciência com base em suposta neutralidade, que na verdade representava a preferência aos valores ocidentais, que negam diversas experiências que não se encaixavam e não se encaixam no padrão dicotômico

⁴⁷Conforme estudos arqueológicos de Adovasio; Soffer; Page (2009) as mulheres foram a “locomotiva” no nível de sociabilidade inédito alcançado pelo homem, foram inventoras das mais úteis ferramentas (chamada revolução do barbante). Dividiram igualmente a provisão de mantimentos para as sociedades humanas, quase que seguramente conduziram à invenção da linguagem, e foram as criadoras da agricultura. Para mais informações ver: ADOVASIO, J. M.; SOFFER, O. ; PAGE, J (2009).

universal. Em função disso, estas experiências acabaram desperdiçando-se, logo ignoradas, pelo discurso da Ciência moderna ocidental (SANTOS, 2000; 2007a). Neste sentido, a razão indolente⁴⁸ tem influenciado conteúdos e metodologias, portanto nossas práticas cotidianas no campo acadêmico, por meio do vício ocidental pautado em reduzir o conhecimento por uma perspectiva dicotômica (WALLERSTEIN, 2002).

Esta perspectiva dicotômica é facilmente observada empiricamente quando doutorandas mães são alvos de discriminações no campo acadêmico por seus colegas homens⁴⁹. Eles, em sua maioria, compartilham da representação de uma “típica pesquisadora”, dedicada integralmente à Ciência. Desta forma, excluem as mulheres que decidiram conciliar uma vida familiar e uma vida profissional.

A separação entre mundo público e privado tende a ser reproduzida nas relações sociais no campo, sendo que esta separação imaginária significativamente marcada no século XIX tem sido uma dificuldade vivenciada pelas acadêmicas mães na prática científica. Por isto, a problemática que envolve a escolha das mulheres pela maternidade ainda continua sendo vista como uma questão sensivelmente pertinente para ser analisada na contemporaneidade.

Esta análise é importante, especialmente entre as doutorandas, que possuem mais possibilidades que favorecem a construção de uma consciência crítica sobre as violências sofridas pelas mulheres e outras identidades sociais historicamente excluídas no espaço acadêmico. Entre estas identidades podemos destacar, além do sexo do cientista, outras diferenças visíveis, como por exemplo, a cor da pele ou quando a/o cientista porta alguma necessidade especial, pois estas também têm sido diferenças que marcam exclusões sociais no campo científico.

Desta forma, dialogar sobre as experiências vividas destas acadêmicas será primordial para iniciarmos um processo reflexivo que contribuirá para compreender a atual situação e as possíveis transformações que poderão ocorrer nas relações sociais no campo acadêmico por meio da apreensão e resistência desta realidade imposta para ser cientista.

⁴⁸Segundo Boaventura de Souza Santos, trata-se de um modelo de razão limitada, preguiçosa, que se considera única, exclusiva, e que não se exercita o suficiente para poder ver a riqueza inesgotável do mundo, pois nossas categorias são muito reducionistas. É nesta razão que temos sido treinados a produzir conhecimentos. Para mais informações ver: SANTOS (2007a).

⁴⁹ Esta evidência relativa à discriminação da acadêmica mãe no Doutorado será melhor analisada no capítulo 5 desta tese.

2.1. A força do discurso moderno para definir o “ser mulher”

Que atributo culturalmente “feminino” foi utilizado pelo discurso moderno para definir o “ser mulher”? Certamente esta indagação sobre a construção social da identidade feminina dependerá do contexto cultural e social, analisado a partir da experiência de cada mulher em sua singularidade. No entanto, quando nos referimos ao contexto moderno do século XIX, marcado pelo estilo burguês ocidental, percebemos que a socialização feminina era feita impondo um tipo de passividade às mulheres.

A passividade seria um atributo feminino que afirmaria a “normalidade” da mulher e isto contribuiu para desestimular as mulheres a participarem do processo criativo que envolve a construção do conhecimento. Assim, a imposição deste atributo garantiu a necessária distância feminina ao mundo público. Esta falta de oportunidades imposta às mulheres, em relação à história do conhecimento, também marcou a experiência de outras/os sujeitos, que não devem ser tratadas/os apenas como “vítimas” de uma realidade desigual, mas, como agentes necessárias/os, que possuem experiências particulares que podem contribuir para transformar a situação atual do campo científico.

A realidade do campo científico tem sido historicamente moldada por um discurso reducionista problemático, que legitimou a cidadania primeiramente aos homens brancos, europeus e ocidentais. Em contrapartida, a história das mulheres foi marcada por um silêncio necessário para um tipo de masculinidade sobressair-se como um modelo neutro e universal.

Atualmente estudiosas feministas entre elas: Schienbinger, (2001; 2008); Tabak, (2002); Shiva, (1993); Keller, (1996) interessadas em investigar o discurso da Ciência moderna de forma crítica, salientam que o acesso das mulheres ao ensino superior será fundamental para avançar a crítica aos valores que a Ciência moderna contemplou. Assim, com uma participação feminina numericamente mais expressiva, haverá a oportunidade destes novos recursos humanos trazerem novas perspectivas para o processo de construção do conhecimento (TABAK, 2002), garantindo uma prática científica menos desigual. Entretanto, nota-se que esta maior participação feminina, em termos numéricos, não garantiu a exclusão das discriminações sofridas pelas mulheres no campo científico/acadêmico, pois o diálogo, a partir das diferenças entre

os sexos, têm sido complexificado por diversas perspectivas teóricas feministas. (LENNON, 2010).

Os estudos feministas nos mostram que o “ser humano” pautado na perspectiva universal, que pressupunha englobar as particularidades de cada indivíduo cristalizando-se em um único ser universal, mostrou-se um tipo excludente para a crítica feminista pautada no feminismo diferencialista. No entanto, o reconhecimento da diferença entre os sexos, usado para construir a identidade de gênero, reforçou a dicotomia em pares opostos, portanto também contribuiu para causar exclusões de gênero.

Assim, a singularidade feminina precisava ser rompida a partir de uma perspectiva que englobasse a diversidade das mulheres. Diante desta essencialização dicotômica de gênero, o ato de afirmar as diferenças entre as mulheres tendeu a reforçar ainda mais o corpo biológico para definir a mulher (NICHOLSON, 2000), uma vez que esta dicotomia entre os sexos pode operar hierarquicamente determinando espaços, posicionamentos mais adequados às mulheres. Neste sentido, as escolhas de cada mulher no campo acadêmico devem ser analisadas considerando as suas particularidades, portanto experiências vividas que refletirão suas escolhas objetivas.

No século XIX houve um enfoque de cunho generalista sobre as mulheres, que as abordou como agentes expulsos do espaço público. Estas expulsões foram justificadas pela sua “natureza inadequada” para este espaço. Na literatura sobre história das mulheres (PERROT, 2005; 1998) encontramos que a dicotomia público/privado marcou simbolicamente este período histórico, portanto definiu espaços a partir da diferença entre os sexos. De acordo com a autora Rachel Soihet:

O século XIX teria em toda parte acalentado uma crença nas esferas isoladas da feminilidade e da masculinidade que chegaria aos extremos de uma fé religiosa e sempre que essas esferas foram ameaçadas, argumentos em defesa das absolutas diferenças entre os sexos foram enfiados na brecha aberta. (SOIHET, 2006, p.23).

A separação entre público e privado contribuiu tanto para reproduzir os lugares adequados a cada sexo, como para configurar a nova estrutura social da época. Assim, redefiniram-se novos valores e crenças a partir do modelo de complementaridade entre os sexos, “aos

homens o público, cujo centro é a política. Às mulheres, o privado, cujo coração é formado pelo doméstico e pela casa”. (PERROT, 2005, p. 459). Mas, esta separação em duas esferas que ilustrou o contexto do século XIX, não deve ser compreendida como rigorosamente demarcada.

A sociabilidade de homens e de mulheres que ocorriam no espaço público representavam status⁵⁰ diferenciados para a vida pública. A feminina era vista como socialmente irrelevante para a vida pública⁵¹. Segundo a historiadora Michelle Perrot (2005), contrastando estas duas formas de sociabilidade masculina e feminina, verificamos que a sociabilidade das mulheres era percebida como folclórica, em oposição à masculina, que constituía uma cultura ideal para a atividade política. O espaço público era simbolizado hierarquicamente, com a valorização positiva destinada aos homens. A mulher que ousava ser pública era percebida como sendo de moral duvidosa. Era rotulada, na maioria das vezes, como: “depravada, debochada, lúbrica, venal, a mulher também se diz a ‘rapariga’ – pública é uma ‘criatura’, mulher comum que pertence a todos”. (PERROT, 1998, p. 7).

Esta demarcação valorativa entre público e privado ocorria com as mulheres que ousassem transitar em espaços sociais compreendidos como “masculinos”. Por exemplo, nos espaços de produção do conhecimento como laboratórios, as salas de aulas e as bibliotecas das universidades. A instrução destinada às mulheres deveria ser contida e destinada ao seu papel social, de esposa e mãe. O papel feminino centrado na figura da mãe e esposa foi socialmente valorizado neste período. Diversos discursos reiteravam que as mulheres possuíam “qualidades inatas” e por isso deveriam explorar esse potencial que a natureza as havia presenteado.

Nos discursos naturalistas do século XIX também encontramos argumentos científicos que essencializavam o feminino. As mulheres eram percebidas como seres que “naturalmente” não possuíam uma estrutura cognitiva adequada para a prática científica. Nesses discursos, os psiquiatras darwinistas mostravam-se diretamente contrários aos movimentos de libertação feminina. Para eles, seria na maternidade que

⁵⁰No sentido weberiano para designar a posição de um indivíduo ou grupo aos olhos dos demais, status no sentido de uma percepção sendo suas características instáveis e contingentes. Para mais informações ver: DIGGINS (1999).

⁵¹ Segundo Michele Perrot (2005), a sociabilidade feminina no mundo público burguês ocorria nos mercados, lavadouros e lojas, estes que eram os locais mais comuns para a presença feminina. Para mais informações ver: PERROT (2005).

a mulher assumiria a sua “natureza”. Isto mostrava-se no corpo, nos ciclos menstruais, nos óvulos limitados e “passivos”, que garantiriam a reprodução de sujeitos saudáveis, educados e disciplinados por “boas mães”. Seguindo esta lógica, quando uma criança apresentasse indícios de “má socialização”, a culpa era atribuída à mãe. O simbólico que envolveu a construção da maternidade contribuiu para que a responsabilidade da educação das crianças centrasse-se exclusivamente na mãe, reforçando assim a divisão dos papéis sexuais e esquecendo do pai, do Estado e da própria estrutura social que deveriam/poderiam estar envolvidos na prática da maternidade.

Os discursos pautados em determinismos sociais e biológicos não apenas naturalizaram o “ser mulher”, formando assim um padrão ideal, mas também escandalizaram as exceções não dispostas a reproduzi-lo. As mulheres que negaram a maternidade, muitas vezes, foram tratadas como casos patológicos, e até contagiosos para a sociedade da época. A autora Concha Pérez Sedeño ao analisar essa ocorrência na Inglaterra constatou que:

El modelo psiquiátrico de salud mental, representado por los roles de género, fue utilizado por los psiquiatras para realizar diagnósticos masivos de desequilibrio psicológico. La gran cantidad de mujeres que, sobre todo entre las clases cultas da Inglaterra, fueron diagnosticadas de transtorno mental no resultaba sorprendente para una sociedad en la que existía la creencia de que en la mujer había una tendencia natural hacia el desequilibrio. La razón de esta predisposición se debía a que su mente estaba dominada por sus instintos reproductivos. (PÉREZ SEDEÑO, 2001a, p. 237).

Este modelo de mãe ideal emergente na Europa no início do século XIX foi sustentado pela perspectiva dicotômica referente à estrutura social presente na sociedade moderna. Na Sociologia, a partir dos clássicos, percebemos como esta perspectiva dicotômica público/privado ausentou as especificidades em relação ao trabalho das mulheres na construção da sociedade moderna.

Para o autor Émile Durkheim a emergência da sociedade moderna ocorreu uma mudança de solidariedades. A solidariedade

mecânica presente nas sociedades tradicionais foi substituída pela solidariedade orgânica, sendo esta última uma forma mais evoluída de divisão social do trabalho. Na solidariedade orgânica, as funções seriam divididas entre os indivíduos diante da demanda social. Partindo deste pressuposto, a mulher moderna teria na maternidade a sua principal função a partir da divisão social do trabalho.

O filósofo Karl Marx não fará menção em sua obra sobre o trabalho da gestação e do parto. O trabalho das mulheres desempenhado no espaço doméstico a fim de reproduzir a força de trabalho do homem-provedor não será tratado com igual importância em relação ao trabalho reprodutivo, por não extrair a mais-valia.

O autor Max Weber, ao descrever o tipo ideal de cientista/acadêmico, deixa subentendido em sua análise que o mesmo deveria dedicar-se integralmente à Ciência⁵². Desta forma, as mulheres que decidiam pela carreira deveriam incorporar este tipo ideal de cientista, logo abdicando de outras escolhas, como por exemplo, ser mãe.

No entanto, devemos ressaltar que estes pensadores não tinham interesse em analisar questões de cunho mais cotidiano, pois suas preocupações estavam dirigidas para compreender o fenômeno da sociedade moderna. Logo, seu foco de análise não enfatizou as relações entre os sexos, estas percebidas como mais “micro”, contrapondo-se a proposta das teorias gerais. Por isto, devemos utilizar o gênero como uma categoria de análise histórica para compreender como o problema das desigualdades é histórico e complexamente difícil de ser extinto, pois nossas ideias refletem o pensamento moderno.

Somos herdeiras e herdeiros do pensamento moderno, e que por mais que tentemos fugir disso, é difícil romper com nossas práticas cotidianas⁵³ (WALLERSTEIN, 2002). Nas entrelinhas dos clássicos podemos entender como estes sociólogos pressupunham o papel da mulher. No entanto, seus interesses não partiam para questionar as desigualdades de gênero mostrando caminhos para extingui-las.

A indagação sobre o porquê deste status inferior das mulheres em relação aos homens, levou a autora Sherry Ortner (1979) a constatar que

⁵²A análise de Max Weber sobre a carreira científica/acadêmica será analisada no capítulo 3 por meio de seu ensaio “A ciência como vocação”.

⁵³O autor Emmanuel Wallerstein (2002) aborda o saber em três pilares, um destes pilares está relacionado à cultura incorporada pelas/os agentes da disciplina. O autor salienta que há premissas relacionados ao pensamento sociológico que estão tão naturalizadas na visão de mundo dos sociólogos/os que dificilmente estas/es refletem sobre sua maneira de pensar. O autor chama isso de cultura da sociologia.

as mulheres sempre estiveram em uma posição intermediária entre natureza e cultura, e esta posição de agente intermediário fez a mulher ainda mais adequada ao mundo privado. Segundo a autora:

Em razão de maior envolvimento do corpo feminino com a função natural que circunda a reprodução, ela é encarada mais como elemento da natureza do que o homem. Contudo, em parte por sua consciência e participação no diálogo social, ela é reconhecida como uma participante da cultura. Portanto, ela surge como intermediária entre a cultura e a natureza numa escala de transcendência inferior a do homem (p.106).

A mulher era reconhecida como natureza quando procriava, mas também como participante da cultura, pois exercia o papel social de socializadora das crianças. No entanto, esta posição intermediária percebida por Sherry Ortner na década de 1970, a fim de explicar o porquê do status secundário das mulheres na sociedade, comprovou que tanto no plano da natureza como no plano da cultura as funções impostas socialmente às mulheres foram sempre desvalorizadas.

O trabalho feito no mundo privado é frequentemente representado por um simbólico negativo, pois este trabalho é feito e, em seguida, desfeito cotidianamente, tornando repetitivo e cansativo, ainda também a criatividade e o lucro, tão importantes para a sociedade capitalista, não estavam presentes. Do mesmo modo a negociação sobre a divisão das tarefas por sexo que ocorrem nestes espaços são dificilmente levados para serem dialogadas no mercado de trabalho onde atualmente as mulheres têm expressivamente participado.

Portanto, não há uma conexão sobre a dinâmica que envolve o mundo das relações cotidianas e o mundo do trabalho. Muitas vezes, a separação que ocorre nestes mundos é vista como um bem necessário para legitimar que o trabalho feito no mundo público é socialmente mais importante, logo mais valorizado também (FERREIRA, 2003). Conforme os pressupostos da autora Sherry Ortner (1979), para explicar a desvalorização, as mulheres estabeleceram a relação com a natureza na capacidade de procriar, ao contrário dos homens que conseguiram estabelecer esta relação por meio do trabalho. Assim, estes transformaram a natureza em cultura.

O corpo feminino parece condená-la à mera reprodução de vida; o homem, em contraste, não tendo funções naturais de criação deve (ou tem a oportunidade de) basear sua criatividade externamente ‘artificialmente’ por meio de símbolos e tecnologia. Assim agindo, ele cria objetos relativamente duradouros, eternos e transcendentais, enquanto a mulher cria seres perecíveis – os seres humanos. (p.104)

Bourdieu (1999) reiterará esta afirmação de Sherry Ortner salientando que a dominação masculina é produzida/reproduzida por meio do habitus. Para Bourdieu, o habitus determina a partir da ação socializadora, a construção da identidade de gênero do indivíduo. Por esta razão, dificulta a ocorrência de mudanças, especialmente no plano simbólico, devido à maneira dicotômica que tendemos a re/produzir o gênero.

No entanto, se o número de agentes preocupadas/os em mudar esta imposição dicotômica for maioria, os efeitos do habitus poderão ser rompidos. Esta maioria deve agir, coletivamente, não incorporando-os e negando a sua re/produção no mundo social. Desta forma, é preciso resistir aos efeitos da socialização imposta a partir de uma dicotomia de gênero masculino/feminino para reconhecermos outras formas de masculinidades e feminilidades construídas e escolhidas socialmente pelas agentes.

Ao olharmos para as definições dadas às mulheres no século XIX, por estudiosas da história das mulheres Perrot (2005); Smith (2003) deprendemos que nunca se falou tanto sobre a mulher como neste período histórico. Um recorte, contemplando algumas análises feitas deste período, contribuiu para compreendermos os discursos sobre o “ser mulher” esposa e mãe, que ainda tendem a permanecer em algumas situações da contemporaneidade.

Destes discursos, um deles destacou-se pela misoginia expressa por autores como Schopenhauer, Lombroso e Ferrero entre outros⁵⁴. O discurso produzido por estes autores afirmava que a natureza feminina era “inferior” e “ameaçadora” para a ordem social da época. Esta ameaça estava relacionada diretamente à sexualidade feminina. Os

⁵⁴ Para mais informações sobre estes autores que fizeram clichês culturais a respeito da inferioridade do sexo feminino ver: MARTINS (2004).

perigos em relação à sexualidade feminina foram divulgados tanto pelos discursos médicos como pelos adeptos do darwinismo social⁵⁵ (teoria significativamente propagada neste período). Martins (2004), que pesquisou a medicina da mulher neste período histórico, constatou que a representação feminina criada pelos adeptos do evolucionismo e da craniologia⁵⁶ era muito negativa, sendo até depreciativa em relação à imagem feminina. Segundo a autora, os pensadores mais otimistas compreendiam a mulher como um ser ainda em evolução, no entanto, entre os pensadores mais radicais, a imagem feminina estava vinculada à degeneração do ser humano.

Desta forma, podemos verificar que as práticas sexuais femininas deveriam destinar-se somente à reprodução, portanto não se discutia sobre a sexualidade feminina neste período histórico. No entanto, nas pesquisas de Martins, (2004); Perrot, (2005; 1998) que se referenciam à separação entre público/privado, a representação feminina não esteve pautada apenas em discursos misóginos, mas, também por discursos que definiam as mulheres como seres que possuíam poderes naturais. Este poder feminino estava vinculado à capacidade do corpo feminino em “dar a luz”.

No século XIX, a presença do discurso que definiu as mulheres como dotadas de “poderes especiais” disseminou-se em muitos contextos sociais europeus. Estas eram percebidas tanto como donas de um poder ‘verdadeiro’, como seres associados à natureza e aos costumes (PERROT, 2005).

A mulher, por meio de sua “natureza” de procriar, comprovava seu poder. Neste sentido, a maternidade era entendida como um papel social primordial para ela afirmar-se enquanto identidade feminina. Entretanto, estes “poderes especiais” femininos que na sociedade moderna foram exaltados, também possuíam um sentido negativo de ameaça para a sociedade. Este poder feminino não era visto como um atributo valorizado no espaço público, pois neste espaço eram ignoradas as experiências cotidianas, não se discutia a relação interdependente com o mundo privado.

⁵⁵ O darwinismo social trata-se do encontro entre a teoria darwinista e as ideias spencerianas que resultou em uma doutrina muito divulgada no final do século XIX tanto na Europa quanto nos Estados Unidos (MARTINS, 2004).

⁵⁶ O campo da craniologia, foi neste período expressivamente divulgado por médicos, antropólogos, sociólogos e demais especialistas que procuravam explicar as diferenças sexuais por meio das medidas dos crânios de mulheres e homens de etnias diferentes a fim de reconhecer o tipo de crânio que representasse o ser humano ideal. (MARTINS, 2004).

O discurso da complementaridade entre os sexos foi significativamente propagado pelo historiador francês Jules Michelet (1798-1874). Este discurso sustentava a plena valorização da presença feminina no mundo doméstico. O autor, ao sustentar a ideia da complementaridade entre os sexos, encontrou na Biologia, os conhecimentos necessários para construir o seu modelo ideal de mulher. Este modelo era centrado no espaço doméstico destinado à reprodução da vida e permeava uma imagem santificada da mulher por meio da representação da Virgem Maria, a referência principal da mãe ideal para o autor.

Algumas mulheres, no entanto, insatisfeitas com o destino feminino da maternidade mostravam-se interessadas por outros estilos de vida, desafiando este ideal de “ser mulher” fortemente associada à maternidade.

A identificação das mulheres no papel de mãe, por mais que tenha sofrido transformações, não mudou, pois ainda compete às mulheres o cuidado com o filho, especialmente quando este ainda é pequeno. Desta forma, mesmo não apresentando um gosto especial pela função materna, a mãe não deverá negar esta relação com o filho. Negando esta relação, estaria assumindo um comportamento reprovável, de acordo com a tradição familiar ocidental fundada no século XIX (BADINTER, 1985).

Nesta pesquisa, Badinter (1985) constatou que a valorização da maternidade é fruto do pensamento moderno. Para ela, o amor materno seria produto da evolução social desde princípios do século XIX.

Nos séculos XVII e XVIII, o próprio conceito de amor da mãe aos filhos era outro, pois as crianças eram normalmente entregues, desde tenra idade, às amas, para que as criassem, e só voltavam ao lar depois dos cinco anos. Neste sentido, o amor como todos os sentimentos humanos, varia de acordo com as transformações socioeconômicas da história. Seguindo esta linha de raciocínio, a autora critica os discursos essencialistas que limitavam a identidade feminina exclusivamente à maternidade, pois o sentimento da mãe pelo filho trata-se de uma construção histórica e cultural e não de uma essência que definiria o “ser mulher” exclusivamente pelo desejo da maternidade, portanto pela sua capacidade reprodutora.

No entanto, esta mãe padrão que emergiu no século XIX, figura amável capaz de doar-se completamente em prova de seu amor incondicional, parece perdurar no imaginário social. O movimento feminista, questionando este padrão feminino, mostrou o peso simbólico

da maternidade sofrido pelas mulheres durante o processo de socialização. Esta força simbólica tendia a orientá-las para tomar decisão de ser mãe, muitas vezes não como desejo, mas como imposição social.

Na década de 1950, a feminista Simone de Beauvoir (1949) salientou em sua obra o segundo sexo que o corpo feminino foi historicamente construído como um objeto a ser olhado pelo “outro”, o homem, pois a experiência vivida pelo corpo biológico das mulheres foi socialmente tratada como negativa nas análises de Beauvoir. Os efeitos dos hormônios, da menstruação e as dores do parto não eram encarados como um presente divino, mas como um forte fardo que as mulheres deveriam carregar. A maternidade é analisada pela autora como um obstáculo à libertação feminina. Esta perspectiva negativa sobre o corpo feminino de Beauvoir, mais tarde, será criticada pelas feministas diferencialistas que valorizaram esta especificidade da “natureza” feminina como um atributo de poder para as mulheres.

Estes questionamentos feministas, relativos ao sentido da maternidade, foram criticados por pensadores⁵⁷. Voltaire (1694 - 1778) foi um exemplo: mesmo tendo uma relação afetiva com Madame de Châtelet⁵⁸, não conseguiu livrar-se de seus preconceitos em relação à mulheres que demonstravam outros interesses, que não privilegiavam apenas o papel social da maternidade em suas vidas. Conforme ele, “é verdade que a mulher que abandonasse os deveres de seu estado para cultivar as Ciências seria condenável” (Voltaire. *L'Éducation des filles*).

Historicamente ser cientista e ser mãe mostrou-se incompatível. Por isto, foi na emergência da sociedade industrial que as mulheres cientistas enfrentaram diretamente resistências para participar do processo criativo do conhecimento. Todos os cientistas e pensadores que definiam as mulheres e estabeleciam discursivamente seus destinos eram todos do sexo masculino. As mulheres só começaram efetivamente a manifestar um descontentamento público sobre sua condição, ou seja, negar a passividade em seus comportamentos, por meio do movimento feminista. Este movimento está centrado em questionar as desigualdades

⁵⁷ Entre eles podemos citar: Montaigne (1533-1592), Molière (1622-1673), Fénelon (1651-1715) e Rousseau (1712-1778), Jules Michelet seguidor de Rousseau. Para mais informações ver: BADINTER (1985).

⁵⁸ Madame de Châtelet (1706-1749) foi considerada uma grande cientista do século XVIII, envolvida com estudos no campo da matemática, física e química, muitas vezes é lembrada por ter sido amante de Voltaire. Para mais informações ver: RUIZ (2001).

sociais, políticas e econômicas vivenciadas pela grande maioria das mulheres.

Partindo da divisão social dos papéis presente na sociedade moderna, a partir de duas esferas, notamos claramente a dicotomia entre os sexos socialmente representada. Deste modo, quem tem sido simbolicamente percebida como a “intrusa” para participar do campo científico/acadêmico?

2.2. A maternidade como um destino social no contexto brasileiro

No contexto brasileiro encontramos em diversos estudos como os de Freire, (2008); Barman, (2005); Graham, (2005); Teles, (1993) a influência que o discurso da maternidade fundado na Europa do século XIX teve sobre o “ser mulher” na sociedade brasileira no final do século XIX e início do século XX. No entanto, devemos ressaltar que a maternidade neste contexto não era compreendida como um desvalor do sexo feminino. Ela representava uma condição para a mulher adquirir instrução e participar da cena pública. Este favorecimento das mulheres mães em participar da esfera pública ocorria devido à lógica da complementaridade, que determinava a relação entre os sexos da época. Nesta lógica, o papel feminino destinava a mulher à maternidade e ao casamento em oposição ao papel masculino de provedor, portanto a instituição familiar era construída por moldes patriarcais⁵⁹. (TELES, 1993).

No modelo patriarcal, as práticas femininas submetiam-se a autoridade do pai ou marido. Notamos a prevalência desta lógica patriarcal no contexto brasileiro a partir de estudo realizado pelo autor Roderick Barman (2005) sobre a história de vida da Princesa Isabel (1846-1921) no Brasil. Segundo o autor, a princesa procurou, ao longo de sua trajetória, atender primeiramente a autoridade do pai D. Pedro II e posteriormente do marido Conde d’EU. Para Barman, a princesa, mesmo apresentando possibilidades de agir como sujeito de suas ações, apenas agiu decididamente uma única vez e em uma única questão: a abolição da escravatura brasileira no dia 13 de maio de 1888. Das três ocasiões que assumiu a regência⁶⁰ no Brasil não demonstrou interesses

⁵⁹ Conforme a autora Maria Amélia de Almeida Teles (1993), neste período eram as mulheres brancas das elites, as que melhor se enquadravam ao modelo patriarcal, pois seus controles eram exercidos quando solteiras pelos pais e depois do casamento por seus maridos.

⁶⁰ A princesa Isabel foi regente pela primeira vez aos 25 anos em 1871, depois em 1876 e 1888. (BARMAN, 2005).

em continuar exercendo o poder, pois se sentia mais como uma substituta do pai D. Pedro II do que a futura herdeira do trono. Por isso, esperava sair o mais breve possível daquela situação. De acordo com a análise de Barman, Isabel não se sentia um agente capaz de utilizar seus conhecimentos para ocupar um lugar, pois acreditava que este “lugar” não lhe cabia por ser mulher.

Barman também constatou que a definição de mulher vinculada à maternidade era tão significativa para a afirmação da identidade de gênero da princesa, que esta sofria em não conseguir engravidar. Segundo o autor, a princesa não apresentava comportamentos de revoltas em relação ao destino feminino socialmente imposto. Do mesmo modo, Barman (2005) percebeu em suas investigações a persistência deste ideal de feminilidade vinculada à maternidade biológica, pois, os altos riscos sofridos pelas mulheres em relação aos partos não eram motivos para estas desistirem da função materna⁶¹. O ideal de feminilidade neste período estava intimamente associado à maternidade. Assim, a diferença de gênero estava localizada no corpo da mulher, portanto a forma dicotômica de pares opostos masculino/feminino era socialmente reproduzida.

Teles (1993) ao investigar a situação das mulheres neste período constatou que dificilmente a mulher fugia ao padrão de esposa-mãe. A mulher que apresentava alguma rejeição a este modelo era logo, encaminhada pelos pais aos internatos de conventos presentes na época. Esta prática também representava uma das poucas alternativas para a mulher branca da elite que não conseguia se casar, por falta de pretendentes que disponibilizassem de recursos materiais para comprar o dote. Cotejando com o contexto europeu já explorado anteriormente, de mesma forma a negação da maternidade no contexto brasileiro foi tratada como uma patologia, um padrão de mulher associado à anormalidade.

Graham (2005) que pesquisou as relações entre os sexos na sociedade brasileira do século XIX, propõe uma conclusão diferente da constatada por Barman (2005) e Teles (1993). Graham verificou, a partir de duas biografias de mulheres brasileiras que viveram o mesmo período histórico, que a “passividade” feminina não devia ser

⁶¹A própria princesa Isabel que teve três filhos homens, no início de seu casamento teve muitas dificuldades de conseguir engravidar, por isso, ela procurou diversos métodos, desde a contratação de um médico Francês, por sua socialização ter sido muito próxima aos valores compartilhados na cultura francesa, até maneiras alternativas como tomar banho nas águas purificadas de Caxambu, as quais poderiam estimular a sua fertilidade. Para mais informações ver: BARMAN (2005).

compreendida como uma característica comportamental presente em todas as mulheres definidas como “normais”.

Ao relatar a transgressão⁶² na ação de uma jovem escravizada de nome Caetana e de Inácia uma mulher mais velha pertencente a uma família abastada, Graham comprovou que ambas desafiaram o habitus feminino socialmente imposto pela perspectiva patriarcal. Nesse sentido, Graham contrapõe-se a análise feita por Barman que tratou de uma biografia muito particular para o contexto brasileiro, neste caso a princesa Isabel. Para Graham, a principal dificuldade das mulheres agirem neste período refletiu a interdição feminina à cultura letrada, que marcava uma hierarquia problemática nas relações entre os sexos, pois mesmo as mulheres que não seguiam os padrões da época e tinham recursos econômicos eram, na maioria das vezes, analfabetas (diferentemente da Princesa Isabel, que era uma exceção).

As brasileiras tinham direito à propriedade, aos bens da família diferente das inglesas. Deste modo, na compreensão de Sandra Graham (2005) as mulheres brasileiras não aceitavam tão passivamente a ordem como a constatou Barman por meio do estudo biográfico da princesa Isabel. A perspectiva de Graham defende que o analfabetismo feminino era uma limitação para sair das amarradas da dominação, pois estar analfabeta criava uma dependência feminina em relação aos homens. Consequentemente, o acesso à cultura letrada mostrava-se um atributo de poder masculino para exercer a dominação no contexto brasileiro da época.

Partindo da ideia que a maternidade definia diretamente o ser mulher, neste sentido, as mulheres que não são mães por diversos motivos foram excluídas deste referencial moderno de feminilidade. Badinter (2005), preocupada com as exclusões que a identificação biológica de “ser mulher” pode re/produzir, chama a atenção para o perigo das dicotomias de gênero, uma vez que a maternidade seria um atributo que afirmaria a “normalidade” da identidade feminina. Nesta lógica, as mulheres que optaram pela não maternidade por diversos motivos, são vistas como casos patológicos.

Assim sendo, podemos constatar a força dos discursos médicos e evolucionistas, que tinham, na “passividade” incorporada pelas mulheres na esfera privada, um referencial para determinar a “normalidade” comportamental feminina.

⁶² Inácia decidiu nomear em seu testamento escravos como herdeiros; e Caetana recusou-se casar com um escravo. Para mais informações ver: GRAHAM (2005).

No próximo item trataremos de três fases⁶³ feministas e as possibilidades reivindicatórias do feminismo, conforme as particularidades de cada contexto, para verificarmos como foi configurado o debate sobre a maternidade nas diferentes fases do feminismo.

2.3 As fases feministas em relação à definição do “ser mulher”

As primeiras contestações das mulheres que a história moderna registrou estiveram relacionadas à desigualdade do acesso à educação e ao trabalho (ALVES; PITANGUY, 1981). Para algumas feministas, o acesso à educação livraria a mulher das amarras do patriarcado (LOURO, 2004). O movimento feminista é o cenário de um debate social e político sobre a situação feminina que se re/constrói até os dias de hoje, pois mesmo as mulheres vivenciando distintas realidades sociais, reconhecem-se por pertencerem a uma condição digna de questionamentos e mudanças. Alves e Pitanguy (1981), referindo-se de forma generalista à condição feminina enfatizam:

O feminismo não é apenas o movimento organizado, publicamente visível. Revela-se também na esfera doméstica, no trabalho, em todas as esferas em que as mulheres buscam recriar as relações interpessoais sob o prisma onde o feminino não seja o menos, o desvalorizado (ALVES; PITANGUY, 1981, p.9).

Por isto, o feminismo não se trata de uma entidade autônoma e coletiva compartilhada por todas as mulheres, mas, de uma percepção sobre a realidade. Esta percepção tem feito muitas mulheres questionarem a exclusão social historicamente sentida e experienciada na sociedade.

O movimento feminista assumiu particularidades contextuais, estimulando algumas mulheres a ingressar na vida pública, fazendo elas

⁶³ O feminismo recebeu inúmeros rótulos de suas estudiosas, por isso deve ser analisado na sua pluralidade conceitual. No entanto, neste texto compartilharemos da definição de Lucila Scavone, que delimitou o feminismo em três grandes fases que são comumente referidas: a fase universalista, humanista ou as lutas igualitárias pela aquisição dos direitos civis, políticos e sociais; a fase diferencialista e ou essencialista das lutas pela afirmação das diferenças e da identidade; e uma terceira fase, denominada de pós-moderna, derivada do desconstrutivismo que deu apoio às teorias dos sujeitos múltiplos e nômades (SCAVONE, 2008, p.177).

falarem nos palanques, preocupadas em expor suas reivindicações, ou seja, procurando ter voz e ser escutada como sujeitos históricos que vivenciavam situações de opressões relativas ao seu sexo. “O feminismo, desde a origem, é a tomada de palavra e vontade de representação das mulheres. As militantes formam grupos, às vezes diretamente destinados ao aprendizado da palavra” (PERROT, 2005, p. 323).

2.2.1.A primeira fase feminista

No Brasil, durante o movimento feminista de primeira fase, mais conhecido como “movimento das sufragistas”, que ocorreu no final do século XIX e início do XX, as lutas ainda não tinham um cunho questionador sobre as diferenças entre os sexos. As principais reivindicações não destacavam diretamente interesses em publicizar o mundo privado como um espaço político vivenciado pela grande maioria das mulheres. As feministas dificilmente distanciavam-se do discurso da complementaridade sexual para reivindicar os direitos das mulheres ao voto. Neste período do feminismo brasileiro, a principal representante foi a bióloga Bertha Lutz, cujo discurso apresenta os paradoxos encontrados no movimento feminista de primeira fase.

Soihet (2006), que estudou as táticas feministas construídas por Bertha Lutz e suas companheiras da Fundação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPB), afirma que “estas não conseguiram libertar-se das representações e práticas que impõem a divisão sexual do trabalho” (p. 90). Conforme a autora, Bertha Lutz, ao enfatizar a maternidade, reivindicando em suas políticas um tratamento especial às mulheres mães no mercado de trabalho, reafirmou que as relações entre os sexos permaneciam amarradas a modelos dicotômicos, centrados na diferença de cada sexo. Portanto, o discurso de Lutz não fugiu da essencialização do “ser mulher” por meio da experiência da maternidade.

Para Soihet (2006) o discurso dicotômico produzido sobre as relações entre os sexos por Bertha Lutz pode ser explicado pelo fato de Lutz pertencer ao campo da Biologia e compartilhar a ideia de que a Ciência resolveria tanto os problemas encontrados na natureza, como na sociedade. A bióloga estava condicionada a analisar os problemas a partir dos modelos utilizados no seu campo de estudos, neste caso a Biologia. Outra explicação oferecida pela autora remete-se ao contexto

que Lutz vivenciava e as táticas⁶⁴ que esta poderia utilizar como mulher participante da esfera pública daquele período histórico.

A última explicação pareceu-me mais adequada, pois pressupõe que as reivindicações feministas são feitas e publicizadas de acordo com as condições históricas e políticas da sociedade em questão.

Neste momento do contexto brasileiro, a maternidade, além de ter se tornado uma questão discutida no campo da política, também tornava-se uma questão tratada pelos médicos, que impunham um modelo de socialização para as crianças a ser incorporado pelas mães (FREIRE, 2008). Com a emergência do projeto modernizador republicano, houve uma rejeição ao passado colonial, logo, a cultura brasileira era vista como “atrasada” em relação ao contexto europeu.

Assim, a maternidade começou a sair da cena doméstica, ampliando-se para a cena pública. A mulher passou a ter o duplo dever e responsabilidade de dar bons filhos ao marido e bons cidadãos à nação. O discurso científico que moldava a emergência da sociedade moderna no Brasil exaltou um determinado tipo de maternidade, prevalecendo o discurso pautado na complementaridade entre os sexos.

Freire (2008), pesquisando os indícios do feminismo de cunho maternalista deste período, por meio de uma análise efetuada na imprensa da época, constatou como o modelo de mãe moderna contribuiu para colocar a responsabilidade sobre a mulher nesta nova organização da sociedade brasileira.

A maternidade foi adquirindo um significativo valor social, ideologicamente argumentada por médicos e psicólogos. Foram eles os principais propagadores do discurso que focou a prática da maternidade como uma Ciência desenvolvida pelas mulheres, por meio da contribuição de estudos médicos⁶⁵. Assim, os estudos realizados pelos médicos contribuíram, em parte, para as mulheres conquistarem uma significativa identidade social vinculada à maternagem.

Desta forma, a Ciência moderna, como um conhecimento socialmente reconhecido com o respaldo de ser “universal” e “neutro”, contribuiu ideologicamente para as mulheres assumirem a maternagem como o destino feminino para o bem da nação. Para a autora, esta maternidade compreendida como “científica” não poderia ser vista somente como mais uma mera ideologia que reforçava as desigualdades

⁶⁴ SOIHET (2006) remete a noção de tática de Michel de Certeau (1994) definida como: “ação calculada, daqueles que não tem por lugar senão o do outro e por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como organiza a lei de uma força estranha.

⁶⁵ Neste contexto surgiu a disciplina denominada Ginecologia e Obstetrícia (MARTINS, 2004).

de gênero, mas como uma oportunidade das mulheres serem valorizadas socialmente como sujeitos e objetos na construção de políticas públicas de proteção (FREIRE, 2008).

No entanto, esta perspectiva, que via o discurso da complementaridade social como benéfico para as mulheres, pois estas tinham oportunidade de aparecer na cena pública, mostra certo tom de ingenuidade, se considerarmos as exceções que desconfirmam a regra. Uma delas seria que o modelo foi aplicado apenas às mulheres de classe média alta, deixando de fora as mulheres mães que precisavam organizar seu tempo para educar seus filhos, pois precisavam trabalhar.

Outro problema, seria tanto aplicado às mulheres da elite como de classes populares, residia no caso deste modelo de médicos e psicólogos socialmente imposto para a maternidade futuramente não vingar. Caso as mulheres não dessem bons cidadãos à nação e filhos ao marido, elas seriam responsabilizadas pelos valores morais e intelectuais que a criança adquiriu, portanto culpadas pelo fracasso, já que era vista como totalmente responsável pela educação das crianças.

De acordo com a divisão público/privado, que marcou a sociedade do século XIX, as mulheres não eram bem-vindas a desempenhar atividades no espaço público, pois eram percebidas como um coletivo anônimo, que não tendo oportunidades de treinar a fala, não possuíam o discurso ideal para o mundo público. As mulheres não tinham direito de assumir papéis neste espaço. No entanto, historicamente podemos verificar que esta separação artificial entre público/privado começou gradativamente a partir do Renascimento.

Na idade média, as mulheres atuaram em várias profissões, mas com a ruptura deste período na Europa, algumas profissões passaram a ser exercidas apenas por homens. A expansão do modo de produção capitalista, centrado fundamentalmente na compra e na venda do trabalho humano, contribuiu para mudar o sentido do trabalho para a sociedade naquele momento. O trabalho, como o conhecimento científico e as artes, não eram considerados valores em si, nem mesmo instrumento de ascensão social, pois o poder estava baseado na posse de terra e na ascendência espiritual e por nascimento, portanto estava com a nobreza e o clero. O trabalho como um valor em si ocorrerá durante o Renascimento e na Reforma. Segundo Alves e Pitanguy (1981, p. 26):

É justamente durante este período, quando o trabalho se valoriza como instrumento de transformação do mundo pelo homem, que o trabalho da mulher passa a ser depreciado. Alijada

concretamente de determinadas profissões, tece-se também toda uma ideologia de desvalorização da mulher que trabalha.

Neste cenário, as atividades profissionais adquiriram uma significativa divisão por sexo. Trabalhos associados à ideia de maternagem como cuidar, proteger, limpar, ensinar foram simbolicamente vinculados ao feminino. Nesse sentido, a instrução era destinada a oferecer uma base para o desempenho do papel alocado ao feminino.

No mesmo momento que a Ciência moderna mostrou-se fundamental para este contexto, pois contribuía na aquisição de novos conhecimentos sobre a realidade, as mulheres foram limitadas a participar do campo científico. Esta interdição às mulheres à cultura letrada⁶⁶, especialmente à educação superior durou até meados do século XIX. Na segunda metade do século XIX, a participação feminina na universidade foi introduzida sem restrições (PÉREZ SEDEÑO, 2001b). No contexto internacional, as mulheres começaram a ser admitidas nas universidades na primeira metade do século XIX, nos Estados Unidos, em 1860, na Suíça, em 1880, na França, em 1900, na Alemanha e, em 1870, na Grã Bretanha, contudo, a Universidade de Cambridge só admitiu mulheres sem limitações em 1947.

Em relação ao acesso feminino à educação superior no Brasil⁶⁷, as mulheres só puderam frequentar a educação superior quando a primeira⁶⁸ universidade brasileira foi fundada. Neste período, os cursos

⁶⁶ O número de escolas públicas para mulheres era inferior ao de escolas para homens. Conforme TELES (1993), na cidade do Rio de Janeiro do século XIX, havia 17 escolas para meninos e nove para meninas. Deste modo, constata-se a desigualdade em termos numéricos em relação às oportunidades de acesso à instrução entre homens e mulheres neste período da modernidade.

⁶⁷ Durante o tempo em que o Brasil foi colônia de Portugal (até 1822) as famílias mais abastadas enviavam seus filhos [homens] para estudar em Coimbra ou Montpellier. Até 1879, as mulheres não eram aceitas nas universidades, pois não havia o hábito das famílias enviarem suas filhas para estudarem no exterior.

⁶⁸ A primeira escola de ensino superior do país foi inaugurada no dia 18 de fevereiro de 1808, oito dias antes da partida da família real para o Rio de Janeiro. Ela foi instalada no Hospital Real Militar, que ocupava as dependências do Colégio dos Jesuítas, no Largo do Terreno de Jesus, em Salvador (BA), a FAMEB (Faculdade de Medicina da Bahia) que hoje pertence à UFBA (Universidade Federal da Bahia). Para mais informações ver: Primeira faculdade do Brasil completa 200 anos. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u372876.shtml>. Acesso em 03-02-2010.

mais procurados pelas mulheres eram os cursos associados ao campo das Humanidades⁶⁹.

Em relação à expansão da educação no país, Louro (2004) salienta que esteve vinculada ao discurso da modernização do Brasil, pois a ideia de progresso não combinava com a realidade brasileira. Neste contexto, a atividade de professora foi perfeitamente aceita como um papel social, que a mulher poderia desempenhar, sendo que a professora passou a ser denominada “mãe espiritual” das crianças que socializavam. No entanto, Louro (2004) adverte que a professora era vista como um modelo de feminilidade defeituoso, pois muitas tornavam-se professoras por não conseguirem um casamento.

Para a autora, as mulheres com independência financeira, solteiras e sem filhos também poderiam ser vistas como modelos femininos subversivos. Muitas eram definidas por meio do termo “mulher-homem”, por não se encaixarem no modelo “normal” imposto socialmente do “ser mulher” centrado na esfera privada e também sofriam julgamentos sobre suas escolhas. As mulheres independentes financeiramente e solteiras eram definidas como “mulher-homem”:

Mulheres que tomassem iniciativas que contrariassem as normas, que tivessem um nível de instrução mais elevado ou que ganhassem seu próprio sustento eram percebidas como desviantes, como uma ameaça aos arranjos sociais e à hierarquia dos gêneros de sua época. Vale lembrar ainda que, por muito tempo, a ignorância foi considerada como um indicador de pureza, o que colocava as mulheres não-ignorantes como não-puras. De certa forma elas escapavam à representação do senso comum sobre o ser feminino, escapavam da representação que detinha a autoridade para dizer o que era ser mulher. Isso poderia levá-la a uma outra representação: à de mulher-homem. (LOURO, 2004, p. 469).

⁶⁹ Porém, a primeira mulher a graduar-se no Brasil foi Rita Lobato Velho Lopes que ingressou no curso superior em 1881, graduando-se em 1887 em Medicina, sendo que o curso de Medicina não era um curso pretendido pela grande maioria das mulheres após a entrada das mulheres no ensino superior.

Uma análise próxima à de Louro (2004) foi realizada por Smith (2003) no campo da história científica no século XIX. Segundo esta autora, os sujeitos que romperam com as referências que definia a identidade de gênero por pares opostos entre masculino e feminino eram percebidos como “terceiro sexo”. As mulheres que pertenciam a este grupo frequentemente agregavam algumas características para se enquadrar em um “terceiro sexo”.

Conforme Smith (2003), a mulher definida como “terceiro sexo” era percebida com alguém com tendência à virilidade, dedicadas à carreira e que não desejava a maternidade. Neste contexto, muitas mulheres ficavam desorientadas entre um modelo tradicional e alternativo, vivendo extremos na constituição de suas identidades de gênero neste período histórico.

Diante desta divisão dos papéis sociais, especificamente no contexto urbano que marcou a primeira fase do feminismo, podemos pressupor que as mulheres que, por motivos econômicos necessitavam trabalhar fora de casa, eram aquelas que a renda do marido não era suficiente para o sustento da família. Ou então aquelas que, por não conseguirem um casamento para garantir o seu sustento, eram estigmatizadas socialmente como as “solteironas”, mesmo não desejando casar para construir uma carreira profissional.

A identidade negativa de solteira foi uma referência para muitas mulheres incorporarem o destino feminino do casamento. No entanto, a identidade de solteira perdeu este sentido socialmente negativo para as mulheres da geração pós-feminismo⁷⁰. Hoje, a opção de ficar solteira pode pressupor que a mulher não necessite de um homem provedor, a partir daí, o casamento começa a adquirir outro sentido neste cenário social. Bozon constatou que, mesmo depois destas transformações no casamento, as mulheres continuam sendo as principais investidoras na afetividade para construir e manter o casamento (BOZON, 1995).

O fato das mulheres terem acesso ao mercado de trabalho e conseguirem, por meio de suas profissões, seus sustentos, não significa que o problema da desigualdade salarial e da dupla jornada de trabalho foi extinto na vida das mulheres. (PINKER, 2004).

As mulheres que trabalham fora sofrem prejuízos, pois estendem sua jornada de trabalho em casa, muitas vezes por não contarem com a ajuda de seus cônjuges na divisão das tarefas do lar ou não disponibilizarem de uma renda suficiente para pagar uma empregada doméstica. Contudo, devemos ressaltar a desigualdade de gênero que

⁷⁰ Sobre esta mudança de status da identidade da mulher solteira ver: AMORIM (1992).

faz com que uma mulher de classe média pague outra mulher para fazer o trabalho socialmente menos valorizado, ou seja, o doméstico.

Segundo Costa (2002), no Brasil, país de tradição escravista com grandes desigualdades sociais, ocorre o fenômeno da “maternidade transferida”. Neste fenômeno mulheres brancas com maior poder aquisitivo administram suas casas contratando mulheres mais pobres, geralmente de origem africana para fazer o trabalho doméstico de suas casas, inclusive cuidar dos filhos da administradora do lar, a encarada como a “minha patroa”.

Diante do exposto, constatamos que as mulheres, nas três últimas décadas, têm avançado significativamente na Ciência e que, para conciliar carreira e maternidade, constroem uma rede de sociabilidade. Hoje, não são mais os serviços das amas-de-leite, frequentes antes do século XIX, que ajudarão as mulheres de classe média a realizarem outras atividades. Figuras mediadoras neste conflito entram em cena: como as babás, as escolas de período integral, parentes consanguíneos. Além da própria mãe da candidata, outros parentes, como a sogra, têm sido as grandes aliadas das mulheres participantes do mercado de trabalho. (PORTUGAL, 1995).

2.2.2.A segunda fase feminista

Na segunda fase, o feminismo no Brasil foi introduzido por mulheres influenciadas por movimentos europeus e norte-americanos. Nos anos de 1964 a 1985, o Brasil vivia a ditadura militar, fato este que contribuiu para as ideias feministas serem disseminadas de um modo particular no contexto brasileiro.

Nos estudos feministas de Côrrea, (2001); Sarti (2001); Teles (1993) evidenciou-se a situação de autoritarismo que atravessava a população neste período. O movimento feminista formou alianças com outros movimentos sociais. Assim, enquanto o feminismo francês e americano nos anos de 1960 lutavam por questões especificamente feministas, como por exemplo, o aborto, no Brasil, as feministas lutavam contra a ditadura militar.

Neste sentido, esta luta em comum fez que o movimento feminista se vinculasse à igreja católica e aos partidos de esquerda. Esta união não ocorria sem conflitos, pois as pautas feministas eram contraditórias aos objetivos das demais organizações (CÔRREA, 2001). Na aliança com a igreja católica, o ponto de fricção mais significativo foi a luta em prol da legalização do aborto que as feministas apoiavam,

e a igreja católica rejeitava. Com os partidos de esquerda, a situação era outra. Eles tratavam as desigualdades sociais vivenciadas pelas mulheres como “problemas menores” em relação a luta de classe, que era vista como condição primordial na pauta dos partidos de esquerda.

Este cenário conturbado fez com que as brasileiras lutassem por outras causas sociais, deixando de lado o questionamento da desigualdade entre os sexos. Muitas feministas desta época vincularam-se aos partidos de esquerda, logo, deveriam centrar suas energias nas reivindicações feitas por estes partidos.

Nesse sentido, as mulheres que saíam deste padrão a fim de fazer questionamentos referentes às desigualdades de gênero eram criticadas, pois as reivindicações políticas dos partidos de esquerda não poderiam dispersar do programa político que tinha foco principal a luta das/os trabalhadoras/es.

Os anos 1960-70 marcaram a segunda fase do feminismo, na qual as feministas investiram em uma nova posição diante da realidade que as oprimia dentro de uma cultura patriarcal, que as condicionava a não refletir sobre si mesmas. Estas mulheres começaram a perceber que havia dicotomias sociais quando experienciavam as práticas cotidianas nos partidos de esquerda. As hierarquias de gênero mostravam que eram necessárias mudanças nas relações mais simples, como a divisão do trabalho, que ocorria dentro das organizações de esquerda.

Nos partidos, as mulheres eram convidadas a participar para desempenhar trabalhos visto como “menores” se comparados aos trabalhos desempenhados pelos homens, que eram vistos como os seres pensantes dos partidos, aqueles que decidiriam as pautas políticas, reproduzindo assim, as hierarquias de gênero por meio de uma divisão de poder desigual.

A dicotomia sexo/gênero foi o principal foco criticado pelas feministas. Seu alvo principal era o determinismo biológico, que destinava as mulheres à uma identidade social, fruto de uma socialização que reproduzia desigualdades de gênero. Neste período, muitas feministas foram influenciadas pela obra “O Segundo Sexo”, publicada por Simone de Beauvoir nos anos 1950. Nesta obra, Beauvoir, além de ter pontuado os dados biológicos do corpo feminino como negativos, também criticou os discursos pautados no determinismo biológico verificando o cunho social referente à categoria mulher. Até hoje sua frase é lembrada e discutida nos ciclos dos estudos feministas “não se nasce mulher torna-se mulher”. Assim sendo, Simone de Beauvoir, ao afirmar o caráter social da identidade feminina

e a possibilidade de construção pressupõe a negação da submissão histórica alocado ao corpo feminino no destino da maternidade.

O discurso de Beauvoir apresenta-nos também a possibilidade de transformação dos papéis de gênero. Sua obra é considerada uma ruptura em relação a primeira fase feminista, pois ao criticar o modo de ser mulher, critica a função da maternidade no período pós-guerra e todas as responsabilidades assumidas pelas mulheres (SCAVONE, 2008).

Na segunda fase feminista a imprensa desempenhou um papel marcante, pois o espaço privado começou a ser discutido a partir de grupos de reflexão feministas, feitos pelas próprias mulheres que compartilhavam de suas experiências vividas. As reivindicações feministas não estavam apenas centradas no direito político conquistado pelas brasileiras em 1932, pois este direito não foi suficiente para sanar as desigualdades sociais que as mulheres vivenciavam. Ao contrário, centrou-se na identidade feminina percebida como culturalmente construída em oposição à masculina. Neste momento, o debate sobre a diferença era a efervescência das discussões feministas.

Conforme Heilborn; Arruda (1995, p.15), “esse novo discurso [feminista pós anos 1960] chamado de novo feminismo, que é extremamente variado e cheio de matizes, possui um denominador comum: o questionamento da divisão tradicional dos papéis sociais entre homens e mulheres”. Neste contexto, apareceram os questionamentos sobre a suposta “natureza” feminina, que sustentava a desigualdade de gênero. Neste mesmo momento, começaram a ser publicizadas pelas feministas as violências sofridas, os problemas emocionais, as dificuldades econômicas, as gestações indesejadas e a vivência de uma sexualidade desvinculada da reprodução.

Nesta segunda fase feminista, o ano de 1975 foi nomeado como o Ano Internacional da Mulher, e a Organização das Nações Unidas (ONU) incluiu em seu calendário oficial de comemorações o dia 8 de março como o dia internacional da mulher. A mulher sai do espaço privado, rejeitando assim o discurso sobre a sua “natureza” limitadora, para se mostrar como sujeito de suas ações e motivações. Posteriormente, na década de 1980, no Brasil, foram criadas diversas organizações feministas, delegacias especiais de defesa da mulher, jornais, revistas; foi um momento de grande efervescência do feminismo no Brasil. (SARTI, 2001).

Com base nesta perspectiva, a suposta “natureza feminina”, centrada principalmente na reprodução, começou a ser questionada. As

mulheres passaram a ter controle sobre seus corpos, com o acesso a instrumentos anticoncepcionais, podendo escolher seu destino, programando-o assim como sujeito de seus desejos. Nesse sentido, o movimento feminista propõe o exercício da sexualidade desvinculada da função biológica da reprodução, ou seja, exigindo o direito ao prazer sexual e a livre opção pela maternidade.

Deste modo, o ideário feminista foi percebido como uma ameaça a ordem social, pois tinha a proposta de romper com o papel social destinado às mulheres. Desestabilizando, assim, a ordem social pautada na lógica dicotômica. Por isso, as mulheres que compartilhavam do feminismo foram e ainda hoje são alvos de críticas pejorativas. “São diversos os estereótipos sobre feministas e feminismo, o mais popular é o de que as mulheres queriam/querem ocupar o lugar do homem, ou seja, tomar o seu poder, ao qual se segue que seriam mulheres ‘mal-amadas’, ‘radicais’, ‘sapatões’” (ALBERNAZ, 1999, p. 132). Podemos verificar que esta “fobia” do feminismo e conseqüentemente das feministas, por parte de algumas mulheres, pode ser um indício para compreendemos que, muitas mulheres que se utilizam das conquistas feministas não se consideram feministas e não querem que as outras a reconheçam como tal.

2.2.3. A terceira fase feminista

A terceira fase feminista, também denominada de pós-moderna, é derivada do desconstrutivismo, que deu apoio às teorias dos sujeitos múltiplos e nômades (SCAVONE, 2008). Atualmente as mulheres têm conquistado espaços historicamente proibidos e impensáveis. Mesmo não se identificando como feministas, as mulheres que trabalham e as cientistas beneficiam-se da causa feminista.

Greer (1987), ao refletir sobre a cultura em que as mulheres acadêmicas têm incorporado para se adequar as normas da instituição universitária, salienta o conflito que as mulheres ocidentais têm enfrentando para conciliar a esfera familiar e profissional. Esta relação conflituosa entre vida familiar e profissional tem causado conflitos subjetivos, que tendem a influenciar as escolhas de cada mulher.

Para a autora, as mulheres que resolveram fazer parte do espaço público terão conseqüentemente que vivenciar situações neste espaço que se contrapõem aos valores vinculados ao padrão de feminilidade ocidental. Este padrão tem sido socialmente representado na esfera das emoções, prezando a cooperação entre as agentes. Greer diz ainda que

as mulheres ao participar do mercado de trabalho, tendem a incorporar os valores ditos masculinos, centrados em uma racionalidade que preza a competição, o individualismo e a objetividade para lidar com as relações, assim, elas adotam este padrão como uma tática para permanecer no campo.

A escolha pela maternidade seria uma condição prejudicial para o desempenho de suas atividades na esfera pública, pois as mulheres profissionais aderem à hierarquia masculina, portanto tendem a cultivar um senso masculino de responsabilidade. O mercado de trabalho cobra quando estas mulheres têm filhos em idade produtiva, pois o nascimento de um filho pode significar ter menos tempo para se dedicar ao trabalho.

Partindo desta perspectiva, a autora salienta que a mulher contemporânea tem cultivado este senso de responsabilidade masculino, o qual sustenta que ter filhos significa mudar da coletividade produtiva para o isolamento do mundo privado. Em uma sociedade focada nos moldes capitalistas, a trabalhadora necessita “ser produtiva” para o capital e uma trabalhadora grávida não é nada benéfico.

Feitas tais considerações, notamos que a incorporação dos atributos masculinos para participar do mundo público tem feito as feministas se auto-analisarem enquanto mulheres cientistas. Esta reflexão foi feita pela feminista Simone Beauvoir, que não teve filhos, em 1976. A filósofa admitiu que sua posição social favoreceu sua participação em ciclos de discussões intelectuais, ainda assim, tem consciência que só foi aceita porque conseguiu agir/pensar como um “homem”, pois teve recursos materiais e estabeleceu relações importantes para ter seu re/conhecimento nestes ciclos intelectuais. Neste sentido Simone de Beauvoir admite que incorporou os valores masculinos para ser aceita na cultura letrada durante sua investigação do segundo sexo. Por meio de sua auto-reflexão a filósofa comentou:

No Segundo Sexo tomei consciência, pela primeira vez, de que eu mesma estava levando uma vida falsa, ou melhor, estava me beneficiando dessa sociedade patriarcal sem ao menos perceber. Acontece que bem cedo em minha vida aceitei os valores masculinos e vivia de acordo com eles. É claro, fui muito bem-sucedida e isso reforçou em mim a crença de que homens e mulheres poderiam ser iguais se as mulheres quisessem essa igualdade. Em outros

termos, eu era uma intelectual. Tive a sorte de pertencer a uma família burguesa, que, além de financiar meus estudos nas melhores escolas, também permitiu que eu brincasse com as ideias. Por causa disso, consegui entrar no mundo dos homens sem muita dificuldade. Mostrei que poderia discutir filosofia, arte, literatura, etc., no “nível dos homens”. Eu guardava tudo o que fosse próprio da condição feminina para mim. Fui, então, motivada por meu sucesso a continuar, e, ao fazê-lo, vi que poderia me sustentar financeiramente assim como qualquer intelectual do sexo masculino, e que eu era levada a sério assim como qualquer um de meus colegas do sexo masculino. Sendo quem eu era, descobri que poderia viajar sozinha se quisesse, sentar nos cafés e escrever, e ser respeitada como qualquer escritor do sexo masculino, e assim por diante. Cada etapa fortalecia meu senso de independência e igualdade. Portanto, tornou-se muito fácil para mim esquecer que uma secretária nunca poderia gozar destes mesmos privilégios. Ela não poderia sentar-se num café e ler um livro sem ser molestada (BEAUVOIR, 1976).

Conforme exposto as compreensões sobre a prática e teoria feminista têm provocado diálogos fervorosos entre as feministas americanas e francesas⁷¹. Neste sentido, podemos verificar que o conteúdo político tem permeado os estudos de gênero. No Brasil a emergência dos estudos de gênero consolidou-se por meio do artigo de Joan Scott (1990), pois anteriormente as pesquisas eram focalizadas nos estudos sobre as mulheres.

Deste modo, na emergência deste campo de estudos, nota-se que ele possui estreitas relações com os movimentos feministas dos anos de 1960-70, pois neste período as feministas faziam estudos sobre mulheres (SCAVONE, 2008; PEDRO, 2005; CORRÊA, 2001). Pedro

⁷¹A autora Joan Scott (2001) refletindo sobre este paradoxo entre identidade de gênero e modelo político criticou a paixão das francesas em relação ao discurso republicano. Para a autora as relações de gênero que as francesas tendem a construir e valorizar é incoerente. Num debate instigante Scott mostra o teor ideológico que o discurso feminista pautado na paridade tem sobre as pautas políticas dirigidas para diferentes mulheres. Assim, critica diretamente a feminista francesa Elizabeth Badinter por esta em suas análises não conseguir sair do modelo dicotômico de um masculino e um feminino. Joan Scott (2001, p. 385) argumenta que as francesas reafirmam a dominação.

(2005) comenta que inicialmente as historiadoras estudavam a “mulher” em relação ao homem e posteriormente começaram a fazer estudos sobre as “mulheres” a fim de incorporar diferenças como de classe social, etnia e raça. No entanto, a base comum que fazia todas as mulheres serem identificadas como “iguais” era que todas elas eram vítimas da dominação masculina, sendo que esta premissa ainda tende a vigorar nestes estudos.

O acesso à literatura internacional sobre os estudos de gênero contribuiu significativamente para estudiosas brasileiras interagirem neste campo de estudos. Artigos científicos produzidos por teóricas feministas (SCOTT, 1990; NICHOLSON, 2000; BUTLER, 2003:1998) ajudaram a intensificar o debate, mostrando maior sofisticação teórica para estudos envolvendo problemáticas de gênero e da validade de uma referência analítica fixada na dominação masculina.

Estas estudiosas tomaram como ponto de partida as incoerências produzidas pelo feminismo pautado na oposição binária masculino/feminino. Este tipo de feminismo, denominado diferencialista, procurou definir a identidade das mulheres por meio de sua diferença, muitas vezes reivindicando, a partir da valorização do feminino, uma nova sociedade. Este movimento foi criticado por essencializar masculino e feminino por meio de modelos dicotômicos, normativos e heterossexuais (RUBIN, 2003, p.7). Pedro ao descrever as feministas ‘diferencialistas’ salienta que,

As diferencialistas eram acusadas de ‘essencialistas’ – ou melhor, de que negariam a temporalidade ao atribuir uma ontologia primordial e imutável aos produtos históricos da ação humana. Enfim, que estariam considerando que seria o sexo – no caso do genital – que portavam o que promoveria a diferença em relação aos homens, e que lhes dava a identidade para as lutas contra a subordinação. Assim, diziam que o fato de portarem um mesmo corpo que tem menstruação, que engravida, amamenta e é considerado menos forte, fazia com que fossem alvos das mesmas violências e submissão. (PEDRO, 2005, p. 81).

Em relação a esta terceira fase feminista, que data os anos 1990, percebemos, a partir de algumas investigações de Santos, (2000; 2007a) e Wallerstein, (2002) a crise paradigmática⁷² que passavam as grandes teorias sociais. Elas começaram a ser vistas como modelos reducionistas, pois sua proposta não abrangia a complexidade existente nas relações sociais que compreendiam a sociedade contemporânea.

Desta forma, autoras do campo dos estudos feministas e estudos culturais refletem sobre o aspecto situacional que tem compreendido o processo de construção da identidade e os perigos de fixações identitárias em formas dicotômicas. (SCOTT, 1990; NICHOLSON, 2000; BUTLER, 2003; 1998).

Assim, esta terceira fase feminista questionou as incoerências do feminismo diferencialista pautados nas dicotomias sexo/gênero. Os estudos feministas deste enfoque criticaram as feministas adeptas do feminismo diferencialista, por estas ainda partirem do corpo biológico para definir a “mulher”.

Podemos verificar que os estudos de Michel Foucault (2004) e Thomas Laqueur (1994) mostram-se úteis para as feministas desta fase, pois estes autores, ao trabalharem o discurso médico como foco problematizador, verificaram como este discurso influenciou a legitimidade de categorias historicamente construídas. Eles postulam que as diferenças entre os sexos não são e não devem ser usadas inquestionavelmente, pois suas construções permeiam poder.

A afirmação da identidade feminina por meio de um modelo de “ser mulher” tem apresentado diversas contradições e incoerências fazendo o discurso feminista ‘diferencialista’ ser criticado pelas adeptas do pós-estruturalismo e Teoria Queer⁷³.

Nicholson (2000), ao procurar as origens do gênero, verifica que o sexo biológico não foi totalmente negado pelas feministas, mas empregado como base primordial na construção do gênero. A Biologia,

⁷² Thomas Kuhn (1970) em 1962 desenvolveu sua teoria da ciência fundamentada no conceito de paradigma salientando o aspecto histórico que envolvia a atividade científica, pois os paradigmas envolviam interesses de determinado grupos de cientistas que tinham poder na comunidade, por isso a sua manutenção durante um determinado período. No entanto, a visão a-crítica do cientista moderno ajudava na manutenção por algum tempo. Sendo que, posteriormente a crítica deveria ser efetuada para corresponder a lógica do progresso científico. As crises- revoluções eram benéficas para o progresso científico.

⁷³ Teoria Queer foi um desdobramento do gênero que ocorreu nos anos 1990, pois nesse momento começa-se a questionar a normatividade heterossexual e ressaltar o aspecto socialmente contingente e transformável dos corpos e da sexualidade (BUTLER, 2003).

por exemplo, foi utilizada pelas feministas⁷⁴ para afirmar suas vantagens, por meio da igualdade detectada no corpo das mulheres. No entanto, também distinguia as mulheres dos homens por meio do corpo biológico, portanto, para Nicholson, não houve uma libertação da biologia na construção do gênero.

Nos estudos de Laqueur (1994) está presente a distinção masculino/feminino sobre a mudança que ocorre no século XVIII com o desenvolvimento da Biologia e a Medicina. Neste contexto, a noção unissexuada do corpo é substituída pela noção bissexuada. Nesse sentido, o corpo biológico tem sido construído por discursos sociais que expressam interesses. Contudo, a diferença quando apareceu foi marcada no corpo biológico feminino.

Nicholson salienta o perigo de usarmos uma teoria que pensa o gênero como dependente do sexo biológico, pois isto pode contribuir para excluir as/os outras/os que se desviam da norma, pautada na oposição binária masculino/feminino e que, conseqüentemente, adota uma heterossexualidade normativa.

Com base nisso, a autora destaca a necessidade de complexificarmos a análise para entendermos que estes padrões binários possuem uma historicidade. Sendo -assim- necessário abandonarmos a dicotomia masculino/feminino, ou seja, desistir da ideia de pensarmos a categoria mulher por um único sentido, migrando para uma interpretação que abranja uma rede complexa⁷⁵ de características que se entrecruzam. O argumento de Nicholson propõe a negociação política, numa compreensão de corpo biológico socialmente e historicamente construído. Sua crítica é sobre o corpo, ou seja, sobre o entendimento feminista sobre o corpo e os significados que o constitui discursivamente.

Butler também discutiu os problemas presentes em procurar-se definir categorias como gênero e mulheres. Butler (2003), procurar uma definição para gênero e mulher, já é, em si, um ato autoritário. Butler, como Nicholson, abandona a ideia de uma definição precisa para a categoria gênero e mulheres e questiona as limitações do sujeito do feminismo “Mulheres”. Desta forma, ela critica a posição das feministas numa política representacional para as mulheres. Para Butler, tentar

⁷⁴Esta noção de gênero foi compartilhada pelas feministas “diferencialistas”, conforme Nicholson (2000).

⁷⁵Foi através da filosofia da linguagem defendida por Ludwig Wittgenstein que Linda Nicholson pensou esta rede complexa para se pensar a mulher em vários sentidos.

definir a categoria “mulheres” só tende a reforçar ainda mais o binarismo masculino/feminino de matriz heterossexual.

A proposta da autora é questionar a estrutura que oferece legitimidade para este sujeito precisar existir. Partindo desta percepção, quem determinou que se precisa de um sujeito determinado para a política feminista? A tarefa é justamente formular, no interior dessa estrutura constituída, uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam.

A argumentação da autora, centrada em abandonar a ideia de um sujeito definido para o feminismo, tem sido, muitas vezes, entendida como o “fim do feminismo”. No entanto, o que Butler propõe é pensar o feminismo como um movimento em constante transformação, ou seja, constituindo-se na contingência. A autora destaca o perigo de se determinar uma base universal para a opressão feminina. Sobre isto enfatiza:

A urgência do feminismo no sentido de conferir um status universal ao patriarcado, com vistas a fortalecer aparência de representatividade das reivindicações do feminismo, motivou ocasionalmente um atalho na direção de uma universalidade categórica e fictícia da estrutura de dominação, tida como responsável pela produção da experiência comum de subjugação das mulheres. (BUTLER, 2003, p.21).

Sua proposta é esquecer as identidades que fixam experiências femininas por meio da dicotomia masculino/feminino. Butler (1998) sugere pensarmos o poder que permeia a constituição desta mulher, todo o processo que ela passou, para hoje tornar-se um “agente”. A desconstrução permite a abertura para estarmos cientes que a categoria “gênero” é histórica e passa por constantes re-significações que podem ser contestada a todo momento.

No entanto, as críticas e os diálogos travados entre diferentes posicionamentos feministas são tratados como análises equivocadas e particulares. A própria Judith Butler já recebeu críticas (FEMENÍAS, 2003) sobre seu posicionamento, por postular que somente poderá ocorrer transformação, a partir de um campo que não esteja ligado às categorias homem e mulher.

2.3. O feminismo e a questão da maternidade

De acordo com Scavone⁷⁶ (2001a) a relação entre feminismo e maternidade tem sido destacada por três momentos. No quadro 7 sobre “Os momentos da maternidade” encontramos os discursos que o feminismo incorporou para compreender a maternidade. No momento essa autora destaca que o debate feminista acerca da maternidade tem enfatizado os significados sociais da maternidade rompendo com o determinismo biológico. Para a autora, o rompimento entre sexualidade e reprodução que ocorreu com o uso de contraceptivos, a reprodução *in vitro* e outras formas de tecnologias, que contribuíram para a mudança do sentido da maternidade. Assim, a identidade feminina deixou de ser definida apenas no binômio mulher/mãe, para se tornar uma rede complexa de relações envolvendo outras/os agentes sociais. Sobre esta transformação da maternidade Scavone (2001a, p.7) admite:

É possível afirmar que um dos aspectos mais evidentes na transformação da maternidade foi o rompimento com seu determinismo biológico. Este rompimento levou à separação definitiva da sexualidade com a reprodução, seja pela contracepção medicalizada, seja pela reprodução artificial, e desconstruiu a equação mulher=mãe, construindo uma outra equação mais complexa, onde entram em cena também a classe médica e as novas tecnologias.

No quadro 7 visualizamos os momentos da maternidade, com dados de estudos feministas, de acordo com Scavone (2001a).

⁷⁶ A autora se baseia nos estudos de FERRAND, M e LANGEVIN, A (1990).

Quadro 7 Os momentos da maternidade

Primeiro momento	A maternidade era vista como um <i>handicap</i> (defeito natural) que confinava as mulheres em uma bio classe.	Portanto, a recusa da maternidade seria o primeiro passo para subverter a dominação masculina, possibilitando as mulheres buscarem outros tipos identitários mais amplos.
Segundo momento	O feminismo assumia um discurso diferencialista, negando o <i>handicap</i> ,	A maternidade não seria mais um defeito das mulheres e sim uma particularidade que dava poder as mulheres, fazendo os homens sentirem inveja deste atributo particularmente feminino.
Terceiro Momento	O <i>handicap</i> é desconstruído,	Não é o fato biológico em si que determina a condição social das mulheres, mas o significado social dado à maternidade, por meio das relações de dominação.

Fonte: FERRAND, M e LANGEVIN, A. De. (1990).

Hoje, a maternidade deve ser analisada como uma rede complexa não fixada somente na ideia de ser uma comprovação do poder ou desgraça de uma natureza feminina. Nesta rede, devem também ser considerados e estudados os pais, a classe médica, as novas tecnologias, portanto, os diversos elementos que fazem parte da nova construção da maternidade na contemporaneidade. Sobre este novo modelo de maternidade, Scavone afirma que suas variações mostram correlações com a classe social e o país a que está referindo. A autora enfatiza que este novo modelo se constitui:

[] de proles reduzidas; mulheres com carreiras profissionais; mães e pais, juntos e/ou separados, produzindo e reproduzindo; casais hetero e homossexuais; mães ou pais criando seus filhos sozinhos; institucionalização dos cuidados maternos por profissionais especializados; enfim, é o modelo que busca se adequar às mudanças da vida contemporânea, ao mesmo tempo em que é

forjado por estas mudanças, redesenhando o funcionamento e a estrutura da família contemporânea (2001a, p. 8).

No entanto, para a autora, o grande problema está no significado social da maternidade. Por mais que o papel da maternidade tenha sofrido transformações, ele ainda compromete consideravelmente as mulheres e isto revela uma face importante da lógica da razão androcêntrica. Partindo desta constatação, a maternidade ainda tende a separar as mulheres socialmente dos homens e pode até legitimar, em determinados contextos, a dominação masculina.

Neste contexto é contingente, pois a particularidade das mulheres de hoje pode tornar-se um pressuposto inválido amanhã. Porém, ainda, na atual circunstância, o útero ainda não se tornou algo desprezível para o desenvolvimento do embrião e feto. Há uma particularidade presente em alguns⁷⁷ corpos femininos durante a idade reprodutiva ou seja, esta capacidade exclusivamente das mulheres de procriar. Esta condição, especialmente vinculada ao corpo feminino de possuir um útero, pode evidenciar limitações de algumas abordagens teóricas, que trabalham com a perspectiva de possibilidades identitárias.

A contingência (BAUMAN, 1999) que marca as atitudes dos sujeitos na contemporaneidade rompe a dicotomia de gênero e assume uma perspectiva pautada na mistura, na confusão, no híbrido. Assim, o “ciborgue”, um ser em constante mutação, está sempre pronto para mudar, para incorporar uma nova performance. As narrativas denominadas por alguns grupos de pós-modernas, e pós-estruturalistas destacam inúmeras possibilidades de “ser mulher”.

É evidente que, hoje, para se ter um filho biológico, existe ainda a necessidade de um útero. Mas, inegavelmente, transformações ocorreram, pois as mulheres com o auxílio de contraceptivos orais/injetáveis podem controlar seus corpos e até optar por não menstruar. O ato de procriar pode ser compreendido não apenas como uma característica exclusivamente feminina. Ainda que represente, nos dias atuais uma fronteira socialmente marcada entre corpos femininos e masculinos.

Ferreira (2003), que investiga gênero e mercado de trabalho em Portugal, salienta que devemos considerar as condições prático-inertes vinculadas ao corpo biológico das mulheres como a menstruação e a maternidade, como aglomeradoras. Por sua causa as mulheres podem ser

⁷⁷ Digo alguns no sentido de nem todos os corpos femininos podem ficar grávidos.

definidas como um coletivo em série⁷⁸, pois esta condição abrange a grande maioria das mulheres, mesmo que as elas não formem um grupo que compartilha dos mesmos valores, portanto ethos e visões de mundo, as mulheres formam um coletivo, por terem que lidar com decisões que envolvem os mesmos fatores fisiológicos. Na compreensão da autora, o corpo feminino é particular, pois mesmo que a mulher decida pela não-menstruação e não-maternidade, ela necessitará escolher como lidar com as particularidades presentes em seu corpo biológico.

Ainda que estudos pós-estruturalistas indiquem que a perspectiva da dominação masculina centrada no poder masculino nas relações sociais pode não auxiliar na compreensão das relações contemporâneas, devido à complexidade que o debate de gênero chegou, as reivindicações para o campo acadêmico/científico feitas na introdução desta investigação partem da particularidade do corpo biológico feminino. Tratamos, neste estudo, das mudanças que o corpo de uma doutoranda pode ter ao passar pela gestação, dos efeitos do trabalho de parto e do papel social da maternidade.

Autoras como Hewlett (2008) e Szapiro e Fères-Carneiro (2002) já discorreram sobre estes conflitos subjetivos em mulheres profissionais que vivenciam o ápice de suas idades reprodutivas e optaram primeiramente pela carreira.

No estudo de Szapiro e Fères-Carneiro (2002), as autoras constataram que a produção independente foi uma maneira das mulheres profissionais que vivenciaram os discursos libertários do feminismo dos anos 1960/70 se auto-afirmarem independentes passando pela maternidade.

Um fato interessante nestes estudos são as contradições nos discursos das mulheres. Ao mesmo tempo em que elas mostravam interesses em criar um filho sozinhas para comprovar a independência, deixavam transparecer também ambiguidades na relação com o pai do filho. Segundo as autoras, as dificuldades de vivenciar a incerteza de um

⁷⁸ Ferreira (2003) utiliza o conceito de série para entender o coletivo de mulheres, esta análise já feita pela autora Iris Marion Young no campo dos estudos feministas mostrou-se como uma argumentação que convenceu, a autora, compartilhando com o conceito de série de Sartre que distinguiu vários níveis de ação social em função do grau de reflexividade exigida. Um grupo social é, neste quadro, um coletivo social autoconsciente, composto por pessoas que se reconhecem entre si como empenhadas num projeto comum. Uma série é um coletivo social, no qual as pessoas são passivamente incluídas pelos objetos à volta dos quais se orientam as suas ações, ou pelos efeitos da ação de outros. Na vida quotidiana é freqüente nós sentirmo-nos de repente como participantes de coletivos amorfos definidos por práticas e hábitos rotineiros. Para mais informações ver: FERREIRA, Virgínia do Carmo. Relações sociais de sexo e segregação do emprego: uma análise da feminização dos escritórios em Portugal.

relacionamento fizeram estas mulheres não dividirem a educação do filho com o pai biológico.

Encontramos aí uma dificuldade em se estabelecer um diálogo com o outro, que deve ser questionada para se pensar nas consequências para os sistemas de filiação e o lugar da família. Neste caso, não seria um abuso de poder não compartilhar com o pai da criança o processo de sua socialização? As autoras propõem uma discussão que leve em consideração o questionamento sobre as novas tecnologias reprodutivas e os modelos de famílias construídos no contexto marcado pelo individualismo contemporâneo.

A dificuldade de ter que se relacionar e compartilhar de seus desejos e inseguranças têm feito mulheres qualificadas profissionalmente não demonstrarem vontade de estabelecer um relacionamento e, portanto, negam constituir uma família pautada no modelo monogâmico ocidental com referencial burguês.

O individualismo, que é marca da subjetividade moderna, aparece nesta atitude das mulheres de não mostrar desejo e nem necessidade de seus filhos terem um pai. No entanto, estas mulheres buscam afirmar sua independência a partir da maternidade, mesmo que estejam resignificando a maternidade como uma escolha racional, mostram que ainda não conseguiram se desprender deste modelo de feminilidade pautado se não no casamento, ao menos na maternidade.

À respeito das mulheres que pretendem construir uma carreira de prestígio social, encontramos, no estudo de Hewlett (2008) Maternidade tardia: mulheres profissionais em busca de realização plena, as implicações de cunho econômico, social e cultural que a geração de mulheres pós-feminismo (que hoje estão com aproximadamente 50 anos) sofrem ao não se programarem adequadamente para vivenciar a maternidade. A autora salienta que as novas gerações de mulheres devem ser mais estratégicas ao decidirem construir uma carreira e “ser mãe”. Segundo ela, esta programação faz-se necessária para que não haja sofrimento como o vivenciado pelas mulheres pós-feminismo anos 70 do século passado, que não privilegiaram um período da idade reprodutiva saudável para ter o primeiro filho.

Em seu trabalho, Hewlett constatou, por meio de estudos empíricos, os constrangimentos que as profissionais atuantes no campo jurídico, acadêmico e empresarial vivenciaram durante o final da idade reprodutiva.

Segundo Hewlett, os problemas começam a surgir quando as mulheres, no final da idade reprodutiva, sentiram o despertador do

corpo biológico tocar. Mesmo estabilizadas profissionalmente e economicamente, sentem a falta de uma “realização plena”. O motivo desta lacuna parece estar relacionado às referências tradicionais que pressupõem um ideal de casamento, marido, família e filhos. De acordo com a autora, há um discurso dotado de força ideológica que reproduz que para ser uma mulher “plenamente realizada” é preciso ter um filho.

As informantes de Sylvia Hewlett relatam sua procura desenfreada por tratamentos de fertilidades e a ocorrência de abortos sucessivos sofridos por causa de suas idades tardias em termos de reprodução. Partindo desta perspectiva, Hewlett alerta as novas gerações de mulheres que planejem a idade reprodutiva, programem-se e estejam seguras sobre a decisão de não ter filhos, para não precisarem sofrer mais tarde prejuízos econômicos (na busca de tratamentos de fertilidades) e emocionais quando o desejo de ter um filho não se realiza.

Na compreensão desta autora, que atua no campo das Ciências Econômicas, a “realização plena” da mulher profissional estaria vinculada ao sucesso em conseguir conciliar maternidade e carreira, não precisando abdicar de uma para exercer a outra.

Nos estudos de Hewlett (2008), Szapiro e Fères-Carneiro (2002), observamos como as representações e as práticas sociais vinculadas a construções sociais ou simbólicas anteriores ao processo de desnaturalização das relações entre homens e mulheres e de nossos corpos biológicos têm influenciado na experiência vivida por muitas mulheres. Esta incidência é emblemática ao expor as inconsistências do feminismo de cunho pós-estruturalista para mulheres que vivenciam o fim da idade reprodutiva independente da orientação sexual.

Desta forma, neste capítulo discorreremos sobre o contexto marcado pela contingência, pelas inúmeras possibilidades apresentadas a partir de referências que não garantem a satisfação eterna, pois, as mesmas são momentos fluidos moldados de efemeridade e inseguranças (BAUMAN, 1999). A necessidade de prazeres momentâneos expressa uma negação, uma reflexão sobre problemas concretos e cotidianos que aparecem na experiência vivida de muitas/os agentes.

Tratamos aqui da construção da identidade feminina no ocidente, especialmente dos discursos naturalistas do século XIX, que reforçaram significativamente a maternidade como uma âncora conceitual do que definiria o “ser mulher”. A maternidade era percebida como uma condição socialmente aceitável, sem qualquer reflexão sobre o porquê do “ser mãe”.

O mundo privado, simbolicamente visto como um lugar feminino, foi pouco discutido na cena pública. Se a História enumera mulheres que exploraram a sua criatividade e contribuíram na história das Ciências, estas devem ser vistas como exceções. A grande maioria das mulheres não conta com um suporte material e cultural, como a Princesa Isabel analisada por Barman, e não mostram condições de negar o seu papel social como Caetana e Inácia retratadas por Graham.

Deste modo, não pretendo vitimizar as mulheres, mas salientar que o cotidiano vivenciado por cada uma delas é complexo e irregular. É impossível procurarmos uma referência que aproxime as mulheres como agentes sofredoras de desigualdades de gênero, se a construção de uma consciência crítica no mundo acadêmico não passar por um exame acurado do universo simbólico que rege as subjetividades femininas e masculinas neste espaço. Neste sentido, o diálogo feminista, a socialização no feminismo e nos estudos de gênero poderá nos indicar o que ainda é um problema, portanto o que se precisa mudar na prática que as teorias não sustentam. Não que isto tenha sido determinado pelas acadêmicas, mas porque houve um diálogo sobre as experiências, não reduzindo a realidade apenas a alguns casos.

A ideia de complementaridade entre os sexos contribuiu na cristalização de um habitus feminino, preocupado com os afazeres do mundo privado, ou seja, o doméstico, desvalorizado e até repudiado por muitas/os. Desta forma, traçamos cuidadosamente neste capítulo a representação feminina que vigorou no discurso moderno do século XIX diante da separação das esferas entre público e privado. A representação feminina deste período foi o modelo que mais recebeu críticas e análises do movimento feminista. No contexto brasileiro, o destino feminino socialmente associado à maternidade e ao casamento, mesmo tendo se transformado a partir das mudanças ocorridas na vida das mulheres como a educação e ao mercado de trabalho, ainda se apresenta como algo contraditório e conflituoso, sendo muitas vezes um fator de desorientação para as mulheres na construção de suas identidades.

Atualmente, a hibridez contida na identidade feminina não permite mais taxações como a mulher que não atende ao destino tradicional. Ela não será mais definida como “mulher-homem” ou “terceiro sexo”. As mulheres sempre trabalharam, a discriminação com as mulheres públicas é fruto da distinção presente no discurso moderno entre público e privado.

A dicotomia entre tradicional/moderno precisará ser rompida e as reflexões contemporâneas devem garantir que esta ruptura paradigmática sobre o “ser mulher” não mascare as concretas desigualdades que as mulheres ainda sofrem cotidianamente na esfera pública e privada.

No próximo capítulo será discutida a relação entre o habitus acadêmico e o gênero, na fase do doutorado de acordo com a literatura investigada.

Capítulo 3 – A relação entre o habitus acadêmico e o gênero na fase do Doutorado

O presente capítulo compreende uma breve revisão sobre a forma que tem re/produzido o habitus científico na universidade. Tomando como base as enunciações feitas pela literatura sobre a atividade de cientista neste espaço (BOURDIEU, 1975: 1989: 2001: 2002; WEBER, 1982; MERTON, 1978; SCHIENBINGER, 2001:2008; WALLERSTEIN, 2002; LETA; MARTINS, 2008) procuramos descrever de que forma são compreendidas as práticas acadêmicas, por meio da existência deste pressuposto habitus.

O habitus tende a influenciar as novas gerações de acadêmicos e acadêmicas com conflitos objetivos e subjetivos, a fim de conseguirem adequar-se as exigências atuais pautadas na política da produtividade. Prosseguindo, enfatizaremos a participação das mulheres na academia salientando a relação entre produtividade e gênero no campo acadêmico e as análises já feitas sobre esta relação.

3.1. Uma breve descrição sobre a configuração do campo científico/acadêmico

Historicamente as relações ocorridas na instituição acadêmica movem-se por uma dinâmica expressa a partir de determinadas regras, normas e representações. Estas, conseqüentemente, refletem o modo de agir e a visão de mundo das acadêmicas no campo, portanto, influenciam as relações presentes entre acadêmicas e acadêmicos. Diante deste conjunto prescritivo e destas representações, notamos a manifestação de um habitus nas práticas das acadêmicas.

Suas ações e relações sociais refletem o modo como lidam com seus corpos e mentes na atividade científica. As relações produzidas no interior da instituição ocorrem a partir da reprodução desta dinâmica moldada pelo habitus re/produzido pelas acadêmicas. Elas compreendem parte do simbólico compartilhado neste contexto, logo, interagem e dão sentido a este espaço. Partindo desta perspectiva, torna-se pertinente analisar a subjetividade das acadêmicas neste contexto, pois por meio de suas percepções sobre esta dinâmica institucional podemos apreender os valores incorporados isto é, o habitus acadêmico que se configura e se reproduz cotidianamente na universidade.

Muitas vezes, as práticas efetuadas pelas acadêmicas refletem significados intraduzíveis para as leigas e leigos, que não possuem capitais culturais⁷⁹ e interesses para interagir no campo acabam se auto-excluindo. Neste sentido, o campo acadêmico é um lugar ocupado por uma minoria, que necessita efetivamente “entrar no jogo” para continuar no campo. Por esta razão o diálogo é realizado entre os pares, que re/conhecerem a linguagem utilizada no campo e têm interesses em participar/ permanecer nele (BOURDIEU, 2002).

Ao refletir sobre a prática acadêmica, Bourdieu (1989) salienta uma particularidade vivenciada pelas/os acadêmicas/os com uma analogia entre a atividade acadêmica e a produção das obras de arte:

O homo academicus gosta do acabado. Como os pintores acadêmicos, ele faz desaparecer dos seus trabalhos os vestígios da pincelada, os toques e retoques: foi com certa ansiedade que descobri que pintores como Couture, o mestre de Manet, tinha deixado magníficos esboços, muitos próximo da pintura impressionística – que se fez contra eles – e tinham muitas vezes estragado obras julgando dar-lhes os últimos retoques, exigidos pela moral do trabalho bem feito, bem acabado, de que a estética acadêmica era a expressão. (Bourdieu, 1989, p.19).

No contexto de criação que envolve o texto deste estudo, geralmente, sua construção não está explícita. Como menciona Bourdieu (1989), os esboços não são revelados. Assim, o que importa para o *homo academicus* é chegar ao produto final. Como os pintores acadêmicos, as/os acadêmicas/os esquecem seus esboços pelo caminho.

Assim sendo, as/os acadêmicas/os livram-se dos rascunhos após atingirem os objetivos propostos pelo projeto de tese. Tese esta que se constrói no meio das exigências presentes na vida acadêmica contemporânea. Há que se considerar que estes objetivos, quando

⁷⁹ O Capital, na obra sociológica de Pierre Bourdieu é um conceito que discute a quantidade de acúmulo de forças dos agentes em suas posições no campo. Conforme o autor, podemos verificar quatro principais tipos de capital: o social, o cultural, o econômico e o simbólico (no qual se inclui o científico, entre outros). Para Bourdieu o capital cultural pode ser adquirido por três formas: a primeira seria a incorporada durante a socialização, outra forma seria a partir do contato com a cultura dominante por meio de visitas a museus, viagens, cursos de idiomas. Este modo chama-se capital cultural objetivado. É a terceira forma seria o capital cultural institucionalizado por meio da obtenção de títulos. Para mais informações ver: ORTIZ (1994).

atingidos, nem sempre são os ideais. Contudo, devem ser considerados os mais próximos daqueles inicialmente propostos.

Como os esboços não possuem um caráter acabado, eles pouco valor têm; já que o que tem importado para a atividade acadêmica na atualidade é a produção final. (BIANCHETTI, 2006). Neste sentido, pouco reflete-se sobre a política da produtividade presente neste contexto (LUZ, 2008). A política que tem afetado tanto acadêmicas como acadêmicos, causando nestas/es variados problemas de saúde, especialmente problemas que desencadeiam não apenas doenças físicas, mas doenças da alma, como a depressão (BITENCOURT, 2006; 2010).

A partir das dificuldades que as/os acadêmicas/os vivenciam durante o processo de construção analisamos como a realidade das/os doutorandas/os tem contrastado com o perfil do típico cientista. Este perfil, a imagem retratada nos livros da história das ciências é de homens socialmente representados como objetivos, frios, individualistas e casados, com filhos, portanto, são aqueles que normalmente podem contar com a contribuição de suas esposas para as tarefas domésticas e a educação dos filhos (SCHIENBINGER, 2001; 2008, RODRIGUES DA SILVA, 2008).

A paternidade não é uma escolha tão delicada para os homens como tem sido a maternidade para as mulheres. Conforme o esboçado, o trabalho⁸⁰ acadêmico adequa-se muito melhor aos atributos culturais vinculados ao masculino. Como já foi salientado no capítulo anterior, as mulheres entraram no mundo público, no entanto, o trabalho desempenhado no espaço privado ainda permanece socialmente representado como uma responsabilidade associada ao feminino, portanto assumida por um número mais significativo de mulheres do que homens.

A representação do típico cientista, que foi significativamente desconstruída e criticada pela Sociologia do conhecimento ou da Ciência (BOURDIEU, 2001; 2002; 2004; LATOUR, 1997; 2000; 2002) e pelas feministas (KELLER, 1996; 1991; 2006, HARAWAY, 1989; 1995; 2009, HARDING, 1996, SCHIENBINGER, 2001; 2008 entre outras⁸¹) interessadas em pensar a ciência da própria ciência, este ideal de cientista ainda prevalece no imaginário social, por meio de uma representação masculina corporificada em um corpo biológico masculino, com tempo integral para dedicar-se à prática científica.

⁸⁰Estamos entendendo este trabalho realizado no espaço privado que abrange além das tarefas domésticas como cozinhar, lavar, passar entre outras obrigações e também o cuidado de filhos.

⁸¹Para mais informações ver: RUIZ (2001).

Schienbinger (2001), ao comentar a atividade científica, verificou que nos Estados Unidos que a prática científica em revelou proximidades com a prática esportiva, com um tipo de masculinidade hegemônica. Para a autora, isto ocorre devido ao “espírito competitivo” incorporado pelos cientistas nas suas relações no campo. Conforme Schienbinger, este “espírito competitivo” tem feito os cientistas estabelecerem relações justamente pelos interesses em permanecer no campo e as relações presentes no campo acadêmico têm sido determinadas por meio de interesses orientados pela política da produtividade.

Esta política tem priorizado a quantidade das produções científicas, mas pode vir a comprometer a qualidade de seus resultados. A ausência de questionamentos que propiciem reflexões sobre esta política no campo tem contribuído para a reprodução do “espírito competitivo” entre as acadêmicas e acadêmicos.

Desta forma, o “espírito competitivo” é incorporado pelas acadêmicas e acadêmicos como um atributo primordial para permanecer no campo. Contudo, pode levá-los a sofrerem, agora ou futuramente, de problemas físicos e emocionais.

Quando se fala em problemas de ordem emocional, pesquisas apontam que há grande incidência entre as acadêmicas na procura de tratamentos anti-depressivos e uso de psicofármacos para permanecer no campo. Em estudo com estudantes de Engenharia constatei que a depressão é frequente entre as estudantes e que elas usam de tais substâncias para curar e prevenir a depressão. (BITENCOURT, 2006; 2010).

Luz (2008) concluiu também que pesquisadoras e pesquisadores altamente qualificados tendem a resolver seus problemas subjetivos a partir do uso de psicofármacos, que prometem “curar” determinadas regiões do cérebro. Kehl (2009) compreende a depressão como um sintoma social que reflete os valores individualistas que homens e mulheres incorporam para lidar com suas subjetividades.

Para esta autora, muitos casos são antecipadamente diagnosticados como depressão a partir da propaganda acionada pelas indústrias farmacêuticas que prometem não apenas “curar” a depressão, mas preveni-la. Neste contexto moldado de racionalidade e individualismo, ser depressiva é ser uma “fracassada”. Assim, o desprestígio sentido pela pessoa deprimida leva-a a fazer uso de psicoativos. Segundo a autora, diante desta preferência aos psicofármacos, podemos pressupor que esta atitude pode estar associada

à promessa de cura em menos tempo e com menos dinheiro do que terapias.

Roudinesco (2000) destaca que as dores emocionais não devem ser tratadas como uma doença que exige cura da deprimida mas, sim, uma transformação holística do seu ser. Estas autoras (LUZ, 2008; ROUDINESCO, 2000 e KEHL, 2009) dirigem suas críticas ao uso inconsequente de psicofármacos a partir das promessas feitas pelas pesquisas na área de neurociência que atuam em determinadas regiões do cérebro para “curar” a depressão. Elas acreditam que a “cura” pode até ser atingida por algum tempo, mas logo em seguida, os problemas psíquicos voltam, pois o uso de medicamentos psicofármacos não estimula a depressiva a refletir sobre seus problemas e muito menos resolvê-los.

Partindo do exposto, diante das dores emocionais desencadeadas por meio da dinâmica do campo científico, podemos verificar que, entre as novas gerações, estas dores têm refletido a insegurança de ser definida como um recurso humano altamente qualificado, no entanto, sem que isto as imunize em relação ao risco de desemprego.

Atualmente, discute-se nos estudos de Louzada; Filho, (2005); Mattos, (2007) e Bianchetti; Machado (2009), as dificuldades pelas quais as/os acadêmicas/os passam quando apostam em uma formação que, não necessariamente, futura tranquilidade econômica e profissional⁸². Tanto homens como mulheres, no campo acadêmico brasileiro, estão cientes de que os cargos permanentes no mundo da pesquisa são insuficientes para inserir todas e todos que detêm títulos de Doutorado e que pretendem ser cientistas.

A dificuldade de possuir um vínculo institucional para se fazer pesquisa é um problema enfrentado pelas novas gerações de cientistas, independentemente do sexo. A inserção no mundo da Ciência dá se por meio das agências de fomento, que exigem uma produtividade científica expressa a partir de um número de publicações científicas. Na maioria das vezes, a pesquisadora, pelo tempo de carreira e idade, não dispõe ainda deste número de publicações para competir. Ainda sobre a situação da carreira de cientista no Brasil, ressalvas têm sido direcionadas aos problemas que as pesquisadoras, independentes do sexo, tendem a sofrer com a dificuldade de conseguir um emprego que

⁸² Estou entendendo como tranquilidade econômica profissional um estado de satisfação que as acadêmicas enunciam sentir em relação à conquista de um emprego que proporcione uma vida materialmente satisfatória e também realização profissional.

proporcione estabilidade para continuar a pesquisar após o Doutorado (LOUZADA, R. de C. R.; FILHO, J. F. da S, 2005).

Herculano-Houzel (2008) admite a existência desta falta de oportunidades de empregos para a jovem pesquisadora no mundo da ciência. Segundo a cientista, atualmente tornou-se mais acentuada a exigência por parte de algumas agências de fomento para a pesquisadora comprovar uma produção considerável para ter seu projeto financiado. Conforme a cientista,

Eu acho que o problema da Ciência hoje é que algumas agências de fomento comecem a dar mais atenção e apoio ao pesquisador jovem, ao pesquisador que está começando, porque as agências costumam exigir, quando você faz um pedido novo de recursos para um projeto novo, as agências querem que você já tenha produtividade comprovada naquela área com aquela técnica. E você, por definição, por ser jovem, você não tem isso quando é uma linha de pesquisa nova. E o pesquisador jovem, ainda não tem produção. (Suzana Herculano-Houzel, professora – pesquisadora – UFRJ).

No entanto, a cientista, ao comentar que algumas agências são mais sensíveis aos problemas enfrentados pelas novas gerações em comprovar produtividade, não nomeia quais são estas agências e como estas têm definido o/a jovem pesquisadora.

A emergência dos cursos de pós-doutorado no Brasil e exterior também tem sido uma tática entre as/os acadêmicas/os das novas gerações em livrarem-se do problema de não possuir recursos financeiros para viver (LOUZADA, R. de C. R.; FILHO, J. F. da S, 2005), porém a/o bolsista é considerada/o uma desempregada, pois seu trabalho no campo acadêmico não é somada a população economicamente ativa.

Deste modo, a bolsista não tem seguridade social. No Brasil, a falta de desta é enfrentada não somente por mestrandas e doutorandas, mas por outras modalidades de bolsistas. Muitas estudantes já tiveram todos os tipos de bolsas. Bolsista trabalha, mas não soma tempo para o período da aposentadoria.

No contexto português a situação não é muito diferente. Na última década, ocorreram na universidade portuguesa diversas

mudanças institucionais, devido à política da produtividade devido às exigências contidas pela declaração de Bolonha⁸³ assinada em 19 de Junho de 1999. De acordo com os efeitos desta declaração, foi promovida a internacionalização no sistema de ensino superior, para assim aumentar a competitividade no mundo da Ciência nos países da União Europeia.

As diferenças contextuais de cada país membro foram ignoradas, logo, os países que mais distantes estiveram deste modelo foram os que mais sofreram limitações para realizar as mudanças contidas nesta declaração. Entre as/os investigadores/as portuguesas/es, que apresentavam comportamentos incipientes diante do programa estabelecido pela declaração de Bolonha, notamos que tiveram mais dificuldades de incorporar esta nova política focada na internacionalização do ensino. O fato é que as diferenças sociais, culturais e econômicas presentes em cada país que compõe a União Europeia foram desprezadas.

Por isto, esta declaração acabou contribuindo para provocar uma ruptura entre as/os académicas/os de diferentes gerações em Portugal. De um lado ficaram as gerações de académicas/os catedráticas/os que obtiveram vagas nas universidades sem significativa concorrência comparando a atual situação, do outro as novas gerações. Os novos convivem com a insegurança de estar apostando em algo que não necessariamente garantirá o futuro, por meio de uma nomeação definitiva no campo de investigação pretendido (ARAÚJO, 2003).

Neste sentido, esta geração que “vive de bolsa”, as/os conhecidas/os bolseiras/os portuguesas/es, possuem sérias preocupações e, portanto, limitações de ordem material. As preocupações englobam as incertezas de não ter a bolsa renovada, a falta de seguridade social de quem é bolseira/o e o baixo valor da bolsa, que dificulta a investigadora ter uma tranquilidade econômica profissional como participar de congressos, seminários, comprar livros, pagar serviços de tradução entre outros gastos que o trabalho de investigação exige. Atualmente, este contexto moldado de implicações materiais que tendem a influenciar na subjetividade das/os pesquisadoras/es, têm feito as/os bolseiras/os discutirem sobre suas condições em espaços virtuais para analisar as

⁸³ Declaração de Bolonha é um compromisso assumido, em 1999, por 29 estados europeus para a criação, até 2010, de um Espaço Europeu de Ensino Superior, tendo como objectivo facilitar a mobilidade e a empregabilidade dos estudantes na Europa. Atualmente são 46 os países signatários. Para mais informações ver: Declaração de Bolonha. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Declara%C3%A7%C3%A3o_de_Bolonha. Acesso em 22-06- 010

dificuldades e também compartilhar informações sobre a política da agência fomentadora de Portugal (FCT).

Há, em Portugal, *blogs* que surgem como espaços de reflexão entre doutorandas/os que se encontram na mesma situação, os chamados doutorandos anônimos, que trocam experiências de antes, durante e depois do Doutorado. No Brasil não tivemos notícias sobre a preocupação de sociólogas e sociólogos a respeito da especificidade desta fase. Araújo (2006), que investigou a fase do Doutorado em Portugal (2006), compreende que a construção da carreira acadêmica, por exigir muita dedicação, portanto tempo disponível, tende a ser vivenciada pelas doutorandas e doutorandos por diversas preocupações geradas em se apostar em algo incerto. Esta incerteza tem feito as novas gerações de investigadoras e investigadores se questionarem do porquê continuar persistindo nesta carreira apesar das dificuldades.

No Brasil, Bianchetti e Machado (2006) desenvolveram uma reflexão a partir da experiência do campo da educação salientando a forte ligação nos funcionamentos dos programas que a CAPES implementou a partir dos anos 1990. Este período, segundo eles, começa a ter um deslocamento da formação de professora para investigadora. Desta forma, no momento que os programas começam a ser induzidos pela CAPES, determinando regras para otimizar a produção científica, isto foi positivo para o avanço científico e tecnológico do país. Contudo, estas mudanças também fizeram a nova política deixar a desejar.

Para os autores, o maior problema tem ocorrido na formação, ou seja, como a atual geração está se formando. Verifica-se uma ênfase maior na investigação, deixando a docência, muitas vezes, ser vivenciada com uma certa insatisfação, devido ao desvalor atribuído à profissão de professor e de professora em nosso país.

Em relação a outros países europeus, a Espanha também tem apresentado uma situação problemática para as pesquisadoras e pesquisadores⁸⁴. Os contratos temporários têm deixado muitas pesquisadoras e pesquisadores espanhóis preocupados com o futuro. O Programa Ramón y Cajal⁸⁵ é um exemplo disto. Foi um programa

⁸⁴PAIN, Elisabeth. Futuro incerto para jovens cientistas espanhóis. Disponível em: http://www.universia.com.br/nextwave/ver_materia.jsp?materia=302&subcanal=1 acesso em 28/01/2009.

⁸⁵O programa Ramón y Cajal ofereceu ajuda para a contratação de doutores/as de todas as áreas de conhecimento com menos de 10 anos de obtenção do título, por um prazo de cinco anos. Seu objetivo visou favorecer a expansão da demanda de doutoras/es por parte do sistema espanhol de ciência - tecnologia - empresa, esteve vigente de 2005 a 2007. Para mais informações ver: Programa Ramon y Cajal Disponível em:

oferecido pelo governo espanhol de 2005 a 2007, no esforço de unir pesquisadores e pesquisadoras de pós-doutorado a cargos permanentes e têm efetivado contratos de cinco anos sem possibilidade de renovação. O objetivo principal do sistema, primeiramente era integrar jovens permanentemente ao sistema e incentivar o apoio dos centros de pesquisa.

Assim sendo, pesquisadoras e pesquisadores espanhóis com alto nível de qualificação assumiram também que sofriam da incerteza em ter apostado numa formação que exigiu deles/as muitos anos de qualificação. Estes cargos, mesmo temporários, são muito cobiçados. Muitas jovens pesquisadoras e pesquisadores sobrevivem da renda que é concedida pelas agências de incentivo à pesquisa, na forma de bolsa por um determinado tempo. Por isso, existe a necessidade destas e destes organizarem-se a fim de atender aos prazos exigidos por estas agências. No entanto, a Espanha⁸⁶ tem sido reconhecido como um dos países da União Europeia insatisfeito com a declaração de Bolonha, pois apresentou resistências publicamente.

As pesquisadoras e os pesquisadores italianos⁸⁷ apresentam uma situação semelhante a das/os jovens espanhóis, pois também estão sofrendo da falta de oportunidades de estabelecer-se, especialmente pelos bloqueios executados por uma “casta antiga” das velhas gerações. Existe lá, problemas com o tempo de permanência das velhas gerações em seus cargos de cientista nas universidades italianas. A permanência dos antigos, pode se estender tão longamente que desmotiva os jovens a candidatarem-se à Ciência.

Conforme pesquisa do governo italiano (2008), dos 15.984 professores titulares que trabalham nas universidades italianas, apenas

<http://investigacion.universia.es/programas-nacionales/ramon-y-cajal/index.htm>. acesso em 03/11/2009.

⁸⁶ Em 14 novembro de 2007, as/os estudantes espanhóis protestaram a Declaração de Bolonha e a unificação do sistema universitário europeu. Milhares de estudantes se manifestaram em Madrid e centenas em outras cidades espanholas contra uma reforma que, segundo eles, representava o aumento das taxas e mercantilização do ensino, isto é, a adequação dos programas educacionais às necessidades das empresas Para mais informações ver: Declaração de Bolonha. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Declara%C3%A7%C3%A3o_de_Bolonha. Acesso em 22/06/2010.

⁸⁷ POVOLEDO, Elisabetta & TRIBUNE, Herald "Panelinha" nas universidades provoca fuga de cérebros na Itália. Disponível em http://www.italiaoggi.com.br/not04_0608/ital_not20080408e.htm. acesso em 03/11/2009.

13 têm menos de 35 anos. Mais de 30% têm mais de 65 anos. Ao todo, há 61.930 professores, tanto titulares quanto assistentes e pesquisadores trabalhando nas universidades italianas, mas 17.919 deles não possuem estabilidade e estão aguardando por uma cadeira de titular. Conseqüentemente, ocorre que muitas pesquisadoras e pesquisadores estão na situação de desempregadas/os ou acabam exercendo outra atividade, muitas vezes, nada próxima de sua formação.

Podemos verificar que a conquista de vínculos institucionais não é um problema novo, pois no início do século XX, Max Weber (1982) desnudou as condições externas nos Estados Unidos e na Alemanha para o sujeito estabelecer-se como cientista. Weber descreve o cenário da ciência socialmente representado pela legitimidade de alguns e o consentimento direto ou indireto de outros⁸⁸. O seu detalhamento minucioso, moldado de traços históricos e conhecimento tácito, mostra as condições externas e internas para se fazer Ciência e ser cientista e revela a crítica weberiana à burocracia.

Naquele período histórico a carreira científica era orientada pela extrema necessidade de especialização. Esta necessidade mostrava uma tendência significativa de prosseguir cada vez mais. O cientista moderno precisou atender a uma procura rigorosa na sua área de conhecimento, para entender/dialogar com as representações, normas e práticas que moldam o campo acadêmico. Para Weber, ao vivenciar o trabalho árduo, os sujeitos deveriam “viver da obra e para sua obra”, em outras palavras, viver exclusivamente para a Ciência. Além desta exclusividade necessária para o sujeito fazer Ciência, este também precisaria agir com paixão pela atividade científica.

Smith (2003) constata que durante a consolidação da história no século XIX, as mulheres tiveram dificuldades de participar deste campo. A particularidade desta obra mostra como o campo científico foi construído por um espelho que refletiu a forma masculina. Smith salienta o descaso em relação ao trabalho das mulheres colaboradoras de seus maridos historiadores. Elas não obtiveram reconhecimento de suas colaborações conjuntamente produzidas nas pesquisas publicadas por seus maridos cientistas. O problema era maior quando estas resolviam

⁸⁸ A racionalidade presente neste consentimento direto ou indireto “de outro” trata –se do comentário que Max Weber (1982) faz no ensaio : “Ciência como vocação” , conforme o autor nem sempre os escolhidos são escolhidos conscientemente de uma maioria, pois na procura de legitimidade nos processos seletivos, nem sempre é feita escolhas “justas”, muitas posições de destaque ocupadas por alguns podem ser vistas como simples obra do acaso, neste sentido o campo científico assume em alguns casos o rótulo de ‘injusto’ para Weber.

organizar as biografias de seus falecidos maridos, pois a ação era extremamente criticada pelos historiadores, pois reivindicar uma autoria individual era uma atitude ousada demais para as mulheres cientistas da época. O tratamento em relação às esposas de historiadores expressa a naturalização vinculada à feminilidade que se caracteriza como significativamente representada no cuidado, no estar disponível a ajudar e dar proteção “ao outro”. Desta forma, as viúvas eram compreendidas como simples copistas, ou seja, mulheres que não apresentavam nenhum tipo de erudição. Nesse cenário de contemplação da prática científica, é verificada a tendência individualista do historiador de construir sua visão de mundo à parte, portanto isolando-se da realizada, num contexto onde a sociabilidade não era relevante.

Não é novidade que campo científico foi construído por uma representação de Ciência e de cientista vinculada culturalmente ao masculino. Na própria institucionalização da Ciência, a presença dos homens foi percebida como “natural”. Do mesmo modo, neste contexto a desigualdade de gênero, a prática científica não era reconhecida como um fato que necessitava de discussões. A caracterização do campo científico como um espaço chefiado por homens não se limitou apenas às ciências duras, mas também as moles.

Se retomarmos a análise sobre o poder simbólico analisado por Pierre Bourdieu (1999), percebemos que, mesmo quando a mulher começa a participar do mundo público, ainda ocorre por força do habitus, uma reprodução cultural cristalizada de mundos opostos entre masculino/feminino em todos os campos sociais, inclusive o científico. Segundo este autor, as oposições entre o duro e o mole, o seco e o úmido, centrais na cosmologia mediterrânea, encontram-se no seio do mundo universitário ou mesmo científico, sob a forma da dicotomia entre as disciplinas literárias e as científicas; estas, consideradas ‘hard’, muito em especial a matemática, sendo tidas como pouco adequadas às mulheres, fadadas ao ‘soft’. (BOURDIEU, 1999).

No entanto, como foi salientado anteriormente, a teoria de Bourdieu já foi alvo de ferrenhas críticas feministas, pois, ao publicar seu primeiro artigo sobre a dominação masculina Bourdieu não faz menção aos trabalhos anteriormente produzidos sobre este tema pelas feministas e sua teoria do habitus parece ter culpado as mulheres pela dominação masculina (SCAVONE, 2008).

Vale a pena ressaltar a partir de Ferreira (2003) que a sociedade que Bourdieu investigou, chamada Cabília, é dominada pela religião Hindu e o habitus desta sociedade acabou sendo generalizado para todo

mundo ocidental como um modelo inalterável, ou seja, fixo, esquecendo as especificidades contextuais e simbólicas de cada contexto analisado.

A representação do cientista para a sociedade pode não ser tão clara, mas a afirmação da identidade do cientista como mais associada à área das Ciências Exatas e Naturais ainda permanece no imaginário social (SCHIENBINGER, 2001). Especialmente porque estes cientistas permanecem muitas horas dentro de um laboratório. O ambiente do laboratório começou a ser associado fortemente ao cientista no momento que a Ciência se institucionalizou. Na Europa do século XVII, as experimentações realizadas em laboratórios viraram uma mania, sendo que, a prática de um cientista é representada socialmente como efetuada a partir de um agente realizando experimentações dentro de um laboratório. O cientista social não possui um. Uma evidência interessante é verificarmos os prêmios⁸⁹ concedidos às cientistas: todas pertencem a campos disciplinares que realizam suas atividades dentro de um laboratório.

Ainda nas análises de Bourdieu (2004) observamos os jogos de poder que o campo científico produz/reproduz, por meio do estabelecimento e da manutenção de relações hierárquicas e irracionais. Esta irracionalidade presente no campo científico pode ser entendida principalmente diante da atitude do sujeito no campo.

O sujeito, ao incorporar elementos socialmente valorizados, muitas vezes, não se preocupa em elaborar sentido para os elementos que incorpora, portanto, o simbólico incorporado nem sempre é submetido à reflexão por estas/es agentes. No entanto, devido à situação de permanência no campo, não há escolha: a/o cientista assume mecanicamente os valores exigidos para interagir no campo sem questionar a violência simbólica que necessita se submeter.

A reprodução de um *habitus academicus* tem sido o maior obstáculo para mudanças significativas na estrutura científica, pois os

⁸⁹ Em relação a estes prêmios podemos verificar que as cientistas a grande maioria das cientistas pertencem ao campo das ciências biológicas, exatas e saúde, um exemplo, é o “Programa L’Oréal/UNESCO para Mulheres na Ciência” este programa foi, criado em 1998, o Programa L’ORÉAL/ UNESCO For Women in Science, fruto de uma parceria entre o Grupo L’Oréal e a UNESCO, foi o primeiro prêmio internacional dedicado às cientistas mulheres em todo o mundo e atualmente encontra-se na sua quinta edição. Desde então, em sua versão internacional, a iniciativa reconhece, a cada ano, cinco notáveis cientistas, uma por continente, por suas contribuições ao progresso científico, com um prêmio de US\$100.000 (cem mil dólares). Para mais informações ver: Programa L’Oréal/UNESCO Para Mulheres na Ciência premia sete jovens cientistas. Disponível em <http://www.unesco.org/pt/brasil/dynamic-content-single> acesso em 03/11/2010

elementos cultuados como dotados de cientificidade têm sido historicamente conservados e inquestionáveis para a grande maioria dos cientistas.

Bourdieu (1989), ao falar da conservação/transmissão deste *habitus academicus*, evidencia que há também uma disputa entre as/os pesquisadoras/es e que esta estaria relacionada à importância de seus objetos de pesquisa para a comunidade científica. Segundo o autor, a escolha por alguns temas não significa necessariamente interesse subjetivo da pesquisadora. Mas, talvez a conquista de legitimidade, portanto uma melhor aceitação no campo por seus pares concorrentes.

A discussão sobre a participação feminina no campo científico, especificamente os estudos de gênero na academia, ainda é percebida como uma questão ‘menor’. Bourdieu critica diretamente esta hierarquia, pois o que importa na prática das cientista é a atenção dada aos procedimentos metodológicos, portanto à construção do objeto científico. Ao falar da prática científica, Bourdieu (1989) denuncia a vaidade acadêmica e a sutil hipocrisia frente às representações re/produzidas para ser uma típica cientista, que, assume, na avaliação bourdiesiana, um caráter não realista diante da prática vivenciada no campo científico.

A apreensão de uma consciência crítica-reflexiva da agente sobre esta realidade seria conquistada se a cientista ao expor sua pesquisa, apresentasse não apenas os avanços, mas também as dificuldades e limitações, assim encarando-a como um processo e não um êxito conquistado sem conflitos. Para Bourdieu, “Uma exposição sobre uma pesquisa é, com efeito, o contrário de um show, de uma exibição na qual se procura ser visto e mostrar o que se vale. É um discurso em que a gente se expõe, no qual se correm riscos” (1989, p.18). No entanto, está na própria ideia de Ciência o dever do cientista de expor objetivamente os resultados da pesquisa, não revelando todo o processo.

O processo de pesquisa, muitas vezes, não é percebido como algo tranquilo, que não possa afetar a subjetividade da/o cientista, o próprio Max Weber (1982) definiu a prática científica no início do século XX como uma atividade difícil, tipificando-a como dotada de certo ‘sofrimento’. Deste modo, a atividade científica deve ser encarada como uma atividade contínua. No entanto, tem assumido um discurso com caráter de acabada, ou seja, de resolução imediata, objetiva, sem necessidade de reflexões pós-resultados.

Para Bourdieu, o campo científico é um lugar de luta política pela dominação científica, que submete às pesquisadoras e os

pesquisadores, em função da posição que ocupam, seus problemas, indissociavelmente políticos e científicos, e seus métodos. A Ciência, na visão bourdieusiana, é marcada pela separação de subcampos disciplinares, não apenas pela diversidade disciplinar já indicada por Weber no início do século XX. Assim, há uma rivalidade entre as agentes no campo pelo prestígio mascarado em um habitus científico, que tem condicionado o ser cientista.

Reiterando a preocupação de Bourdieu sobre a atividade científica, o autor Immanuel Wallerstein (2002) salienta que, enquanto os estudos de Michel Foucault analisaram como as disciplinas foram definidas, criadas e redefinidas, os estudos de Pierre Bourdieu focaram-se, especialmente, em descrever como as organizações acadêmicas são construídas, perpetuadas e reconstruídas no interior das instituições do saber (WALLERSTEIN, 2002 p.261).

A carreira de cientista surgiu como profissão em meados do século XVII, quando o ofício de se fazer experimentos e observações sobre os fenômenos naturais passou de uma atividade à parte para se tornar uma atividade que compreendia uma significativa dedicação. Este fato torna-se notável a partir da biografia das cientistas, pois muitas dedicavam-se integralmente, ficando muitas vezes isoladas da vida social, não mostrando cuidados com sua saúde.

Em relação às cientistas, Marie Curie (2005) é um exemplo que se destaca não apenas por ter ganhado o Nobel. Seu “trabalho árduo” na atividade científica e a paixão pelo mesmo é revelado em sua biografia. Sua relação com o objeto foi tão significativa que a cientista começou uma auto-reflexão sobre a sua excessiva dedicação na idade madura. Para mais informações ver: Marie Curie - vítima da ciência.

No estudo de María Molero Aparicio (2001) também encontramos biografias de cientistas vinculadas ao campo da matemática destacando-se: Teano, Hipatia, Émile de Breteuil, marquesa de Châtelet, Sophie Germain, Caroline Herschel, Maria Gaetana Agnasi, Ada Lovelac, Mary Somerville entre outras. Para elas, a prática científica era motivada por uma espécie de “paixão”, pois muitas cientistas vivenciavam todas as limitações sociais possíveis para praticar ciência, mesmo assim persistiam.

Apesar desta dedicação, por vezes, exaustiva das cientistas mulheres, destaca-se na sociedade industrial do século XIX a representação do cientista “homem”, sendo este “homem” influente para o contexto pois a sua “genialidade” expressa o comprometimento com a ordem e o progresso da sociedade moderna, que naquele momento

histórico, passava por uma turbulenta transformação, alterando os valores e as crenças para estabelecer um novo contexto, que teve como pano de fundo a confiança inquestionável no conhecimento científico, um sinônimo de certeza e universalidade. No entanto, o autor Anthony Giddens (1990), ao analisar este novo contexto afirma, com base nos pressupostos de Max Weber sobre o processo de institucionalização, que a Ciência para a sociedade em geral não parece conferir sentido, pois sua dinâmica mostra-se inteligível e interessante para os cientistas que conhecem o sentido da Ciência.

Desta forma, o cientista na análise weberiana, deveria se dedicar arduamente à tarefa de desempenhar um bom trabalho, o que demanda bens materiais e tempo para desempenhar. O período analisado por Weber, o ensino universitário, dificilmente expandia-se para estratos médios como temos hoje, pois a ascensão via educação era mínima, ele é exemplo disso. Os escolhidos para desempenhar as atividades científicas seriam os seres mais racionais, menos emotivos, que não tivessem compromissos além da investigação científica. Este ser tem sido historicamente representado e associado ao masculino. Assim, a Ciência, do ponto de vista weberiano, não libertou o homem e, sim, o escravizou, a partir do contato com um mundo técnico-científico. Um mundo capaz de proporcionar diversas descobertas, mas não de dar significado à existência humana. Os significados da existência humana são procurados em outros campos, como o religioso. Logo, a Ciência não substituiu o papel das religiões na vida dos agentes. No entanto, Max Weber deixa claro que o cientista, quando docente, precisa ter um distanciamento de suas crenças religiosas e suas preferências políticas.

Partindo desta perspectiva, a Ciência moderna contemplou um modo de produzir conhecimento pautado no rigor metodológico, objetivando explicações sobre uma dada realidade. O cientista tendo “neutralidade axiológica”, ou seja, não misturando na sua prática visões valorativas, estaria atendendo aos imperativos morais da Ciência. Weber (1982), ao se reportar à questão dos valores na Ciência, problematiza a neutralidade/objetividade nas Ciências Sociais.

Seguindo o pensamento vinculado à Ciência moderna, Merton⁹⁰ (1978) mostra como os valores incorporados pelos cientistas

⁹⁰ Robert Merton na sociologia da ciência, ficou famoso ao fazer uma análise weberiana do nascimento da ciência na Inglaterra do século XVII, destacando o papel da ética protestante na criação da Royal Society.

influenciariam a institucionalização da Ciência. Segundo o autor, alguns valores foram tomados como iniciais e acabaram formando o *ethos* científico, influenciando diretamente a institucionalização da Ciência. De acordo com Merton, o *ethos* da Ciência moderna compreendeu uma complexidade de valores e normas, que tem constituído uma obrigação moral para o cientista. As normas científicas são expressas em forma de prescrições, proscricções, preferências e permissões, que se legitimam em relação aos valores institucionais.

Merton (1978) retrata o impulso puritano à Ciência. Ele verificou que os cientistas foram tomados, no início da institucionalização, por influências puritanas. Nesta relação entre a Ciência e o puritanismo na Inglaterra, Merton encontrou vários protestantes entre os maiores cientistas. As escolas, inclusive as secundárias, tinham mais protestantes e tinham em seus currículos muitas disciplinas técnicas e mais matérias relacionadas a conhecimentos práticos do que as clássicas.

Neste contexto, Merton nos mostra que diversos protestantes proclamavam uma educação útil, ou seja, o currículo com matérias úteis, logo, desvalorizando uma educação classista. Ele postula que as academias de protestantes dedicaram muito mais tempo às disciplinas científicas e utilitaristas.

Diante da consolidação da Ciência no século XVII houve a formação de um *ethos* que teoricamente se mostrava capaz de produzir relações impessoais respeitando assim, os propósitos éticos e morais da ciência. Este *ethos* contemplou elementos como universalismo, comunismo, desinteresse e ceticismo organizado, firmando alguns propósitos para as atividades científicas.

Os estudos sociais da Ciência trazem relevantes questões sobre as implicações diante da relação entre Ciência e sociedade. A crítica sobre a necessidade do cientista ter que construir uma explicação científica, rompendo com seus valores, inaugura a necessidade de pensar o conhecimento e sua relação com o contexto no qual este é produzido. A Sociologia do conhecimento propõe analisar o problema do conhecimento por diversos debates para compreender a relação do conhecimento com o social. E, também como o conhecimento científico influenciou a produção/reprodução do contexto moderno⁹¹.

⁹¹ Para mais informações ver: MATTEDI, Marcos Antônio. Sociologia do conhecimento: introdução à abordagem sociológica do problema do conhecimento/Marcos Antônio Mattedi. Chapecó: Argos, 2006. 218p.

A realidade presente no campo científico nem sempre é refletida adequadamente pelas/os agentes, pois os elementos que estruturam estas relações funcionam como uma matriz orientadora para estas/es re/construírem-se, a fim de ser aceitas/os. Esta aceitação não é conquistada instantaneamente, mas é construída por meio de um processo de compreensão do que se deve ter e fazer para estar no campo da Ciência, sendo a Ciência um campo estruturado por valores masculinos, no qual as mulheres, para se adequarem, pouco discutem as desigualdades de gênero na instituição científica.

No caso do Brasil, o capital científico institucionalizado é mais evidente que o capital científico puro. Uma mulher, para ser pesquisadora, ou seja, praticar Ciência, terá que exercer atividade docente e também orientar alunas/os de graduação e pós-graduação. Como foi enfatizado no primeiro capítulo, ser “Doutor” é um atributo importante no campo científico (LETA; MARTINS, 2008). No entanto, sabemos que a conclusão de uma tese de Doutorado, não garante qualquer estabilidade financeira. Os esforços individuais tendem a continuar. Sobre esta contínua renovação do cientista, Weber já havia explicitado em seu ensaio: “A ciência como vocação”(1982).

Estudos indicam que o Doutorado tem sido compreendido como um fase específica, caracterizada, muitas vezes, pela premissa de ter que “abdicar de”. Assim, dificilmente na tese, será relatada a subjetividade que influenciou o andamento de sua construção, ou seja, o contexto no qual se elaborou o texto. No campo da Educação, notamos uma preocupação em construir-se uma discussão sobre a complexidade que envolva a construção do texto da tese (BIANCHETTI, 2006). Os temas mais frequentes têm sido a relação orientadora x orientanda/o, as críticas sobre a política da produtividade promovida pela CAPES no sistema de avaliação dos programas de pós-graduação e a ênfase na pesquisa. Ou seja, a super valorização da quantidade *versus* qualidade dos produtos em detrimento ao ensino/extensão.

Partindo do exposto, verificamos que as mulheres não tiveram oportunidades de participar da institucionalização da ciência moderna. Por isto, a estrutura da Ciência tem sido indiferente ao sexo da/o agente e seus valores institucionais têm sido grandes contribuintes para propagar as desigualdades de gênero na academia.

No próximo item, trataremos a presença feminina no campo científico/acadêmico.

3.2. A presença feminina no campo científico/acadêmico

O campo acadêmico tem contado com uma parcela significativa de cientistas e de candidatas à Ciência nos últimos anos. A tendência é que este número aumente diante das diversas transformações⁹² econômicas e culturais que têm possibilitado um maior reconhecimento e estímulo da participação feminina na construção do conhecimento científico. Este conhecimento deve ser compreendido como um empreendimento social, cultural e político e legitimou-se a partir de certos valores, resultando em um *habitus*, que identifica e dá identificação para os sujeitos interessados em participar da produção científica.

Vimos notando que os estudos feministas sobre o discurso da Ciência moderna ocidental não tem partido do princípio de esquecer tudo o que já foi conquistado. Porém, rever como foi conquistado, para assim incorporar uma nova realidade que incluirá a participação concreta de mulheres em um campo de poder culturalmente masculino (SCHIENBINGER, 2001).

Nos estudos feministas, a universalidade presente na Ciência tem sido o principal elemento na construção de uma crítica direcionada à desconstrução de discursos deterministas⁹³ (TABAK, 2002). Estes discursos são capazes de estagnar a análise e reproduzir de forma sutil preconceitos, discriminações e diversas formas de violência simbólica, naturalizando assim de maneira academicamente refinada a desigualdade de gênero. A participação feminina no Sistema de Ciência e Tecnologia (C & T) não tem sido tranquilamente experimentada pelas mulheres, afinal o campo científico foi historicamente construído por uma perspectiva universal de Ciência⁹⁴, geralmente determinado por

⁹² Diversas mudanças pretendem romper a perspectiva eurocêntrica e masculina da ciência. Entre estas transformações podemos citar políticas de países como o Canadá, que tem um programa estimulando mais mulheres a participarem e se interessarem por carreiras científicas. Atualmente no Brasil já existem políticas públicas para estimularem as meninas a participarem e se interessarem pelas disciplinas que são consideradas as bases do conhecimento científico (física, matemática, biologia) (BITENCOURT, 2006).

⁹³). Estes discursos como já foi salientado no item 1, tentavam afirmar cientificamente a inferioridade das mulheres para atividades intelectuais. Na biologia o grande propagador destas idéias emergente no final do século XIX foi Charles Darwin (MORO, 2001; SCHIENBINGER, 2001; LOWY, 2000; MARTINS, 2004 entre outras).

⁹⁴ Ciência no sentido de ter sido único saber legitimado pela Modernidade a partir do final do século XIX. Este saber erigido tem nas premissas sua referência: razão, objetividade, ordem. A referência remete a um antropocentrismo que coincide com o androcentrismo (DA SILVA & RIBEIRO, 2006).

valores socialmente atribuídos ao masculino. Nesse sentido, as mulheres participantes deste contexto convivem com a contradição de ser mulher num campo de poder/saber marcado por uma cultura organizacional masculina (BITENCOURT, 2006). A separação das esferas em público e privado influenciou a naturalização de modelos comportamentais socialmente impostos para a construção das identidades de gênero, pois na divisão do trabalho podemos perceber uma configuração familiar que destinou às mulheres exclusivamente ao espaço doméstico. Deste modo, esta separação dicotômica entre masculino/feminino essencializou o “ser homem” e “ser mulher” socialmente.

Partindo deste pressuposto dicotômico, identificamos uma lógica binária na cultura ocidental, que tende a definir atividades de homens e de mulheres. Historicamente os valores femininos sempre estiveram associados à sensibilidade, à passividade, ou seja, ao “mundo das emoções”. Em contrapartida, os valores masculinos estiveram associados à competitividade, à agressividade, à objetividade, portanto, ao “mundo da racionalidade”. Estas características masculinas e femininas, em nossa compreensão, foram ditadas pela cultura. No entanto, elas geralmente pesam nas escolhas profissionais tanto de homens como de mulheres. Não obstante, as profissões vinculadas simbolicamente ao feminino são as menos valorizadas e prestigiadas socialmente. (PÉREZ SEDEÑO, 2001b).

Na introdução deste estudo discorreremos sobre como a questão da igualdade de gênero nas carreiras científicas⁹⁵ tem sido um tema politicamente relevante não só para os interesses coletivos das pesquisadoras, mas também para o próprio Estado, que lança políticas públicas com fins de promover a igualdade social entre homens e mulheres na participação do saber científico (HEAP, 2004).

Desde 2000, a UNESCO vem apoiando algumas iniciativas promovendo o estudo da situação feminina na ciência (TABAK, 2002). A parceria com a UNESCO tem garantido a possibilidade de

⁹⁵ Em 2005, o Ministério da Educação, por meio da CAPES, em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e o Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência e Tecnologia (CNPq/MCT), lançou o primeiro edital para pesquisa sobre o tema de relações de gênero. Neste mesmo ano também foi lançado o 1º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. O objetivo das ações é que o resultado dos estudos possa auxiliar no equilíbrio do cenário tanto no mercado de trabalho quanto na própria sociedade. Para mais informações acesse: <http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/newsletter/N22.htm>.

participação feminina, por meio de cátedras regionais e fundos específicos, para estudos comparativos, tais como o Programa GETEC da oficina regional de Montevideu. Em 1997, a Rede Iberoamericana de indicadores de Ciência e Tecnologia (RICYT) já havia acoplado à tendência mundial de aplicar um enfoque de gênero na produção de indicadores (ESTÉBANEZ, 2002).

No Brasil, pesquisas recentes⁹⁶ sobre educação superior (2008) têm revelado o empenho por parte de pesquisadoras e pesquisadores como Ristoff, (2008); Tavares, (2008); Melo, (2008) e Leta; Martins, (2008) em publicizar dados por sexo em relação aos participantes da atividade científica no Brasil do século XXI. Nos encontros dos grupos de pesquisa Pensando Gênero e Ciência, promovidos pela SEPM em 2006/2009 estiveram presentes estudiosas de várias áreas de conhecimento. Nestes eventos, as falas das estudiosas e estudiosos direcionavam-se a promover a igualdade de gênero nas carreiras científicas. Os indicadores contribuirão para verificar numericamente a participação das mulheres e as áreas e os tipos de bolsas que ainda apresentam pouca participação feminina.

No encontro de 2009, José Roberto Drugowich de Felício, Diretor de Programas Horizontais e Instrumentais do CNPq⁹⁷, constatou que a representação feminina dos anos de 2000 a 2008 presente no diretório do CNPq (plataforma lattes) mostra que a participação feminina está entre os 30% nas seguintes áreas: Astronomia, Física, Geociências, Matemática, Engenharias, Ciência da computação, Agronomia, Recursos e Engenharias florestais, Zootecnia, Filosofia e Economia. A Física apresentou 20% de participação feminina. No entanto, os maiores índices estão nas seguintes áreas: Psicologia, Linguística, Nutrição, Enfermagem, Fonoaudiologia, Economia doméstica e Serviço social. Ou seja, a típica divisão por sexo por meio de áreas de conhecimento é confirmada nos números entre as pesquisadoras e pesquisadores integrantes da plataforma Lattes.

Em dados do CNPq referentes a 2008, há mais mulheres mestres do que doutoras cadastradas no CNPq. No que diz respeito a bolsas as

⁹⁶ Simpósio gênero e indicadores da educação superior brasileira, Brasília- DF, 6 e 7 de dezembro de 2007/ comissão organizadora: Dilvo Ristoff (et AL). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira, 2008. 176p.

⁹⁷ Para mais informações ver: FELÍCIO, José Roberto Drugowich de, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. In: Pensando gênero e ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas — 2009/2010/ Presidência da República. — Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010. p.47-54.

mulheres representaram 60% entre as bolsistas de Iniciação Científica, 52% entre as bolsistas de mestrado e 56% entre as bolsistas de doutorado. Felício, do CNPq, constatou que a faixa etária do mestrado está entre os 20 a 29 anos; no doutorado, as mulheres são maioria e têm ingressado mais velhas. Este atraso pode ser causado pelos filhos (FELÍCIO, 2010, p.53).

Muitos esforços feministas atuais têm sido direcionados a extinguir as desigualdades de gênero em relação a participação de mulheres de origem africana na pós-graduação e nas carreiras científicas. Ser bolsista de produtividade significa, para a pesquisadora, ter atingido a “maturidade científica” (FELÍCIO, 2010). A desigualdade de gênero em relação à concessão de bolsas de produtividade é significativa, segundo dados do CNPq. Em áreas como as Engenharias, as mulheres representam apenas 5% entre os bolsistas de produtividade 1A. As mulheres estão entre os 30% ou menos, dependendo da modalidade da bolsa. Carvalho (CARVALHO, 2010,p.1), ao refletir sobre esta participação desigual das mulheres no mercado de trabalho, salienta:

[...] as mulheres ganham 30% menos que os homens de sua mesma idade e nível de instrução. A mulher, em todas as instâncias, tem que provar sempre que tem competência, o que não é igualmente cobrado dos homens. Isso ocorre devido a um estereótipo, a uma construção cultural, na qual a sociedade sacralizou a mulher como passiva, frágil, doméstica e mãe. Por causa desta visão, a mulher enfrenta mais dificuldades que os homens, que já possuem historicamente o ethos de serem vistos sempre como os mais fortes, os líderes e os mais competentes. Com isso as mulheres acabam por retardar sua ascensão em seu âmbito profissional ou mesmo científico.

Estudos feitos em diferentes contextos chegaram à mesma constatação: que a presença de mulheres tende a aumentar significativamente em relação aos dados gerais de participação nos postos de alto poder de decisão na Ciência. A discriminação em relação às mulheres é realizada por meio de mecanismos vistos como “sutis”, ou seja, a mulher poderá participar do campo científico/acadêmico, mas sua permanência será mais cobrada. A cobrança só diminui quando a mulher consegue ocupar postos de chefia. (ESTÉBANEZ, 2003; LETA;

MARTINS, 2008; TAVARES, 2008, PÉREZ SEDEÑO, 2001b; TABAK, 2002, PÉREZ SEDEÑO, 2001a) Destacamos que a participação feminina nestes postos de chefia no campo científico ainda é insignificante (SCHIENBINGER, 2001; PÉREZ SEDEÑO, 2001b).

Neste contexto de competitividade, uma análise de gênero contribuirá para verificarmos onde está marcada a diferença em ser “homem” e ser “mulher” no campo científico. Como constatamos anteriormente, algumas dificuldades têm afetado tanto homens como mulheres. Mesmo assim, as hierarquias de gênero ainda vigoram nas diferentes áreas de conhecimento, pois os homens são a grande maioria nos cargos de chefia nas universidades, ganhando bolsa de produtividade e participando dos comitês das agências de fomento (RISTOFF, 2008; TAVARES, 2008; MELO 2008; LETA; MARTINS, 2008).

Leta e Martins (2008) constataram na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) que os homens têm acumulado mais capitais científicos específicos (em áreas de maior prestígio social). As mulheres, por sua vez somaram um número maior de capital acadêmico. Segundo os autores, o capital científico acadêmico está relacionado às responsabilidades assumidas nos cursos de graduação. Dar aulas nos cursos de graduação e orientações são tidas como de menor prestígio acadêmico vivenciadas no campo, muitas vezes, como um “sacrifício”. Por isto, os homens por somarem mais capital científico específico, têm mais chances de concorrer a bolsas de produtividade de níveis mais elevados e ocupar cargos na instituição em áreas de maior prestígio e remuneração, que apresentam os melhores conceitos⁹⁸, no caso da universidade analisada.

Desta forma, a contribuição feminista tem servido para elaborarmos um olhar crítico, ou seja, a possibilidade de construirmos outras histórias. Assim, contestando criticamente aquela estória que nos foi contada nos livros de história das Ciências. “A Ciência, como qualquer outra forma de conhecimento, é socialmente construída e incorpora os valores e práticas de seu contexto, incluindo aqueles que permeiam a relação de gênero” (VELHO; PROCHAZKA, 2002, p.5).

⁹⁸ Atualmente há um consenso de que os conceitos 6 e 7 (conforme avaliação da CAPES) devam ser dados aqueles programas de maior desempenho acadêmico- científico e em alguns casos, seguindo tendências internacionais. Para os melhores, o sistema de avaliação oferece premiações e cotas extras de recursos e bolsas. A CAPES tem sido o principal sistema de avaliação dos programas de pós-graduação do Brasil, diferenciando meritocraticamente os docentes-pesquisadores-orientadores, de acordo com o status do programa de pós-graduação ao que está vinculado.

Estudiosas feministas salientam, por meio de uma análise de gênero, como as narrativas construídas sobre a história das Ciências privilegiaram o masculino. Esta preferência pelo masculino foi neutralizada pelo discurso de um ser humano “universal”. (KELLER, 1996; 1991; 2006, HARAWAY, 1989; 1995; 2009, HARDING, 1996, SCHIENBINGER, 2001; 2008).

Segundo Schienbinger (2001), atualmente encontramos uma análise de gênero, em campos como a Medicina, a Arqueologia e a Biologia. A autora ilustra dizendo que nas Ciências Biomédicas houve uma revolução na pesquisa sobre a saúde das mulheres, que vem crescendo gradativamente. Assim, as mulheres começaram a ser tratadas diferentemente, como uma saúde particular, pois antes as experimentações de drogas clínicas, por exemplo, eram feitas conforme especificidades do corpo biológico masculino (SCHIENBINGER, 2008).

Na área biológica, deduzimos que uma maior inserção de profissionais mulheres contribuiu para garantir a extinção dos preconceitos pautados por discursos deterministas, que denominavam de “ativos” os machos e de “passivas” as fêmeas. De acordo com Schienbinger (2008), o campo da Biologia incorporou a análise de gênero, a partir da inserção feminina.

uma vez que a biologia lida com sexo e gênero, e também porque a biologia foi aberta às mulheres (atualmente 45% dos doutores são mulheres), os biólogos agiram rapidamente para suprimir o evidente preconceito cultural. Além disso, os livros-texto foram revistos passando a incluir as contribuições das mulheres cientistas e retirando metáforas ultrapassadas e sexistas (como por exemplo, a do esperma heróico que captura ovos reservados e passivos) (p.277).

No campo da Arqueologia, a análise de gênero demonstrou a invisibilidade feminina nos estudos de pré-história. Conforme Adovasio; Soffer; Page (2009), os relatos arqueológicos demonstravam interesses particulares. O mito do mamute, por exemplo, exaltou o herói ancestral estadunidense. A atividade da caça foi percebida como exclusivamente masculina. Diante destas evidências, arqueólogos e arqueólogas afirmam que as configurações de gênero refletiram hierarquias diferenciadas entre homens e mulheres. Vale a pena ressaltar

que os arqueólogos que salientavam estas hierarquias eram do sexo masculino.

Seguindo com este olhar masculino, encontramos um ancestral nomeado de “Lucy”, que foi compreendido como uma mulher devido à sua estatura pequena (ADOVASIO; SOFFER; PAGE, 2009). Percebemos como estas constatações arqueológicas refletem o olhar androcêntrico que reproduziu a sociedade sem uma análise de gênero, prevalecendo a presença “natural” dos homens. Atualmente, o campo da Arqueologia conta com uma análise de gênero mostrando as contribuições das mulheres que foram essenciais para a sobrevivência da humanidade⁹⁹.

Em contrapartida, no campo das Exatas como a Química e Física podemos verificar que uma análise de gênero ainda é incipiente. Segundo Schienbinger (2008), isto pode ocorrer pelos objetos destas áreas serem menos calcados no gênero e também pelo fato das Exatas não possuírem cientistas treinadas e interessadas em estudos de gênero. Schienbinger (2008), ao relatar a ênfase de análises de gênero na Medicina, Paleontologia e Primatologia, reitera que na Química e na Física ainda não se fez uma análise de gênero. A autora pressupõe que seja pelo distanciamento sujeito/objeto. Contudo, podemos constatar que a corrente feminista, que reflete sobre a história das Ciências e o gênero, reconhece autoras como referência de cientistas que tiveram uma socialização nas Ciências Exatas e Biológicas.

No próximo item discutiremos sobre alguns estudos que têm abordado a produtividade e o gênero.

3.3. A relação entre produtividade científica e gênero

O contexto da construção do texto de tese é visto como um período marcado como um confinamento individual. Muitas mulheres, quando gestantes neste período, dizem que estão vivenciando duas gestações e mesmo alguns homens também comparam redação da tese a um parto. A simbologia da tese como um filho é bem frequente e encarada como um filho que dará um trabalho temporário, mas inconciliável com a maternidade. De qualquer forma, tanto doutorandas quanto doutorandos vivenciam uma diversidade de problemas individuais e estruturais para fazer a tese (ARAÚJO, 2006; SANTOS,

⁹⁹ Para mais informações ver: ADOVASIO, J.M; SOFFER, Olga; PAGE, Jake. O sexo invisível. O verdadeiro papel da mulher na pré-história. Rio de Janeiro: Record, 2009. 312p.

2007b). Esta fase do doutorado tem sido caracterizada por um cotidiano regrado, expresso por exigências que demandam uma estratégia de organização do tempo para as doutorandas, principalmente quando são mães, pois se sentem obrigadas a conciliar doutorado e cuidado dos filhos, portanto há uma gestão do tempo diferente para quem é mãe no doutorado. (ARAÚJO, 2006; AQUINO, 2009; TAVARES, 2005; SANTOS, 2007b).

Para Bianchetti (2006) o uso do tempo entre as acadêmicas e acadêmicos é pensado por meio da palavra “prazos”, uma “palavra mágica” neste contexto. Segundo Bianchetti, esta tendência quantificadora da produção científica imposta pelas agências de fomento aos programas de pós-graduação tem causado efeitos negativos. O autor afirma que no início não era tão evidente esta imposição de prazos, pois não se comentava nem se pressionava as/os estudantes a produzirem de maneira irrefletida. Ao construir a memória sobre como era antes, Bianchetti destaca que:

Hoje incidentes (doenças, acidentes, mortes, separações, etc) na trajetória dos pós-graduandos, respectivamente nos 24 ou 48 meses, não podem ocorrer ou devem ser assimilados de tal forma que, independentemente do processo, o ponto de chegada deve ser garantido. (BIANCHETTI, 2006 p. 171).

Com relação à produtividade exigida para as acadêmicas e acadêmicos na atualidade, Luz (2008) afirma que há uma “tendência” assustadora entre as/os profissionais altamente qualificados de falarem repetitivamente sobre os trabalhos que estão desenvolvendo, independentemente da hora, do local e da situação que se encontram. A autora destaca ter percebido o cultivo de um comportamento individualista e competitivo neste contexto. Ela mostra preocupações teórico-epistemológicas para a compreensão desta realidade.

Ao particularizar sua análise sobre o campo acadêmico, a autora salienta as consequências de uma política educacional de pós-graduação centrada na produtividade. Conforme Luz (2008), esta obsessão pela produtividade reflete os efeitos de uma cultura cotidiana reproduzida pelas/os trabalhadores e trabalhadoras da sociedade pós-industrial, incluindo entre estes os acadêmicos e as acadêmicas. Diante deste contexto conturbado, a autora faz uma crítica às políticas públicas de

educação centradas no desenvolvimento científico e tecnológico de nosso país. Segundo ela, esta lógica da produtividade centrada na produção de resultados de pesquisas tem causado os seguintes efeitos em disciplinas canônicas: perda da construção de uma mentalidade do mestre e perda da identidade positiva do professor e professora. A pesquisa virou o meio e o fim em si. Por isto, Luz propõe pensarmos em uma nova ética do trabalho.

Luz acredita que a “cultura do trabalho” está perdida. Existe hoje trabalhadores competitivos-individualistas, sem sociabilidade/solidariedade com as/os demais agentes, a quem a autora chama de “indivíduos”.

Existem estudos que explicam o porquê das mulheres pesquisadoras ainda estarem em desvantagens em relação aos homens na construção de uma carreira na ciência. Velho e Prochaska (2002) defendem que na América Latina a desigualdade não é expressa em termos de escolarização, pois as mulheres estão entre as mais tituladas, diferentemente da condição da pesquisadora nos Estados Unidos e Europa. No entanto, em relação a cargos de chefia, as mulheres, tanto as latino-americanas como as da Europa e dos EUA, sofrem com a distribuição do poder, sem distinção de região. Segundo as autoras, a única exceção parece ser Cuba, onde as mulheres são 58% dos pesquisadores e cerca de 50% dos diretores de pesquisa nas universidades; portanto uma análise de gênero sobre a produção científica ajudará a entender alguns fatores que contribuem para se compreender por que em algumas circunstâncias as mulheres são percebidas como seres menos produtivos.

Podemos verificar que a ideologia dos papéis de gênero reflete papéis sociais diferenciados. Ferreira et alii (2008), preocupado em analisar a institucionalização das Ciências, gênero e produção científica no Brasil, diz que existe um senso comum que afirma que as mulheres publicam menos. Seu trabalho é voltado a compreender se isto realmente ocorre e por quê. É sabido que o número de publicações é um fator importante para se manter/estabelecer no campo científico. Atualmente a produtividade científica faz parte de uma das vertentes de investigação na relação gênero e Ciência. Os estudos tentam responder por que as mulheres publicam menos, já que é tão importante se publicar no mundo da ciência.

Alguns autores preocupados em responder se a diferença entre os sexos influencia na publicação refletem sobre este binômio. Nos anos 1960, os homens eram percebidos com mais vantagens, enquanto as mulheres ficavam em desvantagens (ROSSITER, 1993). Para esta

autora, as vantagens e desvantagens são determinadas para a ascensão da carreira, sendo que quando se manifestam ainda durante a formação em nível de doutoramento poderão influenciar, pois o Doutorado é um momento importante para construir o êxito de uma carreira. Contudo, em muitos estudos quantitativos, esta desigualdade nas publicações não é amplamente reconhecida por todos os autores (TABAK, 2002).

Encontramos em estudos recentes (FERREIRA et alii, 2008; AQUINO, 2009; TAVARES, 2008; SCHIENBINGER, 2001; TABAK, 2002) dois fatores que podem estar associados às diferenças: o casamento e maternidade das cientistas. No entanto, não há consenso entre os estudiosos e as estudiosas se estes fatores influem ou não na construção da carreira, principalmente para as mulheres.

Fox (1990), há uma complexidade entre gênero, produtividade e família. Fox acredita que o tipo de casamento e ocupação do marido podem influenciar na carreira. A autora verificou que, nos EUA, durante os anos de 1993 e 1994, 52% das mulheres no meio acadêmico não tinham nenhum filho. Enquanto isso, apenas 21% dos homens não eram pais. Porém, para a autora isto não quer dizer que ser mãe é sinônimo de desvantagem, no mundo da pesquisa. Refutando esta hipótese, a autora afirma que esta “improdutividade” feminina pode ser notável, logo após o parto. Contudo, as mulheres com filhos na pré-escola são constatadas pela autora como mais produtivas do que mulheres sem filhos e com filhos em níveis escolares mais avançados. (p. 47). Desta forma, Fox (1995) a Ciência deve ser compreendida como um empreendimento interdepende, pois os cientistas dependem de redes sociais.

Para Cole et alii (1987) a tríade maternidade, casamento e produtividade expressa fragilidade. Para a autora, esta relação entre produtividade científica, raça e sexo são irrelevantes, pois só tende a atuar na falta de critérios funcionalmente relevantes de julgamentos e performances individuais. Para Cole et ali (1987) o que importa é a motivação, não o sexo, portanto, a maternidade e o casamento não influenciam no desempenho da produção científica. De acordo com Ferreira et ali (2008) a abordagem de Cole et alii já recebeu muitas críticas, por tratar a Ciência como uma instituição social, universal e neutra em relação ao gênero e por enfatizar as características individuais dos cientistas em detrimento aos fatores coletivos. Bielby (1991) analisa como a cultura da organização pode influenciar o desempenho diante da produtividade. Julga ainda mais coerente uma perspectiva organizacional diante do problema da produtividade.

Ferreira et alii (2008) verifica que a política da produtividade tem mudado com o passar dos anos. No período pós-guerra, houve uma aceleração no número de publicações, e a partir da década de 1960, há múltiplas autorias. A colaboração na produção de publicações tende a constituir um fator central para as diferenças de gênero nas publicações. Conforme Ferreira et alii (2008, p. 50),

[...] embora as mulheres sejam tão propensas quantos os homens a executar trabalhos em co-autoria, nota-se que elas não participam de maneira similar a seus pares masculinos nas redes sociais em que circulam as informações pertinentes à pesquisa.

Assim, no início da carreira é normal publicar trabalhos com co-autores de ambos os sexos. As mulheres nos Estados Unidos são as que mais publicam, mas com o marido; enquanto homens colaboram 1 a 2% com o cônjuge, as mulheres colaboram 10% com os maridos, lembrando que as acadêmicas estão mais propensas a casar com cientistas (FERREIRA et alii, 2008; AQUINO, 2009). A relação entre produtividade científica e gênero deve partir não somente de características pessoais. É importante relevar a dimensão institucional da atividade científica no que diz respeito aos condicionantes impostos pelos ambientes de trabalho e pelas comunidades disciplinares.

Ferreira et alii 2008 acredita que as condições práticas e as relações político científicas dos contextos institucionais determinam o status e a performance individual das cientistas. Assim sendo, constituem indicações mais seguras para que se compreenda o padrão de exclusão ou inclusão de homens e mulheres, em particular no que concerne às diferenças de produtividade entre ambos. Retomando à importância destacada pelos estudos de Bourdieu sobre a compreensão referente ao habitus científico, que é produzido pelo cientista, compartilhamos que o campo científico é configurado de acordo de uma lógica estrutural. na qual, muitas vezes, não temos noção que somos responsáveis por sua reprodução. Só haverá mudanças nesta estrutura, se as agentes compartilharem uma crítica coletiva.

Partindo desta perspectiva, consideramos que além do desempenho individual para a produtividade, os contextos institucionais também tendem a influenciar na produtividade de homens e mulheres. A evidência que a prática acadêmica consiste em uma visão de mundo

representada como socialmente masculina explica a ausência de questionamentos sobre o porquê da competição entre os/as cientistas.

Concluimos que no habitus acadêmico podemos compreender diversas implicações econômicas, geracionais e de gênero. Com relação às dificuldades sofridas pelas acadêmicas durante o Doutorado, percebemos que não são reveladas desigualdades relativas à etnia dos cientistas nos estudos referenciados, provavelmente porque são poucos os negros e afro-descendentes na pós-graduação da UFSC.

No próximo capítulo analisaremos os dados empíricos desta pesquisa, enfatizando as compreensões das doutorandas sobre a fase de Doutorado. Nosso objetivo é configurar um modelo que represente a referência que tem orientado os discursos das doutorandas para lidar com a maternidade no Doutorado.

Terceira Parte: Os significados construídos por doutorandas da UFSC em relação à maternidade na fase do Doutorado

Capítulo 4. As compreensões das doutorandas sobre a fase de Doutorado

Neste capítulo analisaremos as enunciações das doutorandas em relação a suas compreensões sobre a fase do Doutorado. Conforme estudos (PERROT, 1998; 2005) a dicotomia de gênero no Ocidente foi simbolicamente associada às atividades desempenhadas no espaço público e privado. Assim, estabeleceu-se a dicotomia de gênero em um masculino e um feminino, ou seja, singularizou-se o gênero em pares opostos. Esta dicotomia de gênero destacou-se tanto por discursos de complementariedade sexual exaltando a “diferença” das mulheres associada à reprodução, como por discursos que legitimaram a inferioridade feminina por meio da misoginia associada ao corpo feminino (MARTINS, 2004; LAQUEUR, 1994; LENNON, 2010). Assim, nesta dicotomia de gênero, as mulheres estiveram vinculadas à uma representação histórica do feminino por meio de características fixas e regulares, que justificavam a sua inferioridade por discursos culturais e biologizantes (TABAK, 2002) Por isto, as mulheres são alvos “fáceis” para reproduzir desigualdades de gênero. Após a sua entrada no mercado de trabalho, esta dicotomia foi mantida, pois elas precisaram demonstrar um tipo de competência para conciliar o espaço público e privado. A partir daí, as mulheres sofreram mais exigências, devido a ordem dicotômica do tipo linear dominante para lidar com o uso do tempo. Araújo (2006), ao falar desta mediação realizada pelas mulheres entre público e privado, destaca:

[] desde que estas deixaram (tiveram que deixar) o universo familiar. Portanto, abdicar de, adiar, antecipar, antever e prever, juntamente com a necessidade de sacrificar, contribuem para que se represente a necessidade de fazer a ponte entre esferas como uma competência social feminina. A mulher tem o tempo comprometido, porque não deixa de, não abdica de não prevê com exatidão, não adia, não vai embora. Cabe-lhe fazer a ponte

entre, ficando a meio caminho entre deixar de, abdicar de, prever que, antecipar que. (ARAÚJO, 2006, p.140).

Partindo de uma perspectiva de gênero, estudos sobre mulheres acadêmicas na fase do Doutorado (SANTOS, 2007b; ARAÚJO, 2006) constataram que devido a esta mediação entre público e privado, as mulheres são obrigadas a construir táticas para lidar com a vida pessoal e a vida profissional. Estas táticas reforçam que a fase do Doutorado representa um tempo onde ocorrem mudanças nos quadros temporais, exigindo, assim, um maior grau de racionalização do tempo.

A dinâmica presente no Doutorado tende a antecipar, adiar ou até mesmo suspender outros projetos de vida como, por exemplo, a maternidade. Assim, no doutorado, se “deixa de fazer” escolhas que deverão ser decididas depois do Doutorado (ARAÚJO, 2006). Estudiosas do campo dos estudos de gênero (AQUINO, 2009; TAVARES, 2006; SANTOS, 2007b; ARAÚJO, 2006) constataram que a vida acadêmica tende a ser mais adequada ao tipo masculino, no que tange lidar com os usos do tempo. Por isso, neste espaço há desigualdades de gênero vivenciadas pelas acadêmicas que optam pela maternidade. O jogo que ocorre no campo, por meio do discurso das oportunidades iguais para todos e todas, pautadas na vocação individual para uma prática, provocou desvantagens para as mulheres que decidiram conciliar família e carreira.

A fase de Doutorado é representada a partir de uma dedicação exclusiva exigida à investigação. Neste sentido, esta fase compõe-se a partir de uma nova regularização do tempo que possibilita as doutorandas refletirem sobre os princípios que precisam ser seguidos no campo, portanto qual o habitus a ser incorporado para garantir sua participação nele. A fase do Doutorado é compreendida como um tempo efêmero, representado simbolicamente por uma nova organização do uso do tempo. devido à exigência de exclusividade, pautada no discurso que a prática científica pressupõe. A particularidade do Doutorado é destacado por ser:

Período de interrogação identitária, descontínuo, extraordinário, transitório e suspenso, que termina com a retoma da rotina letiva, a qual, em termos práticos é tomada como um disciplinador temporal. Por ser dramático este período de tempo

implica a negociação e a mediação de relações de poder, tanto na carreira, como na vida privada. (ARAÚJO, 2006, p.09).

Partindo deste pressuposto que o Doutorado é uma fase que é vivenciada por mudanças nos usos do tempo, que influenciam os indivíduos nas escolhas de seus projetos, procuramos neste capítulo traduzir as experiências vivenciadas por doutorandas de diferentes áreas de conhecimento para compreender quais os significados por elas compartilhados em relação a sua condição de doutoranda.

4.1. Alguns fatores que podem influenciar a compreensão da fase do doutorado entre as doutorandas.

Para a grande maioria das doutorandas o significado do Doutorado mudou consideravelmente após seu ingresso, que contribuiu para elas terem uma compreensão mais elaborada sobre esta fase, portanto, convertendo esta experiência em críticas e resistências ou reproduzido o *habitus* convencidas que “o doutorado é isto mesmo, pressão, críticas e não se pode fazer nada para mudar “(Perla, engenharia). Conforme o quadro 8 podemos verificar a relação entre ano de ingresso por área de conhecimento.

Quadro 8 Relação ano de ingresso por área de conhecimento

Ano de ingresso	Área de conhecimento			
	Ciências Humanas	Ciências Biológicas	Exatas	Engenharias
2005	1			
2006		1		4
2007	1		1	3
2008				1
2009	1		1	
Total	3	2	2	8

Fonte: análise das 15 entrevistas semi - estruturadas realizadas com doutorandas da UFSC, em 2009.

De acordo com o quadro 8, podemos observar a relação entre o ano de ingresso por área de conhecimento, os anos de ingressos compreendem o período de 2004 a 2009. O ano de 2007 representou cinco das ingressas entre as doutorandas entrevistadas, sendo uma das Ciências Humanas, uma das Ciências Exatas e três das Engenharias.

Em 2008, ingressou uma na Engenharia, em 2009, somou-se uma das Ciências Humanas, uma das Ciências Exatas; em 2006, somaram-se quatro das Engenharias e uma das Ciências Biológicas. Em 2004 e 2005, somaram-se duas doutorandas, que postergaram o período de defesa na área das Ciências Humanas e Biológicas. A doutoranda Elisa, da Engenharia, destaca-se nesta amostra, pois prestou dois processos seletivos: um em 2002 e o outro em 2007, pois seu prazo de defesa de tese expirou e por isto precisou reingressar novamente no programa de Pós-Graduação para concluir o Doutorado.

Nas entrevistas, observamos que cada ano do Doutorado é vivenciado a partir de algumas particularidades. No primeiro ano, o tempo é destinado às disciplinas obrigatórias. Segundo as doutorandas, esta obrigação de ter que cursar disciplinas obrigatórias é percebida como uma desvantagem para o desenvolvimento de seus projetos de tese. Elas argumentam que muitas destas disciplinas sequer tangenciam seu tema de pesquisa. No segundo ano, cursa-se disciplinas optativas e elabora-se o projeto de tese para a qualificação. A maior parte das doutorandas, no início do terceiro ano, prestou o exame de qualificação. O terceiro ano e quarto anos de Doutorado geralmente são dedicados à elaboração da tese, na maior parte do tempo. Nestes dois últimos anos as dificuldades de organizar o tempo para estudo, a tendência a isolamentos e o surgimento de problemas nas relações pessoais apareceram de forma mais evidente. Nota-se também, neste período, mudanças no estado emocional das doutorandas, devido à pressão por produtividade e prazos. O Doutorado é entendido como uma fase que precisa ser finalizada, por meio do ritual de defesa da tese. A defesa da tese geralmente é realizada no início do quinto ano, caso a doutoranda não solicite outra data para a defesa, postergando-a.

Na visão das doutorandas, o tempo dedicado à tese precisa ser quase ou integral, por isto, a grande maioria das doutorandas sem bolsa começa a ter dificuldades em conciliar o trabalho e a tese. As doutorandas bolsistas e as não bolsistas assumem, neste contexto, uma compreensão diferenciada sobre a fase do Doutorado. Há, nesta

situação, doutorandas que conseguiram bolsa por 48 meses, doutorandas que pleitearam a possibilidade de ser contempladas com uma bolsa nos outros anos que compreendem o Doutorado e doutorandas sem bolsa.

O “ter bolsa” e “não ter bolsa” é um fator muito citado nas entrevistas. No quadro 9, encontramos as bolsistas, por área de conhecimento. Este quadro contribui para traçar uma visão geral da relação entre ter e não ter bolsa entre as doutorandas entrevistadas.

Quadro 9 Relação entre ser bolsista por área de conhecimento

ser bolsista número de anos	Área de conhecimento				
	Ciências Humanas	Ciências Biológicas	Exatas	Engenharias	Total
por 1 ano	1				
por 2 anos				3	
por 3 anos					
bolsa integral*	1	1	2	3	
sem bolsa	1	1		2	
Total	3	2	2	8	

Fonte: entrevistas semi-estruturadas realizadas com estudantes de Doutorado, em 2008.

*bolsa integral significa ter bolsa durante os 48 meses do Doutorado.

Neste quadro visualizamos que as bolsistas integrais compreenderam sete doutoradas, as “sem bolsa” são três e as bolsistas com menos de quatro anos são cinco, entre as entrevistadas. As Engenharias compreendem todas as possibilidades da relação que a doutoranda pode ter em “ser bolsista” durante o doutorado.

As doutorandas da área das Engenharias mostraram insatisfações em relação ao valor da bolsa de Doutorado. Segundo elas, o valor é “muito baixo” para suprir as necessidades básicas para conseguir dedicar-se ao doutorado, por isto, elas necessitam trabalhar. Contudo, a insatisfação não é pelo fato de não ter bolsa, mas por ter que trabalhar, devido ao valor da bolsa ser insuficiente para atender as suas necessidades, “o seu padrão de vida”.

Para a doutoranda Hortência, seria importante ter uma bolsa para se dedicar ao Doutorado. No entanto, devido ao valor da bolsa não suprir suas necessidades materiais, ela trabalha em duas instituições e

presta serviços para duas outras empresas. Para conseguir produzir artigos, criou a tática de trabalhar o conteúdo da sua tese nas disciplinas que leciona como professora e utiliza trabalhos dos orientandos e orientandas para manter um número de publicação no seu currículo Lattes. Segundo a doutoranda, esta medida visa acumular capital científico para futuramente prestar concursos para professora:

O ideal seria eu ganhar o dobro do que a bolsa oficial que o CNPq e CAPES propõe, e eu poder me dedicar integralmente a produzir pesquisas científicas e publicar artigos. Esse, sim, seria o ideal. Mas o real é que eu trabalho em dois lugares, aqui na UFSC e outra universidade e ainda presto serviço para duas outras empresas. Então, eu tenho pouquíssimo tempo para me dedicar à pesquisa de fato e tenho tentado criar estratégias de utilizar as minhas disciplinas, as aulas que eu dou, que são muito voltadas, muito relacionadas com o meu projeto de pesquisa para dar esse espaço que eu não conseguia dar se eu tivesse que só utilizar o meu tempo livre para isso. Então, eu tenho disciplinas que a minha metodologia de aula são projetos de pesquisa, que fazem parte da minha pesquisa de Doutorado e eu desenvolvo ele junto com os alunos. Então, isso me ajuda bastante. Eu tenho conseguido manter o ritmo de publicação, em função disso, de incorporar nas disciplinas a minha pesquisa e incorporar os meus orientandos de trabalho de conclusão de curso (TCC) também na minha pesquisa. Então, em geral a gente tem conseguindo de dois TCC gerar uma publicação. Isso me ajuda muito. É fundamental para o meu currículo porque se eu for prestar um concurso também isso é pontuado, a experiência didática, as publicações tudo isso é pontuado.(Hortência, Engenharia).

Diante da tática utilizada por Hortência para manter um ritmo de publicação em seu currículo, encontramos a competitividade como um atributo incorporado para estar no campo. Esta tendência competitiva acentua-se especialmente, no Brasil, nos anos de 1990, diante da forte

associação entre fomento e avaliação a que os programas de Pós-Graduação precisaram se submeter para obter recursos. (BIANCHETTI *et alii* 2009). Este autor, sensível a esta temática, destaca que houve benefícios se consideramos: o aumento da produção científica e tecnológica brasileira em termos mundiais; a redução do tempo de titulação, pois as teses e dissertações deixaram de ser estudos produzidos durante anos de investigação e as orientações que começaram a ser mais planejadas e coletivas entre outras mudanças positivas proporcionadas por esta associação entre avaliação e fomento. Porém, considera que esta política produtivista tem mostrado efeitos negativos, pois o “ser produtivo” tornou-se um fim em si mesmo, muitas vezes, e isto pode comprometer a qualidade do que se é produzido. Por isso, alerta que o termo “prazos” como medidor da vida do doutorando é um problema sério.

A doutoranda Júlia solicitou suspensão a bolsa em 2008, pois passou em um concurso público para professora e reitera o que Hortência enunciou sobre o valor da bolsa. Para Júlia, a estudante de Doutorado necessita de recursos materiais para publicar artigos em revistas, participar de congressos, comprar livros, pagar serviços de tradução, ou seja, precisa ter acesso a coisas que a vida acadêmica exige e estas coisas que são “caras”, pois o valor da bolsa “mal dá pra estudante” fazer o doutorado. Conforme suas palavras:

Na minha concepção é a questão financeira, mesmo que você faça Mestrado e Doutorado com bolsa, o valor da bolsa não é um valor de salário como alguém que está trabalhando no mercado, então por exemplo, quando eu estava fazendo mestrado eu morava com meus pais e meus pais são daqui, moram aqui na Trindade e eles me davam todo o suporte. Eu não precisava pagar casa, comida, roupa lavada isso eu tinha, eu usava o dinheiro da bolsa para me manter. Comprava material, alguns livros, querer almoçar em algum lugar, participar de uma feira, de um congresso. Eu participei bastante com o valor da bolsa, mas eu não conseguiria fazer isso se eu necessitasse me manter com o valor da bolsa. No Doutorado o valor da bolsa já é um tanto maior, mas também as nossas obrigações são maiores. Você também tem que comprar mais livros, participar de mais eventos, tem que publicar artigo em revista, pagar

tradução de artigo, são coisas caras, o valor da bolsa mal dá pra manter o estudante fazendo o curso de pós-graduação. (Júlia, Engenharia).

Para a doutoranda Maria Flor, que não teve bolsa durante o Doutorado e no período da entrevista estava com uma bolsa emergencial¹⁰⁰, a parte financeira da doutoranda também pesa na hora de cumprir toda a dedicação exigida no Doutorado. Maria Flor vivenciou a gravidez não planejada durante o Doutorado e, por este motivo, precisou postergar a defesa. Os custos materiais para “publicar” no Doutorado, enfatizados por Júlia e as táticas para manter o ritmo de publicações no currículo salientado por Hortência, não foram destacados como a principal implicação por Maria Flor na fase do Doutorado. Na percepção da doutoranda, a dificuldade de fazer o Doutorado sem bolsa, reside no suporte financeiro e na disponibilidade de pessoas para cuidar de seu filho para ela conseguir fazer a pesquisa. Segundo Maria Flor, “precisa realmente de apoio, de pessoas que estejam ao seu lado, especialmente quando tiver um bebê. Se não tiver, sozinha não vai dar conta mesmo. Precisa alguém para cuidar do filho e boa situação financeira para isso, para que possa ficar tranquila e trabalhar na tese” (Maria Flor, Ciências Humanas).

Luiza, que também não teve bolsa e trabalhava como professora contratada, só conseguiu a bolsa no terceiro ano. A doutoranda comenta que no Doutorado é necessário dedicar-se à construção de seu objeto de estudo integralmente, por isso a bolsa é importante. No entanto, salienta o equilíbrio que precisa ter entre vida familiar e acadêmica, destacando a maternidade no Doutorado. Conforme a informante, a doutoranda precisa ter “persistência, identificação com o que se faz, responsabilidade e cumprimento dos objetivos e metas, caso contrário, não é possível fazer Doutorado; porém é preciso cuidar dos limites de prioridades tanto para o Doutorado quanto para o bebê” (Luiza, Ciências Humanas).

Outro problema explicitado pelas doutorandas, além de ter que trabalhar devido ao “baixo valor” da bolsa é o sentimento de “insatisfação” por perceberem que, mesmo sendo reconhecidas como

¹⁰⁰ As bolsas emergenciais são concedidas por, no máximo, seis meses e destinam-se prioritariamente para alunas/os em final de curso ou próximos à defesa com dificuldades financeiras que possam comprometer sua titulação. Para mais informações ver: Pró Reitoria de Pós-Graduação, disponível em: <http://www.prg.ufsc.br/index.jsp?page=/arquivos/BOLSAS%20CAPES.htm>. Acesso em 03-03-2010

detentoras de recursos humanos altamente qualificados, ainda não possuem uma “vida digna”. A fala de Perla é ilustrativa para definir o que é ter uma “vida digna” na visão das doutorandas:

Problemas existem, necessidades também, precisa se dedicar muito o tempo todo, mas fica difícil quando você sente que mesmo tendo uma profissão, sendo mestre, fazendo Doutorado, não conseguimos ter uma vida digna, pagar cursos, pagar viagens de estudos, comer bem, ter uma boa qualidade de vida, estar com a cabeça boa para estudar, se trabalha muito e ganha-se pouco e daí desanima. O valor da bolsa é muito baixo. (Perla, Engenharia).

O ter que trabalhar, pois o valor da bolsa de doutorado não é suficiente para suprir as necessidades, é a principal limitação que sentem para se dedicarem ao Doutorado. No entanto, estas doutorandas são engenheiras e a construção do profissional de Engenharia durante a graduação é, na maioria das vezes, representada por “um profissional” que se destina ao mercado de trabalho capitalista. Em pesquisa realizada com estudantes de engenharia, (BITENCOURT; 2006) verifiquei que uma das motivações da carreira estava relacionada ao retorno financeiro que a profissão de engenheira/o garantiria após a formatura. Os estudantes de Engenharia idealizam o futuro por meio de um bom salário conquistado a partir de sua profissão. Assim, esta demonstração de descontentamento pelo valor da bolsa das engenheiras demonstra como a formação em Engenharia¹⁰¹, construída na graduação, tende a influenciar os discursos dos/as engenharias/os ao longo da vida acadêmica.

As doutorandas mães falaram sobre a procura de um equilíbrio entre doutorado e maternidade. O suporte financeiro e a disponibilidade de outras pessoas para ajudar no cuidado dos filhos também se mostraram primordiais. A preocupação em ter que publicar “sem bolsa” não foi comentada pelas doutorandas mães. Estas deram mais ênfase à gestão do tempo.

¹⁰¹ Os Estudos dos professores Walter Bazzo, Luiz Texeira do Vale Perreira e Irlan Von Linsingen da UFSC oferecem excelentes reflexões em relação à educação tecnológica salientando especialmente os aspectos históricos, culturais e econômicos que influenciam a formação do engenheiro e engenheira na contemporaneidade.

Doutorandas com bolsa e sem filhos mostraram-se mais obstinadas a atender os índices de produtividade esperadas. No entanto, além desta pressão por produtividade, o fato de ter bolsa, fora das Engenharias, também foi percebido como uma oportunidade positiva. A doutoranda Cibele, que teve bolsa integral durante todo o Doutorado, recorda-se que ter bolsa proporcionou uma segurança financeira por um tempo, pois recebeu uma bolsa de estágio doutoral que lhe proporcionou até viagens para países da Europa. Atualmente, Cibele está desempregada e grávida de seu segundo filho. Mesmo não tendo terminado o Doutorado no prazo, está dedicando-se à tese. Conforme sua fala:

Precisa se dedicar muito, escrever, publicar, publicar, dedicação, tempo, resulta em quatro verões sem férias. Quando eu tinha bolsa era melhor, agora sem bolsa fica difícil, porque o valor da bolsa dava pra pagar tudo e sobrava. Já tive emprego. Peguei a bolsa na época por que teve corte de funcionários onde eu trabalhava. Com a bolsa sanduíche do CNPq eu conheci muitos países da Europa e foi uma oportunidade que não sei se novamente terei, mas, hoje, eu estudo mais tranquila. Tenho tempo, mas estou com limitações financeiras. (Cibele, Ciências Biológicas).

Ter bolsa é vivenciado de outra forma no Doutorado, pois implica estar sujeito a assumir uma posição que exige mais dedicação. As bolsistas falam que sofrem maior pressão dos orientadores, orientadoras, secretárias e secretários dos programas porque estão com bolsa.

A doutoranda Elisa, que é engenheira, comenta que fazer trabalhos como *freelancer*, às vezes, pode render mais do que o “valor da bolsa”. Como já foi enfatizado no início do capítulo, a informante está matriculada regularmente pela segunda vez no seu programa de Doutorado, pois já prestou dois processos seletivos, em função de não ter defendido a tese em tempo hábil, pois todos os prazos permitidos foram esgotados. Contudo, a informante ficou grávida depois que fez este segundo processo seletivo. Seu bebê, na época da entrevista, estava com seis meses. A doutoranda enxerga-se como uma dedicada pesquisadora, mas diz que foi o que “restou”, pois não terminou a tese no prazo. Atualmente está sem bolsa e sem emprego. Em vista disso, as

despesas da casa são pagas por seu companheiro. Ele a apoia para terminar o doutorado, pois acha melhor “se virar assim” com o salário dele, por isto, com o apoio financeiro do companheiro sua grande preocupação deveria ser a tese, pois seu término é compreendido como uma forma de reconquistar a confiança dos professores, professoras e colegas da pós-graduação.

Eles perderam a “confiança” em seu trabalho devido aos vários requerimentos de prorrogação, por ter sido bolsista integral durante o primeiro ingresso, por ter ocupado mais uma vaga para continuar no Doutorado e também pela sua maternidade não planejada. Na visão da doutoranda, a sua gravidez foi compreendida pelos “outros” como uma escolha irresponsável. A sua percepção sobre a sua gravidez durante o doutorado é orientada a partir do habitus acadêmico, que pressupõe que ela deva se dedicar exclusivamente à prática científica (WEBER, 1985; BOURDIEU, 1989). Ao assumir o habitus acadêmico, sua gravidez é sentida como uma escolha que gera preconceitos.

Os diversos motivos que levaram a informante a não defender no prazo foram contra as exigências acadêmicas do Doutorado, estabelecidas a partir da construção de uma responsabilidade individual. Ela afirma, contudo, que teve problemas “no piloto” para desenvolver o projeto, e que há motivos que vão além de sua vontade. Esta pressão em ter que defender invade o imaginário da informante que demonstra preocupar-se com o que os “outros” acham de ela não ter terminado ainda a tese. Isto lhe faz sentir-se cansada e culpada por não ter defendido no prazo. Elisa acha que toda esta situação contribuiu para “queimar seu filme”¹⁰² na pós-graduação.

Eu tenho os motivos, mas os outros não sabem, daí pensam que eu estou enrolando. Assim, tipo, queima o teu filme. Eu sempre fui uma boa aluna, sempre fui uma boa pesquisadora, sempre fui bem vista assim dentro do departamento sabe, eu sou uma pessoa que trabalha que está ajudando o departamento sabe. Então, de repente com esse negócio de não terminar meu Doutorado, esta coisa me cansa e isso me culpa também. Sabe as vezes eu estou subindo as escadas e o pessoal perguntar teu nome, po, Elisa não terminou o

¹⁰² “Queimar o filme” no sentido de ter perdido a credibilidade para “os outros” na pós-graduação.

Doutorado, de repente ninguém sabia o que estava acontecendo comigo. (Elisa, Engenharia).

As doutorandas bolsistas destacaram sobre o que compete ao bolsista diante de suas responsabilidades, pois as doutorandas bolsistas não assumiram a crítica relacionada ao “baixo valor” da bolsa como as engenheiras. O fato de “ter bolsa” tende a obrigá-las a assumirem outras atividades no Doutorado, que não estão relacionadas a suas obrigações de doutorandas. Atividades como: realizar trabalhos burocráticos dos orientadores e orientadoras, resolver problemas relacionados à manutenção de equipamentos, à compra de materiais para o laboratório e a verificação de preços de materiais entre outros. Tudo isto demanda tempo de execução. Assim, o tempo utilizado nestas atividades é visto como um “tempo perdido” e pode comprometer suas pesquisas de tese. Este tipo de descontentamento em desempenhar atividades extras no Doutorado também foi uma reclamação feita pelos informantes no estudo de Araújo (2006) em Portugal.

A doutoranda Maria Cecília, que fez doutorado sanduíche, percebe que a construção da carreira científica das novas gerações de mulheres tende a ser influenciada por fatores econômicos e sociais. Ela desmistifica a estudante de Doutorado como alguém que tem um diferencial dos demais estudantes. Diz que se sente tratada como uma “caloura de graduação”. Para Araújo (2006), na atualidade, o Doutorado passa por uma certa ambiguidade, pois ao mesmo tempo que expressa valor simbólico em termos de capital cultural, há também a vulgarização sobre o título, em função de sua forte massificação no Doutorado. Estudos (LOUZADA, R. de C. R.; FILHO, J. F. da S.; 2005; MATTOS, 2007) sobre a precarização associada ao mercado de trabalho de pessoal pós-graduado constata que há um alongamento da formação por meio de cursos de pós-doutorado, contratos temporários como professora substituta e outras modalidades de atividades docentes e investigativas que não garantem a permanência no cargo. As doutorandas da pesquisa também demonstraram a incerteza em relação ao mercado de trabalho e o sentimento de insegurança presente no discurso de acadêmicos brasileiros (LOUZADA, R. de C. R.; FILHO, J. F. da S.; 2005), assim como analisado no capítulo 3. Esta situação contribui para a doutorandas conviverem com sentimento de desprestígio durante a formação. Maria Cecília destaca:

Há muitos percalços a transpor na vida acadêmica. Não há bolsas para todas, ainda que seja muito difícil fazer um Mestrado e Doutorado com qualidade sem apoio financeiro. Sendo assim, antes de iniciar o curso, eu tive a iniciativa de enviar a proposta de bolsa ao CNPq. Apesar de já ser graduada há 10 anos, enquanto estudante, sou tratada como uma “caloura da graduação”, não há qualquer distinção ou privilégio. Estudante de pós-graduação não dispõe de férias, o tempo de estudos não conta para efeitos de tempo de serviço entre outros. (Maria Cecília, Engenharia).

O fato de ser de outro país e fazer doutorado no Brasil apareceu como um problema, pois a política da produtividade não é facilmente incorporada quando a doutoranda convive em outro contexto. A enunciação da doutoranda Virgínia expõe como se sente insatisfeita com o ritmo imposto pelo seu curso de pós-graduação. Segundo ela, no Doutorado, perde-se sua autonomia, por causa das exigências acadêmicas destinadas à produtividade. Conforme coloca, é muito “asfixante” o sistema que os professores e as professoras incorporam no Brasil. A doutoranda também se sente impressionada em relação ao tratamento dado pelas docentes. As exigências muitas vezes são sentidas como uma forma de pressão que a desestimula a continuar a vida acadêmica, pois não deseja “viver estressada”. De acordo com sua fala:

Olha por um lado eu admiro muito vocês [brasileiras e brasileiros] por que têm muita produção. Eu admiro muito essa produção que têm assim, grande e grande. Só que eu não gosto muito, porque o sistema é muito asfixante, afogante, não deixa optar, não deixar uma opção para a doutoranda, por exemplo, eu não posso “não falar” em uma aula entendeu? Por que os professores estão o tempo todo medindo, quem fala, quem não fala, eles ficam codificando, quem falou. Se não falou e se não falou tem vc tidioma tenho mais dificuldades eu me sinto mais pressionada. Estávamos falando de Doutorado, se eu não falo é porque eu não quero, entendeu? Não é por que eu não li os textos, não estudei, e se não

li os textos um dia é por que realmente eu não consegui, foi uma causa maior entendeu. Eu sou adulta, eu estou fazendo Doutorado porque eu quero, ninguém está me obrigando. Essa vida acadêmica que tem aqui no Brasil eu não gosto, eu não gosto de viver estressada por causa de currículo Lattes, por que vão tirar minha bolsa, ou seja, agora eu estou bem, aproveitando o bom desta oportunidade [ter bolsa], mas eu sei que eu não quero estar nesse lugar eu não quero estar estressada, eu prefiro me estressar pelo meu campo de conhecimento e não pela academia, não por causa dos prazos, do lado burocrático, os relatórios, eu não quero isso, só de pensar eu já fico estressada. (Virgínia, Ciências Humanas).

Na visão de Virgínia, as relações são construídas em uma perspectiva de saber/poder. Neste sentido, os docentes assumem comportamentos doutrinários sem abertura para desenvolver perspectivas diferentes das suas. Conforme a doutoranda, o contexto que vivencia é marcado por hierarquias que limitam discussões e reflexões críticas. As docentes assumem uma função de “donas do saber”, posicionando-se em direção de suas preferências teóricas. Conforme ela,

Eu sinto esta pressão de obrigação que tem aqui, da nota, da assistência, das disciplinas. Eu fiz o mestrado na Espanha, é mais livre, eu fiz a graduação no meu país também é mais livre, tem sua contrapartida. Também aqui exige-se que se tem que publicar, que tem que apresentar trabalho, estão a todo tempo produzindo. Eu acho inclusive que tem falta de crítica, não sei é que eu percebo por que não sei. No meu país é muito de criticar, é muito de discutir. Eu acho que nas aulas aqui as pessoas não se animam a criticar os outros que leem, são poucos, pior ainda se é contra o docente ninguém tem coragem de ir contra a ideia do professor, ninguém fala diferente com o professor, porque tem uma hierarquia muito marcada, é

muito complicado aqui. (Virgínia, Ciências Humanas).

A crítica de Virgínia em relação ao trabalho docente dialoga com a preocupação de Max Weber, diante da relação entre ciência e política. Para Weber a docente precisa construir a neutralidade, perante as escolhas teóricas, no momento de passá-las para as discentes. Por isto, a professora, na visão weberiana, não deve impor seus valores e escolhas políticas, mas proporcionar o conhecimento sobre as diversas teorias existentes sobre determinado assunto. Dentro desta concepção, o professor deixa, a critério do estudante, escolher qual caminho seguir, respeitando assim suas escolhas teóricas.

Refletindo sobre a fase do Doutorado, Virgínia também observou uma tendência obsessiva pelo trabalho destinado à publicação entre as acadêmicas. Conforme a informante, não há equilíbrio na forma que as acadêmicas dividem o uso do tempo.

Esta tendência obsessiva de ter que “ser produtiva”, “estar a produzir a todo momento”, logo não importando “onde produzir e como produzir” tende a causar desequilíbrios entre tempo de trabalho e tempo livre. O tempo livre, que poderia ser utilizado para atender outras demandas além da universidade, especialmente as relações de ordem familiar, as atividades de lazer e esportes não aparecem na fala das acadêmicas bolsistas. Por isto, esta divisão do uso do tempo desequilibrada tende a apresentar muitos conflitos internos.

O convívio social torna-se complexo. “Os outros” ignoram a importância do Doutorado, por não ter uma compreensão sobre esta fase. Na percepção da doutoranda, os acadêmicos e as acadêmicas assumem a representação de pessoas que não têm tempo para a família, logo, há uma incidência significativa de divórcios entre casais de acadêmicos e os casamentos, na maioria das vezes, são mantidos por “aparências” na avaliação da doutoranda. A vida acadêmica é descrita como uma vida diferente das vidas “normais”. Neste caso, a normalidade estaria caracterizada a partir do equilíbrio entre vida profissional e vida pessoal, que na visão da informante, é impossível. Conforme Cristina:

Acho que tem muito fanatismo o foco delas/es [pesquisadores/as]. Geralmente quem faz Doutorado ou segue esta carreira acadêmica é comum ser divorciado, pois não consegue

conciliar a vida acadêmica com a vida pessoal. São pessoas, por exemplo, que são divorciadas ou têm casamentos de aparência. Isso é a grande maioria, sabe, já vi até um trabalho falando sobre isso, é um fato, as pessoas não conseguem, porque a carreira acadêmica te absorve demais. É uma carreira diferente das outras, porque se tu é dentista por exemplo, tu trabalhas o dia inteiro, mas na hora que tu atenderes o último paciente e trancar a porta do consultório, você vai para tua casa tu podes ver televisão, tu podes ter uma vida cotidiana normal. Quem segue a vida acadêmica não consegue ter esse desligamento. Quando tu chega em casa, tu tem que prosseguir, tem que ir para Internet, tem que preparar trabalho, tem que preparar apresentação, então isso vai queimando a tua vida pessoal, isso é um fator assim determinante. (Cristina, Ciências Biológicas).

Esta dificuldade em conciliar vida pessoal e profissional, portanto, tempo de trabalho e tempo livre, é um problema para quem vivencia o trabalho acadêmico. Estudos (AQUINO, 2009; TAVARES, 2006; SANTOS, 2007b e ARAÚJO, 2006) salientam que as acadêmicas mães sofrem desvantagens, pois se sentem responsáveis pelos trabalhos domésticos e o cuidado dos filhos.

O trabalho acadêmico desempenhado no laboratório durante o dia alonga-se para o espaço da casa à noite. Neste sentido, a tendência de trabalhar mais de 8h por dia, presente entre as acadêmicas e os acadêmicos, mostra como a introdução das tecnologias no trabalho propiciou uma mudança de temporalidade.

Bianchetti *et alii* (2009), refletindo sobre a introdução das novas tecnologias, salienta que a economia de tempo proporcionada pelas novas tecnologias não contribuiu para mais tempo livre. Segundo o autor, “com as novas tecnologias se conseguiu a façanha de poder dispensar viagens, de fazer entrevistas virtuais e orientações via internet etc. No entanto, o tempo de trabalho e a economia de energia com essas possibilidades não foram compensadas com mais tempo para o lazer, o desfrute de leituras, etc.” (2009, p. 61).

Para a esposa e mãe é difícil seguir uma rotina acadêmica pautada na exclusividade e dedicação, deixar de lado os afazeres domésticos e o cuidado dos filhos. Todavia, a informante crítica a falta de conhecimento e solidariedade dos familiares em relação ao cotidiano

fora dos padrões “normais”, que as acadêmicas necessitam incorporar para atender a lógica produtivista.

Então, isto é uma característica que eu vejo, quem segue a vida acadêmica tem certos problemas pessoais. Isso é um fato sério, é muito difícil, pois a pessoa não entende por que você passa trabalhando o dia inteiro e ainda chega em casa e precisa virar madrugada no computador. Isto ninguém entende e as pessoas não querem saber também, as pessoas querem que quando chegue em casa, tu seja a mãe, tu seja a esposa, tu seja a que faz a comida, as pessoas querem isto. (Cristina, Ciências Biológicas).

Conforme Santos (2007b), esta separação entre mundo privado e público não deve ser reforçada pelos modelos de carreiras que tendem a linearidade. Analisando os constrangimentos vivenciado pelas acadêmicas, em conciliar vida familiar e estudos, a autora salienta que diante das mudanças econômicas e culturais que propiciaram a entrada das mulheres no mercado de trabalho, faz-se necessário construir modelos de carreiras multiformes e pluralistas, pois o modelo de carreira tradicional foi construído a partir de um padrão masculino homogêneo.

As insatisfações femininas e masculinas frente às dimensões, que o trabalho ocupa em suas vidas, acabam pesando sobre as mulheres na hora de construir uma carreira. Segundo a autora, em alguns casos o casamento e os filhos até podem dar energia para os homens produzirem cientificamente; entretando para as mulheres, o casamento e os filhos muitas vezes, podem contribuir para reforçar as limitações femininas diante da cultura organizacional estabelecida na universidade, que se molda por uma perspectiva masculina. Neste modelo tradicional de carreira, a relação familiar é compreendida como mais flexível que a rigidez tradicional do mercado de trabalho. Assim sendo, a autora propõe considerar os critérios subjetivos que envolvem o trabalho acadêmico.

Cristina responsabiliza-se por não conseguir equilibrar o uso do tempo. Contudo, a culpa também é “dos outros” [filho e companheiro] por não entenderem o que é ser acadêmica. Neste sentido, a informante pressupõe um tipo de acadêmica que não assume os problemas pessoais

enfrentados para desempenhar a sua prática científica. Ela separa a vida profissional e familiar, como universos distintos, por isto, não dialogáveis. Contudo, a doutoranda admite a existência de um sistema “perverso” que é mais forte, mostra uma compreensão que tende ao “extermínio” da presença da doutoranda no campo, caso esta não incorpore o habitus que se regula na dedicação integral à vida acadêmica.

Não, não porque você não pode ser contra o sistema. Se você ir contra a maré, em dois meses você é cortada fora. O sistema é perverso, eles te cortam a bolsa, te tiram do laboratório. Tu és obrigada à dedicação integralmente, dedicação, dedicação. O que eles tentam passar para ti é que você seja uma pessoa que fique 24h no laboratório, 24h, porque esse é o ideal deles de aluno. Fique de manhã, à tarde e inclusive à noite (Cristina, Ciências Biológicas).

Estudos (ARAÚJO, 2006; SANTOS, 2007b) sobre vidas acadêmicas constataram a dificuldade das acadêmicas casadas com filhos de conseguirem construir um tempo em casa para continuar seus trabalhos de tese. Geralmente estas doutorandas não conseguem desligar-se totalmente das “obrigações” vistas como de sua responsabilidade. Seguindo esta linha de raciocínio, na percepção da doutoranda Helena, as “poucas” pesquisadoras que conseguem construir uma carreira no campo acadêmico tendem a ser mulheres solteiras e sem filhos, pois não vivenciam o conflito interno sentido pelas mães que precisam conciliar vida profissional e vida familiar. Na visão de Helena a “boa” pesquisadora está socialmente representada na mulher solteira sem filhos, ou seja, aquela que pode se dedicar exclusivamente à vida acadêmica.

Não eu acho que é mais difícil, Na verdade sabe o que eu vejo, das boas pesquisadoras que eu vejo, por que têm várias mulheres no laboratório, porque têm raras mulheres no departamento que são pesquisadoras. Mas aquelas que são pesquisadoras, as pesquisadoras de ponta, elas deixaram suas vidas pessoais de lado. Elas não têm maridos, elas não têm filhos. Elas são bem focadas naquilo, que é uma coisa que quem é

casado ou têm filhos tem que é saber se dividir, então o que eu vejo entre as mulheres que têm filhos, elas não são pesquisadoras de tanto renome assim. (Helena, Ciências Exatas).

A contagem do acúmulo de capitais científicos (BOURDIEU, 2002) de cada pesquisadora é uma forma de reafirmarmos a visão de Helena sobre as pesquisadoras sem filhos em termos numéricos. No entanto, a limitação em quantificar publicações e reconhecimento da comunidade científica pode mascarar as dinâmicas institucionais diferenciadas de cada contexto de produção (FERREIRA et ali, 2008).

A relação entre a vida de mulheres casadas e solteiras que desempenham a mesma função ainda é pouco pesquisada (SANTOS, 2007b). Os recortes geralmente optam por mulheres casadas com famílias constituídas; a relação entre trabalho e vida pessoal de mulheres solteiras não se mostra tão expressiva para as pesquisadoras. A UNESCO, desde os anos 1990, tem colocado em seus programas estudos que utilizem indicadores de gênero. A maternidade é avaliada como uma desvantagem na produtividade quando o filho ainda é muito pequeno, mas isso não significa que para ser uma acadêmica produtiva basta não casar e não ter filhos (TABAK, 2002).

Este preconceito em relação à maternidade no campo acadêmico parece ocorrer, em grande parte, não apenas a partir do preconceito enunciado nas considerações das participantes da universidade quando afirmam que não há motivos para se refletir sobre a maternidade no campo acadêmico, mas nas próprias percepções das doutorandas mães sobre a maternidade e ser acadêmica. Elas se sentem excluídas, portanto “diferentes”, fortalecendo ainda mais o poder do habitus modelado na prática científica.

Partindo desta perspectiva, a vida acadêmica compreende uma temporalidade mais adequada ao masculino, pois estes estão socialmente representados como seres mais disponíveis para a prática acadêmica por não precisarem cuidar dos filhos. Assim sendo, a exigência do direito da licença-paternidade por parte dos homens, mostra-se bastante problemática, pois esta reivindicação por ser vista como um direito atípico em relação a dicotomia que estrutura as relações de gênero, evidencia que os homens ainda não são socializados para desenvolverem papéis que promovam uma divisão igualitária nas tarefas domésticas e no cuidado com os filhos.

Os estudos de Ferreira e Lopes (2004) sobre repercussões das licenças maternidade e paternidade em Portugal constataram que este cuidado com as crianças ainda é compreendido como uma responsabilidade exclusiva das mulheres. No momento que os homens decidem gozar de suas licenças paternidade, ausentando-se alguns dias do trabalho, esta atitude é percebida como uma atitude estranha e surpreendente para seus colegas de trabalho. Segundo as autoras, isto ocorre devido a estar ainda muito naturalizada a necessidade da criança precisar da mãe pelo fato da amamentação. Estudos (TABAK, 2002: 2006; AQUINO, 2009, VELHO; PROCHAZKA, 2002) sobre produção acadêmica e maternidade mostram que as mulheres com seus filhos bem pequenos produzem menos. Isto faz questionarmos se o perfil da acadêmica de “renome”, a partir da escolha de não casar e não ter filhos, não é uma representação que limita as acadêmicas a decidir pela não maternidade, pela carreira.

4.2. As especificidades de cada área de conhecimento

As doutorandas geralmente vivenciam um cotidiano diferenciado pelo fato de cada área de conhecimento apresentar especificidades. A doutoranda Joana salienta que não consegue chegar a um fechamento diário para seu trabalho, pois geralmente assume outras funções que não necessariamente estão vinculadas ao Doutorado. Ela compreende o Doutorado como uma fase composta de muita pressão institucional e imprevistos. Ela diz que não imaginava que a vida acadêmica seria um dos seus “piores pesadelos” e complementa:

Eu acho que assim, na vida acadêmica, hoje, a gente acaba tendo muito trabalho. A gente faz coisas que, ao meu ver, não é função da doutoranda. Desde resolver problema de ligação elétrica, até sei lá, problemas de tubulação, tem que trocar estas coisas todas e eu acho que isso não é função para a gente. Eu acho que a nossa função no Doutorado é uma função de pensar, tem que ser um exercício intelectual, digamos assim, não braçal, coisas que a gente faz comumente. Eu acho assim, que quando eu comecei no Mestrado eu nunca imaginei que fosse assim, eu pensei que, sei lá, você viesse para universidade fizesse o que tem para fazer e fechou a porta acabou. Claro que

tem sempre que estudar, mas eu nunca imaginei que fosse uma pressão grande. A vida acadêmica tem sido um dos meus piores pesadelos. (Joana, Engenharia).

Na engenharia ocorrem imprevistos. As maiores dificuldades são os trâmites administrativos necessários e a obtenção de recursos financeiros para iniciar o desenvolvimento de alguns projetos de doutorado. A doutoranda Inês vivenciou esta dificuldade, por isto demorou quase dois anos para iniciar sua pesquisa. A fala de Inês é ilustrativa para verificarmos este atraso:

O que eu acho mais dificultoso que segura muito o trabalho é a questão burocrática. É por que a compra de equipamento, a compra de material, essa morosidade dos projetos, da compra, trava, trava muito. Para meu trabalho, especialmente, é bem complicado. Quando eu entrei no Doutorado, eu não tinha um projeto aprovado para desenvolver a minha pesquisa. Então eu tive que fazer o projeto, ser aprovado. O dinheiro só saiu, depois de aprovado, demorou quase dois anos para sair. Eu tenho um financiamento para o projeto, porque é o projeto que demanda dinheiro, exatamente demanda compra de equipamentos, demanda um monte de compra, a própria construção do piloto que você irá monitorar exige dinheiro. Então isso para mim foi a maior dificuldade de seguir o projeto, foi o maior entrave assim que me atrasou, que impediu que eu tivesse mais tempo para estudar os meus artigos, para desenvolver realmente a pesquisa. (Inês, Engenharia).

Santos (2007b), que estudou acadêmicas em Portugal, verificou que para elas o trabalho acadêmico divide-se em docência, investigação e os trabalhos que envolvem gestão e “burocracias”¹⁰³, sendo estes últimos os menos gratificantes para as acadêmicas. Segundo a autora, este tipo de trabalho compreende a parte menos interessante e mais

¹⁰³ A burocracia aqui compreendida no sentido vulgar, que significa uma administração com muitas divisões, regras e procedimentos redundantes, desnecessárias ao funcionamento do sistema.

estressante que envolve o campo acadêmico. Estes trabalhos poderiam ser destinados a uma secretária, mas neste contexto é um trabalho que tem que ser feito e não há alguém nomeado para fazer. Assim sendo, a parte administrativa da pesquisa é muito debatida entre as pesquisadoras. Na UFSC, a cientista Alice, do campo das Ciências Biológicas, ao ser entrevistada sobre a sua prática cotidiana, enfatizou que a investigação é a atividade que mais gosta de fazer, mesmo sendo compreendida como a mais difícil e estressante, porém a pesquisadora ressaltou a insatisfação em ter que fazer trabalhos que poderiam ser feitos por uma secretária ou secretário. De acordo com a cientista:

A parte de investigação dá mais prazer, porque a aula é aquilo ali o tempo todo, mas quando você tem resultado e quando você vê o resultado da pesquisa é um lado mais prazeroso, mas é um lado assim, que toma muito mais tempo, mais estressante, é mais difícil. No entanto, também temos muitos problemas, porque a gente não tem secretária aqui então isso faz falta e a gente acumula função. A gente perde muito tempo fazendo função de secretária. Então, não precisa nem ser um secretário exclusivo, um secretário que auxiliasse na parte de pesquisa, tem secretário do departamento, mas ele está preocupado com as atividades do departamento de ensino. Eu gostaria de alguém que desse um suporte na parte de compra, pesquisa de preço, então, são coisas simples, mas que tomam bastante tempo. (Alice, Ciências Biológicas).

Os laboratórios não disponibilizam uma secretária ou um secretário para fazer o trabalho de gestão, por isto o andamento do trabalho das pesquisadoras sofre imprevistos, o que tudo indica, reiterando a fala das doutorandas, que este tipo de trabalho avaliado como um “trabalho desinteressante” para a grande maioria das acadêmicas, vem a ser realizado por elas. Assim sendo, elas sentem-se sobrecarregadas e estressadas ao perceberem que o tempo para a pesquisa de tese é reduzido por motivos não discutidos institucionalmente.

As doutorandas do campo das Exatas ressaltam a necessidade de sempre se atualizar por meio dos artigos publicados em revistas internacionais. A doutoranda Rúbia destaca que as publicações em sua

área precisam apresentar resultados inéditos e “chamar atenção”. Neste caso, diferencia sua área de conhecimento, na qual não se pode “publicar por publicar”.

Publica-se só quando tem resultado. Nas ciências exatas é bem difícil publicar. E não é publicar por publicar. Tem que ser uma coisa realmente inédita e que chama atenção. Tem que vender bem o peixe, como a gente tá com essa coisa [linha de pesquisa] toda nova, quando a gente pegar o fio da meada vai ser muito bom. Até lá, está engatinhando, tá difícil de conseguir alguma coisa (Rúbia, Ciências Exatas).

Nas Ciências Biológicas, geralmente as doutorandas também lidam com imprevistos. A mudança de projetos é bem frequente. A pesquisa depende de experimentações que nem sempre atingem os objetivos. As pesquisas devem ser destinadas a serem publicadas em revistas internacionais. Na sua percepção, esta incerteza sobre os resultados de seus experimentos limita sua produção. Segundo a informante:

A gente é pressionado a ter produção. A gente é pressionado a ter resultado. A gente é pressionado a cumprir horários. A gente tem pressão direto da instituição, das agências fomentadoras. Tu tens que ter dois *papers* publicados, tu tem que ter o *paper* publicado até tal data, tu entendeu? Em revista internacional, agora eles cobram até o impacto. O CNPq esta cobrando impacto, só pode ser, abaixo de tal impacto não pode ser. Então, a gente é totalmente pressionado e tudo isto acaba gerando a depressão porque é uma coisa que não depende só de ti. Como a gente trabalha com dados biológicos pode ser tudo maravilhoso, tudo lindo, como pode dar tudo errado. A gente não consegue fazer o Doutorado fazendo uma revisão bibliográfica e defender aquilo. Eu própria já troquei de projeto três vezes, porque as coisas não dão certo, não são geralmente como a gente quer e isto são fatores que a gente não consegue controlar. (Cristina, Ciências Biológicas).

O cientista está representado como um “especialista” neste contexto. Conforme a informante, “cientista é uma pessoa que tem um foco de pesquisa e que tenta explorar ele em tudo, saber tudo sobre esse foco, isso é um cientista, uma pessoa que se dedica”.

Na visão da doutoranda Inês, esta tendência das acadêmicas à especialização é criticada, pois gerou uma fragmentação do conhecimento, fazendo o homem e a mulher ficar ainda mais limitado a realizar grandes descobertas. Para a doutoranda, a separação entre religião e Ciência não existe, pois “Deus nos dotou de capacidade” para assim mudar a realidade. Ela diz que a Ciência não surgiu como um confronto a Deus, mas como uma prova que ele existe e nos deu capacidade. A percepção de Inês converge com a visão de Max Weber (1982) sobre os propósitos da Ciência. Segundo ele, esta não substituirá a religião, pois não responde como devemos viver e o que devemos fazer, por exemplo. A ciência, do ponto de vista weberiano, consolida-se por meio de um conjunto de disciplinas que operam objetivamente, explicando os fenômenos naturais. Em conformidade com isto, diz a informante:

Eu acho que em relação às atividades que a gente desenvolve como pesquisadora, eu acho que a gente tenta encontrar uma resposta para um objeto de estudo. Você delimitou ali, você tenta encontrar respostas, dentro daquele campo que você se limitou a pesquisar assim e tenta avançar um pouco em relação aquele escopo que você definiu para que as pessoas em cima daquilo que você trabalhou possam construir. E, quem sabe, que daqui uns anos, depois de alguns pesquisadores pesquisando possam concluir alguma coisa, um salto maior em cima daquela pesquisa, mas eu não penso que a gente vai chegar a ser alguém, como esses antigos pesquisadores como Einstein e outros. Não tenho essa ambição e não vejo que isso seja possível hoje, porque eu acho que o conhecimento está muito agora muito estratificado. Por exemplo, toda a teoria da Sociologia, eu desconheço, entende? Então, eu acho difícil construir alguma coisa assim, sabe, eu acho que antigamente na época dos grandes

cientistas a Ciência não era tão separada. Era tudo junto, eram todas integradas, não existia essa estratificação, pareciam que eles viam a vida de uma outra maneira. Eu penso que esta separação entre Ciência e religião, na minha concepção, ela não é produtiva, construtiva. Eu acho que as coisas convergem, não divergem, Por que você acredita em Deus e acha que as coisas não mudam. Tipo Deus fez assim e vai ser sempre assim. Mas, não é assim, eu vejo assim, se Deus deu a capacidade, se Deus criou o homem com o cérebro e tem essa capacidade e a gente usa tão pouco dela, outras coisas a gente poderia fazer e descobrir muito mais. Eu não vejo assim que tem um conflito entre Ciência e religião, por acreditar em Deus, que a pessoa vai procurar as respostas, não tem conflito [entre Ciência e religião] se ele nos dotou desta capacidade. (Inês, Engenharia).

A doutoranda Hortênciã diz estudar no mínimo 10h por dia. Ao descrever seu cotidiano, pergunta-se “se vale a pena” o tempo gasto com o Doutorado. Neste sentido, admite que sua rotina diária é de muito estudo, por isto deixou de surfar este trimestre. Segundo a informante, suas renúncias em relação à vida pessoal não compreendem apenas “deixar de fazer” atividades desportivas, mas inclusive de “curtir as coisas mínimas da vida” como olhar pela janela de sua casa, ou passear com seus cachorros. Na visão da informante, o doutorado compreende um tempo que poderia ser aproveitado de outra forma. Para Hortênciã, “o tempo de sua juventude”, deveria ser melhor aproveitado em vista do “lugar lindo” que mora. Assim:

Parei de surfar este trimestre inteiro para conseguir estudar. A gente para de fazer um monte de coisa, isto é um dilema bem difícil. Muitas vezes eu me pego a pensar nisso: será que eu não devia ficar de onde eu estou agora? Parar de querer crescer, crescer e pelo menos curtir, fazer outras coisas porque a gente mora em um lugar lindo. Eu, às vezes, nem tenho tempo de olhar pela janela e ver as coisas assim, tanta coisa para fazer. Você vê, já escureceu. Não dá, sabe. Tipo hoje eu não fui nem na rua, nem passear com

os cachorros, acontece vários dias assim. Você tem tanta coisa, tanta coisa para fazer, que você não consegue curtir as mínimas coisas de sua vida. Então, eu me ponho, eu me pergunto muito isto. Então, as dificuldades estão relacionadas mais ou menos com isto, se vale a pena se dedicar à Ciência, ou se vale a pena, sei lá, deixar e fazer o Doutorado mais para frente, agora aproveitar a juventude, fazer outras coisas, esta é uma dificuldade grande. (Hortência, Engenharia).

A prática da pesquisadora também pode estar destinada a gerar recursos, conforme a explanação da doutoranda Teresa: “pesquisadora é aquela pessoa que traz dinheiro para a universidade pública, a partir de projetos, sem dúvida, sempre, porque hoje a universidade pública não pode esperar só o dinheiro que vem lá de cima [governo], tem que gerar”. Para a informante, o ensino universitário deveria se dedicar mais aos cursos de graduação, bem como as pesquisas feitas na universidade deveriam ter sempre aplicabilidade e gerar benefícios para a comunidade. E complementa:

Aqui dentro [do laboratório] não tem nada que seja da universidade. É tudo conseguido através de projeto, os computadores, as impressoras, as máquinas é tudo conseguido através de projetos. A universidade pública hoje no Brasil tem que se dedicar, na verdade, ao ensino de graduação, porque é o que precisa no país hoje. Dá estudo e a extensão também faz parte, muita extensão, muita extensão. Os pesquisadores têm que gerar dinheiro para fazer pesquisa. As pesquisas, acho que deveria ser resultado para uma comunidade, aplicação de benfeitoria para uma comunidade, porque tem algumas pesquisas que não levam a nada, acho que é isso o bem-estar da comunidade, do ser humano, da população, do município, acho que é isso. (Teresa, Engenharia).

As relações cotidianas, nas diferentes áreas de conhecimento, mostram algumas particularidades. Nas áreas que desenvolvem projetos de pesquisa, que necessitam fazer experimentos, as doutorandas continuam indo ao laboratório após as disciplinas obrigatórias. Portanto, o laboratório é reconhecido como um espaço para estudos, mas também

sociabilidade na universidade. Ao contrário, nas Ciências Humanas, durante a elaboração da tese, após ter cursado as disciplinas, as doutorandas raramente vão à universidade. Assim, logo a redação da tese, na área das Ciências Humanas é percebida como um cotidiano, mais solitário, em suas casas.

Conforme as enunciações coletadas com doutorandas das Humanidades, “o primeiro ano foi de disciplinas, agora ninguém mais se vê; no começo até existia uma lista de e-mails, conversávamos. Mas, a partir do segundo ano, o isolamento e a falta de sociabilidade entre teus iguais vai aumentando a cada dia” (Luiza, Ciências Humanas).

Logo, as práticas cotidianas mostram especificidades por áreas de conhecimento. Neste caso, é preciso refletir sobre os modos de avaliação que universalizam a avaliação da produção científica de modo igual para as Ciências Humanas, por meio de modelos das Ciências Exatas e Engenharias (BIANCHETTI; MACHADO, 2009). As faculdades apresentam diferentes ritmos de produção e os conflitos internos das doutorandas na busca por “ser produtiva” são particulares. Isto reitera que a produção científica é vivenciada de modo diferente em cada área dentro do campo.

A produtividade é moldada por um discurso que subentende que a acadêmica, para atingir a produtividade ideal, precisará se dedicar exclusivamente à prática científica, ou seja, o tempo para a dedicação deve ser integral, incluindo fins de semana e feriados. Sobre algumas particularidades incorporadas pelas/os acadêmicas/os no campo científico, a informante Cristina descreve que:

Eu vejo uma coisa assim bem particular entre nós pesquisadores. Por exemplo, para um atleta, fazer dez piruetas no ar pode ser grande coisa, para nós ele não vai passar de um palhaço. O que conta para nós são as publicações, ter publicação sabe? Falar bem em público, ficar de manhã, à tarde e se possível à noite e finais de semana e feriados dedicando-se. Isso não quer dizer que se dedicam tanto assim. (Cristina, Ciências Biológicas)

Nas palavras de Cristina podemos verificar que “ter que publicar” e dedicar-se exclusivamente à prática científica mostram-se como atributos socialmente valorizados entre os pesquisadores. Quanto mais destas singularidades forem incorporadas pelas acadêmicas, mais estas

se aproximam do habitus acadêmico. Neste sentido, há uma frequente re/produção de semelhanças no comportamento entre as acadêmicas, que tendem a se distinguir de outros grupos sociais em função desta identidade. Conforme a doutoranda Cristina, o que é “importante” para as acadêmicas é a obtenção de capital científico específico,¹⁰⁴ pois este é um atributo primordial para se interagir neste espaço.

O nosso tempo é usado assim, as pessoas da tua família não entendem nada, nunca falo do meu trabalho para ‘mulheres normais’, pois elas não entendem e eu não vou passar de uma maluca. A concorrência, a competição é entre a gente. No Doutorado, é mais específico ainda, você não vai ter tempo de sentar e explicar algo para alguém que não entende nem o básico. (Cristina, Ciências Biológicas).

Seguindo a percepção da doutoranda sobre a especificidade da vida acadêmica, os “outros”, neste caso, a família e as amigas, são vistos como “pessoas” que não possuem “o básico” para compreender que consiste o trabalho na universidade. Assim sendo, a doutoranda não procura dialogar com “os outros” para não correr o risco de ser compreendida como uma “maluca”. Cristina enfatiza a impossibilidade de dialogar sobre o seu trabalho nas suas relações fora da universidade. Assim, a falta de diálogo entre as doutorandas com “os outros” provoca isolamentos, principalmente na hora de elaborar a tese. Isto ocorre especialmente durante o último ano como já foi constatado na literatura (Araújo, 2006; Santos, 2007b). Consequentemente, a vivência durante esta fase tem desencadeado mudanças no estado emocional das doutorandas, que as levam a adotar táticas para lidar com os efeitos da política da produtividade.

¹⁰⁴ Este tipo de capital científico denominado “específico”, associado ao prestígio pessoal, que repousa, quase exclusivamente, no reconhecimento dos pares, se expressando, por exemplo, nas publicações, nas citações, nas premiações (BOURDIEU, 2004).

4.3. O estado emocional das doutorandas e suas táticas para lidar com a pressão do Doutorado

As doutorandas bolsistas descrevem o cotidiano acadêmico no Doutorado como um campo sujeito a imprevistos, que podem comprometer os seus cronogramas de pesquisa. Estes imprevistos vão desde experimentações que não atingem os resultados almejados, equipamentos que quebram no meio de uma experiência, à falta de infraestrutura e recursos financeiros para o desenvolvimento das pesquisas. Sem dúvida, eles todos influenciam negativamente no trabalho de tese. Mas, além dos problemas de ordem institucional, algumas dificuldades de ordem subjetiva tendem a marcar também este período.

A pressão, por exemplo, é compreendida como um tipo de violência simbólica exercida pelos participantes da instituição que podem ser técnicas e técnicos administrativos, professoras e professores, colegas como pelas políticas adotada pelas agências de fomento. O modelo de carreira acadêmica não incorpora outras dimensões da vida real, como família, filhos, amigos entre outros, ou seja, outros relacionamentos que pressupõe outros tipos de uso do tempo. (SANTOS, 2007b). Esta pressão gerada nesta fase do doutorado afeta a saúde psíquica de algumas doutorandas desencadeando processos diagnosticados como depressivos.

Atualmente o aumento de casos de depressão propiciou também o aumento do uso de psicofármacos; uma coisa leva à outra. Campanhas publicitárias das indústrias farmacêuticas, ao divulgarem novos medicamentos para as dores emocionais, faz com que as pessoas se reconheçam como depressivas neste contexto de instabilidade. Estar triste, ansiosa, angustiada, tensa, todos estes sentimentos vistos como negativos, podem vir a afetar o controle sobre a vida e as coisas. A cultura medicamentosa é tão presente neste contexto, que existe a possibilidade de prevenir a depressão mesmo antes desta manifestar-se (KEHL, 2009).

Partindo deste pressuposto, a depressiva é desprestigiada, pois este “estar mal” é percebido como um comportamento que precisa ser tratado e não compreendido.(ROUDINESCO; 2005). O desprestígio social da depressão por estigmatizar este ser deprimido como uma covarde, que não conseguiu ter forças para lutar no campo que “a depressiva” é representada socialmente como alguém que não incorporou o equilíbrio físico e psíquico para uma vida feliz. Para Kehl

(2009), a depressão costuma se manifestar em quem perdeu “o objeto de desejo”, renunciou à luta, desistindo antes de começar. A grande incidência de diagnósticos depressivos e o desprestígio que ser diagnosticado como “depressiva” pode e deve ser tratado, pois, neste contexto tudo pode ser controlado por medicamento, logo, o indivíduo moderno recusa a dor.

Na fase do Doutorado, encontramos entre as doutorandas muitas dificuldades para lidar com medos, ansiedades sobre o que fazer depois, inseguranças sobre a produtividade realizada durante e como lidar com o uso do tempo. Reiterando o discurso social da depressão e de todos os sentimentos mal vistos socialmente, as doutorandas também mostram atitudes objetivas quando associam o uso de psicofármacos à uma forma rápida e objetiva para “curar a dor da alma”.

4.3.1.O re/conhecimento da depressão no campo acadêmico pelas doutorandas

A forma como processo depressivo de Inês desencadeou-se é emblemática para percebermos como os problemas de ordem emocional, nesta fase, são controlados com o apoio de psiquiatras e neurologistas e, conseqüentemente, com o uso de psicofármacos. No Doutorado não há espaço para se refletir sobre o porquê das emoções sentidas. O tempo precisa ser utilizado visando rendimento no trabalho acadêmico.

4.3.1.1.O caso Inês

A doutoranda Inês teve problemas de saúde em 2007. Seu estado físico e emocional apresentava-se bastante desequilibrado no segundo ano do doutorado, de acordo com seu relato:

Nunca imaginei que estava com depressão. Nunca passou pela minha cabeça, na minha família não tem histórico de depressão. Ninguém da minha família tem isso, então eu pensei, sei lá, que eu estava com câncer com qualquer outra coisa, daí eu fui para o HU – (Hospital Universitário), fiquei um ano fazendo exames. Fiz exame de sangue, exame de hepatite, exame de tudo que tu possas imaginar, do rim, do estômago. O ano de 2007

para mim foi um ano que eu fiz uma bateria de exames do corpo inteiro e eu não tinha nada físico. (Inês, Engenharia).

A depressão de Inês aconteceu durante o Doutorado, mas ela ainda faz tratamento com medicamentos psicofármacos. A engenheira acredita que tudo começou diante das dificuldades na obtenção de recursos financeiros para a execução do seu projeto de tese. Refletindo sobre a origem de sua depressão, ela analisou que:

A dor, o desprazer não é de não conseguir fazer as coisas no prazo que gostaria. Isso é uma coisa que me deixa bem assim, um pouco triste. Até um pouco do motivo da depressão porque quando eu entrei no doutorado eu falava assim: “a não, eu vou conseguir”. Tinha todas as forças e as motivações que podia, depois com o tempo, eu me senti, sabe, como se alguém tivesse colocado uma camisa de força em mim e me mandasse: agora vai fazer tua pesquisa! Eu me senti literalmente que alguém me amarrou, não alguém exatamente, mas a burocracia, a falta de dinheiro, todos esses entraves, foram me desmotivando assim, a ponto de eu chegar a ficar com depressão, porque as coisas parecem que não saiam do lugar. (Inês, Engenharia).

A espera por liberação dos recursos para executar o seu projeto desencadeou a ansiedade na doutoranda. Aos poucos, o mal-estar emocional e físico passaram a influenciar em sua produtividade. Não sentia mais motivação para ir à universidade e, quando ia, sentia que não rendia “como de costume”. Ao não corresponder ao habitus de “produtiva”, nem dedicar-se integralmente à vida acadêmica, ela passou a sentir culpa.

Eu dizia: ó gente, eu não estou bem. Pois eu não estava bem, eu chorava, eu chorava. Se me perguntasse qualquer coisa, eu chorava e assim eu sentia assim que eu não estava na minha produção. Eu não queria vir para cá. Por mim eu ficava dormindo, ficava em casa escondida, eu tinha dias que eu vinha só à tarde, pois sem vir (para UFSC) não dá pra ficar sem vir. Eu vinha

todo dia para o laboratório. Todo dia, todo dia, só que não rendia. Sabe, você vem para o laboratório e volta e se dá conta assim que não fez nada, **aí** volta para casa. É uma sensação ruim e isso dia após dia vai dando uma coisa. Por isto, eu pensava que eu estava com algum problema de saúde. (Inês, Engenharia).

As preocupações de Inês em 2007 estiveram muito condicionadas à sua saúde, que, segundo ela, não contribuía para “render nos estudos”. Aconselhada por sua amiga Elisa, resolveu fazer uma consulta ao psiquiatra. No início, diz ter apresentado resistência, mas como teve apoio de uma amiga, que conseguiu uma consulta com um valor mais barato, Inês resolveu ir ao médico.

Daí, no final do ano, a Elisa falou para mim assim: Inês, você não quer consultar com um psiquiatra? Ai eu falei: não sei porquê. Eu já tinha ido em tanto lugar, eu não tinha encontrado nada. Então, ela me arrumou esse psiquiatra que ela consultava. Daí ela conseguiu, porque era particular. Daí ela conseguiu que ela fizesse mais barato para mim. Daí eu fui e consultei. Olha, já faz uns dois anos. Eu entrei em 2006 [Doutorado], em 2007 eu comecei a ficar ruim. No segundo ano do Doutorado eu comecei a ficar muito ruim e eu comecei a me tratar, porque eu via que as coisas não iam acontecer. Sem dinheiro, o projeto não liberava o dinheiro e o tempo passando sabe. Tudo isso me deixou bastante ansiosa, não sei, aí, foi culminando. Daí, no outro ano, no início do terceiro ano, eu tive, daí, eu falei: não, eu tenho que dar um jeito eu não consigo mais, estou sem força. Daí, fui em um psiquiatra e ele então me fez algumas perguntas e constatou que eu estava com depressão. Ele falou assim, ainda no estado que eu estava, eu deveria pedir um afastamento, eu não deveria continuar. Eu tinha qualificação. Eu não tranquei porque eu tinha a minha qualificação para fazer. Eu não queria trancar, porque eu queria completar fazer isso. Então, por isso que eu fui atrás de um especialista. Então, o especialista me deu um tratamento e eu comecei a fazer. E eu comecei a ter um pouco mais de energia, comecei

a reviver de novo. Assim, comecei a melhorar, mas eu percebo, assim, que o meu rendimento não tá como era antes como eu gostaria que fosse. (Inês, Engenharia).

Inês falou sobre os sintomas que sentia antes de ser diagnosticada como depressiva, a perda de vontade de fazer as coisas que gostava mostrou-se significativa na fala da doutoranda.

Assim, dor de cabeça, muita dor de cabeça. Eu tenho um dia sim [dor de cabeça] e um dia não. E também os sintomas são irritação. Tudo te irrita, não tem vontade, não tenho vontade. Lembra que eu te falei que a coisa que eu mais gosto é aprender? Eu olhava os livros para ler, eu olhava e não tinha vontade. Não tinha vontade de sentar na frente do computador e escrever. Só tinha vontade de dormir, de poder ficar o dia inteiro dormindo em casa. Eu queria ficar o dia inteiro, fugir. Fugir das pessoas. Essa sensação, fugir, não sei, não tenho vontade de conversar. Se você ficasse aqui do meu lado assim, eu e você quieta, eu ia ficar aqui quieta. Não ia conversar com você. E irritação, muita irritação. Qualquer coisa assim, sem motivo, me irritava. (Inês, Engenharia).

4.3.1.2.A consulta de Inês no psiquiatra

“O psiquiatra perguntou: alguma decepção amorosa? Eu: não, eu, recentemente, fiquei noiva”. (Inês, Engenharia).

A doutoranda Inês, antes de detalhar como foi a sua consulta ao psiquiatra, enfatizou o Doutorado como origem da sua depressão. Adiantou que não teria motivos para ser depressiva, pois sua família é presente e também tem uma boa relação com seu noivo. Entretanto, durante a consulta ao psiquiatra, a entrevistada salienta que ele deduziu que ela poderia estar com problemas amorosos, por ter 34 anos, ser solteira e não ter filhos. Para o médico, seus problemas emocionais foram provocados por esta não corresponder ao papel feminino

socialmente representado na esposa e mãe. Ele demonstrou pensar que a preocupação em relação à construção da carreira científica costuma afetar em maior proporção aos homens. Neste sentido, a depressão de Inês na visão de seu psiquiatra seria provocada pelo insucesso amoroso e não profissional.

A informante explica que os benefícios dos medicamentos são pontuais, pois atingem uma área do cérebro. No entanto, admite que o uso de medicamento não é capaz de proporcionar total eficiência na cura da depressão: “Olha, se não for o remédio é o efeito placebo (risos), eu acho que tem me ajudado um pouco sim. Tem me ajudado, não é assim uma coisa excepcional”. (Inês, Engenharia).

Os problemas de ordem emocional são vistos como ameaças à construção de projetos individuais, daí dependemos a ocorrência do uso de psicofármacos na contemporaneidade, segundo Luz (2008) do campo da saúde e das psicanalistas Kehl (2009) e Roudinesco (2000). Os valores centrados na lógica da sociedade capitalista ocidental tendem a proibir homens e mulheres de refletirem sobre suas subjetividades, pois não há tempo para sair da linha de montagem produtivista. As emoções são compreendidas como ocorrências estranhas ao contexto, moldado por um tipo de racionalidade que não avalia os meios e, sim, os fins. Por isto, nesta lógica acadêmica, não existe tempo para a reflexão sobre os efeitos da política da produtividade. As doutorandas começam a sentir conflitos sobre a vivência desta fase e recebem diagnósticos depressivos.

Vivemos no contexto moldado por valores individualistas, no qual tudo pode ser resolvido por meio de uma racionalidade, que, nos termos weberianos, está preocupada com os fins. Logo, os meios tornaram-se preocupações excessivas em torno de um contexto onde tudo pode ser resolvido, controlado, vigiado pelo conhecimento científico, materializado nas benfeitorias tecnológicas para o homem e a mulher contemporânea serem vencedores. O uso de medicamentos psicofármacos na sociedade contemporânea confere tanto a crença moderna no poder do especialista como a dificuldade dos indivíduos lidarem com os problemas vinculados à ordem subjetiva. As terapias são ignoradas, devido ao tempo que tomam para dar resultados e o alto preço.

Eu não cheguei a procurar outros tipos de terapias, mas, sabe, eu procuro tentar fazer uma caminhada. Eu procuro mais tentar olhar o meu modo de encarar as coisas, de pensar assim. Não ficar

muito pensativa nisso. Não, eu estou tomando outro remédio chama flavo, é outro remédio diferente. É outra composição, é uma composição que atua, porque a fluoxetina¹⁰⁵ atua só na serotonina e deixa aquele estado de felicidade, mas eu estava sem energia. Eu perdi completamente as energias e esse remédio, ele atua em um outro hormônio que chama noradrenalina, então é algo que te dá mais força e mais energia. (Inês, Engenharia)

O caso Inês expõe um problema vivenciado por muitas doutorandas nesta fase e também engloba elementos que nos dão possibilidades de compreender os motivos, os sintomas, a relação com o psiquiatra, o uso de medicamentos como uma tentativa de “cura”. Assim, uma tática para conviver neste contexto e conseqüentemente uma compreensão mais elaborada sobre os limites para suportar a pressão sofrida no Doutorado. Neste contexto, as doutorandas apontam este tipo de violência simbólica como um dos primeiros motivos para ficarem deprimidas.

A depressão não afeta a todas no campo, contudo a sua presença é notada sempre, às vezes em seus pares. Isto contribui para todas as doutorandas terem um entendimento sobre o sofrimento de sua colega e procurar explicações sobre este sofrimento psíquico. Neste sentido, há um reconhecimento da depressão no meio acadêmico que faz as doutorandas relativizarem sua vivência a partir do seguinte pressuposto: “se não estou em depressão, minha colega pode estar”. Assim, o sofrimento psíquico que as doutorandas reconhecem existir no campo acadêmico é um laço de identificação entre elas.

A informante Cristina faz uma auto-avaliação e concluiu que nunca teve problemas emocionais relativos às exigências do Doutorado,

¹⁰⁵ Fluoxetina é um medicamento antidepressivo da classe dos inibidores seletivos da recaptação da serotonina. Suas principais indicações são para depressão, transtorno obsessivo-compulsivo (TOC) e bulimia nervosa. É utilizado na forma de cloridrato de fluoxetina, como cápsulas ou em solução oral. A droga foi sintetizada e comercializada inicialmente pela companhia farmacêutica Eli Lilly com o nome Prozac. Atualmente é comercializada no Brasil e em Portugal por vários laboratórios como medicamento genérico, estando sujeita a receita médica. A patente da Eli Lilly sob o Prozac expirou em Agosto de 2001, despertando um influxo de genéricos ao mercado. Só nos Estados Unidos, mais de 21,7 milhões de prescrições genéricas foram efetuadas em 2006, colocando-a na terceira posição entre os antidepressivos mais receitados, após a sertralina e o escitalopram. Para mais informações ver Fluoxetina. Disponível em: http://www.medicinanet.com.br/bula/detalhes/4557/indicacoes_fluoxetina.htm. Acesso em 21-11-2010.

porém vivenciou casos de depressão entre suas amigas. Segundo ela, a depressão pode ser desencadeada a partir das exigências impostas pelo programa de pós-graduação. Em sua percepção, os casos começam a ocorrer na fase do Mestrado. A depressão é compreendida como mudança comportamental que acontece gradativamente atingindo seu ápice no Doutorado.

Eu, na verdade, eu me auto-avaliando, eu não tenho tendência à depressão. Então isto nunca me abalou, mas eu tenho amigos que já entraram que pediram afastamento por depressão. Isto é quase comum. Ou então que convivem. Tem muitos que atingem seu ápice no Doutorado, mas já começa no Mestrado. Pois têm muitas [doutorandas] que não chegam a este estado clínico de ficar só dentro de casa, mas elas têm uma depressão leve no caso, de leve a moderada. (Cristina, Engenharia).

Na compreensão de Virgínia, os problemas emocionais ocorrem devido a pressão para publicar. A doutoranda convive com a depressão no doutorado, a partir de suas colegas que assumem sempre estarem “mal” ou “insatisfeitas” com a vida. Segundo a informante, suas colegas sempre estão mal, geralmente apresentam “cara de maluca”, pois estão frequentemente medicalizadas com remédios que auxiliam no controle do sono, por isto a doutoranda resolveu morar na praia, pois não deseja ficar depressiva. Conforme a doutoranda:

Eu acho que, dentro do laboratório, a pessoa se sente em um ambiente de pressão, de ter que publicar, ter que fazer. Aí todo mundo fala isto: ai, não que eu não estou dando conta, tenho que fazer isto, tenho que fazer aquilo. Eu acho que nunca se fala sobre a vida familiar, pois nunca se fala se estão legais ou não. É porque eu acho que se diriam fracos se falassem disto, entendeu. Então, assim, eu vejo colegas assim que eu conheço, que eu a vejo todo dia e ela está mal todo dia, daí eu falo “está tudo bem? o que está acontecendo?” O que vejo é que elas estão descompensadas, têm uma cara de maluca, sabe? Chegam ao extremo, assim, tomam remédios para dormir, tomam

remédios para acordar, entendeu? Eu não quero viver assim, por isto eu moro na praia. (Virgínia, Ciências Humanas).

Teresa, ao ser questionada sobre suas dificuldades no Doutorado, fala que não sente os efeitos da pressão que as demais informantes afirmam sentir nesta fase, mas admite que há depressão no campo acadêmico, “gente bem louca”. O sofrimento que as outras falam sentir está longe da sua atual vivência no Doutorado, por isto até se questiona por que está sendo tão tranquilo o Doutorado. Ela pressupõe que o “normal” desta fase é sentir-se pressionada.

Eu não sei o que é depressão, nem sei o que é isto. Claro, às vezes, a gente fica triste. Mas eu sou daquela bem assim: se preocupar, o que adianta? Se aconteceu algo ruim, passou, eu sou muito positiva. Meu marido diz que eu sou a Poliana¹⁰⁶. Mas, eu sou mesmo, eu acho que sempre acontece uma coisa ruim para vir uma coisa boa, então a coisa ruim aconteceu, que bom! Agora eu vou ver a coisa boa, eu vou esperar, sabe? E eu vou viver bem, sabe, eu vivo bem, eu adoro a minha vida. Agora, incrível como estas pessoas conseguem fazer uma tese por exemplo, sofrendo, sofrendo. Daí eu vejo, ai meu Deus, será que tem algo de errado eu não estou sofrendo por estar fazendo o Doutorado, será que que estou fazendo a coisa certa? Por que eu estou achando tão tranquilo? Sabe? Porque eu vejo gente bem louca, bem depressiva, tipo tem gente que engorda... Tem gente que emagrece, para mim não tem problema algum. (Teresa, Engenharia).

Apesar dos problemas emocionais não afetarem a saúde de Teresa, ela admite sofrer de hipertensão e asma, mas adverte que isto não influencia significativamente na sua produtividade. Segundo ela, o problema da depressão desenvolve-se quando as pessoas se preocupam muito sobre o que “os outros” estão a pensar sobre sua postura no campo.

¹⁰⁶ Teresa refere-se a Poliana da obra de Eleanor H. Porter. Poliana é retratada como uma figura humana que sensibiliza a todos pelo otimismo, amor, bondade e pureza de sentimentos que seu comportamento irradia. Para mais informações ver: PORTER (2006).

Eu sou hipertensa, tenho pressão alta. Mas, eu convivo bem com ela, numa boa. Tiro o sal e tal, tiro a cerveja, eu manipulo bem isto. Também, sou asmática desde criança, mas também convivo muito bem com ela. Não tenho nenhum estresse tipo “oh, estou doente” isto. Não. Agora eu fiz a cirurgia da vista foi para tirar umas bolsinhas, fiz na quinta-feira passada e daí, no sábado, um casal de amigos nossos disse: vamos fazer um jantar assim e assim? Daí eu disse: eu estou doente, mas eu vou (risos). Daí, quando eu cheguei no jantar, o pessoal, ah, eu estava de óculos. Daí eu falei: vocês querem ver como estou horrorosa? Daí eu tirei e disse: melhor é ficar com vocês sem óculos. Daí, eles assim: ai, se eu tivesse assim, eu não saia de casa. Daí eu falei: ah, estou muito preocupada. Eu estava com o olho todo preto (risos). Então, é engraçado porque as pessoas, às vezes, por alguma coisa, se escondem. Você tem que assumir é isto ai é pronto, se não gostarem, acho que é isto que não me estressa. Eu não me estresso, porque eu sou doente, por que tenho uma cicatriz, eu não deixo de fazer nada, como sair e se eu estou roxa (olhos) me lixando. Se eu estou roxa, cruces, as pessoas se preocupam demais. (Teresa, Engenharia).

A doutoranda Rúbia, que está no terceiro ano do Doutorado, já começa a pensar na defesa da tese, consciente da possibilidade de não conseguir defender no prazo, pois sua pesquisa está muito atrasada. Esta situação contribui para desencadear sentimentos de estresse, que afetam a sua relação com a família. Contudo, a informante, ao comparar sua realidade com a das demais doutorandas, supõe que a causa dos sofrimentos psíquicos de suas colegas pode estar relacionada à falta de suporte financeiro, pois a grande maioria “viver de bolsa” e não possui uma rede de apoio familiar, pois muitas são de outras cidades.

Olha, bem tenso, bem tenso, eu não tenho nada de resultado. É sério. Nada, nada, nada, nada nada. Assim, tá bem complicado para mim.. Nossa, a gente entra em desespero. Ah, um pouco acaba

afetando assim. Porque até o ano passado ela [filha] não ficava o dia inteiro na escola, agora ela está ficando para ver se eu consigo ter mais resultado, mais coisa. Porque, se der, tentar defender no prazo certo, a gente tem quase certeza que não vai dar. Assim, querendo ou não, sempre afeta. Se uma coisa não dá certo no profissional, você acaba levando sem querer para casa. Sim, sempre levo [para o marido]. É bem normal, até nesta questão de estresse meu pai é terapeuta (risos). Mas, eu nunca conversei com ele por que eu não sou muito a favor de falar sobre esse lado, eu não sou adepta destas coisas não. É que o negócio é que no Doutorado tem que trabalhar para conseguir resultado e tocar em frente. Assim, Silvana, conheço gente que tá na mesma época que eu, vem para cá todo dia. Fica o dia inteiro, no sábado e no domingo e está na mesma situação que eu. E está super estressado, sabe, por tudo explode assim. Eu não sei mais é pelo meu jeito de ser mais tranquilo. Mas, eu acho que tudo é do jeito da pessoa. Eu sou assim: não deu, não deu. Por viver da bolsa [elas/es] ficam assim. Eu sei, se eu ficar sem bolsa eu tenho de onde tirar, sobreviver. Eu tenho tudo isso, assim, a maioria não tem. Sei que uma bolsa de Doutorado não é uma migalha, é um salário bem bom, mas também eu não vou morrer de fome. (Rúbia, Ciências Exatas).

A proximidade da defesa tem causado sentimentos de medo e ansiedade entre as doutorandas. A enunciação de Júlia expressa este conflito interno em relação aos prazos.

Por todas as atividades que a gente tem que desenvolver dentro de um período de tempo, por exemplo, eu estou em um período do Doutorado, eu estou no último ano do Doutorado. Eu já sei o que fazer, mas eu tenho esse limite para cumprir e em função da vida em família e problemas no trabalho e as atividades de trabalho, a gente vai postergando. Daí a gente diz: não, eu vou terminar meu Doutorado nas férias e daí, e se não dá

tempo, a gente começa a ficar ansiosa. A gente começa, daí, ai meu Deus e se não der, e se não der, e se não der pra terminar. (Júlia, Engenharia).

A experiência da depressão e o uso de psicofármacos apareceu como uma maneira de sociabilizar a pressão sofrida no Doutorado. A troca de experiências entre elas contribuiu para se identificarem a partir do sofrimento psíquico vivenciado por colegas ou experienciado por elas próprias. A doutoranda Elisa percebeu, por meio de um diálogo com as colegas, que: “está todo mundo no mesmo barco, todo mundo tomando antidepressivo”. Assim há um reconhecimento entre as doutorandas da incidência de sentimentos muito similares como: ansiedade, angústia, insegurança, desequilíbrios comportamentais e dores físicas. A informante Elisa descreve como descobriu que suas colegas do Doutorado também estavam passando por problemas emocionais em função do curso.

Então, daí, eu estava conversando com a fulana. Daí, daqui a pouco, daí, veio a siclana e a beltrana. Todo mundo tava tomando [medicamentos antidepressivos] e a gente nem sabia. Então, está todo mundo no mesmo barco, todo mundo tomando antidepressivo. Que horror, horrível isto. Então, assim, meu marido nem sabia, eu nem falei para ele, eu não queria preocupar ele, sabe. Ele vai ficar preocupado, ele vai ficar, pois homem não fala. (Elisa, Engenharia).

Elisa fala da situação de uma amiga que “vive de bolsa”, pois sua condição é vista como completamente diferente. Seu companheiro assumiu as despesas da casa. Conforme ela, os custos materiais, gastos com a família como alimentação, educação e contas de manutenção da casa estão sob responsabilidade de seu companheiro, por isso Elisa não quer preocupá-lo com seu sofrimento. As experiências de Inês e Elisa convergem, por ambas estarem vivenciando a fase do Doutorado e sentirem os mesmos sintomas físicos e mentais como dores no corpo, sensação de cansaço físico e problemas de memória. Estes problemas e

o acesso à medicamentos que necessitam de prescrição médica tornaram-se assuntos de sociabilidade entre as doutorandas.

Sim, ela [Inês] tem outros problemas. Assim, ela, praticamente com a bolsa, sustenta ela e mãe, né? Então, é outra preocupação, né? Ela agora foi no neurologista, está tomando um medicamento que um neurologista receitou, porque ela precisava. Até explicou adrenalina, endopramina, ela até explicou o problema dela. Assim, de manhã, ela acordava toda dolorida. O corpo todo dolorido, cansada. Então, quando eu fui procurar (médico) eu também estava assim, andava cansada, cansada. Ai, não tinha vontade de fazer nada. Agora não, mas eu não podia nem pensar: “ah, agora eu tenho que ir para lá pro laboratório”. Esta minha amiga começou a falar e daí: “ah, eu também tomo [remédio]. No começo eu fui ao psicólogo, daí ele não queria receitar remédio. Daí eu fui ao psiquiatra e ele me receitou a fluoxetina. Não, desta vez foi o Rivotril¹⁰⁷, porque fluoxetina já tinha tomado antes não é a primeira vez que eu tinha tomado isto. Mas, eu sei que estes remédios só deixam a gente assim, mais calma, mais animada, tu ficas mais feliz. Mas, não te resolve o problema, não resolve o teu problema, pois o teu problema está ali [se referindo a tese]. Sabe, daí esta minha amiga era a mesma coisa sabe. Eu só não fico angustiada [tomando remédio], mas a tua preocupação continua a mesma coisa, pois a gente

¹⁰⁷A bula do Rivotril explica que ele pode ser indicado isoladamente ou como adjuvante no tratamento das crises epiléticas mioclônicas, acinéticas, ausências típicas (pequeno mal), ausências atípicas (síndrome de Lennox-Gastaut). Rivotril está indicado como medicação de segunda linha em espasmos infantis (síndrome de West). Em crises epiléticas clônicas (grande mal), parciais simples, parciais complexas e tônico-clônicas generalizadas secundárias, Rivotril está indicado como tratamento de terceira linha. Transtornos de ansiedade Como ansiolítico em geral. Distúrbio do pânico com ou sem agorafobia. Fobia social. Transtornos do humor Transtorno afetivo bipolar: tratamento da mania. Depressão maior: como adjuvante de antidepressivos (depressão ansiosa e na fase inicial de tratamento). Emprego em síndromes psicóticas Tratamento da acatisia. Tratamento da síndrome das pernas inquietas Tratamento da vertigem e sintomas relacionados à perturbação do equilíbrio, como náuseas, vômitos, pré-síncope ou síncope, quedas, zumbidos, hipoacusia, hipersensibilidade a sons, hiperacusia, plenitude aurial, distúrbio da atenção auditiva, diplacusia. Para mais informações ver: Rivotril. Disponível em: http://www.medicinanet.com.br/bula/detalhes/4557/indicacoes_rivotril.htm. Acesso em 21-11-2010.

precisa de uma coisa que nos dê energia para fazer as coisas mais rápido, ser mais dinâmica, pois eu era mais dinâmica. Eu perdi um pouco do meu dinamismo, a gente perdeu. Eu me sinto muito cansada, daí, você ainda não fez isto, daí seu orientador: “pô, não avançou nada”. Eles cobram muito da gente: “como é que você não avançou nada?” [orientador pergunta]. Daí eu penso: ai, meu Deus! Eu estou todo dia trabalhando. Como eu não consegui resolver isto? Eu não sei, é horrível. (Elisa, Engenharia).

Elisa comenta que, após o uso de alguns medicamentos controlados, verificou que estes já não mais garantiriam a “cura” prometida. Por isto resolveu procurar outras terapias, com enfoques mais alternativos. “Procurei várias terapias, estava fazendo reik, depois teve o marido da minha amiga. Ai, como era o nome? Eu adorei conversar com ele. Como é, é muito bom o que ele faz. É como? Ai, meu Deus. É uma metodologia nova, é descoll. Não é, é uma coisa nova. (Elisa, Engenharia).

A doutoranda Helena comentou que fez tratamento com Rivotril durante o mestrado, mas agora sente necessidade de fazer terapia, pois está com dificuldades devido à mudança de laboratório de pesquisa que sofreu. Diz sentir um tratamento hostil de seus colegas homens, por ser mãe. A maternidade, no seu curso, é percebida como uma condição que a exclui do seu laboratório.

Eu procurei a terapia. Eu não estou me dando bem ali. É diferente, eu não estou mais conseguindo conciliar casa e trabalho, eu não tenho mais vontade de vir, eu prefiro ficar em casa com a minha filha então, por isso que eu procurei sabe, por que eu procuro ajuda agora ou eu entro em depressão e não saio mais, estou morrendo de medo de ficar doente. Eu já tomei antes remédio porque eu estava com insônia. Tomei Rivotril um ano porque eu não conseguia dormir. O médico até me receitou, numa época, pomerola. Acho que era. Mas eu me neguei a tomar remédio antidepressivo. Eu estava na época de escrever dissertação. Hoje eu estou entrando muito em crise. Eu não estou conseguindo conciliar. Eu,

agora, eu, Helena, de um ano para cá, eu não estou aceitando bem a mudança de laboratório. Eu não me sinto a vontade ali. (Helena, Ciências Exatas).

A informante Hortência indica os motivos da depressão no campo acadêmico, que seriam a relação mal sucedida com o orientador, o despreparo da doutoranda para receber críticas e a insegurança em relação ao futuro. Conforme a estudante:

Bom, primeiro tem uma coisa que estressa muito as pessoas, que é a relação com o orientador. A relação com o orientador pode ser uma benção, como pode ser um inferno na vida da pessoa. Eu tive sorte até agora e as minhas relações com os orientadores foram muito boas. Mas, por exemplo, no mestrado, nós éramos três orientandos do mesmo orientador, eu continuo tendo (relação com orientador), continuo tendo, vou ser madrinha do filho dele. Deixou de ser meu orientador de mestrado e continua sendo amigo da nossa família. Visita a gente regularmente e teve outro colega que eles não podem nem se ver. Mas, simplesmente, foi traumático a relação deles. Não existe um orientador perfeito, não existe esse perfil. A pessoa faz isso e todos vão se dar bem com ele, não vão sofrer estresse, os orientandos vão se dar bem com ele não vai acontecer nada. Então, depende da relação que tu constrói de fato com a pessoa e ela é de mão dupla. Não é só o orientador que define isso, é tu também. (Hortência, Engenharia).

Hortência tirou algumas de suas conclusões a partir da vivência com um colega que teve uma experiência mal sucedida com o orientador:

Então, o que eu vi. Esse colega que se estressou muito, ele esperava que teria um mandador e não um orientador. Ele ficou esperando que o orientador dissesse o que ele deveria ou não fazer. No entanto, na minha opinião, esse não é o papel do orientador. O orientador, ele deve te direcionar conforme a tua ação, mas se tu não faz ação nenhuma, não tem onde fazer, nem agir, então, na

verdade foram duas pessoas que eu vi sofrendo com relação a isso. Por outro lado, eu, que tive uma relação muito boa também sofri muito no final .(Hortência, Engenharia).

Prosseguindo, Hortência salienta que as doutorandas não conseguem lidar com a crítica. As bancas geralmente são formadas por muitas pessoas, de diferentes visões, que podem surpreender no momento de avaliar o trabalho de tese. Segundo a informante, o problema de não conseguir conviver com as críticas é social, pois a sociedade não prepara a estudante para compreender a crítica de modo positivo. As críticas geralmente são interpretadas como ofensas pessoais. Assim sendo, na visão da informante, não há contribuições consideráveis para avançar o conhecimento, pois se não há críticas a discussão “fica uma ação entre amigos, todo mundo se elogiando” e, conseqüentemente, a Ciência não irá avançar. As aulas na pós-graduação seguem de acordo com um padrão comportamental entre as doutorandas: nenhuma deverá contestar, ou seja, pensar diferente do professor ou professora.

Eu acho que é uma tensão muito grande ser avaliado por múltiplas pessoas que tu sabes que têm pensamentos diferentes dos teus e do teu orientador. Então, você vai realmente ser criticada. Eu acho que a nossa sociedade não nos prepara para ser criticadas, eu acho que isso é uma questão de humildade. Em primeiro lugar, tu admitires que as pessoas não sabem tudo e que as pessoas podem realmente te criticar para que isso não seja uma ofensa pessoal. A imensa maioria das pessoas leva a critica como uma ofensa pessoal e vira teu inimigo para sempre. Eu acho que isso é o comportamento mais errado dentro da Ciência, porque se as pessoas não podem te criticar, não tem avanço, se fica uma ação entre amigos todo mundo se elogiando. Ai, que maravilha, ai, que maravilha, tu vai reproduzir sempre os mesmos comportamentos, o mesmo tipo de pesquisa, o mesmo resultado, tu vais ficar no ciclo. Tu não vais sair daquilo ali, não sei se é virtuoso ou vicioso, é um ciclo, que não sai. Acho que, para a Ciência, não é esse o objetivo. A gente tem caminhado para a frente e a crítica é o que te

faz andar para frente, porque você trabalha tanto num determinado tema que chega um momento que tu não tem mais clareza de enxergar o que tu estás escrevendo, o que tu está pesquisando. Chega um momento que tu não tem clareza, sabe é tudo uniforme, uma massa uniforme na tua cabeça. Tu não enxergas se aquela frase a pessoa vai conseguir entender ou não, se, de repente, não tinha outra interpretação sobre aquilo que tu disse que alguém pode entender de outra forma. Tu não percebes isso, então tu precisas de apoio, de críticas de pessoas o mais longe possível do teu trabalho, para que ele possa continuar crescendo. (Hortência, Engenharia).

Contudo, tanto a fala de Hortência como a de Inês e das demais doutorandas enunciam as experiências pessoais vivenciadas no campo acadêmico que incluem dificuldades de lidar com críticas. Hortência procurou ajuda médica para superar esta dificuldade.

No meu caso foi o principal motivo, eu tive que me preparar muito psicologicamente para saber que eu ia ser criticada. Não cheguei a fazer terapia, mas cheguei a tomar remédio, eu não conseguia mais dormir. Eu tomei, primeiro, estrato de valleriana. É um produto natural bem fácil de encontrar, eu tomei bastante, tomo até hoje. Sou bastante ansiosa. Em geral, eu tenho que tomar, para dar uma baixadinha. Nos últimos meses, já tinha terminado de escrever, já estava esperando marcar a defesa, o dia de chegar a defesa, daí eu tomei um tarja preta que se chamava Etonis. Tomei durante um tempo. Foi receitado pelo médico. Tomava nos dias que me sentia mais angustiada. Eu fui ao médico, daí, eu expliquei para ele que eu não conseguia. Não é que eu não conseguia dormir, eu demorava muito para dormir e acordava muito cedo espontaneamente, às seis da manhã. Mas eu me sentia extremamente cansada, não conseguia dormir, não conseguia deitar. Deitar depois do almoço e dormir, entende, eu não conseguia. Ele [médico] disse que é ansiedade mesmo, então eu

bati muito isso comigo e minha mãe obrigou ir ao médico. Daí eu fui ao médico e ele falou que isso é normal. “Tu tá com excesso de ansiedade, eu vou te dar um remédio e vai te ajudar, não precisa usar todo dia, usa quando se sentir pior”. Ajudou muito, foi ótimo, ótimo mesmo. (Hortência, Engenharia).

Perla que “vive de bolsa” também concorda que o fator financeiro pesa muito e contribui para a depressão. A incerteza sobre a formação é novamente enfatizada por ela ao falar dos motivos de sua doença durante o Doutorado.

Eu tenho depressão, mas eu não gosto de falar sobre isto, pois estou em recuperação para conseguir qualificar. O principal motivo, claro que existem diversos motivos, mas o pior é estar investindo em algo que não se sabe se vai dar certo. O desemprego nos abala sim, somos de uma outra geração. Ser doutor mudou o significado. Isto a sociedade precisa entender. Quem faz Doutorado tem uma vida diferente, precisa de um tempo diferente, renuncia a muitas coisas para estar aqui, sábado, nesta universidade trabalhando, ralando. A depressão é muito normal aqui, muito mesmo. (Perla, Engenharia).

Os quadros 10 a-d apresentam o estado emocional das doutorandas em relação aos problemas vivenciados no Doutorado por área de conhecimento e a percepção sobre “as outras” no campo.

Quadro nº 10 a Estado emocional e as dificuldades sentidas por área de conhecimento - Ciências Humanas

Codínome das doutorandas	Problemas vivenciados no doutorado	Sentimentos em relação aos problemas	Percepção sobre as outras doutorandas a partir de sua vivência
Luiza	Gestação/maternidade	A administração do tempo tornou-se mais “severa”. Admite que sentiu dificuldades na socialização da filha	A vida acadêmica não distingue os sexos, se é mulher ou homem, você precisa corresponder ao

		mais nova, acredita que foi por causa de sua ausência no primeiro ano de vida, pois a menina regrediu no comportamento.	padrão ideal, que seria ter tempo para se dedicar. Não há espaço de reflexão para as acadêmicas refletirem sobre suas práticas não há tempo para isto, o que vale é o “ser produtiva”.
Maria Flor	Maternidade	Angústia e medo por não conseguir cumprir prazos, há muita burocracia.	Todas as acadêmicas estão muito preocupadas com sua produtividade, não há solidariedade, vínculos para identificação, não há possibilidade de se construir resistências.
Virgínia	A pressão pela produtividade caracterizada pelas exigências docentes e institucionais. A dificuldade de pensamento crítico no doutorado.	Diz se estressar muito com a pressão das professoras para ela entrar no modelo de acadêmica brasileira.	As doutorandas geralmente estão mal todo dia, não falam sobre outro assunto que não seja vinculado ao universo acadêmico. Seus semblantes expressam que estão “com cara de malucas, tomam remédio para dormir, tomam remédios para acordar, parecem robôs”. As relações fora da academia são ignoradas, não se fala da família no doutorado.

Fonte: entrevistas semi - estruturadas com doutorandas da UFSC (período de agosto de 2009 a fevereiro de 2010).

**Quadro nº 10 b Estado emocional e as dificuldades sentidas por área de conhecimento-
Ciências Exatas**

Codínome das doutorandas	Problemas vivenciados no doutorado	Sentimentos em relação aos problemas	Percepção sobre as outras doutorandas a partir de sua vivência
Helena	Conciliar trabalho e maternidade. Relação conflituosa no laboratório que está inserida por ser composto por homens na sua totalidade.	Ansiedade, sensação de estar sendo excluída pelos colegas homens que são solteiros e não têm filho.	As acadêmicas com carreira consolidada geralmente não têm filhos e não são casadas. Os doutorandos mostram preconceitos em relação a ela por ser mãe, sente hostilidade. As colegas mulheres encaram sua maternidade como algo “anormal”
Rúbia	Conciliar trabalho e maternidade. Estar fazendo uma pesquisa de tese de uma linha de pesquisa nova, não têm resultados e esta no fim do terceiro ano do doutorado.	Ansiedade, estresse.	As colegas do doutorado mostram muito estressadas por não conseguir fazer tudo, acha que o estresse é devido ao prazo para a defesa, mas também por estas “viverem de bolsa”, vivem inseguras.

Fonte: entrevistas semi - estruturadas com doutorandas da UFSC (período de agosto de 2009 a fevereiro de 2010).

**Quadro nº 10 c Estado emocional e as dificuldades sentidas por área de conhecimento -
Ciências Biológicas**

Codínome das doutorandas	Problemas vivenciados no Doutorado	Sentimentos em relação aos problemas	Percepção sobre as outras doutorandas a partir de sua vivência
Cristina	Dificuldade da família e dos outros entenderem que o trabalho acadêmico não acaba quando chega em casa. O companheiro não	Sente-se sobrecarregada. Não consegue estabelecer um horário fixo para se dedicar ao doutorado devido aos imprevistos com o	Muitas doutorandas solteiras que moram em outra cidade e estão na cidade só para estudar ficam em depressão.

	ajuda nas tarefas domésticas.	filho e a casa.	
Cibele	Problemas de saúde. Conciliar maternidade, trabalho e Doutorado.	Angústia e um pouco de estresse.	Vê as pessoas muito estressadas, devido a dificuldades financeiras e com prazos que não conseguem cumprir e muita depressão e loucura.

Fonte: entrevistas semi - estruturadas com doutorandas da UFSC (período de agosto de 2009 a fevereiro de 2010).

Quadro nº 10 d Estado emocional e as dificuldades sentidas por área de conhecimento - Engenharias

Codiname das doutorandas	Problemas vivenciados no doutorado	Sentimentos em relação aos problemas	Percepção sobre as outras doutorandas a partir de sua vivência
Maria Cecília	Ser mulher na engenharia devido ao campo mostrar significativa resistência à presença feminina. Sente a discriminação em relação à remuneração, o ser testada a todo momento.	Estresse e depressão	Sente que os colegas homens estão testando sua capacidade a todo momento. Acha que a competição e o machismo não estimula boas relações no doutorado.
Hortência	Dificuldade de dividir tempo de trabalho e tempo livre. Dificuldade por ser formada em outro curso de graduação e não a engenharia.	Dificuldades de lidar com críticas. Estresse e isolamento.	Problemas financeiros, competição e dificuldade de relacionamento.
Inês	Problemas em relação ao financiamento de seu projeto de doutorado. Problemas com burocracias dentro do laboratório. Dificuldade de fazer a pesquisa.	Cansaço Dores físicas Isolamentos Tristeza Perda de memória	A grande maioria sofre de depressão.
Teresa	Não sente problemas em relação ao	Diz que não se sente pressionada	A informante acha “incrível como as

	Doutorado.	no doutorado e por estar tranquila até se questiona se é “normal”.	doutorandas conseguem fazer uma tese sofrendo. Diz que vê 'gente bem louca'. Esta loucura acaba propiciando disfunções em suas saúde física e mental. Segundo a informante “tem gente que engorda, tem gente que emagrece, gente que se separa, um horror”.
Júlia	Conciliar vida familiar, trabalho e doutorado.	ansiedade	Muita competição.
Joana	Problemas com equipamentos. Não ter alguém, uma bolsista para ajudá-la nas suas análises.	Estresse	Diz que as mães sofrem mais prejuízos, pois precisam além de fazer a tese cuidar do filho, pois o “filho é da mãe” para a informante.
Elisa	Problemas com orientador. Problemas com o piloto do projeto. Não teve bolsa, conciliar maternidade e doutorado. Ter passado por dois processos seletivos no mesmo programa de pós-graduação o que fez não defender no prazo. Gravidez.	Ansiedade, estresse, perda de memória, cansaço físico e mental.	Todas sentem os mesmos sintomas da depressão, sente que todas “estão no mesmo barco”.
Perla	Problemas em conciliar trabalho e Doutorado. Problemas com o orientador .	Estresse, dores no corpo, perda de peso, dificuldade de dormir, cansaço	Geralmente são competitivas e têm sintomas de depressão

Fonte: entrevistas semi - estruturadas com doutorandas da UFSC (período de agosto de 2009 a fevereiro de 2010).

Nos quadros 10 a-d sobre o estado emocional das doutorandas - observamos que as doutorandas vivenciam problemas variados, por isto

não se pode compreendê-las como um grupo que compartilha dos mesmos valores, visões de mundo. Notamos que os significados relacionados à fase do doutorado são refletidos por cada uma delas sempre levando em consideração as suas biografias, experiências e situações cotidianas.

Seus discursos refletem interesses individuais distintos. Desta forma, é impossível pensá-las como um grupo que compartilha os mesmos valores e visões de mundo. A criação de uma resistência coletiva para superar as dificuldades do Doutorado mostra-se pouco viável, pois não existe um diálogo direcionado a isso. Ainda que tenham consciência de suas dificuldades, as doutorandas parecem retardar uma elaboração consistente em função da falta de tempo. O habitus acadêmico, focado na política da produtividade, fala mais alto e é incorporado no campo sem grandes questionamentos.

As dificuldades não são poucas: insatisfações com o valor da bolsa, sentimento de exclusão nas Engenharias, relações difíceis com orientadoras/es e professoras/es, sentimento de desprestígio social por serem tratadas como “calouras de graduação”, inseguranças se terão um emprego depois do Doutorado e mães que se sentem discriminadas. Posto isso, por que, apesar de todos estes problemas, elas estão construindo uma carreira?

4.3.2. Os motivos para estar no campo, apesar das dificuldade.

A conquista do vínculo institucional permanente, ou seja, a ambicionada nomeação definitiva não foi mencionada como o único motivo por estarem a cursar o Doutorado. O questionamento: “o que irão fazer “depois?” caracterizou-se como uma pergunta difícil de ser respondida. Houve múltiplas respostas. No quadro 11 podemos verificar alguns motivos apresentados pelas doutorandas para estarem cursando o Doutorado.

Quadro 11 Relação dos motivos para cursar o Doutorado por área de conhecimento

Área de conhecimento	Motivos para fazer o Doutorado					

	Por retorno financeiro	Por qualificação profissional	Por gostar de pesquisar	Por falta de opção	Pela bolsa	Para fazer em concurso em universidade pública
Ciências Biológicas	2					
Ciências Exatas				1	1	
Ciências Humanas	1		2			
Engenharias	2	2	1	1		2
Total	5	2	3	2	1	2

Fonte: entrevistas semi - estruturadas com doutorandas da UFSC (período de agosto de 2009 a fevereiro de 2010)

No quadro 11 podemos observar, a partir dos números, que as doutorandas não elegeram apenas um motivo para cursar o doutorado. Entre estes motivos, a obtenção do título de Doutor é vista como um sinônimo de ascensão social, como um meio para futuramente “ser bem sucedida”. A fala de Cristina complementa este dado:

Por que a gente sempre tem uma esperançinha, lá no fundo do poço, que a gente vai ser bem sucedida com isso, que todo investimento vai valer a pena. Tem que gostar, pois ninguém consegue tocar por muito tempo, ainda mais, a gente que trabalha com animais. Quem não gosta, não consegue continuar, não têm como. (Cristina, Ciências Biológicas).

Os motivos para estar no Doutorado centram-se em conseguir um bom retorno financeiro. Na visão das doutorandas, o título será um meio para obter capital econômico.

Eu pensava no futuro na verdade, porque quando eu me formei, tive oportunidade de sair ir para o mercado de trabalho, de começar a trabalhar. Mas,

daí, eu pensava: não, se for, de repente, para eu ter uma situação financeira mais estável, até mesmo na situação profissional, eu prefiro agora, em vez de ir para o mercado de trabalho, ou seja já começar a ganhar dinheiro. Eu preferi me capacitar, me qualificar antes, um pouco mais para depois, quando eu realmente entrasse no mercado, eu já conseguisse ter um retorno financeiro maior. Eu tinha objetivo de chegar aqui e o meu objetivo foi sempre pensando no futuro mesmo, de ter uma vida mais confortável. Eu achava que realmente eu fazendo o Mestrado e o Doutorado eu ia conseguir ter uma carreira profissional mais consolidada. (Júlia, Engenharia).

A doutoranda Cibele, que é mãe, pensa na estabilidade da filha. Assim como Júlia e Cristina, diz estudar pelo retorno financeiro. “Porque me dará mais possibilidade de conseguir um emprego na universidade, mais estabilidade para minha filha, terei um emprego digno e ganharei suficientemente bem”. (Cibele, Ciências Biológicas).

A doutoranda Perla salientou, além deste retorno financeiro, por meio de um “bom emprego”, o acúmulo de capital cultural proporcionado pelo título de Doutor. Diz saber que faz parte de uma elite intelectual do Brasil.

O título de doutor é importante, primeiro porque agrega valor, fazemos parte da elite intelectual do Brasil. Isto é importante. É status e eu gosto disso. Quero ser doutora, qual o problema? Estou me ralando um monte por causa disso, mas valerá a pena em termos culturais e econômicos, pois terei mais possibilidade de conseguir um bom emprego. (Perla, Engenharia).

Fazer o Doutorado por falta de oportunidades ou pela bolsa também corresponde a uma parcela das razões de cursá-lo. No entanto, “o gostar de pesquisar” apareceu pouco nas respostas. Das 15 doutorandas, apenas três estão convencidas que estão no doutorado porque realmente gostam de pesquisar, ou seja, gostam do que fazem, como é o caso da doutoranda Inês, que afirma que está no Doutorado por gostar de pesquisar, descobrir coisas novas.

Olha, o prazer é sempre o de aprender coisas novas, isto é o que me motiva. Eu fico feliz só pelo fato de pegar um tema como esse, que eu acho um pouco difícil assim para mim, mas eu me motivo porque eu tenho que aprender alguma coisa que eu não sabia. Alguma coisa diferente do que eu aprendi no mestrado, diferente do que eu aprendi na graduação. É algo que eu vou ter que correr atrás. É 'o novo'. Isso é o que me motiva. Mas, assim, que isso já me deixa satisfeita, mesmo que tudo der errado. Eu aprendi coisas diferentes, que isso vai ser importante para minha vida. (Inês, Engenharia).

As doutorandas Luiza e Maria Flor falam que sofreram influências durante a graduação. O retorno financeiro e a procura de qualificação foi um dos motivos por ela apresentados.

Prioritariamente para conseguir um emprego com melhor remuneração, sem negar a necessidade da qualificação profissional. Atualmente me identifico com a área e gosto de estudar, porém esta identificação foi construída ao longo do curso de graduação. (Luiza, Ciências Humanas).

A informante Maria Flor acredita que sua motivação para seguir a carreira acadêmica ocorreu por ter sido bolsista de iniciação científica e pelo estímulo recebido de seus professores durante a graduação.

Desde que comecei a fazer pesquisa pelo CNPq na graduação, tinha certeza que a docência era o que eu queria. Assim, Doutorado seria inevitável. Talvez dos meus professores na época da graduação. Eles me incentivavam muito. Acredito que complementa o conhecimento básico adquirido no curso que sou formada. A área das humanidades sempre me atraiu, sempre despertou meus interesses. (Maria Flor, Ciências Humanas).

Partindo do exposto, constatamos que a atividade científica é vista como um trabalho como outro qualquer para as doutorandas. No entanto, as candidatas à Ciência motivaram-se a fazer o Doutorado para obter capital econômico. O valor simbólico do título de Doutor e uma

discussão sobre a relação entre Ciência e sociedade não apareceram em seu discurso. Para elas, o trabalho científico não é visto como uma atividade dotada de sensacionalismo, mas uma atividade que complementa a vida desta candidata, moldada de individualismo e desejos materiais. Por isto, a atividade científica não se mostra como um fim em si, ou seja, de busca de conhecimento por conhecimento, mas de um meio de alargar as suas possibilidades de consumo. Entretanto, Inês, Maria Flor e Luiza salientaram o gosto por pesquisar, o “aprender coisas novas” e a influência que tiveram durante o curso de graduação. As bolsas de Iniciação Científica também apareceram como uma influência para estar no campo.

4.4. A percepção sobre as relações de gênero para as doutorandas

Então, uma coisa que me irrita profundamente na pós-graduação, é por exemplo, o título. Que eu vou ser Doutor, eu vou ser uma doutora. Não vou ser Doutor, acho isso muito ruim. É um indício de que ainda tem algum tipo de discriminação, de um sexismo que seja, não sei se é discriminação ou é um sexismo. (Hortência, Engenharia).

As enunciações das doutorandas da Engenharia partem de duas especialidades desta. A Engenharia é percebida como um campo de poder/saber masculino, logo o habitus incorporado pelas doutorandas é moldado por meio de muita competitividade. As doutorandas das Engenharias pouco refletem sobre situações que evidenciam a desigualdade de gênero. A fala de Elisa permeia um teor de “androcentrismo”, pois admite sentir-se mais segura quando pergunta a um colega homem do que uma colega mulher.

Somos competitivos por natureza na Engenharia. Na Engenharia há uma discriminação que se sente na graduação, Mestrado e Doutorado. Muita competição sobre o conhecimento, quem sabe mais, por isto, as perguntas precisam ser feitas para as pessoas certas. Eu prefiro perguntar para um colega homem, pois eles vão responder melhor, mais elaborados porque eles vão responder para uma mulher. (Elisa, Engenharia).

A Engenharia é um campo de dominação masculina. Esta percepção é sustentada por meio do discurso social incorporado e reproduzido a partir de comportamentos machistas, tanto por homens como mulheres. O sexismo que permeia o campo da Engenharia expressa-se por meio de atitudes que diferenciam as mulheres nesta área, tratando-as de modo desigual, pois o gênero é pautado por um simbólico que pressupõe binaridade, assimetria, logo hierarquia para legitimar a inferioridade de tudo que se associa ao culturalmente visto como “feminino”. Maria Cecília fala sobre a forma que se dão as relações de gênero na Engenharia.

Sou doutoranda na Engenharia, que é um ambiente ainda muito dominado pelos homens e mesmo mulheres com pensamento machista. Neste “antro” machista, as mulheres têm chances reduzidas, por melhor trabalho que faça e empenho que tenha sempre ouvirá 'comentários engraçadinhos' do tipo: Veja o fulano, esse é um cara bom, como ele é inteligente, ele é trabalhador, ele é esforçado. Ela será preterida de muitas funções e promoções em detrimento dos homens, por exemplo, muito provavelmente quando alguém for selecionado, indicado para algo, a seleção será feita com tendência a recair nessa lógica sexista masculina. Para as mulheres, infelizmente sobram muitas vezes os espinhos e as agruras e as críticas, entre outros. Alguns dos comentários, inclusive e paradoxalmente serão mais capciosos. (Maria Cecília, Engenharia).

A doutoranda Maria Cecília afirma que o sexo da Ciência é masculino, que a mulher precisa incorporar um comportamento de igual para igual nas relações de trabalho. A masculinidade exaltada no contexto leva as mulheres que participam desta elaborem táticas para conviver neste campo de forte dominação masculina. A doutoranda comenta o comportamento que as mulheres da Engenharia devem adotar para “sobreviver nesse meio acadêmico” e as sobreviventes devem “saber o seu valor”, ou seja, tudo que está superando para estar na Engenharia.

A mulher para sobreviver nesse meio acadêmico e também profissional deve ter alta inteligência emocional. Tem que ser muito segura de si, saber contornar com inteligência, sabedoria e estratégia situações desfavoráveis e não se deixar abater pela 'estupidez alheia'. Um dos lemas pode ser *Video et Taceo*, Vê e Cala; lembrando a Rainha Elisabeth da Inglaterra. A mulher tem que ser forte e 'aguentar o tranco', deve saber o seu valor, ter sua altivez e dar a si mesma sua 'coroa de louros', porque raros o farão; 'sempre estar no salto alto' porque sacanagens, puxadas de tapete, rasteiras farão parte do dia-a-dia acadêmico e podem até prejudicar o desenvolvimento de suas teses. Por todos os motivos listados o mérito da mulher acadêmica e profissional é muito maior que o dos homens. Palmas para essas aves raras vitoriosas. (Maria Cecília, Engenharia).

A carreira acadêmica é identificada pelas doutorandas como uma carreira mais adequada aos homens, pois as mulheres precisam incorporar comportamentos masculinos pautados na competitividade para sobreviver neste espaço. A pressão que passam ao ter que “provar” sua capacidade é evidenciada pelas doutorandas. A fala de Maria Cecília toca nesta desigualdade de gênero:

Infelizmente devo dizer, sim, que a Ciência e a instituição têm sexo, ao menos no Brasil. Não há espaço para a mulher no Brasil. Mesmo em outros países é difícil. Se a mulher quer ingressar no meio profissional e acadêmico ela deve se “masculinizar e partir para o ataque” de igual para igual, pois não será poupada. Ao contrário será, cruelmente, muito mais cobrada, sobrecarregada, menos valorizada e menos remunerada que um homem. É cruel porque para um homem, não se colocam as coisas no extremo: “Decida ou tua vida pessoal, ou tua profissão, tua carreira, teu trabalho”, em compensação essa situação limite é a realidade feminina. A mulher têm e terá muitas batalhas ainda para enfrentar para mudar esse quadro. Há alguns países que apoiam e valorizam

a mulher e a maternidade, com suporte para a mulher e para sua família e para suas crianças, o que não é o caso do Brasil. Com toda a certeza, observei muitas desvantagens. A partir do momento que o sexo do indivíduo faz diferença e isso incide em como a pessoa é tratada, uma mulher tem que fazer muito mais e muito melhor o que vários homens fazem, para ser sequer notada. (Maria Cecília, Engenharia).

O problema na Engenharia é interpretado como uma discriminação sutil. Na visão de Joana, a diferença não é admitida nas práticas cotidianas entre seus colegas e professores. A informante diz que pode até ter sofrido uma discriminação, entretanto qualifica esta como muito “leve”. Como exemplo cita a recusa de professores em orientar mulher pela possibilidade desta engravidar no Doutorado. A mulher na Engenharia seria um fato de admiração na percepção de Joana.

Se eu sofri eu não percebi, eu acho que foi uma discriminação muito sutil, tem professor por exemplo, que recusa pegar estudante de Doutorado que pode engravidar. A gente ouve esse discurso aqui, não quero orientanda mulher, vai que ela engravida, como eu vou ficar? Daí vai ter filho, não, não, é um estresse. daí eu fico olhando. Normal, a mulher pode engravidar. O mesmo que o homem pode ficar doente, pode ter algum problema familiar, pode ser pai. Então, qual é o problema? Mas, assim, fora isso eu nunca vi. Os amigos não, eu nunca senti, nunca percebi, quando eu converso com alguém aí porque eu sou engenheira, o pessoal admira porque é mulher, justamente por causa disso, justamente por causa da cultura, mas não pelo fato de discriminar que horror uma mulher engenheira. Nesse sentido não, nesse sentido não. (Joana, engenheira).

A doutoranda Inês reitera a visão de Joana sobre o tratamento dado a mulher que cursa engenharia:

Então, assim inclusive eu percebo assim, que pelo fato de ser mulher nos empregos que eu trabalhei, eles valorizam mais as mulheres, porque as mulheres engenheiras são mais dedicadas, responsáveis, inclusive tem muito mais iniciativa que os homens. Fazem qualquer trabalho que os homens fazem, vão para campo, fazem. Eu nunca senti na verdade, eu nunca senti. Se eu falasse que vivenciei, estaria te mentindo. (Inês, engenheira).

A desigualdade de gênero na Engenharia é pouco refletida pelas poucas estudantes, devido ao ritmo competitivo e de muito estudo que tendem a ter. Reiterando o que constatei na pesquisa sobre as estudantes de graduação em Engenharia, que pouco sentiam desigualdades de gênero devido ao tipo ideal de engenheiro que necessitavam incorporar para estar no campo. (BITENCOURT, 2006).

Não, não, aqui não, até porque na graduação, a gente realmente era muito menos mulheres do que homens na sala de aula, mas isso não foi uma dificuldade em função do gênero. Eu tive dificuldade mesmo de estar fazendo um curso, que era muito difícil para mim. No Mestrado e no Doutorado também não senti nenhuma, pelo menos não diretamente. Se houve alguma., alguma espécie de retaliação, discriminação, nunca foi feito para mim diretamente, eu nunca fiquei sabendo de nada, comigo eu nunca tive problema não. (Júlia, engenheira).

Hortência comenta da inexpressividade numérica no seu curso de Doutorado e verifica que as doutorandas tendem a se relacionarem com os estudantes homens.

No Doutorado tem muito mais homem do que mulher, mas também é a mesma coisa. Eu fiz uma amiga mulher. No doutorado são quatro meninas, todas elas estão sentadas no lado de um cara, não tem nenhuma sentada no lado de outra mulher, todas elas estão se relacionando com os caras, não sei explicar isto, não há competição entre homens e mulheres. (Hortência, Engenharia).

Esta constatação de Hortência parece convergir com o estudo que realizei sobre estudantes de Engenharia. Neste estudo (BITENCOURT, 2006) as estudantes de engenharia, por pertencerem a uma minoria sentiam-se excluídas por não “ter voz” no campo. A competitividade ocorria somente entre os estudantes homens, pois para estes, as mulheres, simplesmente por serem mulheres, não poderiam ser vistas como seus pares concorrentes para competir. Os colegas muitas vezes, mostravam atitudes protetoras, pois eles as viam como mulheres e não concorrentes. As mulheres eram representadas como “objetos de desejos masculinos” e não “iguais” que podiam competir com eles. Neste contexto, prevalece um tipo de masculinidade que tem como representação feminina vinculada simbolicamente ao mundo das emoções. Por isto, para estas serem identificadas como concorrentes, na visão dos homens, elas deixariam de ser objetos de desejos para se tornarem mulheres sem atributos atrativos para seduzir um homem, “feias” ou “anormais”, identificadas como “pontos fora da curva”.

Nas Ciências Biológicas, a doutoranda Cristina não acha que existam diferenças entre os sexos nos resultados relativos às experiências feitas no seu campo de conhecimento. No entanto, verifica diferenças em relação a divisão do trabalho feito no laboratório onde investiga. Segundo a doutoranda, os homens ficam com trabalhos como carregar peso e as mulheres geralmente se ocupam com atividades de organizar compras, organizar uma festinha de aniversário. Assim, a força é compreendida como a única diferença para a doutoranda no trabalho cotidiano do laboratório.

Pode ter sim, mas uma pessoa mais detalhista observa que o animal está um pouco tenso, porque aquele comportamento... Então, analisa mais detalhes na verdade é da pessoa, é da percepção da pessoa que é mais detalhista não de homem ou mulher. Não há diferença de gênero não, o que há é se a pessoa é mais detalhista ou não. Coisa de carregar peso, os homens fazem a gente não faz. A gente resolve mais problemas de fazer compras, organizar uma festinha, a única diferença de gênero é carregar peso. (Cristina, Ciências Biológicas).

Cibele, que é atualmente gestante, mostra que esconderá a gravidez em um concurso que prestará em uma Universidade do Mato

Grosso. A informante admite que os colegas de laboratório não aprovam sua gravidez por estar finalizando a tese. No entanto, esta situação não se mostra tão preocupante, inclusive comprou roupas largas a fim dos membros da banca não notarem a sua gravidez.

Há diferenças sim e muitas, desde a mais sutil como piadinhas até mais hostis como: mulher deveria estar na cozinha e não no laboratório. No entanto, a discriminação mesmo é estar grávida, nem comento, pois eles te olham torto, é muito complicado, muito complicado mesmo, ficam te discriminando. Eu mesma vou prestar um concurso e comprei roupas largas que impossibilitem a banca do concurso ver a minha gravidez, ainda bem que sou magrinha e geralmente mulheres com mais de 30 tem uma barriga saliente, então agindo assim não terei problemas, por que a banca pode não me dá nota boa porque logo pedirei licença-maternidade por causa da gravidez (Cibele, Ciências Biológicas).

Nas Ciências Humanas, a doutoranda Maria Flor sente que existem discriminações com a mulher na academia, sim, e salienta que a maternidade pode ser uma questão que necessite ainda de amadurecimento. No entanto, a informante admite que mudanças são raras devido à cultura organizacional imposta na universidade.

Ainda há amadurecimentos a serem alcançados quando se trata de homens e mulheres e o lugar que ocupam ou que dão para nós na sociedade, principalmente questões referentes à maternidade. Não sei se esse amadurecimento, em geral, será possível um dia. Instituições são muito formais, possuem regras, possuem cronogramas, prazos, orçamentos e financiamentos e isso complica tudo. (Maria Flor, Ciências Humanas).

A doutoranda Helena, das Ciências Exatas, percebe a diferença no tratamento entre seus colegas de laboratório. Durante a entrevista, mostrou uma dificuldade de conviver com a sua nova realidade ao ter mudado de orientador e laboratório, pois sente que precisa provar que é capaz para estes novos colegas. Acredita que sua condição de mãe pode ser o principal motivo da discriminação sofrida.

Tive que mudar porque o laboratório que eu trabalhava não existe mais. A orientadora não quis mais orientar Doutorado, só está na coordenação do curso. O fulano se aposentou e o Siclano não me aceitou como orientanda dele. Então, está sendo bem difícil esta mudança de laboratório. Eu não estou aceitando, porque se fosse há um ano atrás eu ia te convidar para fazer entrevista lá no antigo, porque mesmo que tivesse 20 pessoas lá, eu sabia que eu não ia atrapalhar. Ali eu me sinto atrapalhando. Ali eu tenho que tá o tempo todo provando que eu posso, eu sou capaz, porque eles estão o tempo todo olhando. Ah, ela não vai conseguir, o trabalho dela vai ser uma droga. Daí eu não sei se é uma impressão ou é realmente assim que eles me olham, que eu vejo bastante isso. Eu acho, eu senti, que o jeito que eles me tratam é diferente do jeito que eles se tratam entre eles. Sim, antes tinha uma menina mas ela defendeu, então agora eu sou a única mulher. Só tem homem, então eu acho que neste ponto não, não vejo isso, mas o preconceito que existe é mais em relação a eu ser mãe, em relação aos meus sacrifícios com a minha filha. (Helena, Ciências Exatas).

4.4. A leitura dos requerimentos de prorrogação de tese

Olha, eu fui o último da minha turma a defender a tese. Mas, eu trabalhei o tempo todo. É muito diferente ter vínculo numa instituição pública que te libera quatro anos, pois como eu trabalho em uma instituição privada. Este tipo de instituição, geralmente, te dá o tempo de você cumprir as disciplinas, ou seja, dão um ano. A minha instituição me deu um ano e meio, mas depois eu logo assumi muitas turmas e o trabalho em coordenar curso e núcleo de pesquisa é pior ainda, pois você fica muito atarefado. Eu também tive problemas emocionais, tomei um ano de ansiolítico. Meu filho cresceu e eu não vi seu crescimento, imagina você está dentro de casa e

não pode se relacionar, porque você precisa escrever a tese. Eu preciso recuperar o tempo perdido com minha família. (Doutorando, área de Ciências Humanas, diário de campo, 30/09/2009).

Este depoimento apresenta uma declaração espontânea de Matheus sobre a experiência da fase do Doutorado. Os motivos para postergação são incomensuráveis e vão desde o falecimento de um ente querido, uma doença grave de alguém na família, uma gravidez não planejada, entre outros problemas que influenciam na subjetividade de cada candidata ou candidato à Ciência.

Há uns seis anos eu e Matheus cursamos a disciplina Sociologia do Trabalho, uma optativa oferecida pelo PPGSP na época. Eu era uma aluna especial de mestrado, e já convivía com muitos doutorandos e doutorandas que estavam no processo de elaboração da tese. No entanto, fazia muito tempo que não via Matheus e o reencontrei justamente no dia de sua defesa. Já conhecia o seu caso, pois Matheus já havia prorrogado sua defesa por 12 meses e, posteriormente, havia trancado o curso. Ele não sabia que eu tinha lido todos os requerimentos de prorrogação de tese de Doutorado do período de 2003 a 2009 de seu Programa de Pós-Graduação.

Contudo, Matheus deu - me uma série de justificativas antes de entrar na sala de reuniões para defender a sua tese sobre o não ter defendido sua tese no prazo de 48 meses. Sem demonstrar satisfação e alegria no olhar, o velho conhecido pareceu-me que estava livrando-se de algo muito doloroso.

As justificativas contidas nestes requerimentos estão fora de um modelo padrão. Talvez, se houvesse um modelo, seria mais difícil observar as particularidades relacionadas dos programas pesquisados e se o sexo da doutoranda influencia no modelo de justificar a extrapolação do tempo neste contexto. Contexto este onde o “bom uso” do tempo recomendado pela política da produtividade é compreendido como um atributo importante que a candidata deverá possuir. Que há dificuldades na feitura do texto da tese, isto não é novidade, no entanto, os conteúdos destas cartas evidenciam informações sobre o processo de produção do conhecimento (WALLERSTEIN, 2002) dentro de uma perspectiva institucional: como corporação administrativa de cada programa na sua especificidade; e disciplinar: nas metodologias utilizadas em cada área específica e cultural diante das informações feitas dentro das distintas áreas.

A leitura destes requerimentos fez-me refletir sobre o modo que as/os doutorandas/os, conjuntamente com orientadores ou orientadoras, estão pedindo “mais tempo”, ou seja, “mais prazo” para a defesa de suas teses. Numa perspectiva de gênero, podemos verificar nestes conteúdos, informações que configuram a dicotomia masculino/racional/objetivo em oposição ao feminino emocional/subjetivo. Mas, também há argumentos específicos de cada área de conhecimento, ilustrando assim, culturas particulares dentro do campus da UFSC.

A construção do texto de tese é compreendida, de modo mais relacional, como um processo criativo perpassado por avanços e recuos durante a elaboração. Assim sendo, procurei compreender as motivações e as dificuldades que todos/as na maioria das vezes sentem durante a sua construção, especificamente no momento da redação do texto final. O objetivo da leitura destes requerimentos foi desvelar as dificuldades que todos e todas vivenciam na fase do Doutorado, mas especificamente na data próxima à defesa da tese.

Estes requerimentos não possuem um padrão específico: muitos são feitos de maneira sucinta como “a doutoranda precisa de mais seis meses para terminar a tese, porque está com problemas emocionais ou psíquicos”. Os atestados médicos do campo da psiquiatria são frequentemente anexados junto à solicitação de postergação, legitimando, assim, a necessidade de afastamento da doutoranda por problemas psíquicos.

Ainda nestes requerimentos há pareceres de orientadores apenas assinados, outros manuscritos ou a reafirmação que a prorrogação de sua orientanda é necessária naquele momento. A justificativa deste “mais tempo” para terminar a tese está associada à tese representar um avanço em termos científicos e tecnológicos para a comunidade. Assim, reiterando a ideia de progresso, portanto desenvolvimento, para nosso país.

Nos anexos destes requerimentos encontram-se declarações de assistência técnica de computadores como:

“O HD está danificado e não tem como recuperar os dados”.

“Os dados não foram atualizados no *backup*”.

“O computador tem passado por sérios problemas, sempre está na assistência”.

Desta forma, quem determina que a tese¹⁰⁸ deve “nascer” é o doutorando, o orientador ou a banca.

Em alguns programas de Doutorado investigados, a obtenção do título de Doutor está associada não só à defesa da tese, mas também à publicação de dois artigos científicos em periódicos internacionais. Um deles necessita obrigatoriamente ser publicado e outro pode ser apenas submetido.

A analogia com teses e filhos é significativamente feita pelas alunas. Algumas que tiveram filhos durante o Doutorado falam que deram a luz a dois filhos: um deles biológico e o outro, a tese. As leituras destes requerimentos, aparentemente sem importância, revelaram elementos específicos que fazem parte de um habitus vinculado a cada curso de pós-graduação na sua especificidade. Por isto, estes papéis caracterizam a heterogeneidade organizacional de diferentes áreas de conhecimento.

A elaboração dos motivos para a postergação da defesa da tese tem deixado as/os doutorandas/os responsáveis em convencer a instituição porque precisarão de mais tempo para defender. Muitas/os delas/es afirmaram que não aparecem mais na universidade para não terem que responder às seguintes perguntas: “Como esta a tese?”, “Ah, já defendeu?”; “Já marcou a data da sua defesa?”; “Mas, você não tinha defendido?”.

Estas perguntas, no entendimento das doutorandas, expressam certa pressão psicológica e vigilância, que neste período da vida acadêmica devem evitar para não se estressarem ainda mais diante do cotidiano tenso do Doutorado.

Inicialmente, quando resolvi fazer a leitura destes requerimentos, avalei se seria viável ter acesso e se isto me auxiliaria de alguma forma no desenvolvimento da pesquisa. As/os participantes da instituição, neste caso, os/as secretários/as davam pouca importância e credibilidade sobre o que era justificado nestas cartas. Neste sentido, alguns/mas até demonstravam desconfianças e indiferença dos requerimentos que eu estava interessada em analisar. Eu mesma tive dúvidas sobre o que realmente poderia ser “verdadeiro” naquelas justificativas.

As justificativas dos requerimentos tinham como foco principal a necessidade de mais tempo para terminar a tese. Para algumas

¹⁰⁸ Sugestão reforçada pelo professor Parry Scott da Universidade Federal de Pernambuco – (UFPE) no ALAS – Associação latino-americana de Sociologia sobre a problemática desta tese, ter filho durante a escrita da tese.

doutorandas e doutorandos bastava uns seis meses; outras/os pediam o prazo máximo de 12 meses.

Para a secretária Eliane, os requerimentos não tinham validade alguma, pois a única justificativa era que estes estudantes eram na realidade “uns vadios”. Ao comentar sobre os pedidos de uma doutoranda, Eliane listou-me uma série de motivos que a doutoranda justificou para prorrogar a tese. Na visão de Eliane era inadmissível conceber a solicitação à aluna, mas como a regra era defender sem expirar os prazos legais, ninguém poderia discutir o que é certo ou errado e se os motivos da referida aluna eram verídicos (diário de campo, 02/10/2009).

A secretária Daniela apresentou-me outra justificativa para estes pedidos: “não há motivos fúteis, sou funcionária pública, tenho consciência do dinheiro público que é investido, nossos meninos são bons, pois temos um conceito, um curso a zelar, aqui ninguém briga não”. (Daniela, diário de campo, 05/10/2009). Por isto, no início, as enunciações das secretárias auxiliaram-me a analisar o porquê das prorrogações. Mas, diante dos diversos posicionamentos dos secretários sobre os estudantes prorrogadores e prorrogadoras, fui percebendo que, não necessariamente, seus comentários respondiam o porquê desta incidência de postergações. Geralmente eles/as mostravam preocupações com seus estudantes e com a política do programa de um modo defensivo, e desconfiavam, muitas vezes, do meu interesse por estes requerimentos.

A secretaria aparece como um lugar que possui uma dona particular, ou seja, a secretária do programa. Isto ocorre devido ao grande tempo que eles/as estão trabalhando nestes lugares. A secretária Daniela, no dia que fui fazer a leitura dos requerimentos, dois meses após muita negociação, teve muita resistência em aceitar minha presença na secretaria. Conforme o diário de campo:

A secretária ficou assustada com minha atitude, acho que me achou meio intrometida. Achei complicado, porque nas Ciências Biológicas a secretária não me deixou ler nenhuma carta. Tanto é que acabei fazendo um formulário-padrão para registrar cada requerimento, os detalhes que poderia coletar a partir de uma leitura minuciosa seria impossível. Ela ficava em pé na frente do arquivo e mexia nos pedidos. Eu estava ficando agoniada, porque ela não me deixava nem dar

uma olhadinha nas solicitações. Quando eu comentava: mas como está escrito aí? é isso mesmo? ela resumia e dizia: poxa, não dá pra você mexer aqui. Aqui quem mexe sou só eu. Você vai desarrumar tudo. Enquanto isso ela fumava. Fumou quatro cigarros e a fumaça deles vinham em minha direção. Como fumei passivamente naquele dia. (Diário de campo, data 11/11/2010).

Com o tempo consegui que os/as secretários/as elaborassem argumentos sobre as prorrogações dos/as estudantes de forma mais reflexiva, pois, seus julgamentos de valores foram diminuindo. Eles/as ajudaram-me a refletir sobre o porquê das solicitações dos alunos pertencentes ao seu curso. Por exemplo, em um curso das Exatas que investiguei, não havia doutorandas mães. As notas do meu diário esclarecem melhor esta contribuição realizada pelos/as secretários/as.

O secretário Rafael, depois de duas horas sem aparecer na arejada sala onde eu ficava lendo os requerimentos, apareceu e começou a observar-me. Parecia que estava me testando, pois olhava a carta que eu estava lendo e comentava sobre o motivo do aluno. Então, explicou porque, no seu programa, as estudantes não engravidam. Segundo Rafael, elas, por permanecerem no laboratório trabalhando direto com reagentes químicos, não podem engravidar, pois elas não vão poder mais continuar o experimento, porque pode afetar a saúde. Então, elas optam por ter filhos depois que se estabelecem profissionalmente, pois ainda são novinhas. Ainda podem ser mães. Ao me despedir, uma hora depois da conversa, Rafael pediu-me para avisar o dia da minha defesa, pois era só eu levar a carne que eles tinham um salão de festa no subterrâneo do prédio para eu fazer uma festa da pós-defesa. Senti realmente que ele estava presente para me ajudar. (Rafael, diário de campo, 21/10/2009).

Nas áreas de conhecimento analisadas podemos verificar que as justificativas podem variar, conforme os comentários das/os funcionárias/os.

“Não terminou porque acabou a bolsa, não tem bolsa” (Lauro, Engenharias, diário de campo).

“Ficou piradão, não conseguiu terminar” (Rafael, Ciências Exatas, diário de campo).

“Engravidou bem no meio do Doutorado, poderia esperar um pouquinho, né, pura irresponsabilidade” (Marcelo, Engenharia, diário de campo).

“O que acontece aqui é que eles precisam repetir os experimentos, alguma experimentação que não deu certo, sabe, ou ainda não recebeu o parecer de aceite do artigo para ser publicado” (Daniela, Ciências Biológicas, diário de campo).

Os requerimentos são organizados de modo diferente em cada área. Por exemplo, nas Ciências Biológicas, os pedidos de prorrogação encontram-se na pasta da própria/o da/o aluna/o. Nas Ciências Exatas, assim como nas Humanas, são organizados numa pasta geral referentes às prorrogações de Mestrado e Doutorado. Entretanto, nesta análise nos restringiremos aos requerimentos do Doutorado.

O próprio/a estudante é quem solicita, nas Ciências Humanas. Diferentemente das Exatas e Biológicas, onde quem solicita a prorrogação é o/a orientador/a. Nas Engenharias, a área que não tivemos acesso (como já descrevi no capítulo I), eles (os agentes da instituição) informaram-me que os pedidos partem dos/as orientadores/as, como nas Exatas e Biológicas.

A diferença de procedimento burocrático para solicitar a prorrogação evidencia uma especificidade marcante nos programas relativos às ciências Exatas/ Biológicas. Nestas áreas, os trabalhos das orientandas tendem a receber co-autoria do/a orientador/a. Isso não é tão frequente no campo das Ciências Humanas, onde as/os doutorandas/os nos seus pedidos evidenciam uma relação individual com seu objeto de pesquisa. Nas Ciências Humanas, há pouco ou quase nenhuma menção da presença da orientadora ou orientador no processo de construção da tese.

Nesta área, pouquíssimos os/as orientadores/as escrevem algo sobre o andamento da tese da/o doutoranda/o, por isso a tese parece ser “uma filha mais independente”. A leitura realizada destes requerimentos contribuiu para mapear as especificidades entre diferentes culturas¹⁰⁹ de

¹⁰⁹Cultura no sentido de premissas compartilhadas por uma determinada comunidade de estudiosos. No caso da cultura da Sociologia podemos verificar que esta é formada por três proposições simples: realidade dos fatos sociais, perenidade do conflito social, existência de

conhecimento. Estas que, mesmo apresentando determinadas particularidades, devem compartilhar da premissa geral do doutorado, ou seja, ter tese e defendê-la em 48 meses. Quando esta premissa não for alcançada, precisa-se então prorrogar o término do doutorado, portanto, justificar o porquê da postergação da tese.

Neste contexto, secretários/as, orientadores/as, doutorandos/as e a própria PRPG procuram postergar o prazo de defesa legal por no máximo 12 meses. Geralmente, muitos rogam inicialmente seis meses de prorrogação para posteriormente solicitar uma nova prorrogação de mais seis meses, muitas vezes apresentando os mesmos motivos, ou motivos muito dispares dos anteriormente apresentados. Caso o novo prazo expire, pede-se, então, mais 12 meses de trancamento.

Desde novembro de 2010, as doutorandas bolsistas que engravidam durante o Doutorado podem contar com a licença – maternidade de quatro meses, sendo que este tempo não contará com o período de titulação. Assim, a possibilidade das acadêmicas terem filhos no Doutorado rompe o habitus científico pautado na dedicação exclusiva à atividade científica.

Este direito foi conquistado em função da diferença biológica das mulheres, considerado um argumento legítimo para reivindicar direitos no campo acadêmico por meio de uma “diferença” presente apenas em corpos “femininos”. Apesar de muitas outras dificuldades enfrentadas pelas novas gerações de acadêmicas no campo científico construído aos moldes masculino, a maternidade apresentou um argumento sólido para corrigir as desigualdades de gênero. Partindo da leitura dos requerimentos de prorrogação por sexo que foram analisados durante o período de 2003 a 2009, a maternidade apareceu como uma justificativa inexpressiva para a postergação entre as doutorandas. Foram analisados 152 requerimentos de prorrogação, destes 152, 82 foram pedidos feitos por doutorandas e os demais 70 pedidos foram feitos por doutorandos.

4.4.1. Os motivos objetivos e subjetivos para prorrogar a tese

Durante a leitura codifiquei todas as justificativas, a partir de um cadastro que continha os seguintes itens: data da leitura do pedido, data do requerimento, sexo do/a doutorando/a, sexo do orientador/a, tempo solicitado para a prorrogação e os motivos para postergar. Quando

um mecanismo de legitimação para conter conflito (WALLERSTEIN, 2002). Para mais informações ver: WALLERSTEIN, (2002).

necessário, abriam-se parênteses para as informações adicionais, a fim de se construir uma codificação fidedigna dos dados destes requerimentos.

Cada carta foi lida sendo anotada. Nelas encontrei os constrangimentos vivenciados pelas doutorandas e doutorandos, que falavam, não apenas das dificuldades de conclusão da tese, mas do sofrimento psíquico que não seria curado se a tese fosse defendida. A leitura destes requerimentos, por meio da codificação organizada por motivos objetivos e subjetivos, não deve ser compreendida como um meio suficiente para compreender porque a doutoranda ou o doutorando não conseguiu terminar a tese. Foi, apenas, um modo de organizar o conteúdo dos requerimentos, sem intenção de cair na dicotomia tão presente no modo como lidamos com as relações de gênero em nossa sociedade.

A seguir analisaremos os motivos mais frequentes decorrentes destes requerimentos.

Quadro 12 Motivos de prorrogação de ordem objetiva na área das Ciências Exatas (período 2003-2009) por sexo.

Motivos para prorrogação de ordem objetiva	1- Específico do programa de pós-graduação das Ciências Exatas	2- Vinculados diretamente à pesquisa de tese				
Número de pedidos por sexo	Aceite do artigo para publicação internacional	Parecer do relator (a)	Problemas com equipamentos utilizados na pesquisa de tese	Dificuldades com experimentos, análises, cálculos	Mudança de Tema	Problemas com a operacionalização/revisão do texto.
Masculino	7	9	2	13	0	8
Feminino	5	8	4	12	3	9
Total	16	17	6	25	3	17

Fonte: Requerimentos de prorrogação de um Programa de pós-graduação vinculado ao campo das Ciências Exatas na UFSC (período 2003 a 2009).

No programa de pós-graduação do curso analisado, da área das Ciências Exatas, podemos verificar, a partir do quadro 12 – uma especificidade do programa relativa à publicação em periódico internacional e o parecer do/a relator/a.

Com relação aos motivos vinculados diretamente à tese, notamos que as dificuldades com experimentos, análises e cálculos foram os motivos principais tanto para os homens (13) quanto para as mulheres (12), revelando assim um motivo corriqueiro nos requerimentos que não distingue o sexo do candidato à Ciência.

Nos problemas vinculados à escrita e revisão também observamos equilíbrio entre os sexos masculino (9) e feminino (9). No entanto, nos problemas vinculados à pesquisa de tese, as mulheres foram a maioria que solicitou prorrogação por causa de mudança no tema da tese. Ainda no Quadro 12, encontramos que revisão do texto e o parecer do/a relator/a mostrou-se equilibrado em termos de sexo.

Quadro 13 Motivos de prorrogação de ordem subjetiva na área das Ciências Exatas (período 2003-2009) por sexo

Motivos para prorrogação de ordem subjetiva	1- Fatores que influenciaram na produtividade da/o doutoranda/o	2- Diretamente vinculados ao sexo					
Número de pedidos por sexo	Estágio Sanduíche	Problemas particulares sem especificar	Problemas de saúde do/a doutorando/a	Conciliar trabalho e tese Sem bolsa	Problemas de saúde na família (esposa, marido, parentes)	Problemas de saúde do/a orientador/a	Licença maternidade
Masculino	3	3	---	3	1		
Feminino	2	6	5	6	2	4	1
Total	5	9	5	9	3	4	1

Fonte: Requerimentos de prorrogação de um Programa de pós-graduação vinculado ao campo das Ciências Exatas na UFSC (período 2003 a 2009).

Em relação aos motivos subjetivos das Ciências Exatas estes foram 35 pedidos, um contraste significativo em relação aos motivos

objetivos anteriormente expostos no Quadro 12. As solicitações que mais apareceram foram problemas de ordem pessoal sem um motivo explícito. O binômio trabalho/tese é relatado por estes/as doutorandos/as como um das justificativas mais argumentadas em termos de problemas que envolvem a vida pessoal na fase do doutorado. Podemos verificar que o sexo feminino apresentou seis solicitações contra três do sexo masculino. Em relação aos motivos que envolvem um sexo em particular podemos perceber a inexpressividade em termos numéricos de doutorandas que justificaram a não defesa por meio do motivo da licença-maternidade. Também no quadro 13 podemos perceber que a postergação por motivos de saúde por parte do sexo feminino é mais justificada por meio dos/as orientadores/as ou parentes próximos, sendo que, estes problemas de saúde que afetam terceiros podem influenciar negativamente as doutorandas na sua produção da tese. Porém, as mulheres mostram, numericamente, mais problemas de saúde. Enquanto registramos cinco ocorrências femininas, nenhuma masculina vinculada à saúde do doutorando nos foi relatada pelos requerimentos analisados. O estágio de doutorado no exterior também tem sido um dos motivos apresentados pelos/as estudantes havendo um equilíbrio entre o sexo masculino (3) e feminino (2).

Quadro 14 Motivos de prorrogação de ordem objetiva na área das Ciências Humanas (período 2003-2009) por sexo

Motivos para prorrogação de ordem objetiva	1- Específico do programa de pós-graduação das Ciências Humanas	2- Vinculados diretamente à pesquisa de tese					
Número de pedidos por sexo	Aceite do artigo para publicação internacional	Parecer do relator (a)	Problemas com equipamentos utilizados na pesquisa de tese	Dificuldades com experimentos, análises, cálculos	Problemas com a operacionalização/revisão do texto	Mudanças de tema, tese interdisciplinar, mudança de orientador (a)	Problemas técnicos com o computador (perda de arquivos, destruição do HD)

Número de pedidos por sexo	Estágio Sanduíche	Problemas particulares sem especificar	Problemas de saúde do/a doutorando/a	Conciliar trabalho e tese	Problemas de saúde na familiar (esposa, marido, parentes)	Problemas de saúde do/a orientador/a	Licença maternidade	Tese de muita complexidade teórica, metodológica, empírica (ineditismo do tema da tese)
Masculino	3	14	1	15	5			5
Feminino		2	7	11			6	
Total	3	16	8	26	5		6	5

Fonte: Requerimentos de prorrogação de um Programa de pós-graduação vinculado as Ciências Humanas na UFSC (período 2003 a 2009).

No quadro 15, sobre os motivos de ordem subjetiva que podem afetar a elaboração do texto de tese, percebemos um salto numérico em relação às Ciências Exatas.

Os homens, nas Ciências Humanas, têm utilizado argumentos não explícitos: 14 solicitações masculinas não expuseram claramente o motivo de ter que pedir postergação de defesa. O silenciamento dos homens reafirma a dificuldade de expressar a subjetividade, o lado emotivo socialmente naturalizado como feminino. No entanto, quando tentaram explicar o motivo, este esteve diretamente relacionado ao trabalho de tese complexo e inovador que estavam realizar. O binômio trabalho/tese no campo das Humanas mostrou-se significativo e equilibrado: tanto as mulheres (11) como os homens (15) mostram dificuldades em conciliar o ritmo do mundo do trabalho com o ritmo da elaboração da pesquisa de tese, que pressupõe a ambos dedicação. A grande maioria trabalha como professoras/es do ensino médio e superior.

No quesito problemas de saúde, as mulheres foram a grande maioria. O sexo feminino somou sete mulheres doentes contra um do masculino. As doenças com mais incidência nas Ciências Humanas são de ordem psíquica, especificamente a depressão, pois alguns atestados médicos foram anexados a seus pedidos. Em relação aos homens, nenhum caso de doença psíquica foi encontrado nestes requerimentos.

A justificativa masculina referentes a problemas de saúde tem afetado seus familiares em vez deles próprios. Nenhuma ocorrência com relação aos problemas de saúde do orientador foi verificada nos requerimentos das Ciências Humanas. A outra peculiaridade feminina diz respeito a licença maternidade, pois seis mulheres das Ciências Humanas solicitaram a postergação de prazo de defesa de tese. O estágio no exterior, o sanduíche, foi justificado por três homens.

Quadro 16 Motivos de prorrogação de ordem objetiva no campo das Ciências Biológicas (período 2003-2009) por sexo

Motivos para prorrogação de ordem objetiva	1- Específico do programa de pós-graduação das Ciências Biológicas	2- Vinculados diretamente à pesquisa de tese					
Número de pedidos por sexo	Aceite do artigo para publicação internacional	Parecer do relator (a)	Problemas com equipamentos utilizados na pesquisa de tese	Dificuldades com experimentos, análises, cálculos	Problemas com a operacionalização/revisão do texto	Mudança de tema, tese interdisciplinar, mudança de orientador (a)	Problemas técnicos com o computador (perda de arquivos, destruição do HD)
Masculino				1			
Feminino	3			2	1		
Total	3			3	1		

Fonte: Requerimentos de prorrogação de um Programa de pós-graduação vinculado as ciências biológicas na UFSC (período 2003 a 2009).

Nas Ciências Biológicas a ocorrência de postergações foi numericamente inexpressiva, porém, estes dados não foram coletados da mesma forma que nas áreas anteriores. No Quadro 16, verificamos que os problemas objetivos foram mais frequente ao sexo feminino, somando-se (seis) em relação a (uma) ocorrência para os homens. Os problemas estiveram ligados ao aceite do artigo em periódico internacional para as mulheres (três) e as dificuldades com

experimentos (dois) mulheres para (um) homem e apenas (uma) ocorrência para o sexo feminino vinculado a escrita da tese.

Quadro 17 Motivos de prorrogação de ordem subjetiva no campo das Ciências Biológicas (período 2003-2009) por sexo

Motivos para prorrogação de ordem subjetiva	1- Fatores que influenciaram na produtividade da/o doutoranda/o	2- Diretamente vinculados ao sexo						
Número de pedidos por sexo	Estágio Sanduíche	Problemas particulares sem especificar	Problemas de saúde do/a doutorando/a	Conciliar trabalho e tese	Problemas de saúde na família (esposa, marido, parentes)	Problemas de saúde do/a orientador/a	Licença maternidade	Tese de muita complexidade teórica, metodológica, empírica (ineditismo do tema da tese)
Masculino	-	-	-	-	-	-	-	-
Feminino			2	1			1	-
Total			2	1			1	

Fonte: Requerimentos de prorrogação de um Programa de pós-graduação vinculado as Ciências Biológicas na UFSC (período 2003 a 2009).

No quadro 17, encontramos uma inexpressividade numérica. Observamos apenas que, estudantes do sexo feminino solicitaram a prorrogação por motivos de ordem subjetiva: (2) por problemas de saúde da doutoranda, (1) por dificuldades em conciliar trabalho e tese e uma incidência de licença-maternidade.

Nas três áreas de conhecimento pesquisadas que analisamos, a incidência de licenças-maternidade apresentou-se significativa para garantir um olhar diversificado sobre as diferenças entre os sexos construídas no campo acadêmico na fase do Doutorado. A diversidade de motivos expostos pelos /as estudantes revelam que os prazos, ou seja,

o fator tempo, causa constrangimentos na subjetividade das doutorandas e dos doutorandos.

A diferença entre os sexos simbolicamente marcada em um modelo de sociedade moderna ocidental ainda contribui para reforçar o desprendimento masculino pelas emoções e a fragilidade feminina por meio de problemas de saúde que afetam o equilíbrio psíquico da doutoranda. A diferença entre estas distintas áreas de conhecimento está marcada pela faixa etária dos doutorandos e das doutorandas. Os doutorandos/as das Ciências Exatas tendem a ser mais precoces, com menos de 30 anos saem do doutorado, muitas vezes sem ter trabalhado fora da universidade. A geração de quem “vive de bolsa” reflete um problema do mercado de trabalho acadêmico, visto como composto de membros/as altamente qualificados/as, mas com pouca experiência em docência. A leitura destes requerimentos foi importante para compreender as diferenças entre os sexos nestas justificativas. Nestes documentos verificamos que os motivos variam conforme a área de conhecimento. Estas dificuldades já tinham aparecido nas enunciações das doutorandas, quando dizem sentir a “pressão” de todos (programa de pós-graduação, agências de fomento, expectativa para o mercado de trabalho) no campo. No entanto, nos requerimentos observamos que a incidência da maternidade é inexpressiva.

As análises do tempo, em uma perspectiva crítica no campo acadêmico feita por autores e autoras fora do campo dos estudos de gênero, será importante para as estudiosas feministas analisarem como esta pressão pela produtividade afeta diretamente a saúde física e psíquica das doutorandas. Os estudos que focalizam a mudança de temporalidade e a própria dinâmica da pós-graduação são primordiais para possibilitar mudanças nas regras desta estrutura.

A maternidade influencia as doutorandas em organizar seus cotidianos e definir o grau de importância entre as outras dimensões da vida como a família, pois é percebida como um problema, entre outros que afetam subjetivamente as doutorandas no campo.

A problematização das doutorandas pauta-se nos problemas que surgem ocasionados pela lógica ocidental, capitalista de produção. O ter bolsa e não ter bolsa leva as doutorandas a ter diferentes compreensões sobre a fase do doutorado.

As engenheiras não acham a bolsa positiva para o andamento da tese. Consideram seu valor baixo e acreditam que ter bolsa implica assumir muitas responsabilidades nos laboratórios. O sentimento de desprestígio em “ser doutoranda”, “ser tratada como caloura de graduação” incomoda-os muito. A falta de seguridade social também é

vista como uma desvantagem em ser bolsista. Assim, a perspectiva de um piso salarial referente à formação de graduação aparece entre engenheiras, no modo como estas lidam com o mercado de trabalho.

A compreensão sobre a fase do Doutorado varia conforme a situação experienciada por cada informante, pois o tempo de trabalho e o tempo livre é vivenciado de modo diferente. Quando a doutoranda não tem filhos, seu foco está em atender a política de produtividade.

A fase do Doutorado é permeada de preocupações sobre o que “os outros e as outras da universidade” pensam sobre seus desempenhos. Assim, as doutorandas acabam alimentando pressentimentos tristes sobre a sua auto-imagem. Neste contexto, a gravidez não-planejada pode repercutir negativamente em sua compreensão, pois a maternidade é percebida como algo que gera um preconceito que circula no campo acadêmico perpassando todas as relações.

O cotidiano das Ciências Humanas é percebido como muito solitário após as disciplinas obrigatórias. Nas Ciências Exatas, Biológicas e nas Engenharias, o isolamento ocorre mais perto da defesa, pois após as disciplinas, há o cotidiano no laboratório. O laboratório garante, assim, um espaço de sociabilidade e trocas das experiências.

O Doutorado é um campo repleto de imprevistos, que refletem especificidades de diferentes áreas de conhecimento. Nas Exatas, acontecem imprevistos com equipamentos e há a incidência de trabalhos que dificultam o andamento do trabalho de tese. A exigência de publicar em revista internacional é uma pressão vivenciada nas áreas das Ciências Biológicas e Exatas, diferentemente das Humanas. As experimentações que não dão resultados certos, as mudanças de temas e de projetos fizeram parte das justificativas das postergações das Ciências Exatas e Biológicas.

O financiamento para fazer-se ciência e a aprovação de projetos de pesquisa são condições primordiais para as pesquisadoras executarem suas pesquisas. A pesquisadora Alice admite que “a carreira científica a fez competitiva, pois é necessário mandar projetos para agências de fomento, a fim de fazer Ciência. A atividade científica envolve custos financeiros, assim, se precisa de dinheiro, mesmo sabendo que não se fica rico fazendo Ciência”.

O Brasil entrou na lógica do “publicar ou morrer” e nesta corrida pelo Lattes, as doutorandas não explicitam insatisfações com esta lógica. O habitus é incorporado e as doutorandas mostram sentir-se “mal” no campo. No entanto, para sobreviver nele, incorporam um

comportamento masculino e procuram tratamentos médicos, por meio do uso de psicofármacos para “curar” seus sofrimentos psíquicos .

A ausência de diálogo entre docentes e discentes sobre os efeitos da pressão imposta pela política de produtividade mostrou-se como algo que precisa ser revisto. É necessário uma compreensão sobre as regras que vigoram na pós-graduação, mostrando a relação entre modelos avaliativos e agências fomentadoras. O desconhecimento sobre a pressão que a/o docente e a própria pós-graduação enfrenta a cada dia pela política produtividade (BIANCHETTI; MACHADO, 2009), o que obviamente faz estes e estas cada vez mais competitivos e competitivas entre si, não fizeram parte da análise por parte das doutorandas.

A relação entre tempo de trabalho e o trabalho livre no Doutorado não está em harmonia neste contexto. O tempo é sempre destinado ao trabalho. As desigualdades de gênero, de raça e etnia são pouco evidenciadas pelas doutorandas. A precarização de sua posição atual é presente. Elas querem apenas ter uma “vida digna”. O modelo de produtividade vigente reforça a competitividade entre todos e todas no campo; sejam estas engenheiras, sociólogas, biólogas, químicas, a concorrência é declarada. A avaliação feita pela pós-graduação *stricto sensu* é imposta a partir dos moldes referentes às Ciências Exatas e Engenharias. No entanto, as faculdades apresentam ritmos e histórias diferentes e isto precisa ser levado em consideração.

O título de Doutor, na atualidade, expressa uma certa ambiguidade, pois ao mesmo tempo que exprime um valor simbólico diante da inexpressividade numérica de quem consegue obtê-lo, também passa por uma massificação entre pares, pois o Doutorado deixou de ser uma necessidade de qualificação para um meio de sobrevivência de profissionais que alongam suas formações devido a precarização do mercado de trabalho (MATTOS, 2007).

O Doutorado também é visto como uma fase que exige muito esforço mental. Atividades de lazer e práticas desportivas podem contribuir para um melhor equilíbrio físico e mental da doutoranda. Contudo, o tempo livre, na visão das doutorandas, não existe devido à exigência presente no Doutorado. Quando se é mãe, a vida é dividida entre Doutorado e cuidado da casa e dos filhos. Quando não se tem filhos, não existe tempo para outras atividades, pois há outro filho para cuidar: “a tese”.

O Doutorado é percebido como um sistema “asfixiante”, que dá a sensação na estudante de ter perdido a autonomia, a obrigação de ter que incorporar uma temporalidade fora dos padrões de normalidade para atender a produtividade, que afeta o cotidiano das doutorandas,

causando questionamentos sobre a vida acadêmica e a execução de projetos de vida a partir de um viés linear. Entretanto, este sistema “asfixiante”, que obriga a incorporação de um habitus, também pode contribuir para encerrar a possibilidade reflexiva das doutorandas. A necessidade de acumular capital científico específico é sentida neste contexto como o único fim que interessa estar no campo. Assim, hoje o currículo Lattes é considerado uma forma de controle sobre suas vidas acadêmicas, portanto sentem-se vigiadas na rede.

A vida acadêmica é descrita como uma vida diferente das vidas “normais”. A normalidade estaria caracterizada a partir do equilíbrio entre vida profissional e vida pessoal, que, na visão da informante, é impossível. A intensificação das relações sociais, que emergem a partir do uso de novas tecnologias, neste contexto de globalização, apresenta contradições em relação ao uso do tempo, pois o trabalho estendeu-se para o espaço da casa ocasionando mais tempo de trabalho e encurtando o tempo livre.

Atendendo a este alongamento do trabalho acadêmico em casa, as doutorandas sentem falta de solidariedade de seus familiares para lidar com o cotidiano fora dos padrões “normais”, que necessitam incorporar para atender a lógica produtivista. Esta representação do que deve ser o trabalho acadêmico é centrada em desconsiderar o valor da vida privada, o ambiente doméstico, ou seja, as relações fora da academia. Neste sentido, as acadêmicas mães sentem-se responsáveis pelo cuidado dos filhos e revelam que se sentem em desvantagens em relação ao seus companheiros para organizar-se profissionalmente. A família também não colabora com quem é mãe, o que mostra um conflito para as mulheres mães. Além disso elas não conseguem atender o habitus acadêmico, centrado na cientista que dispõe de todo seu tempo para dedicar exclusivamente à atividade científica. Todavia, esta mulher que escolheu ser pesquisadora e mãe também pode ser vista positivamente como uma mulher que desenvolveu habilidades para desempenhar várias funções ao mesmo tempo. Algumas mulheres mães são identificadas como mulheres que desenvolveram a qualidade de “dividir a vida” entre as coisas e as pessoas, assim, as experiências das doutorandas mães apresentam-se a partir das referências entre vida privada e vida pública, pois escolheram conciliar estas duas dimensões da vida.

O próximo capítulo consistirá nas experiências das acadêmicas com a maternidade, em suas compreensões sobre a maternidade, nesta fase específica da vida acadêmica que é o Doutorado.

Capítulo 5 – A compreensão da maternidade na fase do doutorado

As reivindicações feministas feitas por inúmeras estudiosas brasileiras (TAVARES, 2008; 2005; AQUINO, 2006; 2009; TABAK, 2002) relativas à maternidade na pós-graduação, destacada na introdução deste estudo, repercutiram positivamente nas regras das agências de fomento. O consentimento da licença-maternidade durante o Mestrado e o Doutorado legitimou a maternidade neste período.

Este cotejamento entre maternidade e vida acadêmica questiona o discurso feminista liberal, que parte do princípio que as mulheres, tendo oportunidades iguais aos homens, poderiam assimilar as regras do campo acadêmico sem mudanças na estrutura deste. (SCHIENBINGER, 2001). No entanto, esta pretensão relativa à “igualdade” entre os sexos frente à esfera pública tem apresentado suas imprecisões em termos práticos desde o movimento feminista do final do século XIX e início do XX (BESSE, 1999), pois historicamente as feministas compreenderam as desigualdades de gênero a partir de diferentes perspectivas relacionadas a causa da opressão feminina¹¹⁰.

No feminismo de primeira fase, a maternidade era significativamente compreendida como uma particularidade relativa à experiência das mulheres, assim tornava-se problemático tratar “igual” aquilo que poderia ser uma “diferença” sustentada historicamente por uma dicotomia de gênero. Por isso, nesta fase, as feministas não negaram as especificidades das mulheres vinculadas à maternidade, mas a valorizavam por meio do discurso da complementariedade entre os sexos (FREIRE, 2008; BESSE, 1999; SOIHET, 2006). Isto contribuiu para reforçar ainda mais a dicotomia das esferas em público e privado, sendo a primeira destinada ao trabalho produtivo e a segunda ao trabalho reprodutivo. Mesmo ao participar do espaço público, as mulheres ficaram presas e responsabilizadas pela reprodução (SOIHET, 2006). Conforme Giddens (2005), a dicotomia masculino-feminino que alocou papéis destinados aos homens e às mulheres pode ter existido anteriormente ao ápice do capitalismo como pressupõem as visões feministas pautadas no patriarcado. Entretanto, foi por causa da produção capitalista que esta distinção se fez mais “aguda”: aos homens

¹¹⁰ Como já foi descrito no capítulo 2, o feminismo foi representado na literatura a partir de fases e o movimento feminista é representado a partir de diferentes correntes de pensamento, que partem de pressupostos orientadores (por exemplo, a exploração de classe social, o patriarcado) a fim de compreender os motivos das desigualdades entre os sexos e assim recomendar modos de corrigi-la. Para mais informações sobre esta tendência a fragmentação do movimento feminista desde o início do século XX ver: BESSE (1999).

o papel de “provedor” e as mulheres de “reprodutora” da vida, da força de trabalho.

A socialização feminina pautada na maternidade explica o questionamento das brasileiras. Mesmo presente na educação superior e do mercado de trabalho, a mulher ainda se sente responsabilizada pelo cuidado dos filhos e das tarefas domésticas, reproduzindo muitas vezes, a esfera privada como um espaço “naturalmente seu” (VASCONCELOS, 2009).

Partindo deste raciocínio, as acadêmicas que precisam ter tempo para produzir tendem a reproduzir desigualdades de gênero, quando contratam uma mulher para fazer o trabalho socialmente visto como menos “digno”, ou seja “inferior”. Neste sentido, ocorre a diferença de classe entre as mulheres (COSTA, 2002). Todavia, mesmo pagando uma empregada doméstica, a acadêmica, ao voltar no final do dia para casa, além do trabalho reprodutivo, que é contínuo, também trará trabalho acadêmico para desenvolver em casa, pois ela tende a estar significativamente influenciada pela política da produtividade. Essa política, na contemporaneidade, tem feito as trabalhadoras perderem qualquer noção de espaço e tempo para atingir o ideal de produtividade, tornando o trabalho uma verdadeira obsessão em suas vidas. (LUZ, 2008; BIANCHETTI e MACHADO, 2009). Geralmente, o trabalho trazido para casa pela acadêmica é guardado e, conseqüentemente se acumula, pois a sua família (companheiro, filhos), precisa cotidianamente de sua atenção e dedicação de “mãe”.

Partindo desta perspectiva, o atributo feminino do “ser cuidadora” é incorporado pela mulher-mãe, fazendo esta sentir-se a principal responsável pelo filho. (ELIAS, 2010; VASCONCELOS, 2009; SCAVONE, 2004). As acadêmicas, quando decidem conciliar carreira e maternidade, vivenciam conflitos em incorporar o discurso da produtividade focado na dedicação exclusiva para o fazer acadêmico, pois elas necessitam de tempo para atender a outras demandas como a família. Logo, sentem dificuldades em incorporar o *ethos* competitivo presente no campo acadêmico.

Esta dificuldade de incorporar o habitus, muitas vezes, faz a acadêmica sentir-se excluída do campo, por não corresponder ao ideal do ser acadêmica sustentado pelo discurso do “ser produtiva”, mas também “culpada” por não conseguir “deixar de lado” as responsabilidades vinculadas aos cuidados de seus filhos, pois o simbólico da maternidade centrado no “ser cuidadora” ainda tende a

influenciar as suas escolhas refletindo-se no uso do tempo (ARAÚJO, 2006).

Conforme estudos (LETA; MARTINS, 2008; FELÍCIO, 2010; PÉREZ SEDEÑO, 2001b) a participação feminina em postos de decisão da Ciência e no número de bolsas de produtividade evidenciam numericamente as desigualdades de gênero na distribuição do poder presente no campo acadêmico.

A desigualdade de gênero em termos numéricos permanece contribuindo para os homens terem mais possibilidades de acumular capital científico e maiores posições no campo, pois ao chegar em casa poderão até continuar produzindo seus artigos, diferentemente das acadêmicas mães que geralmente usam seu tempo após o expediente da universidade para as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos. (AQUINO, 2009; ARAÚJO, 2006).

Uma das razões para a desigualdade na distribuição do poder no campo científico deve-se ao fato das mulheres que têm filhos ainda pequenos necessitarem de mais tempo para cuidá-los, principalmente no período de amamentação. Portanto, esta situação na vida das acadêmicas tende a comprometer a sua produtividade, refletindo diretamente no seu tempo para ascender na carreira. (AQUINO, 2006; 2009; FELÍCIO, 2010; SAITOVITCH, 2006; TABAK, 2002; 2006; FABBRO, 2006).

Fabbro (2006) em estudo sobre mulheres acadêmicas e maternidade constatou que muito deste problema que as mulheres contemporâneas sofrem com esta tentativa de conciliação entre maternidade e carreira acadêmica está relacionado à referência da “mulher-sucesso”. Segundo a autora, este modelo de feminilidade nutre a ideia que a mulher pode ter sucesso tanto na vida profissional como pessoal, não abdicando de nenhuma delas, mas procurando táticas para conciliar. No entanto, sendo a “mulher-sucesso” um modelo difícil de seguir, as acadêmicas ficam emocionalmente afetadas, pois não conseguem corresponder a este “tipo ideal” de mulher que não negociou o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos. (FABBRO, 2006; ELIAS, 2010).

A incidência de sofrimento psíquico feminino desencadeado durante a vida acadêmica leva nos à conclusão de que a emancipação feminina provoca diversas contradições na vida das mulheres, pelo fato do trabalho realizado na esfera privada não ser igualmente dividido. Muitas vezes, as próprias mulheres não se dão conta que precisam negociar com seus companheiros meios para se efetivar esta divisão, pois elas mesmas reproduzem a ideia de que o espaço privado é mais adequável a elas. (ELIAS, 2010; VASCONCELOS, 2009).

Assim, as novas gerações de acadêmicas que incorporaram a produtividade do trabalho científico como um fim, tendem a “deixar de lado” a maternidade, devido aos problemas que esta pode ocasionar na construção da carreira, considerando o tempo exigido para corresponder ao habitus acadêmico representado no “ser produtiva a qualquer preço” e o tempo gasto quando se tem filhos. No entanto, por meio dos estudos de HEWLETT, (2008); SZAPIRO; FÉRES – CARNEIRO, (2002). podemos observar que, muitas vezes, o projeto da maternidade pode ser retomado quando estas mulheres altamente qualificadas se sentem “seguras” profissional e financeiramente para serem mães. Em relação à escolha pela não-maternidade, alguns estudos como os de Araújo (2006) e Santos (2007b), constataram que as novas gerações colocam em primeiro plano a vida profissional, sendo que os projetos ligados ao casamento e à maternidade não necessariamente serão realizados, pois estes dependem da realização profissional.

Giddens (2005), ao analisar as mudanças nos arranjos familiares contemporâneos, destaca uma maior incidência de mulheres solteiras e sem filhos na Grã-Bretanha e em países ocidentais. Segundo ele, esta tendência à “solteirice” entre as mulheres profissionais pode evidenciar que elas atualmente refletem mais sobre a maternidade, no entanto, pode também indicar uma saída racional que as mulheres profissionais estão fazendo ao negar a maternidade, pois tendem a percebê-la ainda como uma responsabilidade que requer custos emocionais e materiais exclusivamente das mães, compartilhando o ditado “que o filho será da mãe em todos os sentimentos”. Logo, essa escolha não permite à mulher negociar com os demais membros da família nem com as instituições a responsabilidade vinculada à maternidade. Conforme o autor:

A mulher sem filhos não é mais aquela triste solteirona Casada ou não, ela pode ter tomado a decisão de não ter filhos por liberdade de escolha. Mas, também há razões negativas. As novas oportunidades profissionais na Grã-Bretanha não estão sendo compatíveis com o exercício da maternidade e dos cuidados dos filhos. Algumas podem ter receio de ter filhos com medo de possibilidade de divórcio e de recair na pobreza. (GIDDENS, 2005, p. 162).

A tendência das mulheres escolherem pela não-maternidade ocorre mais entre mulheres com maior grau de instrução, ou seja, “quanto mais estudada, menos filhos”. No contexto brasileiro, o demógrafo José Eustáquio Alves, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE,¹¹¹ confirma a tendência entre as mulheres mais instruídas em reduzir o número de filhos, logo enlances matrimoniais, pois estas têm mais dificuldades de casar ou, então, preferem ficar sozinhas. Segundo o pesquisador, a taxa de fecundidade entre as instruídas é de um filho por mulher. Entre as mais pobres e menos instruídas, porém, é de seis filhos por mulher.

A constatação, feita pelo demógrafo, sobre a tendência à solterice, é compartilhada com o sociólogo Anthony Giddens, que compreende que a construção de uma carreira para as mulheres atualmente tem se dado mantendo um certo distanciamento em relação ao projeto da maternidade. Segundo ele, isto tem se dado por dois motivos: o primeiro é a lógica do mercado de trabalho e o segundo, a própria representação social da maternidade vinculada ao cuidado exclusivo da mulher-mãe.

Importante salientar que as pós-graduandas pertencem a um coletivo privilegiado socialmente em termos de acesso à instrução e são definidas como recursos humanos qualificados que podem/devem contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. Também são percebidas como massa crítica/subversiva, pois sua presença nas diferentes áreas de conhecimento tem contribuído para questionar o discurso androcêntrico que silenciou a participação das mulheres na esfera pública. (TABAK, 2002).

Partindo desta perspectiva, a compreensão da maternidade será dialogada neste capítulo a partir de três situações que compreendem: quando não se é mãe no Doutorado; quando se está grávida no Doutorado e quando se é mãe no Doutorado. Isso tudo para compreendermos os significados compartilhados por acadêmicas na fase do Doutorado sobre o “ser mãe”.

5.1. Quando não se é mãe no Doutorado

A compreensão da maternidade entre as doutorandas sem filhos mostra que para elas, a escolha pela vida acadêmica pressupõe renúncias na vida pessoal. Elas também falam na relação cronologia

¹¹¹ Para mais informações ver: A desconhecida lição das mulheres solteiras. Cotidiano. Folha de São Paulo. Domingo, 17 de setembro de 2006. p.6

versus fecundidade e na falta de companheiros disponíveis para constituir uma família. As experiências de “outras” mulheres com a maternidade também foram focos significativos para as doutorandas sem filhos elaborarem uma compreensão sobre a maternidade no contexto acadêmico. Seus significados da maternidade partiram de vários motivos, por isso, não é possível tentarmos chegar a uma referência única que as levou a elaborar as suas compreensões sobre a maternidade no campo.

A maternidade compreende uma rede complexa de significados em todas as situações. No momento que a questão é relacionada ao *habitus academicus*, diversos fatores estão em jogo para as acadêmicas exporem subjetivamente o sentido desta em suas vidas.

Scavone (2004) a maternidade engloba “múltiplas faces” dependendo da relação na qual esta está sendo analisada. Por isso, a compreensão da maternidade nesta fase é localizada a partir de uma situação que abrange especificidades relativas à forma que o gênero opera na vida acadêmica. Neste sentido, as acadêmicas constroem seus argumentos a partir da vivência que estão experienciando, sendo que suas subjetividades estão significativamente influenciadas pelos efeitos desta fase.

Assim sendo, os significados relativos à maternidade são construídos em um tempo caracterizado como “efêmero” por estar altamente condicionado por uma racionalidade destinada a chegar ao fim do Doutorado. As outras escolhas são “deixadas de lado”. A reflexão sobre este processo, como relatado no capítulo anterior, tem ocorrido pela sociabilidade do sofrimento psíquico, causado a partir do sentimento de não estar atingindo uma produtividade ideal.

Em um espaço onde o tempo deve ser totalmente destinado ao trabalho de tese, “ser produtiva” opõe-se a “ser reprodutiva”. Portanto, os assuntos relativos à vida privada tornam-se supérfluos, ou seja, um luxo para ser desfrutado por poucas que podem constituir uma família e ter filhos. Mas, a mulher que escolheu permanecer no mundo privado cuidando da casa e dos filhos pode também ser compreendida como uma mulher que não teve “capacidade” suficiente para participar do mundo público, pois permaneceu no “privado”, pelo motivo de não ter conseguido consolidar sua carreira profissional; colocou o projeto profissional em segundo plano.

A crítica das doutorandas desta pesquisa sobre a mulher que escolhe cuidar da casa e dos filhos reafirma como estas estão

influenciadas pelo movimento feminista de segunda fase,¹¹² que postulava que o papel de esposa e mãe limitava as mulheres a conseguirem uma emancipação efetiva na esfera pública, pois seria o modo hierárquico que se dava às relações familiares a maior causa de sua dominação.

Mais de 50 anos depois, a feminista Camille Paglia, em entrevista ao Jornal Folha de S.Paulo, irá criticar esta visão preconceituosa do feminismo frente às escolhas de algumas mulheres pela maternidade e casamento.

Eu tenho dito que, por causa do capitalismo, aparece a mulher moderna emancipada. É por causa da Revolução Industrial e do trabalho fora de casa que as mulheres puderam ser livres do controle do marido, do pai, do irmão. Mas temos que ser realistas e reconhecer que isso é um produto da cultura capitalista ocidental, de um momento particular. Feministas têm frequentemente valorizado ou venerado a “mulher de carreira” e a posto num lugar mais alto que a mãe e a esposa. Isso, porém, vai contra a maneira como a maior parte das mulheres no mundo se sente verdadeiramente. O movimento feminista tende a denegrir ou marginalizar a mulher que quer ficar em casa e ter filhos, que valoriza dar à luz e criar um filho como missão central na vida. Está mais do que na hora de o feminismo ocidental conseguir lidar com a centralidade da maternidade para a maioria das mulheres no mundo. (*Folha de S. Paulo*¹¹³, 09-11-2007).

No entanto, para Paglia este modelo de mulher bem sucedida na carreira começa a ser rompido a partir da década dos anos 1990¹¹⁴ pelas novas gerações de mulheres.

¹¹² Sobre esta abordagem feminista que questionava a forma como ocorriam as relações familiares, a feminista norte-americana Betty Friedan, nos anos de 1965 escreveu o “inominável problema” destacando como o papel feminino destinado ao cuidado dos filhos e ao trabalho doméstico condenavam muitas donas de casa norte-americanas ao tédio e isolamento. Para mais informações ver: GIDDENS (2005).

¹¹³ Para mais informações ver: Entrevista com Camille Paglia. Feminismo erra ao excluir dona de casa. Folha de S Paulo/2007. Disponível em: <http://recantodasletras.uol.com.br/entrevistas/703341>. Acesso em 16-01-2010.

¹¹⁴ Para mais informações ver: Entrevista com Camille Paglia. Não há mais culto a mulher bem-sucedida profissionalmente. Revista Isto É (2001). Disponível

As jovens de hoje, tendo observado as escolhas feitas pelas feministas mais velhas, parecem reconsiderar o equilíbrio entre família e carreira em suas vidas. Não há mais o culto à mulher bem-sucedida profissionalmente como case de fêmea ideal. As mais novas devem se perguntar sobre o que irá lhes satisfazer quando atingirem a meia-idade e a velhice. Por outro lado, é preciso que encorajemos as jovens a desenvolver seus talentos e seu lado profissional, para que tenham independência financeira. No passado, era a dependência da mulher por seu pai ou marido que criava tantas e severas injustiças sociais. (Isto É, Nov/2001).

Em pesquisa com jovens feministas (BITENCOURT, 2001), percebi entre elas que a maternidade não carregava mais o simbólico negativo compreendido assim como uma dificuldade para a emancipação feminina, mas seria uma forma de por em prática os ideais feministas, pois somente sendo mãe poderia transmitir a consciência feminista por meio da socialização, introjetando nas crianças relações de gênero mais igualitárias, ou seja, assim as mulheres não deveriam abdicar da maternidade.

Contudo, nas enunciações das doutorandas sem filhos desta pesquisa podemos perceber que os efeitos vivenciados na fase do Doutorado tendem a influenciar significativamente suas escolhas pela vida acadêmica. Elas negam a importância da vida pessoal neste momento de suas vidas. O término da tese é visto como uma obrigação primordial, portanto, faz-se necessário “deixar de lado” outras escolhas. (ARAÚJO, 2006).

A decisão pela carreira profissional, em oposição ao casamento e à maternidade, evidencia que o atributo “ter uma profissão” torna-se um elemento bastante significativo operando simbolicamente na construção das identidades das mulheres contemporâneas. Nas enunciações das acadêmicas observamos certo desprezo sobre as escolhas femininas pautadas na conciliação entre vida profissional e familiar. Deste modo, a escolha pela não-maternidade é sustentada pelo discurso das

oportunidades iguais para todas e todos na esfera pública. Assim o ser mãe é visto como uma escolha “anormal”, pois as novas gerações de acadêmicas, influenciadas pelo discurso da produtividade, pensam não ser possível ter uma vida além da academia.

5.1.1. A tese é um filho: renúncias feitas a partir de vivências com as experiências “da outra”: a mãe

Centradas em “serem produtivas”, as doutorandas tratam a tese como um filho, que precisa de cuidado até o parto. Nesse sentido, assumem parte do simbólico propriamente biológico, que consiste na gestação e no parto.

No Doutorado, esta analogia entre tese e filhos é comum. A elaboração da tese é compreendida como uma gestação. No momento que a doutoranda defende, ocorre o trabalho de parto, ou seja, “se dá a luz” ao filho, feito por meio do trabalho de pesquisa chamado “tese”. Partindo desta analogia corriqueira no ambiente acadêmico, doutorandas comparam o grau de responsabilidade assumido entre fazer uma tese a ter um filho. Para a doutoranda Joana, é “mais difícil criar um filho” do que fazer uma tese.

A tese é um filho. A única diferença... Não, a única diferença, não, são várias, é que assim, depois que tu defendes é como teu filho estivesse criado. Tu passa, sei lá, o Doutorado dura quatro anos, mas a tese não dura quatro anos. A tese dura, sei lá, dois anos e meio, três anos. É quando começa o desenvolvimento mesmo do trabalho e quando acaba é como o teu filho já tivesse criado, não tem mais responsabilidade. Claro que tem algumas responsabilidades, mas não é a responsabilidade de uma mãe. (Joana, Engenharia).

No entanto, ao comentar que há uma maior incidência de mulheres mães do que doutoras, Joana deixa subentendido que o Doutorado e a maternidade devem ser pensados como escolhas femininas não relacionais, logo não dialogáveis. Partindo deste binômio maternidade e carreira acadêmica, podemos constatar os efeitos de uma socialização imposta por valores que conduziu a doutoranda a referenciar um padrão de “ser mãe” e “ser acadêmica” incompatíveis.

Contudo, a dificuldade de “criar um filho” sentido por ela, torna-se contraditória quando mostra que o “ser mãe”, apesar das dificuldades ainda é uma escolha feita pela maioria das mulheres.

[] então eu acho que é mais fácil fazer uma tese, apesar que eu não entendo, porque tem tanta mulher mãe, eu não consigo entender. Tem muito mais mulheres mães do que doutoras, mas é muito mais difícil criar um filho. (Joana, Engenharia).

Esta percepção generalista de Joana em relação às mulheres não a faz considerar-se como uma minoria entre estas por ter acesso ao curso de doutorado em uma universidade pública no Brasil. Joana pertence à uma geração de mulheres que teve acesso à escolarização superior sem necessitar ser estigmatizada de “mulher-homem” (LOURO, 2004) ou ser tratada como o “terceiro sexo” (SMITH, 2003). No entanto, mesmo assim, a maternidade apresenta-se como uma decisão que implica cuidado, responsabilidade da mulher com o filho por longo período na vida, diferente da tese, cuja “maternidade” é temporária, estabelecida por meio de prazos de começo, meio e fim.

Neste sentido, a maternidade significa uma responsabilidade “maior”, portanto um vínculo que nem todas estão preparadas para vivenciar no atual contexto acadêmico. Neste contexto construção de uma carreira pressupõe acirrada competitividade entre os pares, portanto ser conhecido/reconhecido por meio do acúmulo de capitais científicos. (BOURDIEU, 2002).

Partindo desta lógica, o estabelecimento de vínculos duradouros torna-se problemático diante de um modo de vida pautado na fase. Neste caso, ter um filho pode ser percebido como uma situação que compromete a carreira, pois requer um novo planejamento na vida cotidiana da mulher e pode colocar em risco a produtividade exigida na carreira científica.

Assim, para não colocar em “risco” o tempo para a carreira, as mulheres contemporâneas têm cada vez mais procurado formas racionais e eficientes para lidar com o uso do tempo. As mulheres, ao adotarem uma nova regulação temporal, têm dispensado as experiências das mulheres de outras gerações para lidar com a maternidade.

Kehl (2009), analisando as experiências das mães contemporâneas, verifica que estas se mostram “desgarradas” da experiência de ser mãe de mulheres de outras gerações. A referência de

família e de laço conjugal não são mais consideradas por esta nova experiência de maternidade. Segundo a autora, há uma perda de referências sobre a maternidade, as mulheres contemporâneas tendem a ignorar os saberes sobre a experiência de mulheres de outras gerações.

Partindo deste pressuposto, a maternidade contemporânea encontra-se também na incerteza de como “ser mãe”. Conforme Szapiro et alii (2002), parte destes conflitos causados na subjetividade das mulheres pós-feminismo comprova como os valores modernos pautados no individualismo para lidar com suas decisões tendem a agir na construção das identidades de gênero. (SZAPIRO; FÉRES – CARNEIRO, 2002). Para Scavone (1985; 2001 a,b; 2004) a maternidade, nos últimos 30 anos, também sofreu mudanças complexificando as análises feministas. Antes explicada a partir de um discurso negativo justificando que a característica de reprodutora seria uma das causas da dominação masculina, no segundo momento, elogia esta diferença. Hoje a maternidade passa por uma ressignificação; não é mais o dado biológico em si que dá abertura para a dominação, mas o significado dado a este dado biológico, ou seja, como esta experiência é socialmente representada, como uma diferença que pode impossibilitar discriminadamente a mobilidade feminina na esfera pública.

A dicotomia mãe e profissional apontada pelas doutorandas sem filhos também mostrou-se influenciada a partir da experiência da maternidade de outras mulheres. Conforme a enunciação da informante podemos constatar os valores que permeiam as escolhas das doutorandas.

Eu agradeço muito a Deus pelo fato de não ter tido filhos, porque assim... Eu acho que eu não teria estrutura. Eu acho que se eu tivesse filhos, hoje, fazendo uma comparação com uma prima que eu tenho que também é da nossa idade e já tem filhos... A minha prima teve filhos mais nova, não conseguiu terminar a graduação. Hoje é uma dona de casa, se tu olhas para ela, apesar da gente ter a mesma idade, essa minha prima, ela parece muito mais velha do que eu. Ela até parece ser a minha mãe. Da minha idade, um mês e meio mais velha do que eu só. Então, eu vejo assim, que a gente infelizmente tem que fazer escolhas, e apesar de me cobrar da minha vida pessoal, eu

escolhi a minha vida profissional, eu acho que eu fiz a melhor escolha. (Joana, Engenharia).

A escolha pela carreira profissional torna a maternidade inviável. Este aspecto linear na construção da carreira apresentou-se significativamente presente nos discursos destas mulheres. Tomando como exemplos as experiências de suas colegas mães, as doutorandas verificam as exigências em relação à maternidade. A enunciação da informante ilustra esta justificativa das doutorandas a partir da experiência “da outra”:

Quando é pequeninho [filho] você pode carregar ele para qualquer lugar, e hoje eu vejo um ditado que é verdadeiro, 'filhos criados, trabalho dobrado'. Ele [filho] quando está na barriga a gente carrega e não pergunta. Quando nasce, a gente tem um pouco mais de preocupação e na medida que vai ficando mais velho [filho], ele vai ficando mais, ele vai tendo vontades e necessidades também. Então, por exemplo, se a Maria [filha de sua amiga], digamos se ela fosse, recém-nascida, ela [mãe de Maria] poderia trazer quando estava assistindo aula, deixava a Maria num cantinho, uma coisa assim. Mas, agora que a Maria tem oito anos, vem para o colégio. E quem vai deixar no colégio? Sim, quando eu via isso, eu pensava muito [ser mãe]. Pensava muito e várias vezes eu conversei isso com ela sobre a maternidade e isso pesou para escolher pela não-maternidade. Eu vejo o quanto é difícil, talvez eu não tivesse estrutura para ter um filho. Fazendo doutorado não, eu acho que por isso inconscientemente eu penso só na carreira profissional e não penso na carreira de mãe. (Joana, Engenharia).

Santos (2007b) em estudo sobre acadêmicas e acadêmicos de diferentes gerações em Portugal, constatou que a carreira é construída a partir de uma visão linear mais frequente entre as acadêmicas mais jovens. Este aspecto, entre as novas gerações, está relacionado a não passarem por experiências no mercado de trabalho. Ou seja, primeiro as novas gerações tendem a construir suas carreiras a partir da qualificação

estudando, para somente depois trabalhar. Portanto constroem seus projetos a partir de uma visão linear, sem abertura para criação de novas táticas perante os imprevistos que podem ocorrer durante suas trajetórias. As novas gerações mostram-se bastante afetadas pelo conhecimento especializado. A tendência à especialização no contexto moderno não é recente, esta foi relatada por Weber (1982) na sua descrição sobre a prática do cientista.

Partindo desta perspectiva, as mulheres sentem que precisam escolher entre profissão e maternidade. A escolha pela carreira ou maternidade compreendem os valores compartilhados pelas acadêmicas, pois há escolhas percebidas como “melhores” e outras vistas com “piores”. A escolha em ter filhos, neste contexto, é percebida como uma escolha que impossibilita a continuidade dos estudos, pois sendo mãe a mulher conseqüentemente viraria a “cuidadora” dos filhos e da casa, logo não teria mais tempo para se dedicar à carreira.

Nas enunciações das doutorandas, podemos verificar que a figura da “dona de casa” representa o lado negativo, que caracterizou historicamente o feminino. O atributo de “cuidadora” alocado ao feminino é compreendido como uma evidência altamente negativa para estas mulheres construírem suas identidades de gênero. Este repúdio pela “dona de casa”, esse “medo” de se tornar uma delas carrega a influência do discurso feminista que tratou a esfera privada, ou seja, o lugar da reprodução, a partir de um simbólico atrelado à dominação. Do mesmo modo, a maternidade seria uma situação que deixaria a mulher com menos liberdade para explorar a sua criatividade e capacidade intelectual.

Neste contexto a “dona de casa” é percebida a partir de um simbólico feminino condenado ao fracasso. O espaço público que o feminismo tanto reivindicou para as mulheres permanece como um mundo ainda sustentado por um discurso masculino, as mulheres participam incorporando o tempo “do outro”, ou seja, o tempo tende a ser uma experiência moldada a partir da valorização da esfera pública em contraposição à privada. A fala de Hortência comentando sobre a maternidade de sua cunhada é ilustrativa diante desta questão das doutorandas sem filhos pelo trabalho fora de casa:

Ela [minha cunhada] engravidou. Esperou até o quinto mês e contou para todo mundo que estava grávida. Então, a gente vivenciou isso, esse momento da discussão, se ela ia estudar mais um pouco, se ela ia parar ou ia ficar com o bebê.

Então, eles se mudaram para os Estados Unidos, em função do trabalho do meu cunhado. Ela resolveu ir junto e assumiu essa de 'dona de casa' e abandonou os estudos, o trabalho e ficou dedicada a isso. Que é uma coisa que eu não quero fazer, não de jeito nenhum, de jeito nenhum abandonar meu trabalho de jeito nenhum. (Hortência, Engenharia).

A compreensão sobre a realidade destas mulheres reflete a dicotomia público e privado, a abertura para mudanças, para um entendimento além das estruturas determinadas socialmente, parece ser inviável, devido a não desejar compatibilizar a carreira e a maternidade. Por isso, a construção de uma profissão no mundo público é marcada por um viés de gênero dicotômico e as escolhas entre vida profissional e vida familiar são encaradas como inconciliáveis na visão das doutorandas sem filhos, pois não há manifestações de possibilidades de mudanças na esfera privada, suas enunciações carregam o peso naturalizador do *habitus* na socialização do feminino, vinculado ao casamento e à maternidade.

O trabalho reproduzido no espaço privado é encarado como “da mulher”, que tende a vivenciar constrangimentos no processo de construção de identidades profissionais. A construção de uma carreira profissional focada na linearidade e na separação entre vida profissional e familiar ainda vigora em muitos contextos, especialmente no acadêmico. (SANTOS, 2007b; ARAÚJO, 2006; FABRRO, 2006, ELIAS, 2010). A carreira acadêmica é vista como uma escolha que exige muito tempo e dedicação, portanto a maternidade seria um empecilho na percepção das doutorandas sem filhos. Joana, por ter escolhido a carreira acadêmica assume que não tem “medo” de ficar solteira e não ter filhos. Só tem “medo” de não conseguir o “emprego dos sonhos”. Por ter investido suas energias na carreira profissional, o projeto de casamento e maternidade foram abandonados. Conforme suas palavras:

Eu tenho muito medo de chegar no final e não ter o emprego dos sonhos, de não poder ter o que eu tenho planejado. Isso me preocupa bastante. Isso é o grande temor meu. Talvez o temor maior de

ficar desempregada, do que ficar solteira. Acho que eu tenho muito mais medo de ficar uma desempregada do que ficar para titia. Ser uma titia rica do que ser uma mãe pobre, eu prefiro ser uma titia rica. (Joana, Engenharia).

Neste sentido, a escolha pela carreira pressupõe renunciar ao projeto do casamento e da maternidade. Esta escolha é feita por causar menos sofrimento. A maternidade e a carreira representam diferentes graus de interesses. Portanto há um investimento da doutoranda pela escolha que pressupõe um menor sofrimento, considerando a pretensão de ter retorno financeiro.

Eu também não me sentiria bem deixando de fazer aquilo que eu quero, que eu gosto. Daí, eu penso, então, que eu iria sofrer menos. Digamos, eu ser uma dona de casa perfeita, mas como profissional frustrada ou o contrário, eu acho que o fato de eu ser dona do meu nariz pesa muito mais, eu prefiro ser uma profissional perfeita e uma mulher frustrada. (Perla, Engenharia).

A dicotomia público e privado na construção dos papéis de gênero, que determinou que as mulheres possuíam uma natureza mais adequável ao espaço doméstico, nutriu historicamente uma representação materna pautada no “ser cuidadora” do filho, portanto totalmente responsável por eles. O atributo de “cuidadora” ainda permeia o simbólico vinculado ao feminino, ou seja, as mulheres ainda incorporam este atributo ligado ao cuidado da casa, dos filhos e muitas vezes, dos pais na velhice (AQUINO, 2009).

A doutoranda, colocando-se no lugar da “outra”, comenta que seria um problema conflituoso ter filhos no Doutorado. A representação da mulher cuidadora e a falta de tempo que a mãe atual vivencia torna-se um problema para as mulheres.

Na minha concepção a maternidade demanda tempo. É necessário dispor de tempo e de dedicação para ser mãe, para cuidar dos filhos constantemente, pois será um trabalho a longo prazo, durante muitos anos. A maternidade pode até mesmo vir a se tornar conflituosa com o trabalho, por exemplo, no caso de um filho estar doente. Alguém precisará cuidar dele. Gostaria de

dispor de tempo necessário para dar a atenção devida para meus filhos, pois sei que esse tempo precioso, será de grande valia para seu desenvolvimento enquanto seres humanos e cidadãos. (Maria Cecília, Engenharia).

As enunciações das doutorandas que estão terminando o Doutorado, sobre a compreensão da maternidade, estão significativamente influenciadas pelos efeitos desta fase. No momento, suas energias estão focadas para o término da tese. Por isso, dizem que precisam primeiro terminar o Doutorado e em seguida organizar a vida profissional. A maternidade seria apenas pensada depois destas duas “aquisições”.

A gente tem projeto de casar, talvez, ano que vem. Eu prefiro encerrar esse ciclo do Doutorado para depois começar um outro. Mas, o casamento, sim. Mas, o ter filhos é algo que a gente precisa conversar. Já conversamos, ele realmente quer ter filhos, mas eu preciso me estabilizar profissionalmente, passar num concurso curtir um ou dois anos a minha profissão. Pois ter filhos, eu ainda não estou vendo ainda, mas digamos assim não é uma prioridade ter filhos. (Inês, Engenharia).

Eu entendo assim [maternidade], na medida que eu posterguei, não fui ser mãe antes, porque eu já estava, deslumbrando que eu ia terminar a minha carreira acadêmica. Mas agora, até porque eu não queria, porque eu sei que o doutorado é um período muito estressante. Eu não queria que o bebê sofresse, os impactos de uma gestação no meio do Doutorado, eu lá arrancando os cabelos. Desejo de ter filho porque a gente gosta de criança. A gente quer ter a família, como a gente está junto há bastante tempo, já curtiu esse momento a dois, a gente entende dessa maneira. Já curtiu essa vivência da gente, a fase de namoro, casamento e agora a gente vai ter filho. Porque a gente quer ter filho mesmo para aumentar a família, para a gente sentir que a gente tem a nossa própria família. (Júlia, Engenharia).

A escolha da maternidade pode também estar indefinida pelo motivo do casal não se sentir seguro em ter um filho, pois há um sentimento de “medo” em relação à presença de um filho ser negativa, afetando o relacionamento. Hortência comenta sobre este “medo” sentido por ela e seu companheiro em terem filhos:

A gente [informante e companheiro] discute bastante essa questão da maternidade. Então, na verdade ele [companheiro] tem mais medo do que eu, a gente vive muito só nós dois, ele tem muito medo de como uma criança vai interferir na nossa relação, apesar de ele ter muita vontade de ter filhos, é muito contraditório. (Hortência, Engenharia).

O filho é visto como um ser “da mãe”, por isto a política presente no mercado de trabalho é ainda mais adequável aos homens, pois estes não “engravidam”. Apesar das mulheres terem direito à licença-maternidade quando bolsistas, a responsabilidade e o cuidado do filho ainda compete à mulher. Sobre esta preferência do mercado de trabalho em empregar homens, Maria Cecília destaca que: “Ainda que seja um preconceito velado, muitas empresas continuam a priorizar homens, porque não são “engravidáveis”, nem se mobilizarão integral e quase exclusivamente com as preocupações inerentes aos filhos”. Deste modo, as doutorandas, salientando a questão da emancipação das mulheres na esfera pública, perguntam-se até que ponto a maternidade mudou de sentido, se as mulheres mães ainda enfrentam a dupla jornada de trabalho.

Não sei, não sei por uma separação. Sei lá, que ela tenha prioridade da guarda. Hoje não é mais assim, mas sempre acaba acontecendo. Eu não sei se é pelo vínculo afetivo que se cria, eu não sei, mais bem ou mal a mulher acaba ficando sabe como a cuidadora do filho. Aquela que toma conta do filho, parece aquela galinha que põem os filhos tudo debaixo da asa e isso a gente vê nas diferentes espécies. Por exemplo, nas baleias que elas que trazem os filhos para amamentar, nas

galinhas que põem os filhos todos debaixo das asas dela. (Joana, engenharia).

Eu vejo que minhas colegas acadêmicas que são mães, vivenciam uma dupla e estafante jornada. Algumas contam com a ajuda de marido. Elas são sobrecarregadas ao extremo, muitas nos limites do stress, desdobrando-se em três para conseguir cumprir as tarefas de universidade e atenção a filhos e marido. Observo ser muito difícil, pois o meio acadêmico e profissional não tem uma abordagem de gênero, sequer valoriza a maternidade. O ingresso da mulher no mercado de trabalho há cerca de 50 anos no Brasil ocorreu com as mulheres saindo de casa para a carreira, mas não mostrou as ferramentas efetivas para que esse processo ocorresse. Eu não creio que as instituições científicas brasileiras tenham sido abertas para as mulheres, pois o machismo ainda impera. Acredito que se deva avançar muito no meio acadêmico e também profissional para incorporar o “gênero“ (Maria Cecília, Engenharia).

Partindo deste raciocínio, a escolha da maternidade corresponderá a um empecilho para a realização da lógica produtivista presente tanto na universidade como nas demais instituições do mundo do trabalho. Neste mundo, o fator tempo é tratado como uma moeda preciosa, pois quanto menos tempo de trabalho gastos para produzir, mais produtivo será a empregada. (FERREIRA, 2003). Neste sentido, a maternidade será tratada como uma condição negativa para um empregador escolher uma mulher que poderá engravidar, ao contrário da contratação de um homem, que não possui esta especificidade, não precisando licença de quatro meses para se ausentar por causa dos cuidados necessário aos recém-nascidos. Segundo Joana, isto ocorre devido a mulher ter incorporado o discurso do “eu posso e pronto” realizar.

É assim, eu vejo a maternidade não só na instituição, mas no mercado de trabalho, na vida profissional. Eu acho que a sociedade, a vida profissional não está preparada para a mulher ter filho, independente de ser público ou privado. Quando a mulher engravida, bem ou mal ela,

passa a ter certas limitações. Por exemplo, quem trabalha no laboratório, com produto químico, tem alguns produtos químicos que não vai poder trabalhar. Sim, os meus produtos químicos não me afetam, mas também nunca procurei saber se grávida teria contato ou não, então assim independente de ser público ou privado, ninguém está acostumado a perder aquela mão de obra. O empresário do setor privado, ele não quer pagar. Ele não quer perder, ele sabe que tem uma excelente funcionária, mas ele sabe que terá que passar seis meses sem ela, ele sabe que vai ter que passar mais seis meses com algumas limitações em relação a ela, porque vai chegar um ponto que ela não vai poder viajar de avião, vai chegar um ponto que ela vai chegar para trabalhar e se sentir mal, precisar sair. E ele vai ter que dar licença e ela vai ter que sair, né? É a mesma coisa na instituição. Eu acho que assim, sei lá, se a culpa foi da mulher que não soube impor essa condição, eu acho assim, que nós, as mulheres chegamos no mercado e assim eu posso e pronto, felizmente ou infelizmente a gente tem limitações nesse sentido da gravidez. (Joana, Engenharia).

Percebemos na enunciação de Joana que a maternidade pode ser um “problema” para as mulheres que escolheram conciliar carreira e maternidade. Conforme este raciocínio, a maternidade é vista como uma problemática social que precisa ser vivenciada com redes de apoio, sendo que as organizações empregadoras precisariam incorporar um olhar de gênero e romper a lógica masculina que molda as práticas das organizações. Somente assim, a maternidade será construída como um projeto que considera, não apenas a responsabilidade da mulher, mas também dos pais das crianças, do Estado, do mercado de trabalho. As redes de apoio para esta transição precisam estar realmente disponíveis, para a mulher poder desempenhar o trabalho produtivo na esfera pública. (VASCONCELOS, 2009).

Todavia, a doutoranda Júlia foi exceção entre as entrevistadas, pois apresentou uma argumentação contraditória ao falar da maternidade. Mesmo justificando a sua não-maternidade em função do Doutorado, acha que não é incompatível ter filhos. Ela constata isso a partir da experiência de outras mulheres. Na percepção de Júlia “ter

filhos é um destino que faz parte da vida de toda mulher, assim não percebe o ser mãe no meio acadêmico como algo anormal”. E complementa:

Nenhuma delas [doutorandas mães] chegou em determinada situação e falou que era um problema, ter filhos era uma dificuldade, que ter filho e fazer o Doutorado, que ter filho e trabalhar ao mesmo tempo era uma situação absurda. Nunca. Então, eu acho uma coisa natural, acho que faz parte da vida de todo mundo. (Júlia, Engenheira).

A decisão de colocar o filho na escolinha muito pequeno é percebido pelas doutorandas sem filhos como uma escolha que as mulheres são obrigadas a fazer. As doutorandas enfatizam que o Ministério da Saúde não discute as principais dificuldades que as mães enfrentam no mercado de trabalho para amamentar seus filhos. A dificuldade em conciliar maternidade e vida profissional tem feito muitas mulheres profissionais vivenciarem não apenas a dificuldade de pedir permissão para conseguir amamentar seu filho tranquilamente, mas também justificar faltas ao trabalho devido a problemas relacionados à saúde de seus filhos. (FERREIRA, 2003). Neste caso, muitas mulheres ao entrarem no mercado de trabalho, incorporam a lógica pautada na produtividade, ignorando a situação da maternidade para sobreviver, e, neste caso, elas tendem a negar a existência de suas maternidades para não sofrer críticas e punições no emprego.

Eu acredito que as mães não colocam seus filhos ainda bebês em escolinhas. Em alguns casos veem-se obrigadas a fazê-lo, pois não têm outra opção. Veja do ponto de vista do bebê (inclusive da saúde física, mental emocional da criança) e da mãe. Isso é cruel. Lanço outra pergunta: fazem tantas campanhas para aleitamento materno, que previne doenças e é excelente alimento para neonatos, mas, como amamentar sem estar junto com o bebê? (Maria Cecília, Engenharia).

Júlia, assim como Maria Cecília, reconhece que as doutorandas mães deixam os filhos em escolinhas por serem obrigadas, pois existem motivos concretos para isto. No entanto, a doutoranda, que pretende ser

mãe, diz que apelará para todos os tipos de recursos institucionais legais para poder estar com o filho até um ano, pois diz que não pretende deixá-lo em escolinha antes desta idade.

Bom eu acho que elas [deixam os filhos em escolinhas] têm um motivo para isto. Eu acho que realmente elas precisam trabalhar. Mas eu não gostaria, sinceramente eu não gostaria. Graças a Deus agora foi aumentado o período de licença-maternidade Eu que sou de federal [funcionária] lá no IFES – Instituto Federal de Educação, pelo menos é seis meses. Mas se desse eu acompanharia pelo menos a criança um ano, não sairia para trabalhar. Porque em um ano acontece tanta coisa, é tudo que acontece primeiro. A criança começa a sair da amamentação começa a comer, a criança começa engatinhar, ter o dentinho, não sei o quê. Tudo começa neste primeiro ano, começa a caminhar, lá pelo um ano, um ano e um pouquinho, tudo acontece de diferente neste um ano. Se eu puder eu não deixo [filho na escolinha com menos de um ano], se eu pudesse tiraria licença, férias e tudo mais eu não deixaria mesmo [na escolinha]. (Júlia, Engenharia).

Inês reitera a dificuldade de ser mãe no Doutorado e compreende que as mulheres que têm filhos neste período são “heroínas”. Ela admira quem consegue compatibilizar vida profissional e acadêmica. A partir de sua fala observamos que a sua visão de maternidade aparece fortemente influenciada a partir da responsabilidade da mulher com o cuidado do filho:

Eu acho estas mulheres [as mães] heroínas na verdade (risos) é porque, assim, entre ter um filho e fazer um Doutorado é algo que jamais eu conseguiria fazer. Algo que é algo muito complicado, muito difícil. Eu, particularmente, se eu tivesse um filho, eu acho que eu trancaria a minha matrícula. Eu desistiria do curso, eu desistiria, porque é uma coisa assim, que não tem como ter que cuidar de um filho. Eu acho que eu não faria isso. Quem faz, quem tem um filho e faz

Doutorado eu acho muito elogiável conseguir fazer tudo porque eu não conseguiria fazer não. Não conseguira, jamais minha cabeça ia estar com outro foco, a minha cabeça é meio compartimentada assim. Inclusive, agora, para casar eu quero fechar isso para depois. Porque casar e estudar, parece que a coisa vai ficar muito complicada para resolver. (Inês, Engenharia).

Santos (2007b) ao tratar dessa dificuldade das/os profissionais acadêmicas em conciliar vida familiar e carreira sugere modelos de carreiras multiformes e pluralistas (SANTOS, 2007b), sendo que os modelos de carreiras tendem a prezar oportunidades iguais para todos e todas, centrando-se exclusivamente no “indivíduo”. Indivíduo este que constrói a carreira profissional a partir da referência de um “masculino dominante”, que não participa do trabalho reprodutivo. Neste sentido, há uma cultura organizacional que privilegia o simbólico que envolve a masculinidade, por isto as carreiras precisam ser repensadas a partir da interdependência entre vida profissional e familiar.

Em relação ao reconhecimento da maternidade pela instituição, há uma rede de apoio composta de amigos e funcionários da universidade para ajudar a doutoranda mãe que cursa Doutorado. Conforme a experiência de Júlia, podemos verificar que a maternidade também pode ser vista como uma situação que pode estimular a construção de um tipo de apoio para a acadêmica.

Olha eu só posso te falar da experiência que eu tive aqui, né [UFSC, CTC]. Eu tive colegas que já ficaram grávidas aqui e geralmente a gente faz de tudo para ajudar. Essa que é a verdade. Tanto na secretaria, na instituição, lá o pessoal dá uma ajuda, como por exemplo em relação a prazos, para não ser muito rígido com prazos, a pessoa tem que entregar um documento então. Mas ela está numa situação especial, ela está gestante, então ela tem alguns privilégios. Ela tem, mesmo dentro do curso que pegar licença, de trancamento de matrícula. Aqui dentro do laboratório, no corpo discente, a gente também consegue dar uma mão assim para pessoa, dá uma olhada. Faz a matrícula, faz não sei o quê. O professor também tenta se comunicar com a pessoa, mais virtualmente para que a pessoa não tenha assim

que se deslocar muito, não tenha que deixar o seu bebê assim. Alguma coisa assim, isso eu já vi acontecer. (Júlia, Engenharia)

Para as doutorandas em estágio sanduíche¹¹⁵: a maternidade compreende gastos materiais, tempo e responsabilidade que envolverá o cuidado de um filho. Entretanto, as enunciações estiveram bastante influenciadas pelos efeitos da fase do Doutorado. O “ter que terminar” o Doutorado, para depois pensar sobre o futuro permeou as considerações destas informantes. Esta fala é ilustrativa para verificarmos o que “está em jogo” quando mulheres pensam sobre a maternidade na fase.

É difícil ter filhos no Doutorado. Acho que ser mãe gasta muito tempo e dinheiro e responsabilidade, vejo que as doutorandas renunciam a viagens, festas, congressos. Admiro mesmo quem vem fazer Doutorado em outro país e é mãe, deve ser difícil mesmo. Atualmente minha maior preocupação é o Doutorado, pois dependendo disso para minha carreira profissional e a carreira é mais importante (Carla, 38 anos, estágio sanduíche no CES).

A carreira profissional assume a prioridade na vida das doutorandas em estágio sanduíche: “o doutorado exige muito tempo de dedicação e a vida pessoal acaba sendo tomada pela vida acadêmica” (Camila, 34 anos, estágio CES). Suas enunciações sobre a maternidade neste primeiro momento estiveram bastante focadas em falar do “desejo” de conquistar um emprego, logo a maternidade é compreendida como uma condição que deve no momento “ser deixada de lado”, pois dependerá da realização profissional.

5.1.2. Projeto de casamento e maternidade: a questão do tempo e dos modelos ideais para conceber

¹¹⁵ O meu contato durante o estágio doutoral foi com doutorandas brasileiras, por falta de tempo para contatar informantes de outros países, pois estive no CES nos meses que compreendiam o intervalo entre o fim do semestre e início das férias. Assim, as entrevistas feitas no CES tiveram como objetivo cruzar com dados já coletados e analisados nas entrevistas dadas pelas doutorandas da UFSC, não pretendi estender a análise por falta de tempo hábil. As perguntas foram destinadas a conhecer as percepções que as doutorandas mostravam em relação ao ser mãe no Doutorado.

A maternidade também compreendeu a relação entre cronologia e fecundidade, divulgada pelos médicos na mídia, que aconselha as mulheres a não demorarem muito a terem o primeiro filho.

A maternidade passa por uma escolha racional, pois o risco de ter filhos compreendidos como “anormais” tem feito doutorandas também sentirem-se ainda mais distantes de concretizar seus projetos reprodutivos. Primeiro pelo motivo de não ter um companheiro a fim de casar e ter filhos e segundo por suas idades reprodutivas terem um prazo de validade para ter filhos biológicos. A possibilidade de adoção não foi comentada por estas mulheres.

Sobre este “medo” declarado por elas em ter um filho “anormal”, percebemos a desistência em ser mãe a partir das falas de Inês, Joana e Perla. Elas apresentaram-se significativamente influenciadas pelo discurso médico relacionados a “idade ideal” para se ter o primeiro filho, sendo que a mídia apareceu como a principal fonte de acesso para esta informação sobre a idade reprodutiva.

É isso, Silvana, então a minha idade reprodutiva está passando. Outro dia eu li uma reportagem, acho que na Inglaterra aumentou muito os casos de mulheres com filhos com Síndrome de Down e mostrava que o motivo, era porque as mulheres estavam adiando. Isso, colocando a carreira em primeiro lugar para depois pensar em ter filhos. (Inês, Engenharia).

Li inclusive há um tempo atrás uma pesquisa de um médico que a idade ideal para a mulher ter o primeiro filho seria até os 34 anos. Eu pensei: que maravilha. Só que eu fico pensando assim, minha mãe, quando eu nasci ela tinha 30 anos e hoje eu vejo muita diferença de conflitos, até hoje entre eu e ela, por causa da diferença de idade. Eu fico pensando, se eu esperar para ter um filho com 34-35 anos, talvez eu tenha um conflito ainda maior, sabe, eu não consigo sentir, eu não consigo me ver mãe. Apesar de eu gostar de criança, de eu ser louca por criança. Então, eu tenho me preparado, eu já comecei esse estágio de me preparar para não ficar frustrada. (Joana, Engenharia).

Eu acho que a mulher que quer ser mãe deve planejar para mais tarde não sofrer o risco de ter

filhos com Síndrome de Down. Pode dizer que sou preconceituosa, as mulheres devem cuidar para não ficar muito velhas para ter filhos depois dos 35 já é um problema. Outro dia vi um programa na Record os médicos falam sobre isso, eu não posso dizer ai desta água não beberei, mas não sei se terei filhos depois dos 30, acho perigoso por causa do óvulo velho. (Perla, Engenharia).

Sobre a idade reprodutiva e suas implicações, o estudo Hewlett (2008) com mulheres pós-feminismo anos de 1970, todas altamente qualificadas e com a carreira consolidada, constatou que esta escolha pela não-maternidade parece não ser definitiva, pois o projeto reprodutivo pode ser retomado mais tardiamente quando a mulher sente-se segura profissionalmente e financeiramente para ser mãe.

Contudo, esta opção tardia pela maternidade tende a gerar diversos problemas em relação ao prazo do corpo biológico feminino para reproduzir. Para Hewlett, este constrangimento poderia ser evitado, caso a mulher procurasse refletir sobre o porquê da maternidade mais cedo, para não provocar os sofrimentos psíquicos muitas vezes, causados por abortos sucessivos e os gastos financeiros nas novas tecnologias reprodutivas para conceber em uma idade que a mulher apresenta diversos problemas de fertilidade.

Partindo desta perspectiva da autora, as acadêmicas mostraram uma reflexão sobre seus corpos em termos reprodutivos e os riscos da gravidez tardia. Suas falas também mostram o “medo” de ter filhos portadores de Síndromes de Down¹¹⁶. Em estudo sobre essa síndrome e maternidade, Teixeira (2007) constatou, por meio de relatos de mães de crianças portadoras da Síndrome de Down, que a maternidade para estas mulheres é encarada como um “choque” devido a representação negativa dada à criança portadora da síndrome.

De acordo com a autora, esta rejeição diminui na medida que as mães demonstram interesses em entender as particularidades de seus filhos Down, assim as fantasias negativas sobre estes tendem a ser gradativamente desconstruídas. Esta representação social negativa dada a estas crianças portadoras afetam significativamente os sentimentos das

¹¹⁶ A médica ginecologista Elyane Rangel, com 25 anos de experiência em Obstetria em Florianópolis, ao ser abordada sobre os “medos” de suas pacientes em relação à maternidade, conta que o grande medo é o filho ou filha não nascer “perfeito”, por exemplo, a Síndrome de Down.

mulheres quando mães. Assim, este tipo de maternidade exige uma transformação subjetiva que as permita corrigir os seus próprios preconceitos em relação aos portadores da Síndrome de Down. Portanto, além do não desejo de ter um filho compreendido como “anormal”, as acadêmicas reproduzem preconceitos devido a falta de informação sobre o portador de Síndrome de Down.

O discurso modernizador, que foi propagado no Brasil do início do século XX, responsabilizou as mulheres a darem bons filhos à nação, ou seja, sujeitos “saudáveis”. (FREIRE, 2008; BESSE, 1999). Neste contexto, a mulher assumiu sua maternidade como uma prática científica a partir da parceria com os médicos, que a orientavam para serem “boas mães”. Sobre esta obrigação imposta às mães, Besse (1999, p. 110) salienta: “O 'dever' das mulheres que amavam seus filhos e buscavam aplausos e a glória de haver produzido uma prole saudável e bem sucedida era observar religiosamente e implementar escrupulosamente as “regras” da higiene e da criação científica dos filhos, estabelecidas pelos médicos”.

Esta evidente valorização da maternidade no contexto brasileiro teve seu lado positivo, pois as mulheres tornaram-se porta-vozes para a implementação de políticas públicas (FREIRE, 2008). Contudo, esta nova importância dada à maternidade mostrou seu lado negativo, quando as mulheres não conseguiam corresponder ao ideal nacional imposto ao papel feminino de socializadora, ou seja, “dando bons filhos a nação”.

A força do discurso médico é tão significativa neste tipo ideal de maternidade, que pressupõe um filho “ideal”, ou seja “normal”, que só é freada quando o próprio saber médico desconstrói esta referência de “perfeição para a mulher-paciente-mãe. Conforme o estudo de Teixeira (2007), constatou-se que é somente quando os médicos começam a informar melhor esta mãe de filho portador de Síndrome de Down sobre as particularidades de seus filhos, que ela consegue desconstruir a ideia de uma maternidade “perfeita”, que pressupõe um filho “perfeito”. Assim, transforma a sua maternidade em algo a ser construído e não determinado.

A maternidade também implica disponibilidade de um pai para a criança. Segundo Maria Cecília, são poucos os homens interessados em ter um relacionamento sério para futuramente constituir uma família:

Com toda certeza, a maternidade sempre esteve nos meus planos de vida. Gostaria de realizar esse sonho. Se dependesse de mim já teria sido mãe

cedo, com 20 e poucos anos. Os filhos já seriam até crescidos agora. Vejo que hoje os homens não desejam ter um relacionamento sério. Talvez, esse “tipo” de mulher não agrada aos homens. O famoso binômio: bonita e burra, ainda é a dobradinha predileta. Para mim, para ter filhos é importante. Ter uma família constituída e uma situação financeira estável. Infelizmente, ainda não tenho nenhum dos dois. Eu ainda não sou casada, apesar de já ter 34 anos de idade e não tenho uma segurança financeira. (Maria Cecília, Engenharia).

As condições financeiras também fazem parte dos motivos que envolvem a escolha pela maternidade para as doutorandas, pois os filhos requerem, além de custos emocionais também materiais. Logo, a maternidade é compreendida a partir de um arranjo familiar composto de pai, mãe e filhos, sendo que os homens, na visão da doutoranda, estão interessados em mulheres com atrativos físicos e pouca inteligência, e, não sendo seu caso, diz ter dificuldades de construir um relacionamento.

Sobre esta dificuldade de estabelecer vínculos na contemporaneidade, Bozon (2004) constatou que, entre as mulheres na faixa etária de 30 anos, a dificuldade de conseguir relacionamentos heterossexuais ocorre devido a estas mulheres apresentarem dificuldades de conseguirem casar especialmente porque no “mercado amoroso” estas mulheres sofrem a concorrência de mulheres mais jovens e também são elas que precisarão realizar todo o trabalho amoroso para manter a relação.

Giddens (2005a) compreende que as transformações ocorridas nos relacionamentos devem-se ao aspecto de mudanças que a globalização provocou, neste sentido, quando o casamento deixou de ser um contrato, pois anteriormente as mulheres que não tinham meios financeiros para viver necessitavam de um provedor e o homem, em troca disso, teria o controle da sexualidade de sua esposa. Assim, as relações eram mantidas hierarquicamente.

No entanto, com as mudanças ocorridas nas relações de gênero a partir do advento das tecnologias contraceptivas, da globalização e dos movimentos de emancipação feminina, os homens e as mulheres, influenciados por estas mudanças tendem a procurar relacionamentos mais igualitários, mais “confluentes”, que permitam maior completude.

Giddens (2005b) fala que devido às muitas possibilidades que a vida contemporânea oferece, a tendência é conseqüentemente que as pessoas casem mais, se divorciem mais e o modelo de família tradicional se dissolva para formas de famílias mais igualitárias com relações mais negociadas, logo mais refletidas.

Todavia, Szapiro et alii (2002) verificaram entre mulheres acadêmicas, com carreira consolidada e estabilidade financeira, que o problema não seria apenas a falta de companheiros interessados em constituir uma família ou as mudanças ocorridas no mundo ocidental nas últimas décadas. Elas sugerem que os problemas refletem a identidade das próprias mulheres, que são instruídas, têm mais de 30 anos e levarem muito ao “pé da letra” o discurso da emancipação feminina em todas as dimensões da vida. Portanto a “independência” e a sua afirmação seria um atributo primordial entre estas trintonas e quarentonas, que as leva a dispensar muitos homens e serem muito seletivas em seus relacionamentos para não sofrer os riscos da dominação masculina. São tão influenciadas pelo individualismo que preferem ficar sozinhas. Este estudo de Szapiro et alii (2002) constatou que os homens eram tratados por estas mulheres como companhias “supérfluas” em suas vidas, devido ao teor individualista que constroem suas identidades de gênero. No entanto, suas identidades são construídas a partir de conflitos subjetivos entre ter ou por que ter um relacionamento fixo.

Bauman (2006), ao analisar a constituição dos relacionamentos afetivos contemporâneos, constata que não há interesses em se investir há longo prazo. As relações amorosas atuais são estabelecidas por “liquidez”. Sobre este contexto contemporâneo globalizado destaca que o que vale é estabelecer muitos contatos, mas não se prender a nenhuma relação, pois homens e mulheres neste contexto tendem a contemplar majoritariamente seus interesses individuais.

Os sentimentos são condensados por meio de encontros casuais “intensos” de intimidade, mas sem perspectiva de uma continuidade. Na visão do autor, os relacionamentos são tratados como um “investimento” que demanda tempo, dinheiro e dedicação, assim, quando não há garantia de um “lucro” certo, as relações são rompidas. Esta “liquidez” retratada por Bauman (2006) relativa às relações afetivas contemporâneas pode se estender as outras dimensões da vida, fazendo esta tendência à efemeridade não combinar com o “vínculo sólido” de um laço conjugal.

A partir do exposto, verificamos que a compreensão da maternidade por doutorandas sem filhos mostra-se altamente influenciada pelos efeitos que a fase tende a causar. A dificuldade de refletir propostas para mudar a vida acadêmica, evidencia um habitus determinado a partir da abdicação, da renúncia de mulheres por seus projetos pessoais a fim de participar da esfera pública. Elas tendem a desprezar o privado, desconsiderando a sua existência, logo a sua importância, na reprodução da vida.

Os motivos para não ser mãe estiveram influenciados também por um modelo masculino para lidar com o trabalho, pois a dicotomia de gênero aparece como uma “faca de dois gumes”. Se por um lado as mulheres estão na cena pública, por outro, parecem desvalorizar o mundo da vida, do cotidiano, das relações afetivas. A tendência à construção de uma identidade de gênero que preze a intensa valorização do mundo masculino e o desprezo aos valores tratados no plano simbólico e essencializados na cultura como “femininos” mostram que as regras não foram mudadas neste jogo. (BOURDIEU, 1999).

As enunciações das doutorandas sem filhos, mesmo focadas na fase do Doutorado, devem ser compreendidas considerando suas particularidades. Elas também evidenciaram que o emprego que dê um retorno financeiro tornou-se o motivo para tornarem-se sujeitos socialmente valorizados. Por isto, o repúdio ao espaço doméstico, como espaço socialmente visto como de menos valor. A maternidade é compreendida por meio do “ser cuidadora” e da responsabilidade, exigidos pela maternidade. O sentido negativo da maternidade, para estas mulheres, evidencia o não ter tempo para pensar sobre seus corpos, que são “deixados de lado” para o uso da mente, faz presente a dicotomia masculino/feminino, corpo/mente para se pensar as relações de gênero construídas neste espaço.

5.2. Quando se fica grávida: entre medos e alegrias de “ser mãe” na fase do Doutorado

Se a tese é vivenciada como uma gestação, as doutorandas Virgínia, Cibele, Luiza, Elisa, Maria Flor, e Rúbia experienciaram duas gravidezes durante o Doutorado, pois todas estavam grávidas no curso e elaborando a tese.

Entretanto, as gestações de seus filhos ocorreram em períodos diferentes. A informante Virgínia estava grávida no período da

entrevista, Maria Flor e Rúbia vivenciaram a gestação nos primeiros anos do Doutorado, pois atualmente Maria Flor estava com o filho de três anos e o filho de Rúbia estava com um ano e meio de idade; já Luiza estava na sua terceira gestação, pois tinha duas meninas, uma que teve durante a graduação e outra no Mestrado. Elisa estava grávida no final do Doutorado, durante sua segunda seleção.

A doutoranda Virgínia, de 31 anos, quando soube que estava grávida “levou um susto”, pois estava no primeiro ano do Doutorado, o exame positivo de sua gravidez foi encarado com um sentimento de “medo” e pavor, ou seja, e agora o que fazer com o Doutorado?

Virgínia descreve o que sentiu ao saber que estava grávida: “daí, eu levei um susto, eu comecei a chorar, porque eu não queria ficar grávida no Doutorado. Porque, na verdade, recém estava começando, era o primeiro mês de aula, havia disciplinas muito difíceis no Doutorado”.

A estudante fala que parou de tomar o anticoncepcional, mas ao pensar sobre a dedicação que o Doutorado lhe exigiria, resolveu conversar com o companheiro para eles “se cuidarem” usando preservativo. Este cuidado que resolveram ter não ocorreu como planejaram, pois em abril de 2009, após o início do primeiro semestre de aulas, Virgínia ficou grávida.

A gestação foi vivenciada contando com a participação de seu companheiro. Segundo a doutoranda, “a gente é o casal grávido, sim nós dois, meu companheiro deixou de beber e de fumar, imagina, então por que um filho também chama pelos dois, o sacrifício que ía viver eu, tínhamos que viver os dois, este foi um acordo desde o principio”.

A compreensão da maternidade de Virgínia está centrada em um ideal de parentalidade estabelecida por meio da relação a ser construída por sua maternidade e a paternidade de seu companheiro, ambas destinadas ao bem-estar da criança que chegará.

Assim, a responsabilidade da maternidade para Virgínia é dividida com seu companheiro, pois o “sacrifício” da gestação será vivido por uma gestação que engloba a presença dos dois, tornando-os assim o “casal grávido” na sua concepção.

A expressão “casal grávido” analisado foi Salem (2007) como um projeto de gestação vivenciada com a participação masculina efetiva e a procura de um parto com menos intervenção médica possível. O casal grávido permite a prática de uma reflexividade íntima do casal, os modelos de família extensa/tradicional é abandonada, pois a relação não ocorre mais entre vó-mãe-bebê, mas pai-mãe-bebê, prevalecendo um

projeto pautado no individualismo do casal e um modelo que preza a igualdade nas relações de gênero. Diferentemente de Virgínia, a notícia da gravidez para Luiza deu-se de forma mais tranquila, pois, mesmo não planejando a sua gestação já havia passado por esta experiência duas vezes. A fala de Luiza centra-se na relação entre mãe e filho e não casal e criança como Virgínia. Luiza justifica sua maternidade por meio de um “desejo inconsciente”.

Assim, a menstruação atrasou. A notícia veio de maneira tranquila para mim, como símbolo de uma nova vida, em dois sentidos: a vida da maternidade e a vida de um novo ser. Nenhuma gravidez foi programada, mas acho que a gravidez não programada também é programada de um modo arbitrário. Acredito no que alguns médicos afirmam: que toda mulher com ou sem programação para ter um filho somente engravida porque inconscientemente desejou ter o filho, quer a razão aceite ou não. Penso que mesmo não programando, interiormente a vontade de ser mãe novamente se manifestou. (Luiza, Ciências Humanas)

Maria Flor, mãe pela primeira vez como Virgínia, também teve “um susto” com a notícia da gravidez. No entanto, o apoio prestado por sua família a confortou. Segundo a informante, seu maior “medo” era a exigência do Doutorado, pois ainda estava fazendo as disciplinas obrigatórias na época que engravidou.

No começo assustou um pouco devido à responsabilidade que sabia que viria pela frente. Chorei, fiquei feliz, mas, enfim, com o apoio da família a alegria foi tomando conta. O maior medo veio com relação ao estudo do Doutorado, que estava mais ou menos pela metade naquela época. Ainda tinha disciplinas obrigatórias por fazer. Houve necessidade de trancar o Doutorado por um semestre durante a gravidez, devido ao fato de haver riscos no deslocamento de ônibus até Florianópolis uma vez por semana. Não foi programada, houve falha nas tomadas das pílulas anticoncepcionais. (Maria Flor, Ciências Humanas).

Elisa foi gestante durante o Doutorado, no entanto, na entrevista mostrou muita resistência para falar sobre como vivenciou a gravidez no curso. Disse que sua escolha foi vista com muito preconceito do seu departamento e das pessoas que estudavam lá, sentia-se perseguida. No entanto, sua gravidez foi bem-vinda, já tinha uma filha e achava que seria muito bom ela ter um irmãozinho. Mesmo concebendo em uma fase percebida pelos “outros” como “imprópria” para engravidar diz que a notícia foi boa, não sentiu nenhum susto ou medo.

O filho sempre será bem-vindo, sei que as pessoas criticam, que eu deveria ter me cuidado, mas aconteceu. Aconteceu também de eu ter postergado a tese, pedindo nova matrícula, por que as pessoas criticam tanto? Por que os professores e colegas ficam te cobrando algo que só diz respeito a minha vida, pois é uma escolha minha, é difícil é, saber que você tem um filho e uma tese nas costas sem emprego é bem difícil, mas não preciso dar explicação para ninguém. (Elisa, Engenharia).

A gravidez de Rúbia [durante o Doutorado], foi diferente de Virgínia, Cibele, Inês, Maria Flor e Luiza, pois foi programada e tranquila. No entanto, Rúbia que tinha vivenciado uma gravidez não programada com 18 anos relata que na época foi um “susto” para todos de sua família, pois além da pouca idade, ainda não disponibilizava de recursos financeiros para ter um filho. Em relação ao sentimento de “medo”, Virgínia salienta que seu maior “medo” era de contar para sua orientadora que estava grávida, pois se sentia cometendo um tipo de traição. Sua orientadora, no entanto, foi muito atenciosa em relação à implementação de sua bolsa de Doutorado. Sobre o “medo” de publicizar sua gravidez Virgínia enfatiza que:

Eu pensei: poxa! Sei lá, será que ela ficará brava [a orientadora]. Alguma coisa, mas foi bem legal, só que todo mundo assim, as professoras todo mundo me falou: aproveita fazer agora as coisas da tese por que quando o bebê nascer não vai conseguir, daí me senti um pouco pressionada.

Vários professores me falaram, falavam que tinha que aproveitar agora antes de nascer o bebê, fazer muitas coisas. (Virgínia, Ciências Humanas).

Em relação a receptividade da notícia por parte das colegas e dos colegas, Virgínia comenta que alguns manifestaram pensamentos acolhedores e outros bastante duvidosos em relação ao seu desempenho.

Teve de tudo, colegas que se alegraram muito, assim, que foram legal e tive colegas que falaram: ai, você queria, a principio não se animavam de dar os meus parabéns, como você estava procurando, você queria, assim, como vai fazer com o estudos esse tipo de perguntas e críticas? Então, depende também como você recebe isso. Um dia, que eu estava mais fraca, mais baixo astral. Ficava mais chateada com os comentários, mas eu sei que meu companheiro também vai me ajudar um monte. Daí eu senti, poxa, eu vou conseguir estudar porque ele vai me ajudar com o bebê. Agora a gente vive todas as tarefas da casa, tanto cozinho eu, como cozinha ele, limpa o banheiro, sempre tivemos uma relação assim, sempre igualitário, ninguém se recai. (Virgínia, Ciências Humanas).

Maria Flor disse que a receptividade de sua gravidez entre suas colegas de trabalho foi muito boa e, com o tempo, as que não tinham filhos perceberam que ficar grávida não era um “bicho de sete cabeças”.

A família comemorou muito, mas muito mesmo. Amigos também, colegas de trabalho foram acompanhando os momentos de gestação e vendo que não era um bicho de sete cabeças estar grávida e trabalhar. Isso ficou evidente, pois a maioria das minhas colegas de trabalho não eram mães e nem pretendiam ser. (Maria Flor, Ciências Humanas).

Virgínia, que vivenciava a gestação de seu primeiro filho, estava planejando como lidaria com seu cotidiano após o parto.

Não, eu não sei. Eu não quero planejar a chegada do meu filho. Eu não sei quanto tempo ele vai tomar, eu sei que nos primeiros meses geralmente umas 24 horas. Ele chora, vou ter que amamentar, até entender se o filho está tranquilo. Tem filho que chora mais, eu não posso planejar. Minha ideia é começar o ano em março, ou seja, tirar o janeiro/fevereiro para ficar com o ele assim 100%, e em março começar a estudar, daí vai ser o meu companheiro que vai ficar com ele. (Virgínia, Ciências Humanas).

A doutoranda passou a se questionar sobre algumas ideais feministas, pois as transformações que está no momento vivenciando, a partir da gravidez, provocaram uma mudança no seu entendimento sobre a “diferença” presente quando se é mãe.

Quando eu fiquei grávida, eu pensei assim: fiquei meio em pânico e também muitas ideias de feminismo que eu tinha começaram a encontrar limites, porque eu penso realmente que a construção do feminino e do masculino é uma construção. Eu penso que a diferença entre o pênis e a vagina não tem que gerar hierarquia, mas não relativizo, não minimizo tanto essa diferença, como muitas feministas que são militantes e tal, porque nenhuma diferença é um corpo eterno. Porque a diferença, eu acho que a maternidade que eu estou vivendo agora, porque eu não pensava, eu não refletia tanto a maternidade, porque não me acontecia, estava bastante longe de mim. (Virgínia, Ciências Humanas).

A reflexão sobre a experiência que Virgínia está passando em relação as mudanças de seu corpo biológico pontua as especificidades relacionadas ao corpo “feminino”. A diferença entre os sexos é questionada pela doutoranda quando se sente “diferente” por causa da gravidez.

A maternidade, percebida como propriamente biológica, (SCAVONE, 2001b) compreende a gestação, o parto e a amamentação ocorre em um corpo feminino. As especificidades vinculadas à esta condição e a transformação no corpo físico são inegáveis, na percepção

da doutoranda. Virgínia começou a questionar-se sobre a desigualdade de gênero manifestada a partir do cuidado com o filho, especialmente nos primeiros meses de vida, pela necessidade de amamentação.

Mas eu pensava está tudo bem. Eu olhava, outro dia, em um curso de gênero que eu fiz, daí eu vi uma mãe com um carrinho. Quando o bebê começou a chorar, ela teve que sair com o bebê para fora. Sair para fora e perder a palestra, Então eu pensava assim, se fosse um homem com o filho? Daí a mulher não perdia a palestra, entendeu. Eu sei que a maternidade é um período, a gravidez os primeiros meses que a criança precisa da mãe, nesse tempo ai está o limite nesse tempo que, há uma diferença que a mulher tem que se dedicar ao filho, porque fisicamente exige entendeu? Porque tem um monte de coisa que o pai pode fazer, cada vez o pai participa mais. Mas, amamentar não tem jeito e agora eles querem que a mulher amamente até os dois anos. (Virgínia, Ciências Humanas).

A maternidade não planejada leva a reflexões sobre um projeto de vida “ideal”, racionalmente planejado para o filho chegar em uma fase que compreenderá o final do Doutorado. Os medos aparecem com clareza.

Eu queria demais ter um filho. Eu queria depois dos 30. Tudo bem, mas depois dos 30, quando? Entendeu, é obvio que eu pensava por que o ideal era eu conseguir depois de fazer o Doutorado ou no último ano do Doutorado. Isso seria o ideal, eu conseguir primeiro fazer o Doutorado, mas vamos falar de ideal entendeu? Um planejamento certo, racional. Mas, meu companheiro também já queria um tempão ter um filho. Eu havia postergando, por causa de uma coisa, por outra. Mas agora um momento, um momento comigo mesma de pensar vamos ceder essa gana, por que era uma gana reprimida que eu tinha, uma vontade reprimida também. Entendeu? Por medo. Eu acho que eu era reprimida por ter que estudar primeiro,

entendeu por mim mesma. (Virgínia, Ciências Humanas).

O “medo”, a “culpa” permeia os sentimentos das doutorandas que percebem que suas maternidades podem ser vistas pelos “outros” como escolhas “estranhas” para a fase do Doutorado. A gravidez abre os caminhos para “os outros” questionarem por que a doutoranda decidiu por algo que comprometerá diretamente a sua produtividade, devido a fase de amamentação do bebê e de restabelecimento do seu corpo físico. A gravidez não planejada rompe a ideia de construção de carreira em um plano linear.

Para as estudantes gestantes, a maternidade, à primeira vista é compreendida por meio de um sentimento de “medo”, medo do “estranho”, “do desconhecido”. Ou seja, o filho e as mudanças parecem poder influenciar muito seus cotidianos. Passado o susto inicial, a maternidade é assumida como um acontecimento que exige nova programação dos custos materiais do casal.

Para Elisa, diante desta nova situação, o orientador é visto como alguém “temido”, mas também alguém que merece ser comunicado rapidamente, pois existe uma relação de interdependência com ela nesta fase.

5.3. Quando se é mãe no Doutorado

As doutorandas mães perceberam, durante as suas práticas cotidianas na universidade e em casa, que tiveram que “abdicar de” para desempenhar um dos papéis: ser mãe ou ser acadêmica. Segundo elas, há a preocupação em não conseguir corresponder ao habitus acadêmico, pautado na dedicação exclusiva para atingir a produtividade ideal. Isto ocorre devido à dificuldade que elas sentem em se desligarem mentalmente da função materna. Assim, a preocupação com o bem-estar dos filhos é o principal motivo das acadêmicas mães sentirem que estão propensas a sofrerem mais prejuízos em suas carreiras.

Neste sentido, as doutorandas mães enfatizam que sofrem desvantagens em suas qualidades de vida, pois precisam dividir o tempo entre maternidade e Doutorado. No entanto, afirmam que priorizam a relação com os filhos em suas vidas. Araújo (2006) constatou que as doutorandas mães nutrem um sentimento de responsabilidade pelo cuidado dos filhos que dificilmente as deixa livres para se dedicar integralmente ao Doutorado. Com relação a este sentimento de

interdição, que a mulher sente em deixar os filhos por causa do trabalho acadêmico, a autora constatou que tende a ocorrer não apenas no plano longo (por exemplo, na ida para o estrangeiro), mas também no plano curto (por exemplo, ficar na universidade durante à noite ou ao fim de semana)". (ARAÚJO, 2006, p. 147).

As doutorandas mães enxergam a contradição entre as práticas cotidianas vinculadas à maternidade e as teorias estudadas no campo acadêmico e, conseqüentemente, isto tende a gerar conflitos subjetivos. Maria Flor reconhece que, quando se é mãe no Doutorado, não é fácil atingir a concentração ideal para o trabalho acadêmico. No entanto, na compreensão da doutoranda, as acadêmicas mães vivenciam este conflito pelo fato de sentirem "presas" em pensamento por seus filhos, pois estes estão sob sua "responsabilidade". Caso o filho adoença, a doutoranda terá que equilibrar estas eventualidades que a maternidade pode ocasionar. Porém, na compreensão de Maria Flor, há uma condição diferente no campo acadêmico quando se é mãe, sendo que esta diferença não pode ser tratada como um "preconceito ou desvalor".

Não foi nada fácil vivenciar o momento da maternidade com a exigência normal da instituição. Isso porque: de um lado você tem um momento mágico da sua vida, em que tudo fica lindo, a expectativa de uma nova vida sob sua responsabilidade. Do outro, uma instituição em que você tem cobranças para leituras, entrega de trabalhos, tem que se superar e compreender coisas que exigem um olhar crítico e desvelador. Às vezes, você está num momento em que o bebê não está bem, em casa e você tem que fazer uma crítica a um autor contemporâneo. Essa é dificuldade: ter que lidar com coisas adversas no seu próprio ser, no seu próprio interior: ter que ser boa mãe e não deixar o bebê piorar a febre. Ter que ser boa o bastante para ter lido todo o texto como os colegas e ter feito uma boa crítica sobre um determinado autor ao mesmo tempo, na mesma tarde! Porém, não acredito que esses conflitos, na maioria das vezes internos, possam vir a ser motivo de preconceitos ou diminuição de valor. (Maria Flor, Ciências Humanas).

Helena também disse sentir estes conflitos subjetivos por ser mãe no campo. Percebe ser muito difícil abstrair de seu pensamento as suas obrigações relacionadas à maternidade. Para a informante, a desigualdade de gênero ocorre no campo acadêmico não por ser “uma mulher” que pretende candidatar-se à Ciência, mas por precisar conviver com modos diferentes de lidar com o uso do tempo. Na percepção da doutoranda, a pesquisadora “normal” seria aquela mulher que escolheu pela não maternidade, pois a responsabilidade sobre a educação do filho é assumida, quase sempre, pela mulher. A paternidade, diferentemente da maternidade, não é compreendida por meio de interdependência emocional entre pai e filho. Helena chegou à esta elaboração após ter passado por um processo de divórcio. A enunciação pontua a situação que atualmente vivencia [após o divórcio].

No dia real eu estou sempre correndo. Eu estou sempre cansada. Pois, imagina, carregar a minha filha. Imagina, carregando bolsa, carregando aquilo. Tem sempre a preocupação, de repente, alguém me ligar. Precisa trazer um lanche, tem que buscar porque está com febre. Então, eu acho que a pesquisadora não tem isto, a pesquisadora normal sem filhos, ela vem e tem tempo para se dedicar com aquilo. Ela não tem a preocupação com uma pessoa, sabe de uma pessoinha que depende dela. Então, eu acho que isto faz você ser diferente. Até mesmo a questão da cabeça. Sabe? De você chegar de cabeça limpa ou aí briguei com o marido, briguei com o namorado. É diferente do que ter a preocupação com a criança. Eu acho que nunca estou 100% aqui. Eu vejo isto, até pela questão da minha orientadora antiga e do meu orientador agora. Eles têm filhos, mas como eu considero a questão de homens pais diferentes da questão de mãe com filhos de mulher mãe. Eu acho totalmente diferente, eu acho que quando um casal têm filhos, a mulher vai tá com essa criança o resto da vida. É um filho dela, é uma responsabilidade dela, raramente vai abandonar. Diferente do homem, que quando ele quiser virar as costas, diz: 'estou indo embora'. Ele vai. Ele não tem aquela obrigação, ele não tem aquela ligação, ele vira as costas e simplesmente sai. (Helena, Ciências Exatas).

As doutorandas mães admitem que não conseguem se dedicar exclusivamente ao Doutorado, pois sentem que são as principais responsáveis pelos seus filhos. Assim, dificilmente se propõem a atingir uma produtividade satisfatória, pois a maternidade as impossibilitam de serem pesquisadoras “assíduas” no campo acadêmico, comparando-as com as demais que não têm filhos.

A relação entre produtividade e maternidade é um binômio que passa por diferentes compreensões na literatura sobre gênero e produtividade (FERREIRA et alii 2008). Enquanto algumas correntes compartilham da perspectiva que as mulheres seriam tão produtivas como os homens, pois o sucesso na carreira científica dependerá da capacidade individual (COLE; ZUCKERMAN, 1987), outros autores têm mostrado que as mulheres conseqüentemente vivenciam desvantagem devido à maternidade exigir tempo e dedicação das mães. (LONG, 1992).

Para Tabak (2002) as mulheres que têm filhos não necessariamente produzem menos. A maternidade pode representar um período de baixa na produção acadêmica durante algum tempo, mas isto não determina que a maternidade pode tornar a mulher improdutiva, por isso a maternidade não pode ser um motivo de abandono ao projeto de carreira profissional. (TABAK, 2002).

As doutorandas mães percebem que a maternidade as faz sentirem impossibilitadas de se ausentarem em períodos curtos ou longos para participarem de congressos e seminários, para assim alargarem suas redes de contatos informais no campo científico. Aquino (2009) salienta a importância da constituição de uma rede de contatos informais no campo científico. Segundo Aquino, a participação nestas redes, nos últimos anos, tornou-se primordial para as pesquisadoras e pesquisadores estabelecerem contatos com especialistas nos seus temas de pesquisas, parcerias para publicações nacionais e internacionais e terem reconhecimento de seus estudos por seus pares a partir da apresentação em seminários e congressos.

Esta dificuldade das acadêmicas mães de se ausentarem para alargar suas redes de contato é uma entre outras desigualdades de gênero que as acadêmicas vivem para construir suas carreiras. (AQUINO, 2009; FERREIRA et alii 2008). As doutorandas mães admitem sentir a pressão institucional imposta a partir da existência do habitus acadêmico, contudo, sentem como mais significativa a pressão simbólica exercida socialmente a partir do modelo da “mãe ideal”.

Esta “mãe ideal” compreende uma representação feminina vinculada “naturalmente” ao filho, normalmente por laços consanguíneos. Parte deste modelo consiste em assumir todas as responsabilidades ligadas ao cuidado e à educação deste. Do mesmo modo, estas acadêmicas incorporaram o atributo de “ser cuidadora”, e todos os outros compromissos são vistos como “menores” diante da relação de dependência retroalimentada pela necessidade de afirmar o cuidado que esta pode oferecer ao seu filho.

Esta responsabilidade da mãe com o filho, na visão da grande maioria das doutorandas entrevistadas, consiste em esta assumir todos os custos emocionais e parte dos custos materiais para o cuidado do filho. As doutorandas mães ao refletirem como lidam com a prática do ser acadêmica e ser mãe percebem diversas dificuldades para participar do campo acadêmico, logo procuram construir algumas táticas a fim de garantir um equilíbrio entre ser mãe e ser acadêmica. No entanto, esta “ginástica” para conciliar maternidade e vida acadêmica não é vivida de um modo tranquilo.

As doutorandas reconhecem a existência de imprevistos domésticos cotidianos que podem comprometer o tempo destinado à elaboração da pesquisa de tese. Segundo Cristina, “nem sempre dá para se dedicar, se tiver tudo bem, tu até consegues se dedicar aos teus experimentos, a tua leitura isto e aquilo. Agora, se tu tiver com o filho doente ou alguém te liga: oh, teu filho quebrou o pé. Corre aqui! Nesta hora, para mim, tudo fica de lado, meu filho é primordial”. Estes imprevistos tendem a ocasionar desequilíbrios na organização do uso do tempo para o Doutorado e a maternidade.

A doutoranda Helena percebe que os imprevistos relativos à maternidade não são considerados por seus colegas homens, que “olham torto” quando ela necessita sair do laboratório para participar de algum assunto vinculado à maternidade. Segundo Helena, eles reprovam a sua atitude em dividir seu tempo entre vida pessoal e acadêmica, pois acreditam que a maternidade é inconciliável com trabalho, por isto, suas relações neste espaço são pautadas na impessoalidade. A doutoranda se auto-exclui e sente-se a “diferente” por sua condição de mãe, que é incompreensível para o “outro”.

Aqui no departamento eu não associo uma coisa à outra [relações profissionais e relações pessoais]. Tanto que eu não costumo ir a churrascos. Quando eu vou [a churrascos], eu vou sozinha. Eu não consigo trazer a minha filha, não sei até por

que não tem muita aceitabilidade ou eu não me sinto à vontade. Sim, de repente, eu vejo até por ser pouco, eu sinto assim tem uma visão diferente. Eu sinto 'ah, mais ela foi engravidar. O que ela fez com a vida dela?'. Na verdade, assim, eu acho que nos momentos que eu preciso me afastar por exemplo, 'ah, vocês vão me dar licença que eu tenho reunião na escola da minha filha', eu vejo que colegas de laboratório me olham torto. Poxa, não vai ficar trabalhando, precisa realmente ir na reunião lá, eu vejo isto. (Helena, Ciências Exatas).

Na visão de Helena o fato de “ser mãe” no campo acadêmico contribui para um tratamento mais excludente do que “ser mulher”, por isto as mulheres mães sentem-se duplamente excluídas. Para a doutoranda, o fato de seus colegas estarem todos solteiros e não terem filhos lhes impede de compreender os compromissos assumidos em uma família. Portanto, este fato tende a contribuir para estimular uma forma de “estranhamento preconceituoso” que seus colegas têm em relação à maternidade no campo. As “responsabilidades” que permeiam as mulheres quando são mães no campo acadêmico são vistas como “estranhas” por uma grande maioria que não vivencia a maternidade, não há clareza sobre o que é ser mãe para “o outro”.

Na observação de Helena encontramos esta incompreensão da parte de seus colegas homens sobre os valores e as obrigações assumidas na maternidade.

Eu tenho um amigo que é muito querido, eu vejo isso nele não em relação a mim, mas em relação a minha ex-orientadora. Ele sempre falava: 'Ah, ela prefere ser mãe do que ser pesquisadora'. Sei que tem vezes que a gente tem que abrir mão de cuidar dos filhos para ficar trabalhando. Então, eu já não vejo como ele, eu vejo a atitude dela como correta, tá certo que as vezes ela exagera. Os filhos dela são adolescentes, eu acho que até por isto ele vê desse jeito sabe. Mas, ela onze e meia largava aqui para pegar os filhos para trazer para almoçar ele achava isso um absurdo. 'Ah, ela tem que escolher ela vai ser mãe ou vai ser pesquisadora'. Isto eu já escutei várias vezes, não só dele mas de outros colegas homens. Eles são todos jovens, todos solteiros, tem gente

namorando, mas nenhum casado, nenhum que tenha a responsabilidade de casamento, de família é diferente. (Helena, Ciências Exatas).

A doutoranda Rúbia também comentou ter dificuldade de sociabilidade com o pessoal de seu laboratório fora do ambiente de trabalho, devido à sua família. Todavia, não se sente excluída, pois não demonstra desejo de se sociabilizar. Em sua compreensão, a maternidade em si engloba uma dinâmica cotidiana diferente, porém reconhece que as pessoas quando a conhece “levam um choque”, por ela estar a fazer o Doutorado com dois filhos.

Sim, na verdade quando o pessoal me conhece, meio que leva um choque, porque é uma coisa bem estranha uma mulher com dois filhos. Uma coisa que a maioria não tem e assim há uma amizade aqui, uma amizade fora é difícil. Sabe, uma questão de sair e ter algum passeio? A coisa é diferente quando você tem uma família e não tem um namorado. Uma coisa, então a questão social é meio complicado, porque com o pessoal daqui eu não saio. (Rúbia, Ciências Exatas).

A reação dos “outros” em relação à sua maternidade tende a confirmar que esta escolha no campo acadêmico ainda é vista como um empecilho para as mulheres exercerem a prática científica. A maternidade é vista como algo negativo, reiterando o feminismo que salientou esta condição como o principal alvo para a dominação masculina por meio dos atributos biológicos femininos. (SCAVONE, 2001a).

As doutorandas mães enfatizam sempre que a maternidade é incompreensível para as pessoas que não têm filhos. As mães, quando chegam em casa, dificilmente conseguem estudar como fazem na universidade.

Eu acho que tem até uma condição assim. De repente, hoje minha filha ficou doente, eu vou ter que faltar um mês para ficar com ela em casa. São raras as pessoas que entendem esta situação. Eu acho que entendem, mas quem é pai e quem é mãe, eu acho que de um modo geral as pessoas não entendem isso. Então, você vai ter que dar um

jeito. Ou você deixa a criança com alguém ou você sai e fala: olha, eu sou mãe eu tenho que me afastar um mês. Então, assim, eu acho esta situação complicada. Assim, tem que contar a questão de tempo. As pessoas trabalham aqui das oito às seis horas, vão para casa, podem ainda escrever. Podem pesquisar. Eu vou para casa eu não tenho esta possibilidade. Eu tenho que ficar com a minha filha. Final de semana eu não posso ficar trabalhando. Ou, se eu preciso trabalhar, eu preciso conciliar as duas coisas. (Helena, Ciências Exatas).

Estudos (ARAÚJO, 2006; AQUINO, 2009; SANTOS, 2007b; FABBRO, 2006; ELIAS, 2010) sobre acadêmicas e maternidade salientam que a responsabilidade assumida pelas mulheres em relação ao cuidado dos filhos passa pela força da representação social da maternidade, sendo o atributo do cuidado um elemento constituidor que opera na construção da identidade da mulher mãe. Vasconcelos (2009), ao analisar o contexto contemporâneo marcado pela presença massiva de mulheres no mercado de trabalho, sublinha as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no reconhecimento de seus trabalhos produtivos e reprodutivos. Para a autora, é necessário um planejamento que insira outros sujeitos para colaborar com o cuidado dos filhos, pois o trabalho produtivo feminino não deve ser compreendido a partir de um trabalho secundário e, as mulheres profissionais, por assumirem a responsabilidade com os filhos, acabam tendo prejuízos na carreira. Conforme a autora:

Chegamos ao século XXI com uma presença significativa de mulheres na esfera pública. Porém, a perpetuação das noções de mulher - cuidadora e delas com força de trabalho secundária na organização socioeconômica e simbólica da sociedade brasileira mostra uma certa ambiguidade com relação à essa presença. (VASCONCELOS, 2009, p.38).

Helena reconhece que a mãe é sempre percebida como a cuidadora, conforme destacada por Vasconcelos (2009). Ela percebe

que dificilmente o pai assumirá uma maior responsabilidade com relação ao cuidado do filho. Existem casos, mas são raros. Na visão da doutoranda, os poucos que assumem, sentem-se “obrigados”, pois não dispõem de companheiras que dão importância à maternidade.

A nova noção de paternidade focada na construção do vínculo afetivo entre pai e filho, e não apenas pai como um ser “provedor”, não se aproxima da experiência vivenciada por Helena, pois “este pai” na percepção da doutoranda é compreendido na “sua ausência”. Conforme estudos sobre mudanças nas formas de famílias (GIDDENS, 2005a), o termo “pai ausente” esteve vinculado aos homens no período subsequente a segunda guerra mundial, neste período (final de 1930 e início dos anos de 1970) muitas mulheres não faziam parte do trabalho assalariado e ficavam cuidando de seus filhos durante o dia, enquanto os homens eram os principais provedores, pois ficavam o dia todo fora de casa trabalhando. Consequentemente, só viam seus filhos à noite e fins de semana, por isso o termo “pai-ausente”. Hoje a expressão “pai-ausente” passou por uma mudança de significado, pois o “pai-ausente” está associado a homens divorciados ou separados que têm contato raro com seus filhos ou perdem inteiramente o contato.

5.3.1. Como as doutorandas cuidam de seus filhos

As doutorandas mães compreendem que cada idade exige uma dedicação diferente. No quadro 18 podemos verificar que os filhos das doutorandas estão entre a idade de seis meses a 25 anos, sendo que três das oito informantes têm filhos e filhas com cinco anos. Das oito acadêmicas mães entrevistadas, duas estavam grávidas na entrevista (Luiza, Cibele), uma delas esperando a terceira filha e a outra esperando seu primeiro filho do sexo masculino, pois a primeira filha foi uma menina.

Quadro 18 Faixa etária e sexo dos filhos das doutorandas

Doutorandas	Número de filhos	Idade do filho	Idade da filha
Maria Flor	1	3 anos	
Helena	1		5 anos
Teresa	2	22 e 25 anos	

Elisa *	2	6 meses	9 anos
Cristina	1	5 anos	
Rúbia	2	1 ano	9 anos
Luiza *	2		9 anos e 1 ano
Cibele	1		5 anos

Fonte: análise das 15 entrevistas semi - estruturadas realizadas com doutorandas da UFSC no período entre 2008 a 2009. *Informante também em gestação no período de realização da entrevista

Elas dizem que cada idade possui diferentes particularidades. As doutorandas que convivem com filhos em idades diferentes compreendem que todo filho exige cuidado e dedicação, independentemente da faixa etária.

Maria Flor diz ter amamentado seis meses seu filho e comenta que no início não foi fácil dividir seu tempo entre carreira e maternidade.

Luiza que tem duas filhas e que estava grávida na época da entrevista, também dividia seu tempo com o cuidado das filhas e o Doutorado.

Elisa não teve problemas em cuidar de seus filhos, pois sentia-se segura em cuidar deles, suas dificuldades estavam associadas diretamente à execução de seu projeto de tese. Durante a entrevista, Elisa salientou repetidamente suas dificuldades em desenvolver a pesquisa de Doutorado. Segundo a doutoranda, “o problema é aqui [universidade] de não conseguir e depender de outras pessoas para terminar teu trabalho entendeu, se eu estou com os meus filhos eu não dependo de ninguém”. (Elisa, Engenharia).

A doutoranda Teresa, que é mãe de dois filhos um de 22 anos e outro de 25, já experienciou várias fases relativas à socialização de seus filhos. Segundo a doutoranda, a atual fase é mais problemática em relação às outras.

A informante diz ser muito pertinente o ditado “filho criado, trabalho dobrado”, pois quando seus filhos eram pequenos sentia que tinha mais controle sobre eles, conseguia exigir mais, hoje diz que necessita argumentar de uma forma mais “psicológica e sociológica” para o filho entender que determinadas atitudes são “erradas”. Na percepção de Teresa, o cuidado dos filhos é compreendido como contínuo:

Na verdade, Silvana, eu vou te dizer uma coisa. É muito mais difícil ser mãe de filho criado do que criança, que é uma maravilha. Você leva para onde quer, você manda ele ficar quieto, ele fica. Tu leva para escola. Se ele diz: “não quero ir para aula”, você manda: vai sim. Agora, filho criado, em primeiro lugar, acha que manda. Então você tem muito mais dificuldade de obrigar ele fazer uma coisa. Ter que fazer, para ele fazer e entender que atitude dele está errada é muito mais difícil do que com uma criança. Porque com uma criança você faz exigência, já no adulto tu tens que trabalhar de uma forma sociológica ou psicológica ou tem que manipular exatamente. (Teresa, Engenharia).

De acordo com Teresa, a dificuldade está em saber com quem o filho está, pois quando eram crianças, ficavam nas creches. Mas, na idade que eles estão, sente preocupações com as companhias que os filhos estão andando, o uso de drogas e as bebidas alcoólicas. No entanto, acha que seu filho mais velho “está na hora de casar”. Esta enunciação demonstra que Teresa pressupõe que no casamento ocorre uma transferência do cuidado desempenhado pela mulher-mãe para a mulher-esposa:

Eu me lembro que minha mãe, às vezes, dizia assim: tá na hora de vocês casarem. Minha mãe teve seis, tá na hora de você casar! Por que sempre tem razão? Eu, ontem, disse isto para o meu filho mais velho. É mais fácil crianças menores, sem dúvida, porque você tem uma infraestrutura de creche, de escolas boas. É claro que você tem que ter dinheiro para pagar, então há uma estrutura que cuida da tua criança. Só que do adulto não cuida, pois você não controla com as pessoas que eles estão andando, com quem está convivendo, que horas que ele chega, se ele está bebendo, fumando maconha, tudo isto. (Teresa, Engenharia).

A maternidade ocasionou uma mudança subjetiva e objetiva na vida de Helena. Com ela conseguiu adquirir uma nova noção de responsabilidade, pois ter um filho é ter um “ser que é dependente”, exige muito tempo, para cuidar, dar atenção, envolve custos materiais, paciência e sacrifício da liberdade. Assim sendo, seu tempo de dedicação no Doutorado é organizado diante da rotina diária de sua filha de cinco anos:

Eu acho que muda, muda bastante. Assim, porque antes eu sempre tive o sonho de ser mãe, mas a gente não tem noção realmente do que é e como é, a noção de responsabilidade, de objetivo. Tudo isso mudou, tudo isso muda e mudou com o nascimento da minha filha, pois eu acho que exige tudo. Exige tempo. Exige paciência. Eu acho que paciência é uma das virtudes que mais eu tenho trabalhado ultimamente, porque, exige, imagina, minha filha exige 100% de atenção. Eu acho que o horário que eu tenho livre é esse horário que ela está na escola, de manhã até a noite, para eu estudar, para, de repente, ela ir ao cinema porque tudo, ela exige tudo, tanto a liberdade, sacrificar minha liberdade, a parte financeira. O sentido de responsabilidade, eu acho que fica muito mais forte. Eu tenho consciência que ela depende de mim, então eu tenho que trabalhar, eu tenho que lutar, então se exige, que acho que exige tudo sabe. (Helena, Ciências Exatas).

A compreensão da maternidade descrita por Helena parece que reforça o sentimento de culpa por parte de algumas mães, que devido a dedicação à carreira, conseguem dedicar-se poucas horas do dia aos seus filhos pequenos. Muitos são encaminhados com poucos meses ao berçário.

A pesquisadora Alice, recordando-se da sua fase de Doutorado, admite que sempre se culpou pela ausência que precisou ter para continuar no mundo da pesquisa:

Eu sempre me culpei, sempre penso nisso, nos anos que não tive com ele. Com menos de quatro meses ele já estava no berçário. Mas, você precisa ser competitiva, mandar projetos para as agências de fomentos. Não basta ser professor, tem que

produzir, e, se não tem dinheiro não faço pesquisa, não faço experimentos, tudo atrasa. (Alice, Professora, Ciências Biológicas).

Esta dificuldade de conciliar carreira e maternidade tem ocasionado sentimentos de culpa entre as acadêmicas mães. De acordo com o cotidiano competitivo incorporado no campo, as acadêmicas, por necessitarem de tempo para pesquisar, tendem a ficar pouco tempo com os filhos pequenos. Contudo, sentem que esta fase é importante para o desenvolvimento da criança, para que ela se sinta segura e amada. Algumas admitem que a carreira tem ficado em primeiro lugar.

A preferência pela carreira também pode ser feita sem sentimento de culpa. A doutoranda Cibele comenta que sua filha de cinco anos já sabia ler, admite que tem faltado tempo para observar a socialização da filha, que fica na escola em tempo integral. Nos fins de semana também dedica-se à pesquisa, por isso em relação à atenção com a filha destaca que “ não gosto de iludí-la [a filha] que vamos fazer alguma coisa final de semana, ir ao parque Tupã, pois minha pesquisa nesse momento está em primeiro lugar, se não rendo, depois me culpo, por que não estudei como deveria”. (Cibele, Ciências Biológicas).

Assim, percebemos que o sentimento de culpa manifesta-se tanto diante da falta de tempo em relação ao Doutorado quanto da falta de tempo para se dedicar à maternidade. Logo, os efeitos do habitus acadêmico e da representação de uma maternidade, cuja a responsabilidade é assumida pela mulher, tendem a causar conflitos subjetivos entre as doutorandas mães.

Com relação aos conflitos em conciliar maternidade e doutorado, Luiza foi uma exceção, pois avaliou que houve mudanças positivas em relação à sua produtividade. Na percepção da doutoranda, a maternidade contribuiu positivamente para construir um melhor planejamento para seu uso do tempo, pois necessitou obrigatoriamente dividir seu tempo entre doutorado e família.

A doutoranda Cristina, ao discutir sobre este conflito subjetivo sentido na hora de conciliar carreira e maternidade, compreende que a maternidade pode se tornar uma condição desigual, quando as mulheres acadêmicas dão realmente “importância” a ela, portanto não transferindo o cuidado do filho aos demais como a rede de apoio familiar ou babás. Esta contradição de gênero foi analisada por Suely Gomes Costa (2002), que a define como “maternidade transferida”. Ela pode ser feita por mulheres que dispõem de recursos materiais para

pagar outras mulheres para fazer o trabalho doméstico, incluindo o cuidado de seus filhos.

As desvantagens das acadêmicas mães ocorrem quando a mãe coloca em primeiro lugar o filho, assim, as mulheres que prezam pela maternidade em detrimento da carreira tendem a sofrer prejuízos nesta. Cristina afirma que tem vivenciado prejuízos por dar mais importância ao filho do que à carreira.

Ser mãe toda mulher pode ser, mas dar importância a este papel social, não são todas que dão. A mulher, depois que ela tem filho, não adianta querer marcar reunião oito horas da noite, não dá. Não dá! Agora, se começar, agora, a desprezar a maternidade, o filho é segundo plano. As mulheres que acham isso vão ser tão capazes quanto os homens, elas têm as mesmas competências, elas têm tudo igual, as vezes são até mais. O diferencial não seria a maternidade, mas as mulheres que dão importância para a maternidade, porque há mulheres que têm filhos e os filhos são criados por babás, por parentes, então, estas mulheres vão ter uma vida tão normal como de qualquer homem, Agora as mulheres que acharem que seus filhos são importantes e o trabalho será secundário daí sim elas vão ter prejuízos na carreira, eu tenho prejuízo. (Cristina, Ciências Biológicas).

Assim, Helena tenta conversar com a filha sobre sua necessidade de se dedicar ao Doutorado, convencendo-a que precisa trabalhar. Sua filha tem 5 anos, “tem consciência que ela precisa dedicar-se ao Doutorado”, afirma a informante. E complementa:

Eu nunca deixei de lado, eu procuro conciliar os dois, pesar bem, peso para um, peso para outro. Tem momento que eu digo: não, eu não vou trabalhar, eu vou ficar com a minha filha. Mas, tem momento que eu vou dizer para mim filha: olha, eu não posso ficar contigo, brincar contigo esse fim de semana, a mãe vai ter que trabalhar. Eu vou estar aqui para te dar comida, água, banho. Mas, eu não vou ficar, eu vou ficar trabalhando.

Assim, mas ai, eu preciso trabalhar, eu coloco a minha filha no computador do lado, coloco uma pilha de livro para ela brincar. Ela tem noção, ela fala: Ah, a mãe esta escrevendo isso, a mãe está fazendo aquilo. Isso ela tem consciência, é bem tranquilo (Helena, Ciências Exatas)

O comportamento descontente da filha de Helena, por esta precisar dedicar-se ao Doutorado nos fins de semana, é percebido pelo tipo de brincadeiras que sua filha faz, imitando seu comportamento no Doutorado.

Ela [filha] me cobra demais, demais, demais. Ela fala: “ah, mãe vem brincar comigo!”. Às vezes, ela cobra muito através das brincadeiras dela. Ela fala: “ah, mãe, eu não posso, agora eu vou trabalhar”. Daí ela vai para o computador dela, o pai dela instalou um computador dela na nossa casa, daí ela vai para o computador dela e fica lá trabalhando, escrevendo e mexendo em livros. Daí eu falo: filha vamos brincar!”. Daí ela fala: 'não mãe, agora eu não posso, eu estou trabalhando, mãe, eu preciso trabalhar agora, eu preciso trabalhar agora, você não entende a minha situação”. Então ela me cobra através das brincadeiras. Teve uma vez que eu tive que sair do Doutorado, eu sai dia 15 de dezembro, estou voltando efetivamente hoje, porque esse tempo aí eu tive que me dedicar mais à ela e eu acho que eu não tenho que me dedicar mais à ela ainda. Porque ela fica na escolinha, então é um escape muito bom a escolinha, ela gosta, mas é puxado, tem dias que é puxado, que ela fala: “poxa mãe, você não sabe que eu canso? será que você não sabe que também eu queria ficar na minha casa, curtindo meus brinquedos, assistindo os meus desenhos?”. Então ela me diz, principalmente a partir da metade do ano para frente, ela começa a cobrar. Daí eu digo: “não, hoje nós vamos para o cinema, vamos ficar em casa”. Eu procuro ponderar bem, eu procuro não pressionar ela por causa disso, até porque a gente é ser humano. Às vezes, eu estou com problemas no trabalho, eu

acabo descontando nela, mesmo sem querer.
(Helena, Ciências Exatas).

As escolinhas são fundamentais para as acadêmicas conseguirem tempo para o Doutorado. Helena diz que a escolinha tem sido um “escape” para conseguir fazer seu trabalho. As filhas das doutorandas em idade pré-escolar, ou seja com menos de sete anos, tendem a vivenciar o Doutorado das mães, logo, reproduzem especificidades vinculadas ao comportamento da genitora.

As acadêmicas destacam que esta imitação das filhas ocorre especialmente quando começam a pedir de presente computadores, fingem que leem e discutem o conteúdo dos livros; querem ser como as mães. Neste sentido, as filhas das acadêmicas mostram sair do modelo de menina que “brinca de casinha” para menina que brinca de “fazer Doutorado”. Conforme Cibele,

A minha filha está cada dia mais independente. Ela já entende que deve ficar brincando para me ajudar a fazer a tese, daí não me cobra muito, Mas, tem dias que eu pego ela na escola, chego em casa, dou banho e ela já começa a reclamar: “ai, mãe de novo, de novo. Ai que saco! Sempre com esse computador.” Daí, agora eu comprei um computador para ela de tanto ela me pedir, enquanto eu escrevo a tese ele fica do meu lado brincando de fazer tese. Tem vezes que mexe em todas as minhas anotações, geralmente meus cadernos de anotações tem desenhos dela, continhas (risos). Ela já compreende o que é o Doutorado. Às vezes, chega visita lá em casa e perguntam para ela onde estou, ela diz: “mamãe esta na tese”. (Cibele, Ciências Biológicas).

Rúbia afirma que sua prioridade é a família e conseqüentemente o cuidado dos filhos, diz sentir culpa por estar se dedicando menos que as/os colegas ao Doutorado. Estes/as ficam em período integral no laboratório todos os dias, muitos/as, inclusive nos finais de semana e feriados, permanecem no laboratório. A informante reconhece que deveria disponibilizar mais tempo para os estudos, mas devido a atividades como “fazer supermercado e reuniões na escola dos filhos”.

Diz que faz o que pode. Diferente de Helena, a doutoranda Rúbia não sente ser discriminada por seus colegas homens. No entanto, no seu laboratório há mais mulheres pesquisando, diferente do caso de Helena, que é a única mulher. A informante compreende que fez uma escolha, ou seja, para ela, a família está em primeiro lugar. Mas, acha que a exigência deve ser igual, não se sente em uma situação menos privilegiada, pois leva uma “vida normal”. No laboratório, ela não fala sobre seus filhos, pois compreende a maternidade como uma condição diferente, que não deve justificar menor produção. Do seu ponto de vista:

Se tu priorizou a família, se tu optou pela família, eu tenho que priorizar esta opção que você fez. É, eu não venho para cá sábado, eu não venho para cá domingo. Eu tenho que ficar em casa, pois a maioria vem para cá sábado, vem domingo, vem feriado, sabe? Em dezembro, eu tiro um mês de férias, eu tiro 20 dias. Isso o pessoal não tira, feriado eu emendo, então, assim eu sei que eu trabalho menos do que eu deveria. Como uma mulher cientista, eu deveria trabalhar mais. Mas eu não estou em casa dormindo, eu tenho as minhas coisas para fazer, ainda mais assim. Ai é tu que sai, tem que fazer supermercado, uma reunião na escola, então, diminui o teu tempo disponível para o Doutorado. Então, conseqüentemente, diminui a tua produtividade. Eu me distancio muito, o pessoal assim nem imagina que eu tenha filhos, sabe? Porque eu não usei disso para fazer uma desculpa. Assim, tipo eu tenho dois filhos eu não posso trabalhar, não posso fazer as coisas, tenho que fazer como todo mundo tem que fazer, porque eu sempre fiz como todo mundo fez. Mas, eu sempre me cobrei, eu sempre tento me dedicar como todo mundo se dedica, então. Mas, eu vejo que o pessoal, às vezes, comenta: “ah, mas tu na tua condição de mãe, sabe?” Mas, não que seja uma coisa ruim, não, é uma condição diferente. Eu não posso dizer que é uma condição diferente para eles, não tem tanta disponibilidade quanto eles. Mas, normal, e até bem porque eu consigo tudo o que todo mundo

consegue e eu ainda tenho dois filhos e uma casa.
(Rúbia, Ciências Exatas).

Cristina pesquisa em um laboratório na área das Ciências Biológicas, convive com outra situação, diz que sente discriminação por priorizar a família. Sente dificuldades em conciliar vida familiar e Doutorado, no entanto prioriza a primeira. Ela percebe que há uma “consciência global” que permeia na universidade, do “ter que a estar a trabalhar” sempre. Segundo a informante, a justificativa de “ter que trabalhar” funciona como uma “válvula de escape” para as doutorandas e doutorandos solteiros, que têm famílias em outras cidades. No entanto para ela é complicado administrar a divisão do seu tempo:

Eu sinto discriminação por ser mãe e isto acontece direto na verdade. Isso é direto, é constante, porque na verdade, é o que acontece as pessoas que não têm filhos. Geralmente as pessoas que não têm filhos e que são solteiras, elas têm uma vida normal, elas acabam ficando mais tempo dentro do laboratório, elas podem ficar de manhã, de tarde e à noite. Muitas pessoas ficam, no nosso caso, muitos, muitos, pois é criado essa consciência global que tu tens que ficar, tanto a mulher como o homem. É o que acontece, como na UFSC, a maioria das pessoas é de fora, eles não têm familiares aqui. Muitas não têm namorados, não tem nada aqui, então eles se apegam mesmo ao trabalho e ficam de dia e a noite no trabalho. Eu, como sou uma pessoa que não, eu não, pois eu acho que eu devo trabalhar para a minha vida, mas não ser o foco da minha vida o trabalho, então, sempre, eu sempre fui assim, eu quero chegar em casa, eu quero ver meu filho, eu não quero ficar 24h no trabalho.
(Cristina, Ciências Biológicas).

A relação entre trabalho e família na vida acadêmica perpassa os discursos de complementariedade e subalternização (SANTOS, 2007b). O discurso da complementariedade apresenta um equilíbrio entre vida familiar e profissional, assim as acadêmicas tendem a tratar o lado familiar e profissional como interdependentes, sem hierarquizar suas importâncias em suas vidas. Contudo, o discurso da subalternidade tende a priorizar a família ou o trabalho. Seguindo a reprodução da

dicotomia de gênero por meio da divisão das esferas em público-masculino e privado -feminino, a família é frequentemente colocada como prioridade para as mulheres e o trabalho como uma prioridade para os homens, pois geralmente a mulher tem se responsabilizado para fazer o trabalho reprodutivo. Deste modo, as mulheres percebem prejuízos em suas carreiras.

Na percepção das doutorandas Cristina e Rúbia, a subalternização da família em relação ao trabalho apontada por Santos (2007b) é perceptível na “consciência global”, onde o trabalho torna-se uma prioridade. Luz (2008) diz que o trabalho virou uma “obsessão” na vida do trabalhador contemporâneo, que perde o senso de solidariedade, individualizando-se diante de suas atividades.

Entre as oito informantes mães, apenas Rúbia e Teresa construíram um planejamento para suas segundas gestações. A informante Luiza, que ficou grávida do terceiro filho, e Elisa, do segundo filho, no Doutorado, não planejaram suas gestações. Rúbia, no entanto, planejou a gravidez do segundo filho, pois sua primeira filha não foi planejada, assim aprendeu com o “erro”.

Após a notícia da gestação, todas reprogramaram os gastos materiais do casal, considerando a chegada do filho. Entre estes gastos destacaram-se: planos de saúde, o estoque de fraldas descartáveis, as fórmulas lácteas para recém-nascidos, vestuário, produtos de higiene, medicamentos e a mobília e objetos de uso para bebês (carrinho, bebê conforto, berço). Estas aquisições, normalmente, representam preocupações para o casal.

No entanto, esta “preocupação” com os gastos ocasionados com a chegada da criança foi somente mencionada por doutorandas que salientavam seus problemas de ordem financeira, como Helena, que diz que, ao receber a notícia da gravidez, conseguiu obter as coisas que a criança necessitava por meio da ajuda de amigos e amigas que tiveram filhos. Na época, seu companheiro também trancou a faculdade para trabalhar o dia todo a fim de obter mais recursos financeiros. A informante, ao falar do replanejamento do casal após sua gravidez, comenta que:

Eu acho que do mesmo jeito que eu me assustei, na hora, ele se assustou. Ele ficou um pouco, ah, imagina, de repente mudar toda a rotina, uma criança para sustentar. Ele se assustou um pouco, mas depois ele aceitou aquilo bem. Foi natural para ele, não foi uma coisa, foi um susto sim para

os dois. Mas, foi tranquilo, nada de um bicho de sete cabeças. Então, eu acho que, a princípio, o financeiro apertou um pouco mais, porque a gente começou a tirar o dinheiro para o enxoval. Como a gente tinha pouco dinheiro, a primeira providência foi sair espalhando que eu estava grávida e eu falando: “olha, gente eu preciso de ajuda, eu preciso de roupinha, eu preciso disso, daquilo”. Então, acabou que eu ganhei muita coisa, muita coisa. Ele também, de amigas que tiveram filhos. Meu marido, com a notícia trancou a faculdade na época, porque ele viu a necessidade da gente ter mais dinheiro, da gente batalhar mais o financeiro, ficar mais importante. Ele trancou a faculdade. Começou a trabalhar o dia inteiro, mas, no mais, a gente não mudou muita coisa. (Helena, Ciências Exatas).

Cibele também ganhou dos amigos e amigas muitas coisas durante a gravidez. Seu orçamento começou a ser direcionado mais para a filha, pois tudo precisava agora ser dividido entre ela e a filha, todavia, na divisão, a filha sempre acabava ganhando mais.

Eu ganhei muita coisa nova mesmo, das amigas e amigos. Fiz chá de fraldas duas vezes, comprei muita coisa em promoção, mas sempre há uma tensão no lado financeiro. Eu pouco tinha para mim e meu marido estava desempregado, na época. Mas, graças a Deus, ganhamos muitas coisas. Pois o custo material em ter uma criança é muito grande, nem imaginas como afeta. Antes eu pensava só em mim, agora primeiro eu compro para minha filha, depois, se sobrar, eu compro para mim, qualquer R\$ 30,00 é dividido, sempre mais para ela, é claro. (Cibele, Ciências Biológicas).

A doutoranda Teresa, que teve seus filhos durante a graduação, recorda que levava seus filhos para a sala de aula para amamentá-los. Depois eles foram para creches particulares, muito cedo, sempre perto de seu trabalho. A informante diz que, na época, não teve problema em conciliar universidade e maternidade:

A minha gravidez foi normal, como se eu não estivesse grávida. Normal, continuei fazendo tudo, tudo, indo para praia, indo para piscina, pegava ônibus do mesmo jeito para ir para faculdade, tudo igual. Não mudou absolutamente nada a minha rotina, nada, nada. Foi muito bom. Eu não perdi nenhum semestre, eu continuei indo para aula. No começo assim, nos primeiros trinta dias, porque um filho eu tive em julho, nas férias de julho. Minhas aulas começaram em agosto e eu consegui manipular super bem assim. Tirava o leite, deixava ele na creche, ia para a aula, voltava, dava de mamar e depois ia para aula de novo, sabe? Então, foi bem administrado. O primeiro foi para creche desde um mesinho de idade. O segundo eu ganhei em março. Foi prematuro, ele nasceu de sete meses e esse sim eu tive que faltar uns 15-20 dias de aula porque ele ficou na UTI - Unidade de Terapia Intensiva e como eu não podia deixar na creche, era muito pequenininho, ele ia pra aula comigo. Eu levava ele na aula comigo, dava de mamar. Ele ficava do lado no bebê conforto, dormia que era uma beleza, só abria o olho na hora de mamar, colocava a teta para fora, dava de mamar na aula mesmo. (Teresa, Engenharia).

A doutoranda Teresa percebe que contava com boa infra-estrutura para cuidar de seus filhos durante a graduação, diferente de hoje, que sente preocupações em relação às companhias com que seus filhos andam.

Maria Flor, que não planejou a gestação, não teve tanta tranquilidade, pois precisou trancar o Doutorado, devido a uma dificuldade de mobilidade. O bebê exigiu tempo de dedicação, por exemplo, para a amamentação. Segundo a doutoranda, fatores como “a saúde do bebê, condições econômicas, questões familiares, entre outras” podem acarretar um aumento ou uma diminuição na produtividade. Neste sentido, o fator produtividade interage com outros fatores, por isto, os filhos não devem ser culpados nem a maternidade vista como uma explicação para a baixa da produtividade na percepção da informante.

Continuei trabalhando, mas tranquei o Doutorado na época. Isso, hoje avalio que foi bom. Pois, não seria fácil ir com barrigão, toda semana de ônibus de Blumenau para Florianópolis. Tive muito apoio de companheiro, pais, sogros, toda a família. Fiz massagens, exercícios, tudo que pude para ficar bem nesse período tão mágico na vida de uma mulher. Sim, eu considero mágico, é uma vida crescendo na sua barriga, se mexendo é muito mágico. Exigiu maior disciplina, dedicação à criança e menos tempo para cuidar do que antes era fácil para mim (lazer, estética, casa, estudos, etc). Principalmente os estudos tiveram que ser divididos com cuidados maternos básicos. Essa parte é difícil, pois, você vê outros colegas de estudo que não têm filhos, ou que têm filhos já grandes, e parece que você sempre vai ficar para trás, não consegue atualizar leituras, a mobilidade fica um pouco prejudicada. Afinal, você tem um bebê que depende de você para sobreviver. É claro que tem o pai, mas é a mãe que amamenta. Acredito que o que está em lei (licença gestação, etc) tem feito todas as instituições mais perceptíveis às gestantes. Mas no final, o que acaba acontecendo é o seguinte: não importa se é ou não mãe, as avaliações sempre serão as mesmas para todos e se você não deu conta de ler aquele texto exigido e feito uma boa crítica, sua avaliação não vai mudar com o fato de ter um bebê ou não. Isso é complicado! No meu caso, eu posso dizer que houve um atraso em terminar o Doutorado. Mas, isso vem aliado a vários outros fatores, tais como: saúde do bebê, condições econômicas, questões familiares, entre outras. Tudo isso vai acarretar em aumentar ou diminuir a produtividade, não é só a gestação ou maternidade. Não podemos colocar a culpa nos nossos filhos, nem na nossa condição. Temos que olhar o contexto como um todo, o momento que estamos, com quem estamos e de que forma. Isso sim é crucial para a produtividade (Maria Flor, Ciências Humanas).

Teresa, que ministra aulas na graduação, reconheceu a presença da mulher mãe na universidade. Diz que as mães estão tendo um

tratamento especial. Em sua percepção, a acadêmica mãe não sofre discriminação na universidade por precisar cuidar do filho.

Sem dúvida, a instituição tem considerado a maternidade, até porque tem a licença-maternidade para as meninas, que podem faltar aula, podem entregar trabalhos depois, existe legislação para isto. Eu acho que tem amamentação em 3 em 3 horas, por isto, não tem problema, sem problema. (Teresa, Engenharia).

Diferente de Teresa, Cristina percebe que a instituição tem privilegiado o homem, que consegue desempenhar bem seu trabalho, pois conta com a ajuda de mulheres, seja ela mãe, esposa, irmã ou namorada para resolver os problemas de ordem doméstica. Na visão da doutoranda, a mulher assume sempre mais responsabilidades na vida privada, por isto tem menos tempo para se dedicar ao trabalho acadêmico.

Olha, eu acho que ela sempre privilegia os homens, justamente, homem não tem essa questão da maternidade na universidade. A mulher, pela sua própria natureza, ela acaba englobando toda uma responsabilidade familiar de isto e aquilo que o homem não. O homem, ele esquece todo o resto porque ele sabe que tem uma mulher que vai resolver tudo. Ou vai ser a mãe, ou vai ser a irmã, ou vai ser a esposa, ou vai ser a namorada, esta pessoa vai assumir as coisas por ele. Então, ele consegue se dedicar mesmo mais ao trabalho, a mulher não, a mulher tem que ser mãe, tem que cuidar, tem que trabalhar. (Cristina, Ciências Biológicas).

A doutoranda Maria Flor sente que a presença da grávida na instituição universitária acaba criando um certo desconforto. Ela sente que as participantes da instituição veem a acadêmica mãe como alguém que dispõe de menos liberdade para conseguir “render” academicamente.

Acredito que em toda a instituição científica ou não há um certo desconforto em estar grávida.

Não que seja preconceito, achando que a mulher não vai render por estar grávida, até pode existir isto. Mas, particularmente, acredito que seja mais uma questão que se expressa assim: “poxa, essa aí vai sofrer, vai ter que ficar presa ao bebê” (ao pai quando é casada). Ou então: “nossa, essa depois que engravidou, não rendeu mais a mesma coisa”. Isto é o pior, pois, é claro que você não tem mais somente a carreira ou estudo, você vai ter que se dividir. Vai ter que se organizar para dar conta. Nós, mesmo mães, acabamos tendo este sentimento às vezes e nos diminuimos por isto. Isto aconteceu comigo várias vezes. Achei que deveria desistir de tudo, que não era mais capaz como antes de ter filho. É horrível isso, pois, ser mãe deveria ser valorizado, até por nós mesmas ser mais valorizado. Mas, não é assim. Nem sempre temos em mente a certeza de que não é qualquer um que consegue dar conta de atividades tantas e fazer bem feito (Maria Flor, Ciências Humanas)

Para Luiza, a presença da mulher mãe na universidade não existe, o que ocorre são mudanças na vida da mulher em relação à administração do tempo para estudo e para os filhos. Diz que sente dificuldades por estar com o filho distante. Cibele também acha que a instituição é indiferente à mulher-mãe, pois esta é regida por uma estrutura masculina.

Eu sinto que a instituição não está nem aí para a mulher mãe, não há lugar para a discussão sobre as dificuldades que as acadêmicas mães vivenciam aqui. Primeiro, porque nós temos uma estrutura que se adequa muito bem ao jeito masculino, ou seja, dos homens de viver, sem responsabilidades com assuntos domésticos e da casa. Para quem é solteira, perfeito. Mas quem é casada e tem filhos, eu acho que o Doutorado pode ser um exemplo para este tipo de discussão quando a gente vê mulheres com problemas sérios em relação ao tempo, tudo lesadas fisicamente e emocionalmente, eu me desdubro em 3 para conseguir estudar e produzir igual, agora se a universidade tivesse creches para todas as mães

vinculadas no Doutorado seria ótimo, principalmente sábado que geralmente venho para o laboratório. (Cibele, Ciências Biológicas).

5.3.2. Quem colabora cuidando dos filhos das doutorandas

As doutorandas mães contam com a ajuda de algumas pessoas para cuidar de seus filhos, enquanto elas estudam. Os parentes e as escolinhas são seus suportes. As escolinhas são mais comuns, principalmente quando a doutoranda não dispõe de uma rede de apoio familiar próxima para ajudar a cuidar de seus filhos, o que se mostrou frequente entre as informantes desta pesquisa. Helena é um exemplo desta escolha por escolinha, pois deixou sua filha desde cinco meses e meio na creche por não ter ninguém para ajudá-la no cuidado com a filha.

Ela vinha comigo para aula, muitas vezes, ela vinha comigo para aula, ou então ela ficava com o pai dela. Mas era mais raro assim. Geralmente ela vinha comigo, ficava uma, duas horinhas na sala. Aos cinco meses e meio, ela entrou ali no Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI). Acho que por um ano, ela ficou meio período naquele ano. Ela nasceu em agosto eu coloquei em fevereiro na escolinha. Naquele ano ela ficou só meio período no NDI. No ano seguinte, ela começou a estudar o dia inteiro, daí em duas escolinhas. Na Flor do Campo e no NDI. Então, ela entrou bem cedo e eu até acho que é mais fácil colocar uma criança bebê do que uma criança de um ano na escolinha. É mais fácil para a criança em si, sabe? Imagina com 5 meses, ela não tinha. Ela não estranhava, quando ela começou a ter essa noção de estranhamento, ela já estava enturmada com as crianças com a professora, eu achei bem tranquila assim. (Helena, Ciências Exatas).

Rúbia comenta que teve grande ajuda da família para cuidar de seus dois filhos, por sua família residir perto dela. Conta hoje com a ajuda da sogra e da mãe no cuidado de seus filhos. Contudo, a escolinha também é utilizada como uma colaboradora, que frequentam a

instituição deste um ano e meio. Atualmente, sua filha de oito anos permanece na escola em período integral.

Eu tenho a minha família toda, meus pais moram aqui, os meus irmãos, o meu marido também. Então, foi assim, com um tempo a minha sogra cuidou, a minha mãe. Com um ano e meio eu já coloquei os dois na escolinha, assim. A menina fica em período integral. Meu menino fica com a minha mãe e de tarde na escola, a menina está ficando em período integral. (Rúbia, Ciências Exatas).

A doutoranda Luiza conta com a ajuda de sua família e da família do marido, pois prefere que a criança fique mais tempo com a família nos primeiros anos de vida, sente-se mais “tranquila” da criança ficar com a família do que na escolinha. Conforme a doutoranda, “não coloquei na escolinha, nenhuma das duas antes dos três anos, a ajuda que tive veio por parte da família, sogra e mãe. Se possível, não pretendo colocar antes deste período o próximo bebê que está para nascer, com a família fico mais tranquila do que na escolinha”. (Luiza, Ciências Humanas). A informante Maria Flor precisou deixar seu filho aos sete meses para poder viajar e continuar o Doutorado, pois morava em outra cidade e não disponibilizava de uma rede familiar como Luiza e Rúbia para ajudar no cuidado de seu filho.

Meu filho foi para escolinha desde os sete meses. Às vezes, o período vespertino e, às vezes, período integral. Quando tinha necessidade, quando eu tinha que ir para as disciplinas do Doutorado. Não era fácil deixá-lo tão pequeno, tão cedo e ficar o dia todo longe e à noite chegar e ele, às vezes, já estar dormindo. Mas, hoje sei que valeu a pena. Tento recuperar os momentos que não estou com ele. Também tem o fato dele adorar a escola, seus amiguinhos. Isso dá um certo conforto. Mas, tem uma coisa que prejudicou muito ele na escola: a saúde. Qualquer virose passava fácil de uma criança para outra e isso debilitou mesmo ele. Foi uma fase difícil dos dois

aos três anos de idade para o nosso filho e para nós. (Maria Flor, Ciências Humanas).

A engenheira Teresa que teve os filhos durante a graduação, diz que precisou deixar os filhos antes de um ano na creche. Depois que se formou, as mudanças de creche eram frequentes, pois sempre que mudava de trabalho para facilitar colocava seus filhos em creches próximas ao seu trabalho. Ela acredita que a socialização muito cedo de seus filhos fora de casa contribuiu para torná-los independentes.

A gente praticamente só via as crianças a partir das onze horas da noite, já dormindo. O dia todo, era o dia todo e à noite ficava com essa tia da creche, que ficava lá em casa com eles até nós chegarmos da aula. Ter colocado em creche ajudou eles a serem independentes, ajudou assim. Eu mudei várias vezes de creche porque cada vez que eu mudava o meu trabalho, eu mudava para uma creche próxima ao meu trabalho. Eu que ia pegar, depois que eu me formei sim. Daí, eu me formei, comecei a trabalhar em escritório. Então, cada vez que eu mudava de trabalho, eu levava eles para uma creche próxima. Eles nunca tiveram problemas de adaptação. Eu nunca fiquei com filho meu aquela primeira semana na escola, que tem que ficar uma semana a mãe junto. Os meus chegavam na escola e diziam: “tchau, mamãe!” e ficavam. E eu já dava tchau para as crianças, as tias ficavam tudo assim: “ai, como os teus filhos são, eles não tão nem ai”. Mas sempre, quando eles eram bebês, eles estão acostumados a conviver com crianças e com pessoas entranhas. (Teresa, Ciências Exatas).

As doutorandas avaliam o grau de participação dos pais das crianças nas tarefas domésticas e no envolvimento afetivo e material com a paternidade. No quadro 19 observamos a relação entre a profissão dos companheiros das doutorandas mães e a participação destes nas tarefas domésticas e no cuidado dos filhos.

Quadro 19 Relação entre a profissão dos companheiros das doutorandas mães e a participação destes nas tarefas domésticas e no cuidado dos filhos

Doutoranda	Profissão do companheiro	Compreensão do companheiro
Cristina	Dentista e mestre em neurociência	A divisão das tarefas domésticas é vista como um problema que afeta o relacionamento do casal. O cuidado com o filho é visto como uma responsabilidade sua, por ser mãe.
Cibele	Representante comercial	Sente-se satisfeita, pois o companheiro cuida da filha quando ela precisa estudar. Contudo, não há divisão das tarefas entre o casal.
Rúbia	Empresário	Sente-se satisfeita e não discute com o companheiro a divisão das tarefas, pois acha que ele deve ser “poupado”, pois trabalha o dia todo. Por isso sente-se obrigada a assumir as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos.
Maria Flor	Técnico em informática	O companheiro ajuda nas tarefas domésticas e o cuidado do filho é dividido entre o casal.
Elisa	Técnico em informática	Acha que o marido deve ser “poupado”, pois trabalha o dia todo.
Teresa	Engenheiro e mestrando em engenharia civil	O companheiro ajuda nas tarefas domésticas e também ajuda no cuidado dos filhos pequenos.
Luiza	Professor de ensino médio	Companheiro ajuda nas tarefas domésticas e no cuidado das filhas.
Helena	Representante comercial	Ajuda nas tarefas domésticas e no cuidado da filha. No entanto, após a separação, tornou-se pai ausente. Ela inclusive precisou entrar na justiça por pensão alimentícia para a filha.

Fonte: análise das 15 entrevistas semi-estruturadas realizadas com doutorandas da UFSC no período entre 2008 a 2009.

No quadro 19, sobre as profissões de seus companheiros, verificamos que estas compreendem: dois técnicos em informática, um dentista, um engenheiro, um empresário, dois representantes comerciais e um professor de ensino médio. Assim, há apenas um mestre e um mestrando entre eles, portanto nenhum deles vivenciou ou está vivenciando sua própria fase de Doutorado. Ainda no quadro 19 percebemos que os companheiros de Rúbia, Elisa e Cristina não participam da divisão igualitária das tarefas domésticas e no cuidado

com os filhos. Elisa e Rúbia justificaram que por seus companheiros sustentarem a casa, achavam que deveriam ser “poupados” de trabalhos domésticos.

A figura do homem provedor, aquele que “paga todas as contas da casa”, aparece na compreensão das doutorandas como um motivo significativo para não procurarem meios de negociarem a participação de seus companheiros nas tarefas domésticas. No entanto, apenas Cristina mostra-se insatisfeita com a não disponibilidade de seu companheiro para ajudar em casa. Para Cristina, a divisão das tarefas é um dos motivos principais das brigas do casal, pois o seu companheiro “não faz nada”. Ela diz que uma empregada doméstica em período integral, resolveria seus problemas, pois sente que seu companheiro não possui uma compreensão sobre a sua fase do Doutorado, mesmo sendo mestre em Neurociências, logo, conhecendo as exigências compreendidas pela vida acadêmica. A fala da doutoranda demonstra essa dificuldade em solicitar ajuda ao companheiro pelo fato de todas as despesas da casa estarem “em cima dele”. Nesta enunciação podemos verificar esta dificuldade de Cristina,

Não tem divisão nenhuma. Eu até já conversei com o meu marido sobre isso, pois ao mesmo tempo que ele quer ter uma mulher moderna, doutora, cientista, ele também quer ter a roupa lavada, ele também quer ter a comida na mesa, então meu sonho de consumo é terminar esse Doutorado e ter uma empregada em período integral. Não sonho em ter uma mansão, um carrão, eu odeio trabalho doméstico. Meu marido não faz nada, nossas maiores brigas são por causa disso, mas ele trabalha o dia todo, todas as despesas da casa são em cima dele. (Cristina, Ciências Exatas).

Para a doutoranda Luiza, o acordo foi dividir as tarefas, o pai também assume o “lado tradicional de ser mãe” como: trocar fraldas, dar banho, dar mamadeira, fazer sopinha e cuidar da criança em horários que a doutoranda precisa se dedicar aos estudos.

Elisa demonstrou como é significativa para ela a sua relação com os filhos e seu casamento, ainda assim, diz sentir culpada por não conseguir conciliar o Doutorado com a vida familiar. Para Elisa, a vida familiar é a mais importante, mas seu marido ajuda apenas financeiramente, pois salienta que o papel do homem é trabalhar,

reforçando o simbólico da masculinidade vinculada a esfera pública para atingir o “ser provedor”. Por isso, quando tem festinhas no colégio, vê como sua obrigação de “mãe” comparecer, mesmo estando sobrecarregada com os estudos do Doutorado. A informante diz que possui uma rede de sociabilidade para ajudar na educação das filhas, no entanto, as responsabilidades domésticas e maternas tomam muito seu tempo, entretanto, não reclama do companheiro mas diz que “ele não ajuda em nada dentro de casa”.

Para as doutorandas Teresa, Maria Flor, Cibele e Luiza, que também contribuem financeiramente nas despesas da casa, seus companheiros participam das tarefas domésticas, com exceção de Cibele. Entretanto, a doutoranda comenta que ele têm ajudado no cuidado da filha. De acordo com as doutorandas, as tarefas domésticas básicas a serem divididas com seus companheiros seriam: lavar louça, roupa, limpar o banheiro e fazer o almoço. Estas doutorandas também comentaram que seus companheiros contribuem ou já contribuíram desempenhando tarefas relacionadas ao cuidado da criança como trocar fraldas, fazer mamadeiras, dar banho, ajudar nas tarefas da escolinha.

No entanto, Maria Flor relatou que precisou negociar com o companheiro após o nascimento do filho, pois sentiu uma certa desvantagem em relação ao seu companheiro para se organizar profissionalmente. Mas, com o tempo exigiu a participação de seu companheiro na educação do filho a fim de organizar melhor o cotidiano. Sobre esta nova condição Maria Flor comenta que: “afinal os dois têm que ter em mente que ter um filho é ter que abdicar de alguns momentos que antes eram só seus. Enfim, se conseguir organizar-se bem no tempo e nas tarefas, nenhum sai perdendo profissionalmente. Conosco tem sido assim e tem dado certo”. Entretanto, em relação a divisão das tarefas domésticas o companheiro de Maria Flor sempre a ajudou. Conforme a doutoranda, “sem esta ajuda prestada por ele, não conseguiria ter terminado o Doutorado”.

A doutoranda Helena apresentou um caso particular: atualmente está divorciada e mostrou-se muito insatisfeita com a ausência do pai da sua filha após a separação. Quando eram casados o ex-companheiro ajudava nas tarefas domésticas e na socialização da filha, atualmente não contribui emocionalmente nem financeiramente na educação da filha.

Os estudos de Araújo (2006) indicam que neste contexto - do Doutorado - há mais dificuldades de se estabelecer um diálogo sobre os valores que permeiam o curso e a participação do companheiro com o trabalho doméstico e cuidado dos filhos.

Os problemas ocorrem devido à organização do tempo no espaço da casa. Quando as crianças estão em casa e não na escolinha a doutoranda se sente obrigada a vistoriar o filho. Assim, deixar os filhos na escolinha é a principal estratégia para ter tempo para fazer o Doutorado. O pagamento da escolinha geralmente é dividido ou pago praticamente pelas mães, que acham que é sua obrigação pagar, pois estão comprando um tempo para poderem estudar.

5.3.4. A experiência da maternidade como uma nova visão de mundo para as doutorandas

As mudanças ocorridas após a maternidade mudaram as suas visões de mundo. A ambiguidade desta nova condição é representada tanto por alegrias como estar “vivendo um momento mágico” como pelo “medo”, por ter um ser dependente que viverá em um mundo propensos a riscos. Assim, diz uma das entrevistadas.

Mudou a visão de mundo [ser mãe] com relação a tudo: vida, amor, família e profissão. Ser mãe sempre foi um desejo meu. Junto com as alegrias, vieram também os medos de não dar conta, de não saber cuidar no mundo de hoje (violência, insegurança, etc). Esses medos vão desaparecendo com o apoio da família e com o passar do tempo, no momento que vemos nosso filho crescendo.(Maria Flor, Ciências Humanas).

Teresa comentou que a experiência da maternidade melhorou a relação com sua mãe, diz que se tornou “uma pessoa mais sensível”, pois a partir da experiência da maternidade começou a entender melhor as atitudes protetoras de seus pais.

Sem dúvida. Mudou em tudo, forma de ver a vida, de aproveitar a vida. A gente se torna uma pessoa mais sensível, mas condescendente para tudo. A relação da gente com a mãe da gente muda, muda muito. Tudo aquilo que a gente achava incoerência de pais, estas revoltas adolescentes, a gente começa a entender. E tudo, acho que tudo muda, tudo, tudo muda. Até a responsabilidade estudantil, acho que muda quando a gente é mãe. (Teresa, Engenharia).

Helena, que é filha caçula de uma família de quatro filhos, reflete agora sobre a maternidade, coloca-se no “lugar de sua mãe”, admitindo que muitas de suas atitudes com a mãe eram erradas. Mas reconhece que continua “sendo a mesma menina mimada de sempre”.

É, eu acho que eu consigo ver as atitudes da minha mãe melhor. Eu consigo compreender algumas coisas que eu sempre achei um absurdo nela. Eu consigo compreender, mas eu te confesso que mesmo eu entendendo, mesmo eu vendo o lado de mãe agora, eu acho que eu continuo a mesma menina mimada de sempre, cometendo os mesmos erros com ela ainda, sabe? Eu não mudei as minhas atitudes, eu mudei os meus pensamentos. Eu entendo, mas eu acho que eu continuo tendo os mesmos pensamentos, as mesmas atitudes, eu continuo sendo folgada. Eu vou para casa, não lavo uma peça de roupa, não faço uma comida, ela [mãe] que faz tudo, continuo estressada brigo com ela. Tenho mais quatro irmãos, são três mulheres e um homem, eu sou a caçula. Então, eu acho que eu continuo sendo a mesma menina mimada de sempre, só que eu consigo entender agora, sabe? Às vezes, eu faço, daí eu me arrependo. Poxa, se fosse comigo eu não iria gostar, só que eu não vou lá e peço desculpas. Eu sou bastante mimada neste ponto, eu acho que minha reação a ela mudou muito, mas por causa dos meus mimos eu continuo tendo as mesmas atitudes, que é errado, eu sei que é errado. (Helena, Ciências Exatas).

Rúbia também destacou que a sua experiência com a maternidade aumentou o seu respeito pela sua mãe, lhe proporcionou outra perspectiva de pensar no outro, o cuidado com outro, os filhos. A sua vida é organizada conforme o tempo deles também, assim se adequa às especificidades do tempo “do outro”.

Começa a respeitar mais, a mãe principalmente. O que ela falava não era aquela chatice, que você faz igual com o teu filho e tudo muda, tudo muda,

você não se preocupa mais só contigo, já acabou você ficando meio que por último assim. Primeiro tem que ser o que eles querem, o que realmente eles precisam. Tava com dois, eu não posso sair de noite porque eles dormem sete horas da noite. Sim, então é uma questão de tu se adaptar à realidade deles. Então, uma questão de tu se adaptar à realidade, se adaptar ao que você está vivendo naquele momento. (Rúbia, Ciências Exatas).

Para Cristina, a maternidade contribuiu para desenvolver capacidades como cronometrar melhor seu tempo, pois a mulher, quando é mãe, aprende a fazer várias funções ao mesmo tempo. “Eu acho que a mulher que tem filho, que já se acostumou a ter essa vida louca de ter várias funções, a gente tem que fazer tudo cronometrado, é tudo com o tempo, é tudo certinho”. (Cristina, Ciências Biológicas).

Nas entrevistas com as doutorandas em estágio doutoral no exterior também não apareceram projetos reprodutivos. A maternidade também passa pela questão das redes de apoio familiar e o ter uma situação econômica “favorável”, convergindo como que pensam as doutorandas entrevistadas da UFSC.

Fernanda, que foi para Coimbra com sua filha de um ano e três meses, mostrou o descontentamento de não haver creches para cuidar de sua filha nos sábados, pois tinha aulas neste dia. Para solucionar isto, ela paga o serviço da “mãe de transferência”, ou seja, paga outra mulher para conseguir conciliar vida acadêmica e maternidade. A maternidade é compreendida como uma condição que indiscutivelmente necessita de infra-estrutura, que pode ser comprada a partir de recursos materiais e não como uma condição que deveria ser entendida pela instituição acadêmica, que deveria disponibilizar creches.

Marion, mãe de uma menina de 8 anos, percebe que a sua gravidez ocorreu em um momento que realmente precisava decidir pela maternidade, pois ela já estava com 34 anos. Seu estágio era vivenciado de forma tranquila, pois contava com a ajuda de uma rede de apoio familiar e um suporte financeiro favorável para sua filha. A única limitação que sentia era a responsabilidade da amamentação quando a filha era bebê. Atualmente ela tem seis anos e não necessita tanto mais da mãe. Para a doutoranda, uma dificuldade vivenciada pela maioria das mães é trabalhar quando os filhos estão com algum problema de saúde. Segundo a informante, “deixar o filho com febre em casa e precisar ir

trabalhar é a maior dor de uma mãe, pois a ligação que temos com nossos filhos é irreversível antes até do nascimento”. Assim, a doutoranda enfatizou a ligação que as mães têm com os filhos, esta dificuldade de se desapegar deles.

5.4. Dialogando sobre os significados da maternidade na fase do doutorado

As acadêmicas sentem-se excluídas e culpadas por não conseguirem desvincular-se dos filhos para corresponder ao ideal de pós-graduanda a partir do “ser produtiva”, ou seja, dedicar a maior parte de seu tempo à experiência do trabalho.

A responsabilidade materna permeia a representação do “ser mãe” entre as acadêmicas desta pesquisa. A representação que vigora socialmente sobre a maternidade, de que a mãe é a principal responsável pelo cuidado do filho, contribui para as acadêmicas mães sentirem-se em desvantagens em relação aos homens e às outras mulheres sem filhos, pois a responsabilidade materna as impossibilita de terem uma produtividade “satisfatória” em suas próprias visões. Contudo, a maternidade em si não é conflitante com a carreira, este conflito só ocorre quando a mulher assume a premissa de uma agente que presta um cuidado incondicional do filho, independentemente de ter atividades pendentes na vida acadêmica.

Percebemos nas entrevistas que a pressão institucional sentida pelas mães no Doutorado é significativa. No entanto, a pressão em relação ao cuidado, ao ideal de maternidade socialmente representado, é ainda maior. Assim, a maternidade é vista como uma relação dual entre mãe e filho, não há espaços para outros protagonistas nesta relação, alguns assumem o lado coadjuvante, mas a responsabilidade ainda é da mãe. Diante desta evidência da identidade da mulher-mãe representada socialmente a partir do atributo do “ser cuidadora”, podemos verificar a força da imposição social deste atributo para a construção da identidade da mulher-mãe. (FABBRO, 2006; ELIAS, 2010; VASCONCELOS, 2009).

O sentimento de culpa é quase onipresente neste meio, tanto quando escolhem dedicarem-se aos filhos como quando decidem pela carreira. A doutoranda Cristina foi um exemplo, pois mostrou em seu discurso que se sente culpada ao escolher filhos ou Doutorado. No entanto, isto não quer dizer que a culpa faz parte da construção subjetiva de todas as relações aqui discutidas. As doutorandas Cibele e Helena,

por exemplo, procuraram formas de negociar com suas filhas para elaborar a tese. Scavone (1985), em pesquisa com mães de classes populares no Maranhão, ressalta que a “culpa” aparece como um efeito da força da imposição social de um ideal de maternidade que permeia na sociedade, afeta todas as mulheres independentemente da classe social. Em diferentes graus, a maternidade tem sido construída por sentimentos como culpa e ansiedades, que afetam o psicológico das mulheres.

Nas enunciações das doutorandas sobre o cuidado, constatamos que o sentimento de responsabilidade em relação ao filho ocorre independente da idade deste, pois cada idade é percebida exigindo uma atenção materna específica. Segundo as doutorandas, a maternidade também impossibilita o desligamento dos assuntos vinculados ao espaço doméstico. Elas devem estar sempre preparadas, por exemplo, para lidar com imprevistos ligados à saúde do filho e, logo, o trabalho acadêmico fica atrasado. Estes imprevistos têm feito as acadêmicas mães sentirem-se excluídas e “mal vistas” no campo, por sentirem que têm menos tempo para se dedicarem à vida acadêmica.

A dinâmica da universidade contribui para reproduzir desigualdades de gênero, pois os homens e as mulheres solteiras e sem filhos são representados como sujeitos que terão mais tempo para se dedicar ao trabalho acadêmico, para eles e elas os espaços doméstico são negados.

Entre as táticas utilizadas pelas doutorandas mães estão: contar com a ajuda de rede de apoio familiar para cuidar da criança e as escolinhas. Estes “braços a mais” apresentam-se como condição primordial para a doutoranda organizar seu tempo entre Doutorado e cuidado dos filhos.

A grande maioria das entrevistadas deste estudo é de outras cidades, desta forma a rede de apoio familiar não é muito comum. Este fato, conseqüentemente, contribui para a doutoranda mãe colocar seus filhos mais cedo na escolinha.

A mulher mãe é percebida como “a cuidadora” e a principal responsável pelos seus filhos, mas também pode significar uma decisão que comprova que esta mulher realmente é “corajosa” e “heroína”. Ambos os atributos socialmente valorizados apresentam-se na dicotomia de gênero como elementos culturalmente vinculados à masculinidade. Nesse sentido, as doutorandas ainda partem de uma perspectiva que opera por desigualdade de gênero, pois a maternidade é percebida como “anormal” no contexto acadêmico por tratar de

mulheres que estão imersas em um campo simbólico onde prevalecem valores vinculados ao ser masculino. (KELLER, 1996). Assim, as mulheres quando revolvem fazer parte deste campo, precisarão se afastar de todo simbólico feminino, aquelas que pretendem resistir às normas serão frequentemente vistas como acadêmicas “anormais”, ou seja, “Como ficar grávida ou ter filhos fazendo Doutorado, como isto é possível?”. (Inês, Engenharia).

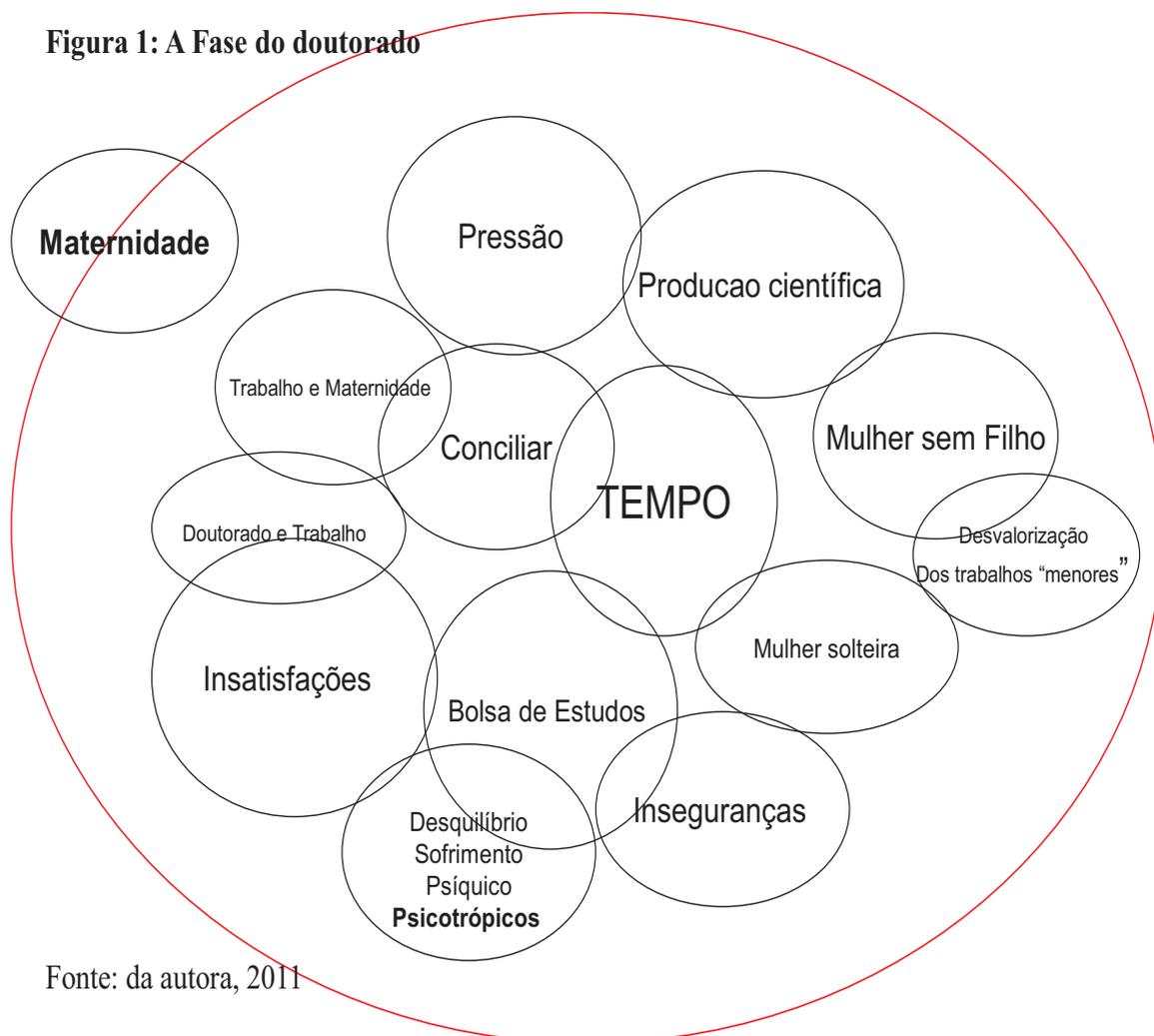
A maternidade também é vivenciada como um “momento mágico”, e “ter um ser dependente” proporciona uma visão de mundo moldada por mais paciência, pois a mulher torna-se um ser mais sensível, mais tolerante contribuindo para estas entenderem melhor as atitudes de suas mães e dos outros a sua volta.

As doutorandas tendem a assumir o trabalho doméstico quando o companheiro paga todas as despesas da casa. Nesta situação, a empregada doméstica pode surgir como uma “apaziguadora de lares”, mantendo a família. Isto foi bastante claro na atitude de Cristina que sente receio em negociar com o seu companheiro a participação deste no trabalho doméstico e comenta que todos os seus problemas seriam resolvidos tendo uma empregada doméstica por tempo integral.

A paternidade não é percebida por meio de uma nova forma de lidar com o filho, pois o pai é compreendido na sua ambiguidade ora como uma figura que merece respeito, pois paga todas as contas da família, ou seja, faz seu papel social de “provedor”; ora é percebido como alguém que presta uma ajuda complementar nas tarefas domésticas e no cuidado dos filhos. Entretanto, pode-se constatar na fala de Helena que a figura do pai pode torna-se fugaz a qualquer momento, pois o filho é percebido como um ser que pertence “naturalmente” à mãe, por mais que os pais se esforcem em incorporar uma paternidade além do “ser provedor”.

Nas Figuras 1 e 2 percebemos como é compreendida a maternidade na fase do Doutorado a partir dos coletivos de doutorandas que foram analisados na pesquisa e compreendemos as dimensões que afetam a subjetividade da mulher em relação à escolha da maternidade e à negação da mesma.

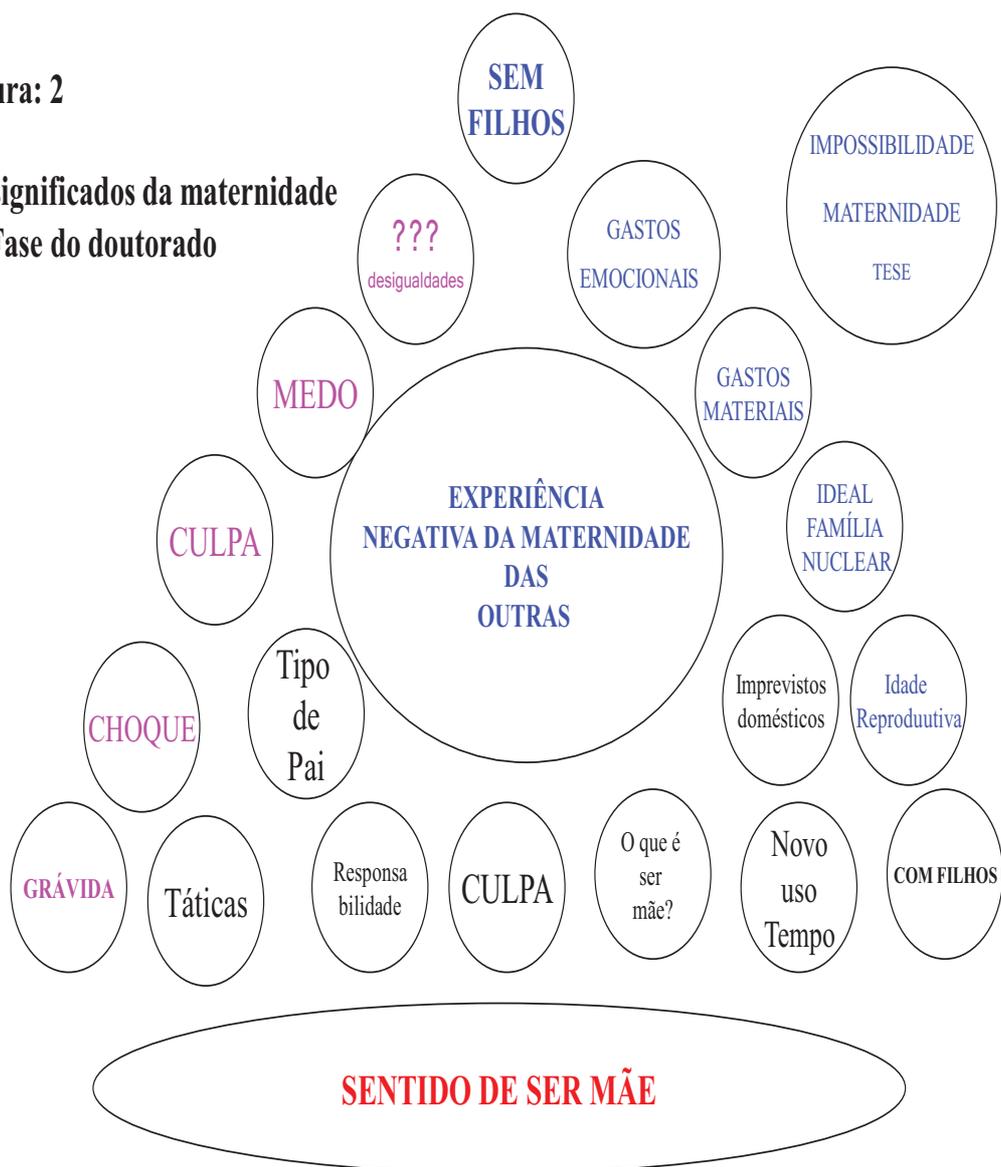
Figura 1: A Fase do doutorado



Fonte: da autora, 2011

Figura: 2

Os significados da maternidade
na Fase do doutorado



Fonte: da autora, 2011

6. Considerações sobre as experiências das doutorandas com a maternidade

Conhece-se melhor o mundo à medida que melhor conhecemos a nós mesmos, que o conhecimento científico e o conhecimento de nós mesmos e da nossa própria inconsciência social avançam de mãos dadas, e que a experiência primária é transformada em e através da prática científica modifica a prática científica e reciprocamente. (BOURDIEU, 2003, p. 289).

A compreensão da maternidade entre as doutorandas mostrou-se a partir de duas narrativas: uma expondo as alegrias e as dificuldades em “ser mãe” no doutorado; a outra com os motivos que justificam a impossibilidade de conciliar vida acadêmica e maternidade.

O passado patriarcal que vigorou na sociedade brasileira destinando as mulheres exclusivamente ao casamento e a maternidade (GRAHAM, 2005; BARMAN, 2005) colabora para as acadêmicas valorizarem o espaço público, pois este representa emancipação. Tendem a cultivar um sentimento de repúdio ao espaço doméstico, pois este parece ser sua última opção. Esta visão foi enfatizada a partir da fala Hortência e Joana quando enunciaram sobre o “medo” de virar uma dona de casa.

Como a visão dicotômica é predominante nas escolhas, a conciliação de projetos vinculados à vida familiar e profissional não existe. Nesse sentido, a construção de uma cooperação entre as mulheres e os demais membros da família em dividir a responsabilidade da maternidade não ocorre, tanto na compreensão das doutorandas sem filhos; como das doutorandas mães. Portanto, a maternidade é uma decisão que implica um sacrifício individual.

Poucas doutorandas mostraram tentativas de negociação com os companheiros. Somente Maria Flor admitiu a necessidade de compartilhar o cuidado do filho para fazer o curso de Doutorado. Virgínia também comentou que seu companheiro foi informado que precisaria ajudá-la, ordenou que ele parasse de fumar e beber, pois o “sacrifício” deveria ser feito pelos dois lados.

Será que a entrada das mulheres na universidade tem garantido que as acadêmicas estejam mais próximas de uma igualdade de gênero? Se considerarmos o preço que as mulheres pagaram por esta emancipação, encontramos contradições, pois uma pressão produtivista permeia este espaço, muitas vezes, ridicularizando problemas de ordem subjetiva.

A falta de tempo impede maiores reflexões sobre esta condição de pressão vivida, devido ao habitus que precisa ser incorporado a partir do “ser produtiva”, não havendo “brechas” para se planejar uma nova cultura interessada em analisar as condições que lhe dão as práticas no campo e a sua relação com a sociedade em geral ou simplesmente a vida cotidiana da acadêmica.

A racionalização do controle temporal na vida contemporânea provocou este “desencantamento” sobre as “coisas simples”, ou seja, as

coisas do cotidiano, que fazem parte da vida das participantes do campo acadêmico. Elas sentem-se com menos liberdade para refletir sobre o “mundo da vida”, logo, a maternidade é tratada como um estranhamento preconceituoso para as mulheres que desejam ser cientistas. Conforme o habitus acadêmico, esta construção representa uma violência simbólica em seus corpos e mentes, que não lhes permitem pensar sobre suas escolhas. Será que suas procuras resumem-se ao retorno financeiro com um Doutorado?

Mesmo entre as novas gerações de acadêmicas, que têm mais oportunidades de refletir sobre suas escolhas, a maternidade não deixou de ser um problema. Apesar dos avanços relativos à participação feminina no ensino superior e em cargos nas instituições científicas, esta estrutura ainda tende a ser reproduzida por meio de um simbólico atrelado ao masculino (SCHIENBINGER, 2001).

Assim, as mulheres acabaram entrando na instituição científica, sendo “estranhas” a esta instituição, que foi produzida e reproduzida por uma história que se legitimou em um contexto, chamado Ocidente, por um sexo que na ordem dicotômica se fez masculino e foi visto como mais capaz de desempenhar a prática e de uma classe social que, apesar de todas as dificuldades, tiveram as mínimas condições materiais para produzir ideias e descobertas. (SHIVA, 1993).

Além disso, podemos verificar que esta tendência à ruptura com o ideal de mulher esposa e mãe contribuiu para as mulheres que optaram pela maternidade no universo acadêmico serem tratadas como seres “anormais”. Do mesmo modo, aquela normalidade feminina pautada nos países ocidentais do século XIX (BADINTER, 1985), neste contexto, encontra-se invertida. Sendo assim, a opção em participar do mundo público, conseqüentemente o mercado de trabalho, é vista como a escolha “melhor” para toda mulher que dispõe de condições objetivas e subjetivas para acumular capitais.

A partir dos anos 1990 as escolhas das gerações de mulheres pós-feminismo são conflitantes. A emancipação feminina, que significativamente contribuiu para que as mulheres pudessem ingressar nas escolas e no mercado de trabalho, não lhes garantiu o total desprendimento do papel social de “esposa e mãe”, logo, o uso do tempo das acadêmicas mães, implica arranjos específicos tanto na vida familiar quanto profissional. Neste sentido as acadêmicas, quando mães, sofrem os efeitos do habitus socializador feminino por se sentirem responsáveis e obrigadas a ampliarem suas horas de trabalho para o universo da casa. Assim, continuam a ter que lidar com a dupla jornada de trabalho.

Atualmente muitas mulheres foram beneficiadas das conquistas feministas. Uma das mudanças positivas que o feminismo propiciou foi desvincular a sexualidade da reprodução, possibilitando às mulheres negarem ou escolherem a maternidade a partir do uso de tecnologias contraceptivas e conceptivas. Também, a participação dos homens nesta nova configuração da maternidade contribui e caminha para uma relação de gênero mais igualitária (SCAVONE, 2001a).

Contudo, a maternidade socialmente representada pressupõe a história de um corpo feminino biologicamente “diferente”, mas não inferior diante deste corpo. Fenômenos como a gestação, o parto e a amamentação assumem, nesta rede complexa, o lado propriamente biológico da maternidade. Desde a gestação, a mulher torna-se a responsável pela saúde do ser concebido.

A transição da maternidade, quando esta deixou de ser um destino para tornar-se uma escolha, propiciou uma maior reflexividade entre as mulheres sobre as inúmeras questões que a envolvem. Assim, “ser mãe” é entendido como um fenômeno que compreende uma dimensão social, econômica e também psicológica, se verificarmos os sentimentos de culpa e de ansiedades. (SCAVONE, 2004).

Portanto, faz-se necessário o tratamento da diferença biológica das mulheres, as especificidades de um corpo que foi historicamente inferiorizado e compreendido como menos adequável ao mundo público. É preciso refletir sobre suas experiências biossociais, para não silenciarmos mais o preconceito, as microdesigualdades de gênero que permeiam o campo. Entretanto, pressupor que a maternidade é um motivo da mulher mãe ser definida como duplamente excluída do campo pode ser uma forma de reafirmarmos a definição do “ser mulher” por meio da maternidade e excluir outros coletivos de mulheres que compartilham de valores e atitudes que procuram outras formas de realização para a vida, outras necessidades de experiências.

Por isso, neste estudo apresentamos três coletivos de mulheres que vivenciam diferentes relações com a maternidade, analisando enunciações de estudantes de Doutorado de quatro áreas de conhecimento. Contudo é importante salientar que as falas das doutorandas das Engenharias apresentaram-se numericamente mais presentes esta pesquisa, em contraposição às Ciências Humanas porque houve dificuldades para negociar entrevistas com as informantes, especialmente as sem filhos, desta área.

As estudantes das Ciências Humanas mostraram resistências e diversas desistências para falar sobre a fase e a maternidade. Lanço a

indagação: será mesmo que nós, sociólogas, somos treinadas para dialogar? Ou o nosso “senso crítico” nos tornou preocupadas na forma que seremos compreendidas pelo “outro” sem pensarmos em nós mesmas como acadêmicas, mulheres, que também vivenciamos conflitos nas escolhas? seria um medo de tornar-se “objeto de pesquisa”?

Além da procura de compreender a maternidade a partir das estudantes de Doutorado da UFSC, também fizemos uma análise muito breve do material colhido na Universidade de Coimbra com a percepção de algumas doutorandas (que faziam estágio doutoral no CES) em relação à maternidade na fase do Doutorado. A análise foi breve pelo motivo do tempo institucional para defender a tese, estabelecido por um prazo e também das minhas condições objetivas e subjetivas para elaborar a pesquisa, respeitando o meu tempo na experiência de pesquisar a fase que também vivencio.

Importante salientar que neste contexto a representação da cientista, que tem o conhecimento como um fim, é abandonada e substituída pela nova representação de “ser cientista”, associado ao mercado de trabalho científico. Assim, as novas identidades acadêmicas produzidas nos atuais processos que envolvem a fase do Doutorado, que deveria ser vivenciada como algo prazeroso, passou a ser vivenciada a partir do sofrimento psíquico diagnosticado, comum em um habitus que, quando incorporado, implica renúncia da vida pessoal.

Partindo desta constatação, é necessário a construção de um projeto interdisciplinar, com educadores de várias áreas para tornar mais complexas as análises na pós-graduação. A aproximação das vivências, a fim de torná-las visíveis e traduzíveis, pode ajudar a própria acadêmica a refletir sobre o seu conhecimento e sobre as condições que este é construído. Não devemos ser somente reprodutoras da ordem, mas produtoras e precisamos inserir nossas especificidades neste jogo de forças desiguais que é o campo científico.

-REFERÊNCIAS-

ADOVASIO, J.M; SOFFER, Olga; PAGE, Jake. **O sexo invisível**. O verdadeiro papel da mulher na pré-história. Rio de Janeiro: Record, 2009. 312p.

ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira. Nebulosa feminista: aproximações teóricas sobre as representações do feminismo em Recife-PE. In: SCOTT, Parry; HOFFNAGEL, Judith Cahmbliss, (Orgs). **Revista Antropológicas: Famílias, Sexualidades, saúde**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco/CFHC/Editores Científicos: Maria do Carmo Brandão; Antonio C. Motta: Os Editores, 2001. p.124-140.

ALVES, Branca Moreira e PINTANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1981. 45p.

AMORIM, Nadia Fernanda Maria de. **Mulher solteira: do estigma à construção de uma nova identidade**. Maceió: EDUFAL, 1992. 192p.

ANDRADE, Carlos Drummond de, 1902-1987. **A palavra Mágica**, 13 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ANDRADE, Carlos Drummond de, **60 Anos de Poesia**. São Paulo: Edições: “O jornal”, março, 1985.

APARÍCIO, Maria Molero [et alii]. Biografias de algunas mujeres matemáticas acompañadas de ciertas reflexiones sobre La educación y las condiciones de vida de las mujeres. In: RUIZ, Viky Frias, (Org). **Las mujeres ante la ciência del siglo XXI**. Instituto de Investigaciones Feministas, Universidad Complutense de Madrid. Espanha: Complutense, 2001.p.91.161.

ARAÚJO, Emília Rodrigues. A sevícia das categorias: breve contribuição para o estudo dos usos e representações do tempo por parte das mulheres académicas. **Sociedade e Cultura 5, Cadernos do Noroeste**, Série Sociologia, Braga, , V. 21 (1-2), 2003,

< <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4597/1/art.6-Em%C3%ADlia2.pdf>>. Acesso em 20-08-2010.

ARAÚJO, Emília Rodrigues. A passagem do tempo de doutoramento. Tempos organizacionais e a vida em Stand By. **Revista Teoria e Prática da Educação**, v.8, n.1, jan./abr. 2005, <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4515/1/A%20passagem%20do%20tempo%20de%20doutoramento%5B1%5D.pdf>>. Acesso em 03-09-2010.

ARAÚJO, Emília Rodrigues. **O doutoramento: A odisséia de uma fase de vida**. Lisboa: Editora Colibri, 2006. 222p.

AQUINO, Estela Maria. Gênero e Ciência no Brasil: contribuições para pensar a ação política na busca da equidade. **Pensando gênero e ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas – 2005, 2006/ Presidência da República**. – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. p.11-27.

AQUINO, Estela Maria. Gênero e Ciência no Brasil: Contribuições para pensar a ação política na busca de equidade. In: HEILBORN, Maria Luiza ..[et ali], (Org). **Sexualidade, Reprodução e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 57-72.

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 370p.

BADINTER, Elizabeth. **Rumo Equivocado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 174p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002. 223p.

BARMAN, Roderick. J. **Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX**. São Paulo: UNESP, 2005. 352p.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. p.06-61 e p.244-297.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.190p.

BAZZO, Walter Antonio; PEREIRA, Luiz Texeira Do Vale; LINSINGEN, Irlan Von. **Educação Tecnológica**: enfoques para o ensino de engenharia. 2.ed. - Florianópolis: Editora da UFSC, 2008. 231p.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. A experiência Vivida. Rio de Janeiro: Editora: Nova Fronteira, v.2, 1949. 504p.

BEAUVOIR, Simone. O segundo Sexo 25 anos depois, Entrevista com Simone de Beauvoir, John Gerassi, 1976, extraído e traduzido de Languages at Southampton University Disponível em: <http://www.simonebeauvoir.kit.net/artigos_p02.htm>. Acesso em: 03-10-2009.

BECKER, Howard S. **Segredos e Truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. 295p.

BECKER, Howard.S. Problemas de Inferência e Prova na observação participante. In: -----.**Método e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais**. 4ed. - São Paulo: Hucitec, 1999. p. 47-64.

BECKER, Howard. S. Evidências de trabalho de campo. In: -----**.Método e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais**. 4ed. - São Paulo: Hucitec, 1999. p.65-99.

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade**. Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. 329p.

BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto. Trabalho Docente no Strictu Sensu: Publicar ou Morrer! In: FIDALGO, Fernando [et alii], (Org). **A intensificação do trabalho docente**: tecnologias e produtividade. Campinas: Papirus, 2009. p. 49-89.

BIANCHETTI, Lucídio. O desafio de escrever dissertações/teses: como incrementar a quantidade e manter a qualidade com menos tempo e menos recursos? In: BIANCHETTI, Lucídio, MACHADO, Ana. Maria. Netto, (Org). **A bússola do escrever**. Desafios e estratégias na

orientação e escrita de teses e dissertações. 2. ed. São Paulo/Florianópolis: Cortez/Editora da UFSC, 2006. p.165-185.

BIELBY, William. Sex differences in careers: is science a special case? In: ZUCKERMAN, Harriet; COLE, Jonathan; Bruer, John (Ed). **The Outer circle: women in the scientific community**. New York: WW. Norton & Company, 1991. p.171-187.

BITENCOURT, Silvana Maria. Novas Feministas: um estudo sobre jovens mulheres feministas. Trabalho de conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.59p.

BITENCOURT, Silvana Maria. Existe um outro lado do rio? Um diálogo entre a cultura da engenharia e relações de gênero no Centro Tecnológico da UFSC. 141f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

BITENCOURT, Silvana Maria. As relações de gênero na engenharia. diálogos num campo de saber/poder masculino. In: FERREIRA, Márcio de Souza, (Org). **Desigualdades de gênero no Brasil: Novas ideias e práticas antigas**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2010. p.171-207.

BOURDIEU, Pierre. The specificity of the scientific field an social conditions of the progress of reason. **Social Science Information**, v.14, n°6, 1975. p.19-47.

BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In:-----
O poder simbólico, Lisboa: Difel, 1989.p.16-58.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999a. 190p.

BOURDIEU, Pierre. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicos**. Petrópolis: Vozes, 1999b. 328p.

BOURDIEU, Pierre. **Science de la Science et réflexivité. Cours du Collège de France (2000-2001)**. Éditions Raisons d'agir. Paris, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A causa da ciência. Como a história social das ciências pode servir ao progresso das ciências. **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política**, Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Sociologia Política. Florianópolis: v.1 (2002) – UFSC, Cidade Futura, p.143-161. 2002.

BOURDIEU, Pierre. Participant Objectivation. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 9, n. 2, p. 281-294, Feb. 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004. 86p.

BOZON, Michel. Amor, sexualidade e relações sociais de sexo na França contemporânea. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, Vol.3, N.1/95 IFCS/UFRJ, p.122.125.

BOZON, Michel. **Sociologia da sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 172p.

BRUSCHINI, Cristina LOMBARDI; Maria Rosa. Médicas, arquitetas advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras profissionais de prestígio. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.7, n.1, IFCS/UFRJ CFH/UFSC. 2/1999, p.9-24.

BUTLER, Judith. O feminismo e a questão da Pós-modernidade. **Cadernos Pagu**. Campinas. n.11. 1998, p.11-42.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236p.

CARVALHO, Marília. Evento cobra política para inserir mulheres na ciência. *Academia Brasileira de Ciências, Notícias*, data: 04 Fev. 2010. Disponível em: <http://www.abc.org.br/article.php3?id_article=592>. Acesso em: 06-12-2010.

COLE, Jonathan; ZUCKERMAN, Harriet. Marriage, Motherhood, and Research Performance in Science. In: ZUCKERMAN, Harriet; COLE, Jonathan; BRUER, John (Ed.) **The Outer Circle: Women in the Scientific, community**. New York: W.W. Norton e Company. 1991. p.157-170.

COLE, Jonathan. **Fair Science: Women in the Scientific community**. New York: Columbia University Press. 1987.

CONNEL, Robert. Políticas de masculinidade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre. v. 20, n.2, jul/dez, p.185-206, 1995.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, n.16 Campinas. p.13-30, 2001.

COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.10, n, 2, p.301-323, 2002.

CURIE, Marie. Vítima da ciência. CHALITA, Gabriel **Mulheres que mudaram o mundo**. 1 ed. – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005, p.55-86.

DA SILVA, Elizabeth Farias; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza. Epistemologia e androcentrismo: Fenômeno de Exclusão e suas formas de manifestação na pesquisa Científica. In: IIIº Simpósio de Educação do Triângulo Mineiro. A importância da educação para as mudanças globais. 2006. Ituiutaba. Resumos. Ituiutaba: Egil,2006. 1p.

DIGGINS, John Patrick. Um Triunfo Jovial sobre a racionalidade: Mulheres, o erótico e o poder da política de Status In: WEBER, Max: **A política e o espírito da tragédia**. Rio de Janeiro: Record, 1999, p.191-218.

Doutores 2010: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira - Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010. 508 p.; Il.; 24 cm ISBN - 978-85-60755-29-5

ELIAS, Marisa Aparecida. Sofrimento psíquico e trabalho: afetividade e culpa na mulher trabalhadora. (2010) Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/atividadeseafetos/teste1/143/trabalho1.pdf>>. Acesso em: 17-12-2010.

ESTÉBANEZ, María Elina As mulheres na ciência regional: diagnóstico e estratégias para a igualdade. Com ciência. Mulheres na

Ciência, reportagens, 10 dez. 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br>>. Acesso em: 27 mar. 2005.

EVANGELISTA, Olinda; Publicar ou Morrer. In: BIANCHETTI, Lucídio, MACHADO, Ana. Maria. Netto, (Org). **A bússola do escrever. Desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações**. 2ª. ed. São Paulo/Florianópolis: Cortez/Editora da UFSC, 2006. p. 297-300.

FABBRO, Márcia Regina Cangiani. Mulher e trabalho: problematizando o trabalho acadêmico e a maternidade. 366f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

FELÍCIO, José Roberto Drugowich de, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. In: **Pensando gênero e ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas — 2009/2010/** Presidência da República. — Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010, p.47-54.

FEMENÍAS, Maria Luisa. **Judith Butler**: Introducción a su lectura. Buenos Aires: Catálogos, 2003. 208p.

FERRAND, M e LANGEVIN, A. De. L'origine de l'oppression des femmes aux "fondements" des rapports sociaux de sexe. In: BATTAGLIOLA [et ali], Org(s). **A propos des rapports sociaux/parcours épistémologiques**. Paris, Centre Sociologie. Urbaine /CNRS, 1990, pp.17-76

FERREIRA, Luiz Otávio [et ali]. Institucionalização, Sistema de Gênero e Produção Científica no Brasil (1939-1969). **História, Ciências, Saúde, Manguinhos, Gênero e Ciências**. - v.1, n.1 (jul.-out. 1994) – Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2008, p.43-71.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs). **Usos e abusos da história oral**. 2ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

FERREIRA, Virgínia do Carmo. Relações sociais de sexo e segregação do emprego: uma análise da feminização dos escritórios em Portugal.

Tese (doutorado em Sociologia), 1200f. Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia, Coimbra, 2003.

FERREIRA, Virgínia; LOPES, Mônica. Repercussões das licenças por maternidade e por paternidade no local de trabalho: entre consentimento e a reprovação, Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia, Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção Atelier: Famílias 2004. 10p. Disponível em: <http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628d1d724a75_1.pdf>. Acesso em: 03-09- 2008.

FIDALGO, Nara Luciene Rocha; FIDALGO, Fernando. Trabalho docente e a lógica produtivista: Conformação e subjetividade. In: FIDALGO, Fernando [et ali], (Org). **A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade**. Campinas: Papirus, 2009. p. 91-112.

FREIRE, Maria Martha de Luna. Ser mãe é uma ciência: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Gênero e Ciências. - v.1, n.1 (jul.-out. 1994) – Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, p. 153-171,2008.

FREITAS, Maria Ester de. Viver a tese é preciso! In: BIANCHETTI, Lucídio, MACHADO, Ana. Maria. Netto, (Orgs). **A bússola do escrever**. Desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações. 2. ed. São Paulo/Florianópolis: Cortez/Editora da UFSC, 2006. p.215-226

Folha de São Paulo. Gilberto Dimenstein. Cotidiano. A desconhecida lição das mulheres solteiras, domingo, 17 de setembro de 2006. p.6.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução Roberto Machado. 20 ed, Rio de Janeiro: Graal, 2004. 295p.

FOX, Mary Frank. Women and scientific careers. In: JASANOFF, Sheyla [et al]. **Handbook of science and technology studies**. London: Sage Publications, 1995. p.205-223.

GIDDENS, Anthony. A diferenciação social e a divisão do trabalho. In:----- . **Capitalismo e moderna teoria social**. Lisboa: Presença, 1990. p.301-322.

GIDDENS, Anthony. As Famílias. In:----- . **Sociologia**. 4 ed. - Porto Alegre: Artmed, 2005a. p. 151-170.

GIDDENS, Anthony. Gênero e Sexualidade. In:----- . **Sociologia**. 4 ed. - Porto Alegre: Artmed, 2005b. p. 102- 127.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não**: Histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 297p.

GREER, Germanie. **Sexo e Destino**. A política da fertilidade humana. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

HARAWAY, Donna. **Primate visions**. Londres: Routledge 1989.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminino e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n.5, Campinas, p.07-41, 1995.

HARAWAY, Donna. **Antropologia do Ciborgue**: as vertigens do pós-humano. 2. edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. – (mimo). 126p.

HARDING, Sandra. **Ciencia y feminismo**. Madrid: Ediciones Morata, S.L, 1996.

HEAP, Ruby. The Construction of masculine Engineerig Identities at the faculty of applied science and Engineering, 1920-1940. 13^a Kingston Conference, October 17-19-2004.

HEILBORN, Maria Luiza e ARRUDA, Angela. Legado Feminista e ONGs de Mulheres: Notas preliminares. In: NEVES, Maria da Graça Ribeiro e MARTINS, Delaine, (Org.). **Gênero e desenvolvimento institucional em ONGs**. Rio de Janeiro: IBAM/ENSUR/NEMPP; Madrid: Instituto de la Mujer, 1995, p.15-46.

HERCULANO- HOUZEL, Suzana. Memória Roda Viva. Entrevista, data 17 mar. 2008. Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/311/entrevistados/suzana_herculanohouzel_2008.htm>. Acesso em: 28-01-2010.

HEWLETT, Sylvia Ann. **Maternidade Tardia**: Mulheres profissionais em busca da realização plena. Osasco, SP: Novo século, 2008. 288p.

KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão**: a atualidade das depressões. São Paulo: Boimtempo, 2009. 298p.

KELLER, Evelyn Fox. O Paradoxo da subjetividade científica. In: SCHNITMAN, Dora Fried. (Org). **Novos Paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p.93-117.

KELLER, Evelyn Fox. **Reflexiones sobre género y ciencia**. Valencia: Ed.Alfons el Magnànim, 1991.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? **Cadernos Pagu**, Campinas, N°27, julho-dezembro de 2006, p.13-34. <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n27/32137.pdf>>. Data de acesso: 20-03-2008.

KUHN, Thomas. **The structure of Scientific Revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 1970.

LATOUR, Bruno. **Ciência em Ação**: Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LATOUR, Bruno [et alii]. **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

LATOUR, Bruno. Referência circundante: amostragem do solo da floresta amazônica. In:----- . **A Esperança de Pandora**. Estudos sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru: EDUSC, p.39-96,2002.

LAQUEUR, Thomas. **La construcción Del sexo**: cuerpo y género desde los griegos hasta Freud. Madrid: Cátedra, 1994.

LENNON, Kathleen Feminism Perspectives on the Body Stanford Encyclopedia of Philosophy. Disponível em

<http://plato.stanford.edu/entries/feminist-body/> First published Mon Jun 28, 2010. 25p. Acesso em: 05-09-2010.

LETA, Jacqueline e MARTINS, Flávio. Docentes pesquisadores na UFRJ: O capital Científico de mulheres e homens. In: **Simpósio gênero e indicadores da educação superior brasileira**. Brasília- DF, 6 e 7 de dezembro de 2007. Comissão organizadora: Dilvo Ristoff ... (et al). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira, 2008. p.85-101.

LOPES, Maria Margareth. Gênero e ciências no país: exceções à regra? Mulheres na ciência, Reportagens, 2002. Disponível em: <<http://www.comciencia.br>>. Acesso em: 25 ago. 2009.

LONG, J. Scott. Measures of sex differences in scientific productivity. **Social Forces**, Chapel Hill, v.71, n°.1,p.159-178. 1992.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de aula. In: PRIORI, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 441-481, 2004.

LOUZADA, Rita de Cássia Ramos; FILHO, João Ferreira da Silva. Pós-graduação e trabalho: um estudo sobre projetos e expectativas de doutorandos brasileiros. In: **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 12, n2, p. 265-82, maio - ago. 2005.

LOWY, Ilana. Universalidade da Ciência e conhecimentos situados. **Cadernos Pagu**. Gênero, Ciência e História. vol 15, São Paulo, p.15-38, 2000.

LUZ, Madel. T. Notas sobre a política de produtividade em pesquisa no Brasil: Consequências para a vida acadêmica, a ética no Trabalho e a saúde dos trabalhadores. **Política e Sociedade, Revista de Sociologia Política**, Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. - v.7.n.13. (2008). Florianópolis : UFSC, p. 205-228, 2008.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Gênero, Ciência e Cultura. In: MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do Feminino: A medicina da**

Mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2004. p. 21-61.

MATTEDI, Marcos Antônio. **Sociologia do Conhecimento: introdução à abordagem sociológica do problema do conhecimento.** Chapecó: Argos, 2006.

MATTOS, Valéria de B. Pós-Graduação em tempos de precarização do trabalho: Um estudo sobre o alongamento da escolarização entre os mestrados da UFSC. 164f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2007.

MORO, Cláudia Cristine. **A questão de gênero no ensino de Ciências.** Chapecó: Argos, 2001.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Avaliação na pós-graduação brasileira: novos paradigmas, antigas controvérsias. In: BIANCHETTI, Lucídio, MACHADO, Ana. Maria. Netto, (Orgs). **A bússola do escrever.** Desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações. 2. ed. São Paulo/Florianópolis: Cortez/Editora da UFSC, 2006. p.187-214.

MELO, Hildete Pereira de. Gênero e Perspectiva Regional na Educação Superior Brasileira. In: **Simpósio gênero e indicadores da educação superior brasileira.** Brasília- DF , 6 e 7 de dezembro de 2007/ comissão organizadora: Dilvo Ristoff .[et al]. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira, 2008. p.63-84.

MERTON, Robert K. Estudo Sobre a Sociologia das Ciências. In:-----
-. Sociologia, **Teoria e Estrutura.** São Paulo: Mestre Jou, 1978. p.631-730

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas.** Florianópolis, vol. 8, n.2, 2000, p. 09-41,.

ORTIZ, Renato.(Org.) **Pierre Bourdieu.** São Paulo: Ed. Ática. 1994.

ORTNER, Sherry B. Está a Mulher para o homem. Assim como a natureza para a cultura? In: ZIMBALIST, Michelle Rosaldo e

LAMPHERE, Louise. **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.95-120.

PAGLIA, Camille. Feminismo erra ao excluir dona de casa. Folha de São Paulo. Entrevista, 21 Out. 2007. Disponível em: <<http://recantodasletras.uol.com.br/entrevistas/703341>>. Acesso em: 16 jan.2010.

PAGLIA, Camille. Não há mais culto a mulher bem-sucedida profissionalmente. Revista Isto É. A Semana, Entrevista, N° Edição: 2001. (12. mar.). Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoe-temp/edicoes/2001/artigo74185-1.htm>>. Acesso em: 16-01-2010.

PAIN, Elisabeth. Futuro incerto para jovens cientistas espanhóis. Disponível em: <http://www.universia.com.br/nextwave/ver_materia.jsp?materia=302&subcanal=1>. Acesso em: 28-01-2009.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa. História. São Paulo, v.24, N.1, p.77-98, 2005, < <http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>>. Acesso em: 03-06-2009.

Pensando gênero e ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas – 2005/2006, Presidência da República. – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

Pensando gênero e ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas — 2009/2010, Presidência da República. — Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010.

PÉREZ SEDEÑO, Concha. Ciencia y valores de gênero. In: RUIZ, Viky Frias (Org.). **Las mujeres ante la ciência del siglo XXI**. Instituto de Investigaciones Feministas, Universidad Complutense de Madrid. Espanha: Complutense, 2001a. p.233-240.

PÉREZ SEDEÑO, Eulália. A modo de introducción: Las mujeres en el sistema de ciencia y tecnología. **Cuadernos de Iberoamérica. Las Mujeres en el Sistema de Ciencia y Tecnologia**. Estudios de Casos. Madrid: ed: Eulália Pérez Sedeño. p.9-17, 2001b.

PÉREZ SEDEÑO, Eulália. Institucionalización de la ciencia, valores epistémicos Y contextuales: Un caso ejemplar. **Cadernos Pagu**. Gênero, Ciência e História. vol 15, Campinas, p.77-102, 2000.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PINKER, Steven. **Tábula Rasa: a negação contemporânea da natureza humana**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

PORTER, Eleanor H. **Poliana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

PORTUGAL, Silvia. As mãos que embalam o berço. O estado e a sociedade – providência no apoio à maternidade. Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica. Faculdade de Economia (FEUC), Coimbra, 1995.

POVOLEDO, Elisabetta; TRIBUNE, Herald. “Panelinha” nas universidades provoca fuga de cérebros na Itália. Disponível em: <http://www.italiaoggi.com.br/not04_0608/ital_not20080408e.htm>. Acesso em: 03 nov. 2009.

REZENDE, Jorge de; MONTEGREGO, Antônio Barbosa. **Ginecologia Obstetrícia**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, S.A, 1988.

RISTOFF, Dilvo. A mulher na Educação Superior Brasileira. In: Simpósio gênero e indicadores da educação superior brasileira. Brasília-DF, 6 e 7 de dezembro de 2007/ comissão organizadora: Dilvo Ristoff. (et al). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira, 2008.

RODRIGUES DA SILVA, Elizabete. A (In)Visibilidade das Mulheres no Campo Científico. **Democratizar**. Instituto Superior de Educação da Zona Oeste. Faetec/Sect - RJ. V.II, n.1 , jan./abr, 2008.

ROSSITER, Margareth. The Matthew matilda effect in science. **Social Studies of Science**. London, v.23, n.2, p.325-341, 1993.

ROUDINESCO, Elizabeth. A sociedade depressiva. In:-----
Por que a Psicanálise? Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p.13-52.

RUIZ, Viky Frias. (Org.). **Las mujeres ante la ciência del siglo XXI.** Instituto de Investigaciones Feministas, Universidad Complutense de Madrid. Espanha: Complutense, 2001.

RUBIN, Gayle com BUTLER, Judith. Tráfico Sexual (entrevista). **Cadernos Pagu**, n.21. Campinas, p.57.205, 2003.

SALEM, Tania. **O casal grávido:** disposições e dilemas da parceria igualitária. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SANTOS, Gina Maria Gaio dos. O desenvolvimento de carreira dos acadêmicos: uma análise centrada na relação entre o trabalho e a família. 451f. Tese (doutorado em organização e políticas empresarias), Universidade do Minho. Escola de Economia e Gestão. Braga, 2007b.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática.** São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2007a.

SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. In: **Cadernos Pagu**, n.º. 16, Campinas, 2001. p. 31-48.

SAITOVITCH, Elisa Baggio. Visão Pessoal de uma Física Latino-Americana. In: **Pensando gênero e ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas – 2005/2006**, Presidência da República. – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. p. 53-61.

SCAVONE, L. As múltiplas faces da maternidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 54, p. 37-49, 1985.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, n.16 Campinas, p.137-150, 2001a.

SCAVONE, L. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Revista Interfaces**, Botucatu, v. 5, n. 8, pp. 47-69, 2001b.

SCAVONE, Lucila. **Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais**. São Paulo: Editora Unesp: 2004.

SCAVONE, Lucila. Estudos de Gênero: Uma Sociologia Feminista? **Revista Estudos Feministas**. V. 16. n.1. Florianópolis, Jan/apr, p.173-185, 2008.

SCHIENBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: EDUSC, 2001.

SCHIENBINGER, Londa. Mais mulheres na ciência: questões de conhecimento. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, supl., jun.2008, p.269-281.

SHIVA, Vandana. Reduccionismo e regeneração: uma crise na ciência. In: MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Instituto Piaget, Lisboa, 1993. p.37-51

SCOTT, Joan Wallach. 2001. “La querelle des Femmes” no final do século XX. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis. CFH/CCE/UFSC. v. 9, n. 2/2001. p.367-388.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, v 16, n2, . p 5-22, 1990.

SMITH, Bonnie G. **Gênero e história: homens mulheres e a prática histórica**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

SOIHET, Rachel. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Florianópolis: Ed mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

SZAPIRO, Ana Maria, FÉRES – CARNEIRO, Terezinha. Construções do feminino pós-anos sessenta: o caso da maternidade como produção independente. **Psicologia: Reflexão e crítica**. v. 15, n.1. UFRGS, Porto Alegre, p.179-188, 2002.

TABAK, Fanny. **O Laboratório de Pandora: estudos sobre a ciência no feminino**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

TABAK, Fanny. Sobre avanços e obstáculos. **Pensando gênero e ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas**, 2005, 2006/ Presidência da República. – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. p.27-40.

TAVARES, Isabel. Mulheres na Ciência. Brasília, CNPq, 2007. Mimeo. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/scieloOrg/php/reflinks.php?refpid=S0104-026X200800010002000035&pid=S0104-026X2008000100020&lng=en>>. Acesso em: 24 agos. 2007.

TAVARES, Isabel. A participação feminina na pesquisa: presença das mulheres nas áreas de conhecimento. **Simpósio gênero e indicadores da educação superior brasileira**. Brasília- DF, 6 e 7 de dezembro de 2007/ comissão organizadora: Dilvo Ristoff [et al]. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira, 2008. p.31-62.

TEIXEIRA, Giuliana de Oliveira Marson. Síndrome de Down e maternidade. Um estudo sobre os sentimentos encontrados nos relatos de mães com crianças portadoras da Síndrome. 175f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Curso de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2007.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.182p.

VASCONCELOS, Márcia. Responsabilidades familiares. In: Brasil. Presidência da república. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Primeira impressão. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2009. p.36-43.

VELHO, Léa; PROCHAZKA, Maria Vivianna. No que o mundo da ciência difere dos outros mundos? Mulheres na ciência, Reportagens,

2002. Disponível em: < <http://www.comciencia.br>>. Acesso em: 25 ago. 2009.

WATERS, Lindsay. **Inimigos da esperança**. Publicar, Perecer e o eclipse da erudição. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel. A herança da sociologia, a promessa da ciência social. In: **O fim do mundo como o concebemos**. Ciência social para o século XXI. Editora Revan. Rio de Janeiro. 2002. p.259-302.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do século XIX**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

WEBER, Max. A ciência como vocação. In: -----, **Ensaio de Sociologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982, p. 154-183.

SITES CONSULTADOS

A Primeira faculdade do Brasil completa 200 anos. Disponível em:
< <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u372876.shtml>>.
Acesso em: 03 mar. 2010.

Avaliação da Pós-Graduação. Disponível em: <
<http://www.capes.gov.br/a>>. Acesso em: 03 set. 2009.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 03 mai. 2010.

Declaração de Bolonha. Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Declara%C3%A7%C3%A3o_de_Bolonha>.
>. Acesso em: 22 jun. 2010.

Desafio da mulher cientista no Brasil. Entrevista com Mayara Zatz e Léa Velho (2007). Disponível em:
<http://www.bv.fapesp.br/namidia/noticia/8257/desafio-mulher-cientista-brasil/>. Acesso em 03-01-2008.

Fluoxetina. Disponível em:
<http://www.medicinanet.com.br/bula/detalhes/4557/indicacoes_fluoxetina.htm>. Acesso em: 21 nov. 2010.

Guia Trabalhista. Disponível em:
<http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/ferias_licenca_paternidade.htm>. Acesso em: 01. nov. 2010.

Intelectuais lançam manifesto contra as cotas. Disponível em:
<<http://www.schwartzman.org.br/sitesimon/?p=83&lang=pt-br>>.
Acesso em: 23 set. 2010.

Mães Pós-graduandas conquistam o direito à licença maternidade.
Disponível em:
<http://www.sepm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2010/11/maes-pos-graduandas-conquistam-o-direito-a-licenca-maternidade>. Acesso em:
18 nov. 2010.

O Congresso recebe agora pró-cotas. Disponível em:
<http://www.universia.com.br/noticia/materia_clipping.jsp?not=31939>
. Acesso em: 23 set. 2010.

O Reitor de Harvard diz que as mulheres têm menor aptidão para a Ciência. A discriminação. Arquivo Vivo, N.º 142, Ano 14, Fev. 2005. Disponível em:
< <http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=142&doc=10647&mid=2>>.
Acesso em: 02 set. 2007.

Programa L'Oréal/UNESCO Para Mulheres na Ciência premia sete jovens cientistas. Disponível em: <
<http://www.unesco.org/pt/brasil/dynamic-content-single>>. Acesso em:
03 nov. 2010.

Programa Mulher e Ciência. Disponível em:
<http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/spm_cnpq.htm>. Acesso em: 03
nov. 2010.

Pró Reitoria de Pós-Graduação. Disponível em:
<<http://www.prpg.ufsc.br/index.jsp?page=/arquivos/BOLSAS%20CAPES.htm>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

Presidência da República. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em:
02 nov. 2010

Programas da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Disponível em:
<http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm/acoes_prog_proj/>. Acesso em: 03 nov. 2010.

Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Disponível em:
<<http://www.prpg.ufsc.br>>. Acesso em: 02 mar.2009 e 23 set. 2010.

Programa Ramon y Cajal. Disponível em:
<<http://investigacion.universia.es/programas-nacionales/ramon-y-cajal/index.htm>>. Acesso em: 03 jun.2009.

Rivotril. Disponível em:
<http://www.medicinanet.com.br/bula/detalhes/4557/indicacoes_rivotril.htm>. Acesso em: 21 nov.2010.

Saúde da Mulher e da Criança. Disponível em:
<<http://portal.saude.gov.br>>. Acesso 03 nov. 2010.

Síndrome de Down (Trissomia do cromossomo 21). Disponível em:
<<http://www.abcdasaude.com.br/artigo.php?393>>. Acesso em: 25 nov. 2009.

Universidade de Coimbra. Disponível em:
<<http://www.regiaocentro.net/lugares/coimbra/universidade/salacapelos.html>>. Acesso em 23 set. 2010.

APÊNDICE 1

Roteiro da Entrevista (mães e gestantes)

Nome

Curso

Número De Filhos

Sexo Dos Filhos:

Estado Civil

Ano De Ingresso

Bolsa () Sim () Não

Tem vínculo Empregatício

Maternidade

Quando descobriu que estava esperando uma criança como recebeu esta notícia

Sua gravidez foi programada? acredita que este novo estado mudou sua visão em relação à maternidade?

Como vivenciou o período de gestação? Fale das mudanças no cotidiano? Lembra de recomendações médicas, de mãe, do companheiro, dos amigos, do orientador sobre esta nova fase?

Como sua família, seus amigos, conhecidos, colegas de profissão receberam esta notícia?

Quando soube que estava grávida que medidas que você e seu marido tomaram?

O que a condição de ser mãe exige atualmente para você?

Quanto tempo você se dedicou exclusivamente ao bebê, pós-nascimento do mesmo?

Você colocou seus filhos em escolinhas quando ainda bebês (idade inferior a três anos)?

Carreira

Fale dos motivos em estar cursando o doutorado?

Você sofreu influências para escolher a carreira científica?

Quais os principais motivos de estar cursando doutorado nesta área?

Você sente dificuldades em relação a ser mãe na instituição científica?

Quais particularidades que uma pesquisadora precisa possuir?

Você acha que tem um tipo ideal de pesquisador que a instituição recomenda? Ou as particularidades têm sido respeitadas?

Maternidade/carreira

Seu companheiro ajuda nas tarefas domésticas? Como foi a notícia da paternidade para ele? Como foi o acordo de vocês?

Seu companheiro é acadêmico também?

Quais têm sido as suas táticas para vivenciar a maternidade junto com o curso do doutorado? (ajuda de parentes para cuidar do bebê, ajuda de colegas, escolinhas)

Para você a instituição tem percebido esta condição mãe/pesquisadora?

Você já teve que restringir seu tempo com a criança por causa do doutorado? Ou o doutorado ficou mais de lado que o bebe?

A maternidade influenciou na sua produção científica? (período de mais produtividade e menos produtividade?)

Você acha que a instituição científica nos últimos anos tem sido mais aberta para a participação feminina? Quais mudanças você poderia avaliar como positivas (caso a resposta seja sim); Quais as mudanças que deveriam ser feitas para incorporar o relógio biológico feminino por exemplo?

Em algum momento você se sentiu em desvantagem em relação ao pai de seu filho para se organizar profissionalmente?

Comente sobre o grau de importância em relação a filhos, trabalho e marido na sua vida?

Roteiro da Entrevista (sem filhos)

1. **Nome**
2. **Curso**
3. **Número De Filhos**
4. **Sexo Dos Filhos:**
5. **Estado Civil**
6. **Ano De Ingresso**
7. **Bolsa () Sim () Não**
8. **Tem vínculo Empregatício**

O que é ser uma doutoranda brasileira nos dias atuais? Quais os melhores momentos deste período que você têm vivenciado? (os prazeres da formação) poderia fazer um relatório do seu cotidiano?

Atualmente a maternidade está dentro dos seus objetivos? Como desejaria vivenciar a maternidade?

Como você percebe suas amigas acadêmicas mães?

Qual foi seu maior estímulo para o seu ingresso na carreira científica?

Como tem sido o exercício da construção de sua carreira?

Você acha que a instituição científica nos últimos anos tem sido mais aberta para a participação feminina? Quais mudanças você poderia avaliar como positivas (caso a resposta seja sim); Quais as mudanças que deveriam ser feitas para incorporar o relógio biológico (mulheres com mais de 30 anos conforme o discurso médico, já no limite para a maternidade) da maternidade?

Em algum momento você sentiu-se em desvantagem para organizar-se profissionalmente em relação aos seus colegas homens no contexto que você estuda?

Você programará o período de suas gestações levando em consideração o calendário de suas atividades científicas?

O que acha das mães que logo nos primeiros meses colocam seus filhos em escolinhas?

Você acha que a ciência/a instituição tem gênero?

Comente sobre o grau de importância em relação a família, trabalho e profissão na sua vida?

ANEXO 1

Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa

PENSANDO GÊNERO E CIÊNCIAS

Brasília, 29, 30 e 31 de março de 2006

O Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e

Ciências reafirma:

Os compromissos assumidos pelo Governo Federal no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

RECOMENDAÇÕES

O Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e

Ciências recomenda:

1. Dados

a) Formular políticas que promovam, a partir de novas metodologias, a produção e divulgação de informações estatísticas com dados desagregados por sexo e raça, em acordos estabelecidos entre as fundações, agências de fomento, ministérios, entidades representativas dos pesquisadores profissionais e outros órgãos públicos.

b) Produzir e divulgar indicadores de gênero, raça e etnia nas fases da formulação, implementação e avaliação de todas as políticas públicas globais e setoriais, considerando a inclusão do “quesito cor” no currículo *lattes*.

2. Educação científica e de gênero

a) Promover a desconstrução dos estereótipos de gênero na formação educacional desde os primeiros anos, tendo como diretriz produzir uma educação científica e tecnológica não sexista e não racista, garantindo ambientes favoráveis ao crescimento profissional de todas e todos, sem distinção etária, de gênero, raça ou orientação sexual, no decorrer de suas carreiras.

b) Introduzir disciplina regular de gênero nos currículos dos cursos regular e superior e nos diferentes níveis e modalidades de ensino, na formação inicial e continuada (entre outros nos sistema de segurança público e judiciário), assim como a perspectiva de raça, etnia e orientação sexual. Na educação básica, promover a revisão dos parâmetros curriculares.

c) Garantir a participação de pesquisadoras e pesquisadores que se dediquem ao estudo das temáticas de gênero, raça e diversidade sexual nas comissões de avaliação, valorizando a participação de pesquisadoras negras.

3. Representação nos comitês científicos, agências e sociedades científicas

a) Democratizar os mecanismos de decisão e controle social sobre os recursos e o acesso aos cargos de direção nos órgãos de fomento, comitês científicos (CAPES, CNPq, FINEP, FAPs, Fundos Setoriais, entre outros) e nas sociedades científicas, pelo menos respeitando a proporcionalidade de mulheres e homens existente em cada área de conhecimento.

b) Promover uma ampla discussão sobre os critérios de avaliação da excelência acadêmica e os mecanismos de concessão de bolsas e recursos, considerando distribuição por sexo, raça, geração, áreas de conhecimento e regiões do país.

4. Publicações científicas e tecnológicas

a) Buscar um sistema de financiamento e democratização do acesso para publicações impressas e eletrônicas do campo dos estudos feministas e de gênero no Brasil.

b) Incorporar no Portal da CAPES publicações do campo dos estudos de gênero, mulheres e feminismos e ampliar o acesso.

c) Promover uma ampla discussão sobre os critérios de excelência de publicações levando em conta as especificidades das áreas.

5. Circulação de informações e democratização do conhecimento científico e tecnológico

a) Incluir nos sistemas nacionais de bibliotecas públicas, escolares e universitárias um acervo básico de publicações sobre gênero, feminismos, diversidade sexual e gênero e ciências, garantindo a difusão de banco de dados nacional com endereços das bibliotecas.

b) Identificar experiências exitosas no ensino de ciência e tecnologia das questões de gênero e sistematização e divulgação ampla desta produção para a comunidade escolar e acadêmica.

c) Melhorar a distribuição dos materiais didáticos já produzidos (livros, vídeos, CDs etc) e incentivo à produção de novos com a inclusão das dimensões racial, de gênero e diversidade sexual articuladas com a educação científica e tecnológica.

d) Promover concursos públicos para elaboração de novos materiais didáticos e pedagógicos – livros, jogos ou brinquedos, vídeos – em todos os níveis (educação infantil, ensino fundamental e médio) voltados para a promoção da igualdade e equidade de gênero na ciência.

e) Apoiar a formação de uma rede integrando ONGs, núcleos de pesquisa e outras associações, no sentido de fazer circular informações de interesse comum e desenvolver ações conjuntas (empregos, bolsas, iniciativas, etc) e estimular a troca de informações e experiências entre núcleos acadêmicos e grupos ativistas feministas

6. Financiamentos: editais e agências de fomento

a) Transformar a política da SPM/MCT/MEC, de financiamento de pesquisas, de premiação de trabalhos universitários e de ensino médio, com sistematização de seus resultados em forma de publicações, em uma política de Estado.

b) Incentivar a criação de programas de gênero, raça, etnia e diversidade sexual com financiamentos de outros ministérios, de fundações estaduais, fundos privados e organismos internacionais.

7. Ações afirmativas em ciência e tecnologia

a) Propor ações afirmativas para proporcionar igualdade e equidade étnica, racial e em gênero, entre as diferentes regiões do Brasil, no que diz respeito à pesquisa e à docência.

8. Institucionalização e fortalecimento de núcleos e grupos de pesquisa

a) Propor ao MEC que recomende as IES o apoio aos núcleos no campo de estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos.

b) Propor à FINEP linha de financiamento para fortalecer as redes de pesquisa em gênero, ciência e tecnologia.

c) Propor a existência de um representante de núcleos e grupos de pesquisa no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM.

b) Estimular o diálogo e as trocas acadêmicas entre núcleos consolidados e núcleos emergentes, visando a ampliação do campo de estudos de gênero para todas as IES do País.

9. Promoção e carreira

a) Que as mestrandas e doutorandas tenham direito à "licença-maternidade" (gestante e adoção), ampliando assim o tempo para conclusão do curso de pósgraduação assegurando-se o recebimento da bolsa respectiva nesse período.

Brasília, 31 de março de 2006.

17 de abril de 2006.

ANEXO 2

O tema geral do encontro foi a “Institucionalização dos estudos feministas, de gênero e mulheres nos sistemas de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil”

A explicitação desse título materializa os objetivos gerais do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, especialmente no que diz respeito à promoção e ao fortalecimento da participação igualitária, plural e multirracial das mulheres em espaços de poder e decisão: estimular a participação das mulheres nas áreas científicas e tecnológicas e a produção de conhecimentos na área dos estudos de gênero, para ampliar o debate sobre as dimensões ideológicas do sexismo, lesbofobia e racismo em todas as áreas do conhecimento científico.

Sua realização significa reafirmar os compromissos assumidos pelo Governo Federal no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e as recomendações aprovadas no I Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciência, realizado em 2006.

As discussões ocorridas nesses dias estão sintetizadas nas recomendações abaixo, aprovadas por unanimidade pelas pessoas presentes no Encontro.

RECOMENDA:

1. Formação e capacitação na área de gênero, mulheres e feminismos
 - 1.1. Formulação de Diretrizes Curriculares para os ensinos fundamental, médio e superior. Oferta regular de disciplinas nos currículos de graduação (bacharelado e, preferencialmente, as licenciaturas). Cursos, programas regulares e educação continuada nas modalidades presencial e a distância. Estimular a criação, fortalecer e apoiar a manutenção de unidades de ensino, pesquisa e extensão, bem como grupos e núcleos, na área de gênero, mulheres e feminismos.

1.2. Fomentar o intercâmbio de docentes e pesquisadoras para oferta de disciplinas, cursos e discussão de experiências em todo o país sobre esses temas.

1.3. Promover a desconstrução dos estereótipos de gênero na formação educacional desde os primeiros anos, tendo como diretriz produzir uma educação científica e tecnológica não sexista e não racista, garantindo ambiente favorável ao crescimento profissional de todas e todos – sem distinção etária, de gênero, de raça ou orientação sexual no decorrer de suas carreiras. Neste sentido, recomenda-se que nos cursos de capacitação para formação docente seja incluído o módulo de Ciência, Tecnologia e Gênero, contemplando os aspectos epistemológicos e pedagógicos (a exemplo do GDE – Gênero e Diversidade na Escola). Sugere-se também inclusão do módulo de Ciência, Tecnologia e Gênero em materiais didáticos, paradidáticos e de divulgação científica, feitos pelas diversas mídias, visando a atingir não só o público escolar, mas também o conjunto da população.

1.4. Recomendar aos Núcleos de Pesquisa em Gênero, nas instituições de ensino superior, como também aos grupos de pesquisa em C&T-I, nas empresas e instituições tecnológicas, que insiram fortemente em suas agendas as discussões sobre gênero, ciência, tecnologia, inovação, meio ambiente, em todos os seus níveis de atuação, extensão, graduação, pós-graduação, publicações e pesquisas. Promover políticas públicas de incentivo às iniciativas, encontros, interações dos grupos de pesquisa em gênero, ciência e tecnologia para a ampliação do seu número e alcance de suas atuações.

1.5. Rever o formato, a metodologia e o conteúdo do material atual do GDE no que diz respeito à perpetuação de modelos discriminatórios, estereótipos, tais como a ausência de negros e negras em situação de protagonismo e fortalecer o financiamento de novos cursos na formação de professoras na área de gênero, relações étnico-raciais e sexualidade sem discriminações.

1.6. Em todas as proposições devemos considerar e estimular, a partir da teoria crítica feminista, o desenvolvimento dos estudos LGBT/Queer, de classe, da questão racial, das masculinidades, das populações tradicionais, em suas múltiplas interseções.

1.7. Fortalecer e ampliar políticas de formação de profissionais e jovens pesquisadores (das universidades e extra-universidade), propiciando parcerias que possibilitem a participação de profissionais e pesquisadores extra-universidade em orientações e outras funções na universidade; e estimulando residência, estágio e intercâmbio de estudantes de graduação e pós-graduação em ONGs, núcleos e grupos de pesquisa.

2. Produção

2.1. Linhas de pesquisa e interdisciplinaridade: Inserir o recorte de gênero, raça/etnia e orientação afetivo-sexual nos editais das diferentes áreas.

2.2. Recomendar a incorporação da perspectiva de gênero nos projetos de pesquisa financiados nas diferentes áreas.

2.3. Em todas as proposições devemos considerar e estimular, a partir da teoria crítica feminista, o desenvolvimento dos estudos LGBT/Queer, de classe, da questão racial, das masculinidades, das populações tradicionais, em suas múltiplas interseções.

2.4. Incentivar as parcerias para a produção de conhecimento (ONGs, movimentos sociais, universidades, escolas, poder público nos três níveis e nas três instâncias e Conselhos de Direitos), por meio de editais e ampliação das fontes do financiamento público e fortalecendo e democratizando as políticas de fomento do CNPq, CAPES e outros órgãos financiadores.

2.5. Construção de um Pacto Interinstitucional Pró-Equidade de Gênero, Raça/Etnia e Orientação Afetivo-Sexual nas universidades, gerando, dentre outras ações, um selo de equidade que subsidie apoios do MEC/ INEP, CAPES, CNPq/MCT.

2.6. Que a SPM/PR implemente editais de fomento a grupos, núcleos e laboratórios de pesquisa sobre gênero, mulheres e feminismos.

2.7. Estabelecer linhas de financiamento de apoio específico a pesquisadoras negras e de pesquisadoras indígenas e de outras etnias em graduação e pós-graduação no âmbito da própria Secretaria e na sua ação

política junto aos órgãos de fomento (CNPq, Capes, Ministérios e outros): publicações, pesquisas acadêmicas e extra-universidade, encontros nacionais e premiações.

2.8. Participação em espaços institucionais (Grupos de trabalho, associações científicas em diferentes áreas e outros)

2.9. Recomendar aos Núcleos de Pesquisa em Gênero, nas instituições de ensino superior, como também aos grupos de pesquisa em C&T-I, nas empresas e instituições tecnológicas, que insiram fortemente em suas agendas as discussões sobre gênero, ciência, tecnologia, inovação, meio ambiente, em todos os seus níveis de atuação, extensão, graduação, pós-graduação, publicações e pesquisas. Promover políticas públicas de incentivo às iniciativas, encontros, interações dos grupos de pesquisa em gênero, ciência, tecnologia e inovação para a ampliação do seu número e alcance de suas atuações.

2.10. Descentralização de informação e dos editais para estudos de gênero, mulheres e feminismos, de sorte a permitir a democratização no acesso aos recursos, considerando a dimensão territorial/regional.

3. Divulgação

3.1 Ampliar recursos para o apoio à divulgação da produção em eventos e publicações (revistas especializadas em gênero e suplementos especiais).

3.2. Que a SPM/PR incentive a formulação das linhas gerais de uma política editorial na área, fortalecendo as relações com CNPq e CAPES e outras agências de fomento.

3.3. Ampliação do Prêmio Mulher e Ciência, com uma categoria que inclua publicação de teses/dissertações em formato de livro.

3.4. Institucionalizar, com o apoio da SPM/PR, um espaço de interlocução eletrônica de grupos de trabalho de associações científicas, núcleos e redes de pesquisa e pesquisadores no campo dos estudos de gênero, mulheres e feminismos.

3.5. Difusão das atividades dos núcleos e grupos de pesquisa e das unidades de ensino relacionadas às questões de gênero, raça/etnia e sexualidade. Iniciar com informe oficial da SPM/PR para as universidades e institutos de pesquisa sobre as recomendações do II Encontro Nacional de Núcleos e Pesquisa “Pensando Gênero e Ciências”.

3.6. Contemplar a discussão das relações de gênero em suas articulações com a ciência, a tecnologia e a sociedade no conjunto das iniciativas do Ministério da Ciência e Tecnologia, particularmente na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, promovida anualmente em universidades, institutos de pesquisa e museus.

3.7. Garantir a publicação do pensamento de feministas brasileiras negras, indígenas e de outras etnias e viabilizar a tradução das obras das norteamericanas, como contraposição à hegemonia do feminismo branco.

3.8. A questão das bibliotecas: Fomentar a inclusão da literatura feminista e de gênero nas bibliotecas públicas e ampliar as possibilidades de captação de recursos para bibliotecas especializadas e centros de documentação e memória, extra-universidade e nas universidades.

4. Indicadores e avaliação

4.1. Criar Observatório para diagnóstico e monitoramento das ações nas universidades e institutos de pesquisa. Construção de banco de dados com o perfil das instituições.

4.2. Implementar imediatamente a desagregação de todos os dados estatísticos divulgados pelas agências por sexo, raça/etnia.

4.3. Garantir o levantamento, a sistematização e a divulgação de dados relativos ao pertencimento étnico-racial na interseção de gênero no âmbito da própria Secretaria e na sua ação política com os demais órgãos federais.

5. Direitos e representações

5.1. Reconhecer o direito às licenças maternidade e paternidade, com concessão pela Capes de bolsas de mestrado e doutorado, com ampliação da bolsa do CNPq para 120 dias, e a não inclusão do período de licença no tempo de titulação da aluna e do aluno.

5.2. Garantir a representação paritária (um mínimo de 40% e um máximo de 60% por sexo) de mulheres e homens, expandindo para a representação de negras e negros, em cargos de direção e comitês científicos.

5.3. Garantir a participação de pesquisadores que se dediquem ao estudo das temáticas de gênero, raça e diversidade sexual nas comissões de avaliação, valorizando a participação das pesquisadoras negras.

5.4. Promover políticas de inserção das mulheres nas instituições públicas e privadas (empresas – indústria e comércio –, ONGs etc) nas áreas de Ciência, Tecnologia e nas profissões consideradas prioritariamente masculinas. Neste aspecto, recomenda-se que o Programa Pró-Equidade de Gênero da Secretaria de Políticas de Mulheres – SPM/PR explicita nos eixos Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional ações específicas de desconstrução das imagens tradicionais de gênero, ciência e tecnologia.

5.5. Assegurar a representação paritária nas políticas públicas de ciência e tecnologia em todas as comissões de seleção, avaliação e julgamento, com o objetivo de desbloquear o acesso das mulheres a todas as categorias profissionais tradicionalmente masculinas, em todos os níveis de carreira.

5.6. Institucionalizar na SPM/PR um espaço de interlocução com as pesquisadoras negras, indígenas e de outras etnias, para garantir políticas públicas específicas e a transversalidade da dimensão étnico-racial.